

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS

ANÁLISE COMPARATIVA DE TRÊS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS:
Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de
Juiz de Fora/MG.

JUIZ DE FORA/MG
2020

SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS

ANÁLISE COMPARATIVA DE TRÊS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS:
Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de
Juiz de Fora/MG.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, área de concentração “Dinâmicas Espaciais”, linha de pesquisa “Produção, processos e dinâmicas espaciais e ambientais”, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Wagner Barbosa Batella

JUIZ DE FORA/MG
2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Barros, Samarane Fonseca de Souza.

Análise comparativa de três cidades médias mineiras : Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG / Samarane Fonseca de Souza Barros. -- 2020.

194 f. : il.

Orientador: Wagner Barbosa Batella

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2020.

1. Urbanização. 2. Cidades Médias. 3. Região. 4. Rede Urbana Regional. I. Batella, Wagner Barbosa, orient. II. Título.

SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS

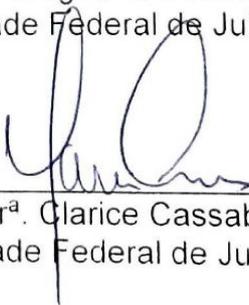
ANÁLISE COMPARATIVA DE TRÊS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS: PONTE NOVA, VIÇOSA E UBÁ NO CONTEXTO DA REDE URBANA DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE JUIZ DE FORA/MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Geografia.

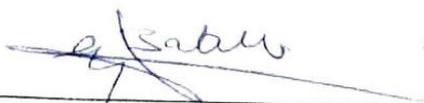
Dissertação defendida e aprovada em 20 de janeiro de 2020.



Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.ª Dr.ª Clarice Cassab Torres
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.ª Dr.ª Iara Soares França
Universidade Estadual de Montes Claros

SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS

ANÁLISE COMPARATIVA DE TRÊS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS:
Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de
Juiz de Fora/MG.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Wagner Barbosa Batella (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Professora Dra. Clarice Cassab Torres (Membro Interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Professora Dra. Iara Soares de França (Membro Externo)
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

*Por tanto amor,
Aos meus pais.*

AGRADECIMENTOS

Se pudesse resumir este trabalho em uma palavra seria dedicação, tanto de minha parte quanto dos que somaram para a realização de mais essa etapa.

Começo, então, agradecendo a dedicação de meus pais, Guilherme e Bete, que desde sempre nunca mediram esforços para me amar e me educar. Sempre preocupados comigo, nunca deixaram faltar nada para que eu crescesse na vida em seus diversos âmbitos: acadêmico, profissional, pessoal, emocional... Esta dedicação é a mais importante de minha vida e, por ela e para ela, eu tento ser uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço também ao meu irmão Vicente Augusto, o qual sempre admirei tamanha dedicação! A ele agradeço as horas a mim dedicadas de risos e brincadeiras que só nós entendemos.

Ainda no que diz respeito à família, agradeço a dedicação da minha avó Edy em rezar por mim e pelos meus sonhos. Ela é a matriarca de uma família grande que também se dedicou em acreditar em mim, às vezes muito mais que eu mesma. Aos meus tios e tias, primos e primas, muito obrigada por tanto carinho!

Ao meu orientador e amigo Wagner Batella que se dedica a me ensinar desde 2014 e que, com o fim desta dissertação, me ensinou muito mais que a Geografia das Cidades Médias: me ensinou – pacientemente – sobre as práticas da Academia e sobre o uso da crase, além de sempre me estimular a alçar voos mais altos. Obrigada por tanto!

A dedicação também vem por parte dos amigos, seja no esforço de entender o que estamos pesquisando (e não paramos de falar sobre), seja no esforço de entender as minhas ausências. Agradeço aos amigos velhos e aos que chegaram recentemente, por compartilharem angústias e copos de cerveja.

Agradeço a Olívia que tanto se dedicou por transformar nossa casa em um lar. Foram dois anos vivendo um casamento que rendeu duas dissertações e boas risadas. Se isso não for dedicação, o que mais é?! Em nome dela, estico meus agradecimentos a Dona Nelma que também se dedicou em ouvir nossas pesquisas e cuidar da gente tal qual uma boa avó.

Por fim, agradeço a dedicação de todos aqueles que lutam para manter o funcionamento da Universidade Pública. Agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora e, em especial, a CAPES pelo financiamento desta pesquisa, ampliando aqui os meus agradecimentos a toda população que, de maneira sofrida e dedicada, sustenta essas instituições.

E, para terminar, vou dizer o seguinte: o objetivo do conhecimento não é descobrir o segredo do mundo numa equação mestra da ordem que seria equivalente à palavra mestra dos grandes mágicos. O objetivo é dialogar com o mistério do mundo.

(MORIN, 2013, p. 232)

RESUMO

Os esforços investigativos dessa pesquisa seguiram a direção de analisar, comparativamente, os papéis que Ponte Nova, Viçosa e Ubá desempenham nas regiões e redes geográficas onde estão alocadas. Para tanto, as três cidades foram aqui problematizadas dentro do escopo das cidades médias, isto é, daqueles núcleos urbanos que no sistema de cidades desenrolam relações de intermediação. A heterogeneidade que beira o conjunto de cidades médias coloca-as em patamares diferentes, sendo algumas delas mais integradas aos sistemas verticais da economia global enquanto outras, tais como as três cidades aqui analisadas, são mais restritas às suas respectivas regiões imediatas, sendo este grupo aqui chamado de cidades médias de papéis regionais. Independente da amplitude das relações espaciais de cada cidade média, o que não se pode perder de vista é a transescalaridade que paira sobre este debate, isto é, a escala da cidade deve ser associada a outras escalas espaciais, considerando que a urbanização contemporânea é marcada por atores e fenômenos multidimensionais. Isto posto, além da escala das cidades, outras duas escalas espaciais foram elencadas neste trabalho: a da região e a da rede urbana, em seus recortes regional e local. Metodologicamente, a pesquisa se apoiou em três pilares fundamentais e complementares: o levantamento bibliográfico, de dados secundários e o trabalho de campo. A partir disto, foi possível depreender que as três cidades são importantes nós na rede urbana regional capitaneada por Juiz de Fora e desenvolvem relações próximas com suas respectivas regiões imediatas. No entanto, nenhuma das três cidades atingiu com completude o processo de reestruturação, fazendo com que as suas funções dentro da divisão regional do trabalho não fossem alteradas e, ratificando, os seus papéis de cidades médias regionais que desenrolam mais relações horizontais do que verticais.

Palavras-Chave: Urbanização; Cidades Médias; Região; Rede Urbana Regional.

ABSTRACT

The investigative efforts of this research followed the direction of analyzing, comparatively, the roles that Ponte Nova, Viçosa e Ubá play in the regions and geographic networks where they are located. For this purpose, the three cities were here problematized within the scope of medium-sized cities, i.e., from that urban centers that in the system of the cities unroll intermediary relations. The heterogeneity that integrates the complexity of medium-sized cities put them into different levels. Some of the cities are more integrated to the vertical systems of the global economy, while others such as the three cities here analyzed are more restricted to their respective immediate regions. This group is here assigned as medium-sized cities of regional roles. Regardless of the range of the spatial relations of each medium-sized city, which is essential is the transescalarity that is over this debate, i.e, the city scale must be associated with others spacial scales, considering that the contemporary urbanization is arranged by actors and multidimensional phenomena. For this purpose, besides the scale of the cities, other two spacial scales were listed in this work: the regional scale and the urban network scale, in their regional and local frameworks. Methodologically, this research was based on three fundamental and complementary pillars: the bibliographic research, the secondary data and the fieldwork. From this, it was possible to comprehend that the three cities are important knots of the regional urban network command of Juiz de Fora and they develop close links with their respective immediate regions. However, none of the three cities has reached, totally, the restructuring process, for this reason, these cities haven't changed their functions in the regional division of the work. Besides that, these cities have ratified their role of medium-sized regional cities that develop more horizontal relations than vertical ones.

Key-words: Urbanization; Medium-sized cities; Region; Regional Urban Network.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Posição Geográfica de Ponte Nova, Viçosa e Ubá.	03
FIGURA 02 – Posição Geográfica de Ponte Nova/MG.....	39
FIGURA 03 – Região Geográfica Imediata de Ponte Nova/MG.	44
FIGURA 04 – Posição Geográfica de Viçosa/MG.....	46
FIGURA 05 – Região Geográfica Imediata de Viçosa/MG.....	49
FIGURA 06 – Posição Geográfica de Ubá/MG.	51
FIGURA 07 – Região Geográfica Imediata de Ubá/MG.....	54
FIGURA 08 – Posição Geográfica de Juiz de Fora/MG.....	64
FIGURA 09 – Regiões Imediatas da Região Intermediária de Juiz de Fora.....	76
FIGURA 10 – Regionalizações.	77
FIGURA 11 – Distribuição da População na Região Intermediária de Juiz de Fora	79
FIGURA 12 – Emancipações a partir de Ponte Nova/MG	83
FIGURA 13 – Fluxos de Ponte Nova/MG, 2011.....	85
FIGURA 14 – Emancipações a partir de Viçosa/MG.....	87
FIGURA 15 – Fluxos de Viçosa/MG (2011)	89
FIGURA 16 – Emancipações a partir de Ubá/MG	91
FIGURA 17 – Fluxos de Ubá/MG.....	94
FIGURA 18 – Abrangência Territorial das SREs da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG.	111
FIGURAS 19 e 20 – Macrorregiões de saúde.	112
FIGURA 21 – 4ª Região Integrada de Segurança Pública – Juiz de Fora.	113
FIGURA 22 – Principais Centralidades da Região Intermediária de Juiz de Fora.....	116
FIGURA 23 - Loja do Ponto Frio em Ponte Nova/MG.....	146
FIGURAS 24 e 25 - Loja das Casas Bahia em Ubá/MG e Loja Magazine Luiza em Viçosa/MG.....	146
FIGURAS 26 e 27 - Supermercados BH em Ponte Nova e Mineirão ATACAREJO em Viçosa....	149
FIGURAS 28 e 29 - Edifícios Comerciais e Galerias em Ponte Nova e Viçosa, respectivamente....	152
FIGURA 30 - Galeria em Ubá / MG	152
FIGURAS 31 e 32 – Novas e antigas formas urbanas em Ponte Nova e Ubá, respectivamente.....	153
FIGURA 33 - Novas e antigas formas urbanas em Viçosa.....	154
FIGURA 34 - Guarita do Condomínio Bosque Acamari em Viçosa.....	156
FIGURA 35 - Sinalização de condomínios em Viçosa.....	156
FIGURA 36 - Propaganda do Condomínio Portal das Mangueiras, Ubá/MG.....	157
FIGURA 37 - Guarita do Condomínio Portal das Mangueiras em Ubá.....	157
FIGURA 38 - Área Central - Ponte Nova	159
FIGURA 39 - Área Central - Viçosa	159
FIGURA 40 - Área Central - Ubá.....	160
FIGURAS 41 e 42 - Elementos públicos e privados de saúde em Ponte Nova.....	169
FIGURA 43 - Entrada principal da UFV e construções em altura ao fundo.....	170
FIGURA 44 - Faculdade privada em Viçosa.....	171
FIGURA 45 - Lojas de móveis em Ubá.....	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Evolução das cidades de porte médio ao longo dos Censos Demográficos. ...	22
TABELA 02 – Participação da produção cafeeira da Zona da Mata no estado de Minas Gerais.	61
TABELA 03 – Principais municípios articulados à região de Juiz de Fora: população, produção e área ocupada com produção de café (1920)	67
TABELA 04 – 10 maiores municípios industriais de Minas Gerais pelo valor de produção em 1907.....	68
TABELA 05 – População Total e População Urbana de municípios da Zona da Mata (1920)	70
TABELA 06 –Gestão do Território Região Imediata de Ponte Nova.....	83
TABELA 07 - Gestão do Território Região Imediata de Viçosa.....	88
TABELA 08 – Gestão do Território Região Imediata de Ubá.	92
TABELA 09 – Trabalho e Educação para a Região Geográfica Imediata de Ponte Nova ...	124
TABELA 10 – Trabalho e Educação para a Região Geográfica Imediata de Viçosa.....	126
TABELA 11 – Trabalho e Educação para a Região Geográfica Imediata de Ubá.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Evolução da População de Ponte Nova/MG.....	40
GRÁFICO 02 – Valor por setor adicionado ao PIB – Ponte Nova/MG.....	42
GRÁFICO 03 – Evolução da População de Viçosa/MG	47
GRÁFICO 04 – Valor por setor adicionado ao PIB de Viçosa/MG	48
GRÁFICO 05 – Valor por setor adicionado ao PIB de Ubá/MG.....	52
GRÁFICO 06 – Evolução da População de Ubá/MG.	53
GRÁFICO 07 –Distribuição do PIB por Mesorregião de Minas Gerais (2016)	72
GRÁFICO 08 – Municípios que mais concentram empresas na Região Intermediária de Juiz de Fora.....	108

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Distribuição de equipamentos urbanos na região imediata de Ponte Nova/MG.....	44
QUADRO 02 – Distribuição de equipamentos urbanos na região imediata de Viçosa/MG...	50
QUADRO 03 – Distribuição de equipamentos urbanos na região imediata de Ubá/MG	55
QUADRO 04 – Síntese das mudanças entre as regionalizações	77

Sumário

Introdução e apresentação do tema	1
1 – Cidades Médias: tema e noção.....	16
1.1– Evolução da rede urbana brasileira e o papel das cidades médias	16
1.2– O papel do Estado na produção do espaço urbano e expansão de cidades médias brasileiras.....	24
1.3– Entre verticalidades e horizontalidades: cidades médias suprarregionais e cidades médias de papéis regionais	29
1.4– Ponte Nova, Viçosa e Ubá: estruturação de três cidades médias de papéis regionais	32
1.4.1– Notas sobre estruturação urbana e estruturação das cidades	35
1.4.2– Ponte Nova.....	38
1.4.3– Viçosa	45
1.4.4– Ubá	50
1.4.5– Considerações Gerais	56
2– O par cidade e região: os papéis de Ponte Nova, Viçosa e Ubá na Região Geográfica Intermediária de Juiz de fora	59
2.1 – Formação socioeconômica e geo-história da Zona da Mata mineira	59
2.2 – Da Zona da Mata à Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora	74
2.3 – Fluxos de Ponte Nova, Viçosa e Ubá e a participação das cidades no quadro regional .	80
2.3.1 – Ponte Nova.....	82
2.3.2 – Viçosa	87
2.3.3 – Ubá	91
2.3.4 – Síntese Geral	95
3– Redes Geográficas e Escalas: Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto nós na rede urbana regional de Juiz de Fora	99
3.1– Rede Urbana Regional: percursos de conceptualização	99
3.2– Notas sobre centralidade e polarização	103
3.3– A rede urbana regional de Juiz de Fora e seus nós: articulação cidades médias e cidades pequenas	106
3.4– Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto nós na rede urbana regional	116
3.5– As sub-redes comandadas por Ponte Nova, Viçosa e Ubá	122
4– Reestruturação urbana e das cidades: análise comparativa enquanto possibilidade metodológica	130
4.1– A comparação: construções epistemológicas e de método.....	130
4.2– A construção da análise comparativa no pensamento geográfico.....	133
4.3– Possibilidades de comparação para a Geografia Urbana.....	137
4.4– Notas sobre reestruturação urbana e das cidades	140

4.5– Entre permanências e rupturas: os vetores de reestruturação das cidades em Ponte Nova, Viçosa e Ubá.....	144
4.6– A cidade, a região e a responsabilidade territorial: reforçando os papéis regionais das cidades médias	161
4.7– O geral, o particular e o singular: retomando a análise comparativa	165
Considerações Finais.....	174
Referências Bibliográficas	181

Introdução e apresentação do tema

Os estudos sobre o Brasil não metropolitano ganharam mais relevância na segunda metade do século XX, considerando que o aumento no número e tamanho das cidades localizadas mais ao interior do país tomou maior dimensão face à crise do capitalismo pós década de 1970 que engendrou mudanças tecnológicas, organizacionais e territoriais, assim como ressignificou o par urbanização – cidades (SPOSITO, 2004). A perspectiva analítica tomada neste trabalho, então, vai ao encontro das dinâmicas e mudanças econômicas que engendraram a produção e consolidação de novos espaços urbanos, sendo que outros elementos como os históricos e/ou políticos não são subjugados e entram aqui como complementares à análise principal.

O aumento do número de cidades entre 50.000 e 500.000 habitantes nos últimos anos pode ser verificado quando se tomam as análises censitárias, conforme será abordado no primeiro capítulo, no entanto, o que não se pode perder de vista é que tais mudanças quantitativas evocam também transformações qualitativas. Estes núcleos urbanos se complexificaram ao passo que passaram a assumir novas funções inerentes ao processo de urbanização contemporânea, ocupando, no interior da rede urbana, posição intermediária em função de serem o elo preferencial entre as cidades maiores e menores, sobretudo, a partir de fluxos hierárquicos. Contudo, a contemporaneidade testemunha a ascensão de ordens reticulares e de fluxos de diversas naturezas, fazendo com que algumas cidades médias tenham seus papéis ressignificados frente ao capital global (SPOSITO, 2010).

Vale colocar que os parâmetros demográficos dizem respeito às cidades de porte médio que, de acordo com Sposito (2006a), são aquelas localizadas na faixa entre 50.000 e 500.000 habitantes, porém, são as características qualitativas que designarão o que são cidades médias, como os seus papéis regionais e a sua função de intermediação no interior da rede urbana. Nesta dissertação a dimensão abordada é a segunda, sendo que os parâmetros demográficos e quantitativos não foram negligenciados.

O conjunto taxonômico em que se inserem as cidades médias é diverso e heterogêneo, considerando que cada cidade é fruto de um quadro urbano e regional distinto, sendo, destarte, estas cidades produtos e produtoras de um contexto econômico, político e social que conformam um espaço “desigualmente fragmentado e articulado” (CORRÊA, 2007, p. 23). Ainda assim, porém, é válido categorizá-las dentro deste estrato ao passo que, indiferente de redes próximas

ou distantes, as cidades médias ao assumirem as novas facetas da urbanização, no geral, são as áreas onde “há respostas para níveis de demanda de consumo mais elevadas (...)” (SANTOS, 1988, p. 90).

Nesta direção, em função da participação das cidades médias em redes de diversas dimensões, outro elemento que permeia este debate é a articulação de escalas, no sentido de não isolar os recortes espaciais, por exemplo a cidade da região, e sim considerá-los em um movimento integrado, visto que as novas formas urbanas possibilitam e impõem dinâmicas econômicas que estabelecem fluxos e práticas socioespaciais que envolvem diferentes escalas geográficas de produção e estruturação dos espaços urbanos (SPOSITO, 2004).

Portanto, uma variável importante para o estudo destes núcleos urbanos é a situação geográfica de cada um deles, sendo que esta variável contribui no plano metodológico para definição de cidades médias ao passo que pode ser determinante para definir os seus papéis na hierarquia urbana (SPOSITO, 2001). Sposito (2001, p. 627) sintetiza que “a condição de cidade média está diretamente associada a uma posição geográfica favorável (...)”.

Isto posto, é importante averiguar onde estão as cidades médias aqui analisadas. Ponte Nova, Viçosa e Ubá se localizam na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, conforme a última regionalização proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2017) (FIGURA 01).

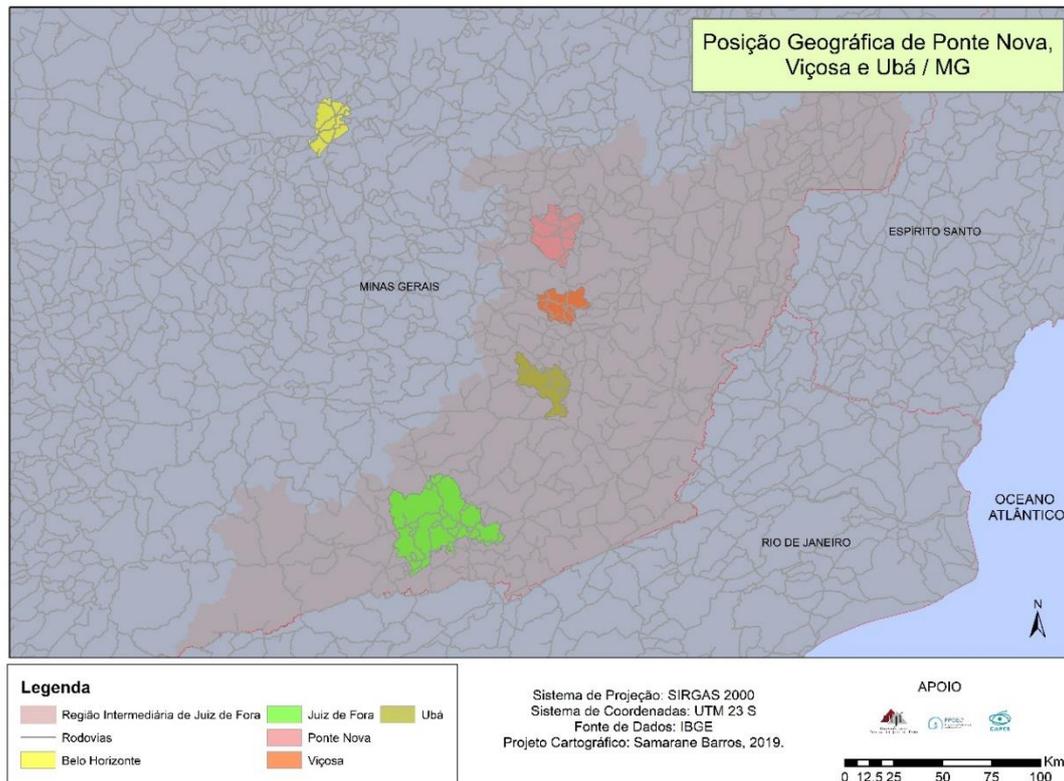


FIGURA 01 – Posição Geográfica de Ponte Nova, Viçosa e Ubá.
FONTE – IBGE. Organização da autora.

É válido sublinhar que a opção por esta regionalização vai ao encontro de sua metodologia por levar em consideração a articulação entre as cidades indo ao encontro, portanto, dos objetivos deste trabalho. Tal região é composta por 146 municípios em que um pouco mais de 70% apresenta menos de 10.000 habitantes, sendo que há concentração econômica e de atividades nas cidades maiores, fazendo com que as cidades pequenas sejam estritamente dependentes destes núcleos mais complexos (BARROS, 2019). Ainda, cada uma dessas cidades polariza uma Região Geográfica Imediata em que, apesar de particularidades, apresentam como ponto em comum também o baixo dinamismo econômico, levando a Ponte Nova, Viçosa e Ubá a se destacarem em suas redes urbanas próximas¹.

As cidades analisadas nesta pesquisa, pois, destacam-se enquanto cidades médias em função de seus papéis regionais, intermediando e atendendo, principalmente, às cidades pequenas contíguas a elas a partir de movimentos em deslocamentos territoriais, como será abordado na dissertação. Então, as cidades aproximam-se do que Sposito (2010) classificou

¹ A região é tratada como um recorte em que serão analisados os fixos e fluxos presentes nele, assim como a configuração de redes geográficas, sendo portanto, as redes inerentes a este recorte.

como cidades médias de papéis regionais em que há a predominância de fluxos hierárquicos sobre os fluxos do capital global.

Ao longo do trabalho serão apresentadas ferramentas analíticas que coadjuvam para o entendimento destas cidades enquanto cidades médias de papéis regionais, sendo que todos eles apontam para a importância que Ponte Nova, Viçosa e Ubá apresentam para suas respectivas regiões imediatas; não apenas em suas dimensões econômicas, mas também em seus vieses políticos.

O trabalho, então, buscou perscrutar a seguinte problemática: considerando a importância do debate regional e interescalar para a compreensão das cidades médias, quais os diferentes papéis que essas três cidades assumem para a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e para suas respectivas Regiões Geográficas Imediatas? A partir deste problema central outras questões foram surgindo e serão explanadas ao longo do texto.

Todo trabalho científico parte de escolhas e, talvez, a principal delas neste caso foi a escolha das cidades. A opção por investigar Ponte Nova, Viçosa e Ubá seguiu duas direções, a saber: a primeira concernente aos padrões de habitação, posto que de acordo com Soares (2009, p. 111) as regiões comandadas por estas cidades, ao lado da região de Juiz de Fora, foram as primeiras a serem ocupadas na área. Juiz de Fora, neste caso, não entrou na pesquisa por ser um centro mais complexo e polarizar todas estas cidades e suas respectivas regiões. Contudo, é válido salientar que Juiz de Fora aparecerá no trabalho, justamente, para elucidar a conformação socioespacial da área na qual as cidades em análise estão alocadas. Juiz de Fora entra, principalmente, por este trabalho adotar, como já citado, a regionalização proposta pelo IBGE no ano de 2017 em que as mesorregiões e as microrregiões foram alteradas – na regionalização oficial – pelas Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente. Sendo assim, as três cidades em análise pertencem a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e entender a conformação da centralidade desta cidade pelo corrobora a compreensão da estruturação e organização dos fixos e fluxos de toda a região.

Do mesmo modo, por Juiz de Fora ser a capital regional e organizar as relações econômicas, sociais e políticas de toda a área desde tempos remotos, entender a conformação de sua centralidade permeia o entendimento dos papéis das cidades a ela vinculadas no âmbito de uma rede urbana regional, como o próprio título dessa dissertação propõe.

A segunda direção da escolha das cidades parte da problematização e entendimento delas enquanto cidades médias. Ponte Nova, Viçosa e Ubá, ao lado de Cataguases, foram as

idades da região consideradas por Amorim Filho *et al* (2007), em todas as classificações realizadas pelo autor² como cidades médias propriamente ditas, fato este que será melhor abordado adiante. Neste caso, Cataguases foi negligenciada da pesquisa em função da primeira hipótese que surgiu ainda na elaboração do anteprojeto de dissertação: Ponte Nova, Viçosa e Ubá e suas respectivas regiões poderiam se apresentar conforme um eixo de economia complementar (CAMAGNI, 2005). Entretanto, ainda na fase de levantamento bibliográfico e de dados, constatou-se que a área é pouco pujante economicamente e, tampouco, apresenta a sinergia necessária para a delimitação deste eixo.

Hipótese abandonada, por sua vez, as cidades foram mantidas com o intuito de, agora, realizar um estudo comparativo entre elas a partir das funções que desempenham na região e rede urbana nas quais estão situadas. Ponte Nova, Viçosa e Ubá apresentam, respectivamente, 57.390, 72.220 e 101.619 habitantes, segundo o último censo (IBGE, 2010) e por estarem em uma área caracterizada por estagnação econômica e foco de desigualdade, desempenham papéis centrais no que tangencia, sobremaneira, o provimento de bens e serviços para as cidades pequenas que lhes são tributárias.

Isto posto, o objetivo maior desta dissertação é traçar uma análise comparativa entre Ponte Nova, Viçosa e Ubá, localizadas na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, Minas Gerais, vislumbrando para além da problematização destas enquanto cidades médias, o papel delas frente ao quadro regional onde estão inseridas. Para alcançar tal objetivo, foram delimitados os objetivos específicos que seguem:

- a) Analisar a formação da região intermediária de Juiz de Fora no contexto da formação socioespacial brasileira, privilegiando a estruturação das três cidades em questão;
- b) Analisar os espaços interurbanos das cidades estudadas, bem como a importância e o alcance espacial de cada uma delas, privilegiando a dimensão cidade e região no entendimento de cidades médias;
- c) Examinar a importância destas cidades frente a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, assim como o papel delas na rede urbana regional capitaneada por Juiz de Fora.
- d) Investigar e comparar o processo de reestruturação das cidades.

² As classificações de Oswaldo Bueno Amorim Filho e demais colaboradores serão explanadas ao longo do texto do capítulo 01 (AMORIM FILHO, O. B.; BUENO, M. E.T.; ABREU, J. F., 1982; AMORIM FILHO, O.B; ABREU, J. F.; 2001; AMORIM FILHO *et al*, 2007).

Antes de adentrar nos parâmetros metodológicos do trabalho, é válido ainda, destacar a questão da variável temporal nesta pesquisa. Para, primeiramente, entender a estruturação das cidades e da região na qual elas estão, precisou-se resgatar informações de épocas mais remotas ao passo que, *à posteriori*, para compreensão das funções que elas desempenham, os dados trabalhados foram, sobremaneira, os levantados pelo IBGE na década de 2000-2010 em período intercensitário. Entretanto, sabendo o hiato temporal que existe entre os últimos dados censitários e a atualidade, recorreu-se a outras plataformas de informações secundárias – além de trabalho de campo – que disponibilizam informações mais recentes. Apesar da diacronia existente nas bases de dados, buscou-se o rigor científico preciso para trabalhar com cada uma delas, situando o trabalho, principalmente, nas dinâmicas urbanas e regionais recentes. As bases de dados serão detalhadas e melhor explicadas adiante quando se apresentar a matriz metodológica desta dissertação.

A opção por organizar o trabalho a partir de uma matriz metodológica (ELIAS, 2017) vem das proposições das pesquisas conduzidas pela professora Denise Elias (UECE) e pelo professor Renato Pequeno (UFC) em que sua principal função é operacionalizar os dados para cada eixo de análise, se estruturando da seguinte forma:



A matriz metodológica é uma forma de mapear e organizar os dados a serem levantados, porém, sem se comportar de maneira rígida, isto é, à medida que o trabalho vai sendo desenvolvido a matriz vai sendo construída, sendo utilizada, mormente, para organizar os principais processos das temáticas centrais a serem abordadas.

São elencados temas principais que se organizam a partir de processos. Os processos são as ideias principais do recorte a ser estudado que são averiguados a partir de uma série de dados. As variáveis, por sua vez, permitem a manipulação dos dados levantados a fim de caracterizar quanti-qualitativamente os objetivos e resultados alcançados que rebaterão em

indicadores utilizados para identificação final. Para isto, cada indicador é atrelado a uma fonte de consulta e comprovação que pode se oriunda de bases de dados já organizadas ou trabalhos de campo para levantamento informações primárias.

Vale salientar que toda a matriz é emparelhada a partir de uma concisa revisão bibliográfica que justifique a articulação dos temas principais aqui propostos. Ademais, a opção por assim organizar o trabalho também recai sobre a estrutura dele: cada tema elencado se transpôs em um capítulo desta dissertação em que a teoria e a empiria foram trabalhadas de modo articulado. Ainda sobre a revisão de literatura e estrutura do trabalho, os capítulos apresentarão notas teóricas sobre as principais temáticas por eles desenvolvidos.

Outrossim, adaptando a ideia principal da matriz metodológica, aqui atrelou cada tema a uma ou mais questões norteadoras que também ajudaram no desenrolar do levantamento e tratamento dos dados e, posteriormente, da escrita final.

Nesta direção, seguem os quadros organizados conforme a matriz metodológica para cada eixo principal de análise.

TEMA 01: Cidades Médias		
Questões principais: Como Ponte Nova, Viçosa e Ubá se localizam nos debates acerca as cidades médias?		
A partir das informações concernentes às cidades médias, como Ponte Nova, Viçosa e Ubá se estruturaram ao longo do tempo para a compreensão de suas respectivas importâncias regionais?		
Processo: Evolução do papel das cidades médias na rede urbana brasileira		
VARIÁVEL	INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Demografia	Aumento no número de cidades de porte médio entre 1950 e 2010	SIDRA IBGE Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1290
Crescimento econômico das cidades	PIB RENDA MÉDIA	SIDRA/IBGE IPEA
Processo: Evolução dos planos estatais para as cidades médias		

VARIÁVEL	INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Planos de desenvolvimento	Planos de âmbito federal	I, II e III PND
	Planos de âmbito estadual	Fundação João Pinheiro
Processo: Estruturação de Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto cidades médias		
VARIÁVEL	INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Formação socioeconômica das cidades	História das Cidades	Literatura
	Caracterização por setor econômico	SIDRA/IBGE; FJP; IPEA
	Sector Terciário	CNEFE/IBGE
	Interações Interurbanas das Cidades	REGIC'S / IBGE; Trabalho de Campo.

Tema 02: Cidade e Região

Questão principal: A partir do debate e articulação escalar, como a conformação regional onde Ponte Nova, Viçosa e Ubá estão inseridas coadjuvou para a consolidação de suas respectivas regiões imediatas e afirmação de cada uma das cidades como principal centralidade?

Processo: Estruturação da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora

VARIÁVEL	INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
História	História econômica da região	Literatura, documentos institucionais e programas estatais.
Processo: Participação e fluxos das cidades em análise no quadro regional		
VARIÁVEL	INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Ponte Nova	Gestão do Território	Redes e Fluxos do Território (IBGE, 2014);
	Fluxos para estudo e trabalho	DataSUS
	Saúde	Secretaria de Saúde de Minas Gerais
	Viagens Interurbanas	

		Trabalho de Campo
Viçosa	Gestão do Território Fluxos para estudo e trabalho Saúde Viagens Interurbanas	Redes e Fluxos do Território (IBGE, 2014); DataSUS Secretaria de Saúde de Minas Gerais Trabalho de Campo
Ubá	Gestão do Território Fluxos para estudo e trabalho Saúde Viagens Interurbanas	Redes e Fluxos do Território (IBGE, 2014); DataSUS Secretaria de Saúde de Minas Gerais Trabalho de Campo

Tema 03: Redes Urbanas e Redes Urbanas Regionais

Questão Principal: Dada a importância dos equipamentos fixos e sua articulação com o desenvolvimento de fluxos pertencentes a região, é possível falar em rede (s) urbana (s) regional (is)?

Processo: Formação de rede urbana regional na Região Intermediária de Juiz de Fora

VARIÁVEL	INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Localização de atividades públicas e superintendências regionais/	Educação Saúde Segurança	MEC DataSUS Sites Oficiais
Grandes Equipamentos de Consumo e gestão empresarial do território	Unidades locais de empresas. Redes regionais de Supermercados	SIDRA/IBGE; CNEFE; Trabalho de Campo. CEMPRE/CNAE

Capital fixo	Localização das principais articulações rodoviárias Localização de aeroportos Localização de portos secos e postos de escoamento de produção	DNIT INFRAERO Trabalho de Campo

TEMA 04: Análise Comparativa

Questões principais: Considerando o que é geral ao processo de urbanização, particular às cidades médias de papéis regionais e singular de cada uma das três cidades analisadas, qual a importância das análises comparativas neste estudo?

As mudanças constatadas a partir dos dados encontrados até aqui podem ser sinais de reestruturação urbana e reestruturação das cidades?

Processo: Evolução das análises comparativas no pensamento geográfico

VARIÁVEL	INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Comparação enquanto teoria e método	Importância das análises comparativas para a ciência Importância das análises comparativas para a Geografia Urbana	Literatura

Processo: Reestruturação Urbana

VARIÁVEL	INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Transformações espaço-temporais	Diferenciações socioespaciais e socioeconômicas ao longo do tempo Processos de ruptura e permanência	SIDRA / IBGE;

Processo: Reestruturação das Cidades		
VARIÁVEL	INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Ponte Nova	<p>Diferenciações socioespaciais e socioeconômicas ao longo do tempo</p> <p>Processos de ruptura e permanência</p> <p>Análise de franquias e elementos do setor terciário</p> <p>Análise de condomínios fechados</p>	<p>SIDRA / IBGE;</p> <p>Trabalho de campo.</p>
Viçosa	<p>Diferenciações socioespaciais e socioeconômicas ao longo do tempo</p> <p>Processos de ruptura e permanência</p> <p>Análise de franquias e elementos do setor terciário</p> <p>Análise de condomínios fechados</p>	<p>SIDRA / IBGE;</p> <p>Trabalho de campo.</p>
Ubá	<p>Diferenciações socioespaciais e socioeconômicas ao longo do tempo</p> <p>Processos de ruptura e permanência</p> <p>Análise de franquias e elementos do setor terciário</p> <p>Análise de condomínios fechados</p>	<p>SIDRA / IBGE;</p> <p>Trabalho de campo.</p>

Os trabalhos de campo foram realizados nas três cidades nos meses de setembro e outubro de 2019 e se somaram ao conjunto das informações secundárias levantadas, considerando que esta etapa foi importante para verificação dos dados. Esta verificação é plausível considerando a defasagem temporal de algumas bases de dados aqui consultadas. Do mesmo modo, o trabalho de campo foi importante para a observação das formas urbanas e de novos vetores econômicos nas cidades que coadjuvaram para o entendimento das permanências e rupturas e, por consequência, dos processos de estruturação e/ou reestruturação em cada uma das três cidades.

Dada a matriz, os eixos a serem analisados se organizaram nos capítulos que seguem. Antes, porém, de se explicar como cada capítulo se organizou vale retomar que, além da teoria que sustenta a matriz metodológica, a dimensão que interliga os temas é a relação interescalar que permeia a matriz como um todo. A opção pela abordagem interescalar vai ao encontro dos fluxos diversos que habitam a atualidade envolvendo espaços cada vez mais distantes, obedecendo ora a natureza hierárquica, ora a transversalidade das relações. A dissertação, então, avançou neste debate por acreditar que os fenômenos atuais envolvem escalas geográficas variadas em suas múltiplas articulações.

Para além de tomar uma escala geográfica como ponto de partida, a proposta e o debate interescalar a tomam em relação às outras escalas que auxiliam na apreensão do objeto de estudo, selecionando àquelas que incidem direta ou indiretamente nas áreas investigadas. O esforço, por sua vez, é maior do que entender que o maior cabe no menor; ele segue a direção de investigar as relações econômicas e sociais que se estabelecem nas variadas porções do território, isto é, cabe a investigação da escala de atuação de cada agente e como isso reverbera nas cidades analisadas.

É válido, destarte, que a seleção dos recortes que se imbricarão assegure o entendimento das relações espaciais que ocorrem nos variados níveis escalares, uma vez que a inserção das cidades na rede urbana, atualmente, se dá de maneira cada vez mais complexa. Para esta pesquisa e considerando o caráter das cidades analisadas, duas escalas geográficas, principalmente, entraram em análise junto a escala das cidades: a escala da região e a escala da rede urbana regional. A tríade cidade, região e rede urbana regional atravessou toda a pesquisa como o eixo estruturador das ideias, visto que não é recomendado que os fenômenos urbanos atuais sejam entendidos apenas em uma escala. As outras duas, além da escala da cidade, foram selecionadas em função dos papéis de Ponte Nova, Viçosa e Ubá se restringirem, em grande medida, aos seus espaços interurbanos imediatos, sendo, portanto, cidades médias de papéis

regionais. Porém, os fluxos que também foram percebidos acabam por fazer parte de uma rede urbana maior, sendo necessário que se evoque esta escala para apreensão das relações das cidades como um todo.

Portanto, apresentados os objetivos, a opção temporal, a matriz metodológica e o debate interescalar inerente a esta dissertação, o próximo passo é explanar ligeiramente os quatro capítulos que a conformam, além desta introdução das considerações finais.

O primeiro capítulo apresentou a temática das cidades médias e a sua ascensão dentro da rede urbana brasileira para, *à posteriori*, entender Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto cidades médias de papéis regionais. Observou-se que, dentre o debate acadêmico sobre a temática, não há um consenso sobre a conceptualização de cidades médias, sendo tratadas neste trabalho mais enquanto uma noção do que como um conceito propriamente dito. A partir da literatura, ainda, se constatou que existem inúmeras diferenças que rondam este conjunto de cidades, fazendo que com que haja algumas delas que se articulam mais com escalas verticais, enquanto há outras – como as três cidades analisadas – que apresentam relações mais horizontais, limitando os seus respectivos alcances espaciais às suas regiões imediatas. Ainda, no primeiro capítulo abordou-se a estruturação de cada uma das cidades a fim de entendê-las como cidades médias e qual a importância frente as cidades pequenas que lhes são tributárias.

Evidenciou-se com o capítulo um a necessidade do entendimento da região onde as cidades estão alocadas para a compreensão destas enquanto cidades médias. Para tanto, no capítulo dois buscou-se compreender a conformação da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora para entendimento da estruturação de cada uma das três regiões imediatas, bem como a consolidação das cidades como principal centralidade para cada uma delas. Ademais, buscou-se o entendimento também da importância de Ponte Nova, Viçosa e Ubá frente a região intermediária de Juiz de Fora como um todo para, *à posteriori*, se investigar os fluxos que habitam a região que originam uma rede urbana regional. Neste capítulo, em especial, a questão da regionalização foi problematizada para o entendimento da transposição de Zona da Mata para Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, portanto, foram usados ao longo da redação estas duas classificações.

Considerando os fixos e fluxos traçados nos capítulos um e dois, o capítulo três apresenta o debate de redes urbanas regionais, bem como sua associação com temáticas acerca de centralidade e polarização. Para tanto, perscrutou sobre a rede urbana regional de Juiz de Fora a fim de levantar os principais nós desta rede. Considerando que Ponte Nova, Viçosa e

Ubá enquadram-se nestes nós, *à posteriori*, buscou identificar os papéis e funções que estas cidades assumem para esta rede, assim como a conformação de sub-redes locais polarizadas por cada uma delas.

Confirmado o papel regional das três cidades, evocou-se a reestruturação enquanto elemento comparativo para ver como elas [as cidades] respondem às tendências da urbanização contemporânea, assim como para analisar que as permanências são maiores que as rupturas, ressaltando ainda mais as relações territoriais que tais cidades desenvolvem.

Para tanto, no capítulo quatro resgatou a análise comparativa enquanto possibilidade para os estudos em Geografia Urbana. Para isso retomou-se, a partir da literatura, as construções epistemológicas e de método acerca da comparação. Logo após, tomando como eixo comparativo a reestruturação das cidades, apresentou-se uma nota teórica acerca de reestruturação urbana e reestruturação das cidades, seguindo o molde dos capítulos precedentes. Por fim, apresentou alguns elementos de reestruturação presentes nas cidades de Ponte Nova, Viçosa e Ubá para demonstrar que eles não foram suficientes para redefinirem os papéis destas cidades na divisão territorial e regional do trabalho, consolidando-as como cidades médias de papéis regionais.

Para a análise comparativa tomou-se como cerne a tríade geral, particular e singular, no entanto, vale colocar que a tríade foi trabalhada no sentido de sintetizar o movimento que parte do geral e atinge o singular, não entrando nessa dissertação as reflexões sobre o método dialético inerente a essa tríade. Neste sentido, considerando os papéis regionais das cidades, foi possível traçar uma análise comparativa realizada no sentido de destacar, além dessa particularidade, as generalizações observadas no processo de urbanização contemporânea em contrapartida as singularidades analisadas em cada cidade. A análise comparativa levou em consideração, sobremaneira, o vetor de reestruturação das cidades a fim de demonstrar que elas mantêm as suas posições hierárquicas e, os seus papéis urbanos tampouco foram ressignificados frente as mudanças do capital global. A estratégia de resgatar a análise comparativa neste trabalho vai ao encontro da delimitação do problema e dos objetivos da pesquisa que consistem na análise de mais de um objeto empírico, isto é, a análise de três cidades médias de papéis regionais que, a despeito de suas similitudes, apresentam diferenças que merecem ser elencadas.

Por fim, frisa-se que esta pesquisa se justificou, sobremaneira, ao somar ao conjunto de estudos sobre cidades médias de Minas Gerais, considerando a diversidade interna do estado e, ainda, apontar novos dados e possibilidades de entendimento para a rede urbana da Região

Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, visto que são poucos os estudos atuais que se debruçam sobre tal questão.

1 – Cidades Médias: tema e noção

Este capítulo versará sobre a ascensão das cidades médias na rede urbana brasileira e quais os papéis possíveis que elas podem assumir. Para isto, problematizou-se o epíteto enquanto tema e noção e, ainda, enquanto pauta nas agendas de Governo Federal e Estadual.

Dentro deste escopo, buscou-se diferenciar as cidades médias que articulam escalas geográficas mais amplas daquelas cidades que restringem a sua intermediação a sua região imediata, sendo que o foco maior deste trabalho recai sobre este segundo grupo por se tratar das três cidades aqui analisadas: Ponte Nova, Viçosa e Ubá.

Por fim, apresentar-se-á a estruturação de cada uma das três cidades e seus níveis de centralidade, a partir da articulação escalar que envolve, sobremaneira, os espaços intra e interurbano.

1.1 – Evolução da rede urbana brasileira e o papel das cidades médias

A história das redes das mais variadas funções é intrínseca à história territorial, pois estas ressignificam e reestruturam determinadas áreas com a sua chegada. A densidade técnica de uma dada rede coadjuva para a complexificação do espaço, ao passo que conotam conteúdos diversos e servem de suporte para a *devir* de uma série de atividades. A aceleração das técnicas nas redes de transporte e comunicação a partir da década de 1970, sobremaneira, levou a ampliação do debate do papel das redes na organização territorial (DIAS, 2012, p. 143).

De acordo com Dias (2012, p. 147), ao longo do século XX uma série de complexidades, sobretudo relacionadas à difusão de informação, foram produzidas e redesenharam o espaço geográfico em suas mais diferentes escalas. A autora continua e demonstra que os processos de integração produtiva, de mercado e financeira propiciadas pelo avanço das redes de transporte, comunicação e informação remodelam o território ao mesmo passo que os processos de desintegração e fragmentação socioespacial, isto é, integração e desintegração configuram um par dialético importante para a compreensão da organização territorial.

As redes são os elementos cruciais que viabilizam as estratégias de comunicação e circulação, ou seja, a partir das infraestruturas engendradas por elas há a possibilidade dos fluxos de pessoas, matérias-primas, capitais e ideias. Em outras palavras, “os fluxos pressupõem a existência de redes” (DIAS, 2012, p. 148) que, por sua vez, apresentam, portanto, o princípio

da conectividade. Esta propriedade designada às redes demanda que elas se materializem em lugares específicos de poder e referência (RAFFESTIN, 1980 *apud* DIAS, 2012).

Dado o avanço técnico vivenciado pelo Brasil na segunda metade do século XX, o debate sobre redes demandou a abordagem sistêmica, isto é, as redes devem ser analisadas em conjunto e, principalmente, em sua dimensão espacial. Isto posto, o debate sobre redes técnicas é indissociável ao debate sobre a urbanização e divisão territorial do trabalho, uma vez que a partir da inserção de novos elementos no sistema de cidades estas se diferenciam e passam a desempenhar papéis distintos nas regiões as quais estão alocadas.

Retomando o olhar para as redes urbanas, Corrêa (2006) as classificam enquanto um conjunto de centros articulados funcionalmente, tendo sua complexidade relacionada a combinação de características, como tamanho dos centros, densidade das relações no espaço regional, as funções que desempenham, o alcance regional, dentre outras. Segundo a concepção de George (1974, p. 368), rede urbana pode ser considerada como “um conjunto de cidades, distribuídas em uma região ou estado, e que possuem umas em relação às outras, ligações diversas (...)”. O que se evidencia com a colocação destes dois autores é a ideia de conexão intrínseca à delimitação de rede urbana, convergindo para a análise do espaço urbano seguindo um viés escalar cada vez mais articulado, visto que as diferentes instâncias do espaço coexistem. Tendo em vista a articulação dos núcleos urbanos de diferentes redes, o que se nota é a sobreposição das diferentes redes técnicas, tais como de transporte e comunicação (SPOSITO, 2007).

A rede urbana brasileira é uma síntese dos processos de mudanças territoriais no país, em que as dinâmicas econômicas e a localização das atividades têm uma relevante importância indutora (MOTTA; AJARA, 2001). A evolução desta rede ao longo do tempo é resposta dos diferentes padrões de acumulação e dos diversos processos socioeconômicos e socioespaciais envolvidos na estruturação das cidades brasileiras. A rede urbana, portanto,

Compreende o conjunto de centros urbanos que polarizam o território nacional e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e com as respectivas áreas rurais. É formada por centros urbanos de dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si de diferentes magnitudes. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura (...) (MOTTA; AJARA, 2001, p. 10).

Até a década de 1970 a rede urbana brasileira apresentava estrutura primaz com grande concentração das atividades produtivas nas grandes metrópoles o que as levava a assumir papel

de destaque no contexto urbano e econômico. Havia as metrópoles e as grandes cidades, um grande número de cidades pequenas de baixa articulação entre si e poucos centros intermediários, intensificando o processo de macrocefalia urbana. Em síntese, o que se observava era a hegemonia dos poucos centros de alcance nacional (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 10). Ademais, a concentração das cidades mais pujantes estava na porção litorânea do país, respondendo pelo modelo econômico agroexportador e, ainda, em grande medida no centro-sul brasileiro.

A partir da segunda metade da década de 1970, a desconcentração produtiva ocasionada pelas deseconomias de aglomeração e pela crise mundial do padrão de acumulação fordista, levou atividades produtivas e demais serviços a se instalarem em centros não metropolitanos, engendrando a ascensão de novos nós na rede urbana. A partir da interiorização da produção e do avanço econômico, estes núcleos urbanos não metropolitanos passaram a também receber intenso fluxo migratório, ampliando as relações e a articulação entre as cidades e as tornando, em determinado grau, polos de desenvolvimento. Conforme a concepção de Perroux (1977), os polos de desenvolvimento são o resultado das mudanças sociais e econômicas que levam uma dada área a crescer de forma constante e durável. O espraiamento de tais cidades polos exercem influência sobre outras cidades menores próximas, estimulando a desconcentração econômica, populacional e o desenvolvimento territorial, equilibrando, nesta direção, a rede urbana.

A influência destas cidades sobre os espaços menos complexos que lhes são tributários conferiu a elas a função de intermediação entre os diferentes centros do sistema de cidades, ampliando os seus papéis regionais e denotando destaque, principalmente, no referente ao provimento de bens e serviços para a sua hinterlândia. Estas cidades passaram a ser reconhecidas por muitos autores enquanto cidades médias e se definem a partir de

seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades (SPOSITO, 2001a, p. 635).

O processo de desconcentração das atividades econômicas, então, transformou as cidades médias em áreas de grande potencial de absorção de empreendimentos, pois ao mesmo passo que apresentavam vantagens aglomerativas, não incorriam das desvantagens e saturações vivenciadas nas grandes metrópoles (PEREIRA; LEMOS, 2004, p. 1).

A partir da década de 1990, três fatores emergiram para aumentar os papéis destas cidades frente ao contexto urbano nacional, a saber: a reestruturação produtiva, a abertura do

mercado e o reescalonamento no papel do Estado (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 22). Estes fenômenos resumem a organização territorial brasileira a partir desta década, ao justificar a tendência da reconcentração espacial em novos núcleos urbanos ao mesmo passo que deram o tom para a reversão da polarização iniciada ainda na década de 1970. Portanto, o par desconcentração e reconcentração é mais uma possibilidade dialética e analítica para entendimento da realidade urbana brasileira.

A reestruturação produtiva a partir de 1990 atrelou-se, principalmente, às mudanças de cunho tecnológico, influenciando a desconcentração urbana por baratear os custos de transferência dado o avanço das tecnologias de transporte e comunicação³. Contudo, o novo paradigma centrado na tecnologia da informação tende a priorizar as áreas com densidade técnica, isto é, locais onde há presença de universidade e centros de pesquisa, propiciando uma reconcentração urbana e econômica no território brasileiro, como apontado por Diniz (1993). Em estudo sobre a rede urbana divulgado pelo IPEA, IBGE, Nesur-IE-Unicamp (1999, p. 62) o que se constatou foi que ao mesmo passo que se observa a reconcentração espacial segundo os moldes exigidos pelo capital financeiro e internacional, relevando o destaque das metrópoles e aumentando as vantagens aglomerativas e externalidades positivas destas, observa-se também a ascensão de centros intermediários como novas áreas de desenvolvimento industrial e difusão do setor terciário.

A abertura comercial, por sua vez, dinamiza a comercialização dos produtos finais em mais áreas do território e as cidades médias, em muito, passam a se comportar como “um ponto de difusão da produção e dos valores do sistema sócio-econômico de que faz parte” (AMORIM FILHO, 1984, p. 12). As cidades localizadas mais ao interior do país, devido ao contato com o comércio exterior, assistem o incremento de sua economia, uma vez que podem vender os seus produtos para o mercado externo e, ainda, conseguem comprar os insumos mais baratos, dada a menor taxa de importações. Porém, com exceção das áreas de avanço da fronteira agrícola e das cidades exportadoras de *commodities*, o que se observa é a reconcentração e ampliação dos papéis das cidades médias na porção centro-sul brasileira, dando sequência ao processo de desconcentração concentrada (DINIZ, 1993; AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

O avanço do receituário neoliberal e o reescalonamento do Estado atrelou-se à desconcentração urbana a medida que a privatização de setores estratégicos de investimentos em infraestrutura adentrou o interior do país, por exemplo, a construção de rodovias, energia

³ As mudanças de cunho tecnológico são acompanhadas de mudanças normativas e de ordens políticas.

elétrica, *internet* e telefonia. Entretanto, o investimento de infraestrutura também se dá de maneira seletiva, pois este setor tende a ir para locais onde há densidade econômica, como analisado por Diniz e Lemos (1997).

Os fenômenos acima relacionados propiciaram a ampliação do papel das cidades médias e, de certa maneira, a conformação de uma rede urbana mais equilibrada que a observada até a década de 1970. A interiorização da produção e do conhecimento científico levou a rede urbana brasileira a “perder aos poucos sua forma essencialmente concentrada no litoral” (IPEA, 2000, p.36), neste sentido, a urbanização brasileira passou a se interiorizar. Além disso, observou-se mudanças nos padrões migratórios que deixaram de seguir o fluxo campo-cidade e passaram a adotar o padrão cidade-cidade que é mais difuso e, até certo ponto, reduz a ida para os grandes centros já saturados.

Sposito (2001a) ao considerar a urbanização um processo histórico e cumulativo, impulsionado no Brasil, sobremaneira, pelo vetor da industrialização, demonstra que o papel das cidades vai se multiplicando e as suas funções se redefinindo ao passo da maior complexificação da divisão social e territorial do trabalho e do papel do consumo dos produtos industriais para a geração e multiplicação de núcleos urbanos. Para tal, a autora considera que a rede urbana brasileira começou a se estruturar apenas no século XX quando com a passagem do paradigma agrário-exportador para o urbano-industrial intensificou as mudanças na economia e a relação entre as cidades de diferentes portes.

Para fins didáticos, Sposito (2001a, p. 620) identifica três momentos da urbanização brasileira: o primeiro entre 1930 e 1955 em que houve a ampliação dos papéis urbanos e melhoria nas infraestruturas de circulação, além da preocupação em formação de um mercado consumidor nacional que conseguisse absorver os produtos das indústrias fomentadas pelo Governo; este momento testemunhou o aumento do número de cidades principalmente na porção centro-sul do país, porém, com pouca existência de cidades médias, visto que o padrão de industrialização demandava de grandes aglomerações. O segundo momento trazido pela autora data de 1955 a meados da década de 1980 quando há chegada de capitais externos na industrialização brasileira, ocasionando mudanças em toda a divisão internacional do trabalho, uma vez que as empresas internacionais buscavam mão-de-obra barata e ampliação do mercado consumidor. Em outras palavras, houve o aumento da produção industrial e necessidade da ampliação do consumo dos produtos finais, levando o incremento das cidades médias ao passo que estas respondiam por altas demandas de consumo. Entretanto, a industrialização intensificou o padrão migratório campo-cidade, aumentando em volume demográfico as

aglomerações metropolitanas e, sendo assim, dando continuidade ao movimento iniciado anteriormente. Por fim, a partir da década de 1980, dada a ampliação do consumo e da constituição da classe média urbana brasileira, a rede urbana foi ampliada em maior número de cidades com múltiplas funções, sendo melhor equilibrada devido a maior articulação dos centros de diferentes portes.

Entretanto, a melhor estruturação da rede urbana brasileira não significa que ela atingiu o tipo *rank-size*, isto é, o devido equilíbrio e sinergia em seu interior. Amorim Filho e Serra (2001, p. 8) alertam sobre as discrepâncias existentes entre as porções do território brasileiro, mas compreendem que a evolução da rede de cidades do sudeste e sul do país propiciou a evolução para uma rede urbana nacional mais equilibrada, “com menor polarização entre as metrópoles e pequenas cidades, e maior presença de centros intermediários”. Na mesma direção, Tolosa (1972) argumenta que a evolução da rede urbana brasileira, apesar de ainda não ter atingido o padrão *rank-size*, tornou-se mais equilibrada devido ao desenvolvimento de centros intermediários⁴.

Com a melhor distribuição das pessoas e das atividades econômicas pelo território um dos papéis assumidos pelas cidades médias é o de equilibrar quanti-qualitativamente a rede urbana, ressignificando-a a medida que engendram fluxos para além das grandes cidades e das metrópoles.

A distribuição mais equilibrada das pessoas pelo território brasileiro e o consequente aumento do número de cidades de porte médio pode ser constatado quando os dados divulgados pelos últimos censos são analisados, conforme a tabela 01⁵. Vale salientar que a presente pesquisa não se vale dos dados demográficos para caracterização de cidades médias, sendo necessária a distinção entre cidades médias e cidades de porte médio. Sposito (2010, p. 52) diferencia e define cidades médias enquanto aquelas que desempenham papéis de intermediação na rede urbana e cidades de porte médio como aquelas que se encaixam dentro de uma faixa demográfica estabelecida por um país ou por alguma instituição. Porém, o critério demográfico não deve ser negligenciável, pois serve como uma primeira aproximação para a caracterização das funções e processos, como explicitam Amorim Filho e Serra (2001, p. 3):

⁴ A forma *rank si*

ze de rede urbana é uma forma mais equilibrada do sistema encontrada, principalmente, nos países de economia mais desenvolvida e distribuição mais equânime da população pelo território.

⁵ De acordo com Sposito (2006a), embora não haja consenso sobre a faixa demográfica a ser utilizada para a caracterização de uma cidade de porte médio, no Brasil estas cidades podem ser classificadas como aquelas localizadas entre 50.000 e 500.000 habitantes.

O critério da classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como uma primeira aproximação. Tal critério toma a população urbana como ‘proxy’ do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infra-estrutura existente e grau de concentração das atividades. Desse ponto de vista, embora não haja um acordo absoluto quanto aos limiares demográficos máximo e mínimo que podem conter o conjunto das cidades médias, há em cada período histórico, coincidentes patamares definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo.

TABELA 01 – Evolução das cidades de porte médio ao longo dos Censos Demográficos

ANO DO CENSO	Nº DE CIDADES ENTRE 50.000 E 100.000 HABITANTES	Nº DE CIDADES COM MAIS DE 100.000 HABITANTES	Nº DE CIDADES ENTRE 100.001 E 500.000 HABITANTES	TOTAL
1950	128	38	35	201
1960	143	64	57	264
1970	157	94	83	334
1980	240	142	124	506
1991	284	187	162	633
/2000	301	224	193	718
2010	325	283	245	853

FONTE – IBGE. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1290> > Organização da autora.

A tabela 01 mostra o crescimento significativo do número de cidades entre 50.000 e 500.000 habitantes de acordo com os últimos censos. Este dado de ordem quantitativa é seguido pela análise qualitativa, ao passo que estas cidades passaram a exercer papéis diferenciados, assumindo dinâmicas mais complexas que passaram a figurar entre as agendas de pesquisa do país.

Estes núcleos, por estarem cada um deles inseridos em contextos urbano-regionais específicos, apresentam uma série de particularidades que tornam meandrosa a delimitação do conceito de cidade média. Apesar de consagrada pelos pesquisadores e interessados em Geografia Urbana, não há um consenso teórico-conceitual do que é cidade média, levando Sposito (2001a, p. 613) a aproximar o epíteto mais de uma noção do que de um conceito propriamente dito devido as bases empíricas que lhe dão sustentação.

Amorim Filho (1976, p. 9) avança em critérios teóricos para identificação e classificação de cidades médias, sendo eles:

- 1) Capacidade de manter interações, com um nível razoável de intensidade e de qualidade, tanto com cidades maiores quanto menores;
- 2) Ter condições necessárias para estabelecer relações de dinamização com o espaço rural que a envolve;
- 3) Apresentar certa autonomia na criação de pelo menos uma parcela de seus equipamentos de relações externas;

- 4) A rede de cada cidade média deve apresentar uma intensidade e um grau de conectividade tais que facilitem as já referidas interações;
- 5) A sua estrutura morfológica interna, em consonância com sua posição no processo de evolução, deve apresentar:
 - a) Um centro funcional já estabelecido;
 - b) Um número variável de subcentros, espalhados pelas zonas pericentral e periférica, cujas formas, funções e espaços de relações variam de cidade para cidade, mas que atendem, apenas as necessidades de populações locais;
 - c) Uma periferia que evolui muito mais através de saltos (descontinuidades espaciais repentinas, resultando numa estrutura polinuclear), do que através de uma expansão lenta e homogênea de toda a coroa periférica do tecido urbano;
- 6) Por outro lado, não deve ser desprezado o fato de que aspectos tais como tamanho demográfico, estrutura interna e relações externas das cidades médias podem variar bastante de região para região, sendo naturalmente função do nível de desenvolvimento, da posição geográfica e das condições histórico-sociais da formação de cada uma dessas regiões;
- 7) Não deve ser confundida necessariamente com a noção de centro de polarização regional ou micro-regional. A coincidência não ocorre sempre. Além disso, as relações da cidade média com seu ambiente nem sempre são relações apenas de dominação, podendo haver, com este ambiente, também relações de complementaridade, estímulo, dinamização e, em certos casos, até dependência

Sposito (2001a), considerando as mudanças recentes na rede urbana brasileira, afirma que as funções das cidades médias sempre se atrelaram aos seus papéis regionais e a sua capacidade de articulação com outros núcleos urbanos, contatos estes favorecidos ou não pelas respectivas situações geográficas. A circulação do capital através do consumo, nesta direção, suplantou a importância da produção para a estruturação dos fluxos entre as diferentes cidades, estando as relações das cidades médias associadas a dois níveis, a saber:

- Ao mercado regional, considerando-se a distância máxima a partir da qual os consumidores estavam dispostos a se deslocar para ter acesso a bens e serviços mais qualificados do que em centros urbanos menores e áreas rurais compreendidas nesse subespaço de relações; e
- A teia de relações com espaços urbanos de maior importância e/ou outros de mesma importância, potencializada pela situação geográfica de uma cidade média, segundo as facilidades para a drenagem da produção regional e para o abastecimento pela entrada de mercadorias, sobretudo industriais, produzidas em outros subespaços, na escala nacional ou internacional. (SPOSITO, 2001a, p. 636).

A importância assumida pelo consumo para as cidades médias é decorrente, principalmente, da maior complexificação da divisão social e territorial do trabalho advinda da transição do padrão de acumulação fordista para o sistema flexível em que para além das transformações nos papéis destas cidades, observa-se a intensificação das relações econômicas e ampliação das escalas em que elas atuam (BATELLA, 2013, p. 49). Vale colocar, todavia, que a ampliação das escalas não significa o rompimento com as relações territoriais mais imediatas, isto é, com a escala regional, uma vez que há cidades médias que só podem ser

entendidas como tal a partir das relações horizontais que desenvolvem, confundindo-se com cidades de papéis regionais.

Além da importância dos agentes relacionados à economia, o Estado também assume protagonismo na produção do espaço urbano, sobretudo, ao estimular políticas que buscam o maior equilíbrio do sistema de cidades. Em suas instâncias federal e estadual, o Estado se comporta como um importante agente que através da legislação e de planos de desenvolvimento ajuda a delinear as formas urbanas brasileiras. Adiante serão apresentadas algumas estratégias territoriais que eclodiram ainda na década de 1970 e permitiram a ascensão de alguns centros não metropolitanos.

1.2 – O papel do Estado na produção do espaço urbano e expansão de cidades médias brasileiras

O Estado brasileiro foi primordial para o processo de industrialização no país e para a substituição do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial. Entretanto, no que diz respeito às políticas de urbanização até a década de 1970, estas eram ainda muito restritas à concentração das atividades nas metrópoles, visando de maneira diminuta a integração nacional (FERREIRA, 2010).

A década de 1970 foi emblemática em todo o mundo para o planejamento urbano-regional, significando a necessidade de desconcentração das grandes populações e de suas atividades tradicionalmente aglomeradas que acarretavam uma série de problemas (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Na Europa do pós guerra, em especial na França, a preocupação com o equilíbrio na rede de cidades surge na forma do *aménagement du territoire* a fim de uma nova planificação que se alinhava, sobretudo, a três pilares: o desequilíbrio urbano-regional amplamente descrito por Gravier (1958) em sua obra “Paris e o Deserto Francês”; o aumento dos problemas sociais e a diminuição da qualidade de vida nas grandes aglomerações e; a frágil organização hierárquica das cidades que comprometia o fluxo de informações (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 5).

O *aménagement du territoire* inspirou os planos urbanos de uma série de países, sobretudo, devido a sua reflexão sobre a necessidade de melhor distribuição da população e de suas atividades econômicas pelo território. A Organização das Nações Unidas (ONU) tendo em vista a necessidade de solucionar os problemas urbanos escalares, reforçou a necessidade de se

montar uma rede mundial de pequenas e médias cidades para contrapor o crescimento patológico das grandes aglomerações (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 8).

No Brasil, até a década de 1970, havia poucos centros intermediários com atrativos suficiente para conter a migração destinada aos grandes centros e, ainda, ajudar na organização territorial e desenvolvimento nacional. A rede urbana brasileira, como já citado, era composta por poucas grandes e muitas pequenas cidades pouco articuladas, apresentando forma primaz, a qual “como a própria denominação deixa transparecer, tem como característica marcante a hegemonia de poucos centros de alcance nacional complementado por uma vasta rede de pequenas cidades” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 10).

O acúmulo das atividades econômicas nas metrópoles, bem como a centralização de instituições públicas e órgãos de gestão do território, contribuíam para a ampliação das desigualdades socioeconômicas e socioespaciais. Em tempo, as cidades médias localizavam-se, em sua grande maioria, na porção desenvolvida do país, ou seja, no sul e no sudeste onde o sistema de cidades era melhor distribuído e mais equilibrado espacialmente.

A partir do desenvolvimento vivenciado na década de 1970, o Governo aproveitou do êxito logrado para dinamizar os processos de desconcentração urbana e manter o ritmo de crescimento da economia nacional. Para tal, os Planos de Desenvolvimento (PND) surgiram, dentre outros propósitos, a fim de garantir o equilíbrio urbano-regional e a plenitude econômica que estava vigente.

O I PND (I PND, 1971) não explicita diretamente políticas para as cidades médias, mas prevê o aumento da produtividade agrícola no nordeste para contenção de fluxos migratórios, algo que se aproximava da política de “diques” cujos quais impediam os fluxos para as grandes cidades. O texto do documento, ainda, previa o desenvolvimento regional embutido na integração nacional através da criação de um mercado interno e da descentralização econômica, estando o desenvolvimento das regiões menos abastadas atrelado a exploração de recursos, tais como terra e mão-de-obra barata.

O II PND (II PND, 1972), por sua vez, explicita o apoio aos centros intermediários da região mais pobre do Brasil também com a ideia de conter os fluxos migratórios destinados ao sudeste brasileiro. Além disso, o texto evidenciou a preocupação com a aglomeração da Região Metropolitana de São Paulo e propôs o equilíbrio no interior do triângulo formado por Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte por meio da criação de polos de crescimento. Todavia, a desconcentração neste documento assumia caráter de reconcentração por ainda zelar pelas

economias de aglomeração, pois a descentralização era tida como risco as diminuições das taxas globais de crescimento. Amorim Filho e Serra (2001, p. 15) sintetizam:

O II PND tratou explicitamente das cidades médias: o diagnóstico do sistema urbano era de prematura metropolização, com excessiva pulverização de pequenas cidades e um inadequado número de cidades médias para imprimir maior equilíbrio ao sistema. Nesse documento, o desenvolvimento das cidades médias aparece como estratégia explícita: nas regiões desenvolvidas, como necessário para desconcentração industrial da RMSP, nas regiões menos desenvolvidas, para ocupação territorial e atração de fluxos migratórios.

O documento estabeleceu a primeira política urbana preocupada, de fato, com a estruturação da rede de cidades, dando relevo a ampliação dos papéis das cidades dos diferentes portes, uma vez que ao mesmo passo que zelava pela implementação de regiões metropolitanas, importava-se também com a definição de polos secundários e desconcentração regional (MOTTA; MATA, 2008, p. 33).

Agregado ao II PND estava o Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) que tinha como objetivo atuar na melhor distribuição e relacionamento entre as cidades, sobretudo, ao considerar as cidades de porte médio enquanto centrais para a difusão da economia e dos próprios valores da urbanização. Porém, apesar do programa defender o maior equilíbrio e ocupação no interior do país, ele seguiu reproduzindo as desigualdades inter-regionais por considerar as áreas menos abastadas ainda altamente dependente das outras no que se refere a economia, ciência e tecnologia.

Em 1977 o extinto Ministério do Interior criou o Programa Especial Cidades de Porte Médio que tinha como principal medida a melhoria e fortalecimento das infraestruturas das cidades e aglomerações urbanas tidas como polos que poderiam contribuir para o desenvolvimento nacional. O programa foi vítima de críticas por não dotar tais núcleos urbanos de infraestrutura produtiva, sendo um obstáculo para o desenvolvimento industrial.

Em 1980 foi instaurado o III PND (III PND, 1979) que objetivava aumentar os investimentos em ciência e tecnologia para difundir pelo território nacional maior capacidade produtiva. De modo geral, o plano tinha em vista

acelerar o crescimento da renda e do emprego; melhorar a distribuição da renda, com redução dos níveis de pobreza e elevação dos padrões de bem-estar das classes de menor poder aquisitivo; reduzir as disparidades regionais, com ênfase para o Nordeste; conter a inflação; equilibrar o balanço de pagamentos e controlar o endividamento externo; fortalecer o setor energético; e promover o aperfeiçoamento

das instituições políticas visando o estabelecimento dos ideais democráticos. (BRASIL, 1980, p.8).

O III PND no âmbito das políticas urbanas também destacava a importância da rede de cidade para o desenvolvimento nacional, demonstrando a necessidade da melhor distribuição da população pelo território. Diante disso, o documento dava ênfase a estruturação de um sistema de cidades que harmonizasse com as preocupações setoriais do nordeste, norte e centro-oeste, além da melhoria de condições intraurbanas, tais como as relacionadas ao saneamento básico e ao transporte urbano (MOTTA; MATA, 2008, p. 33).

A base deste plano estava nas funções estratégicas atribuídas às regiões metropolitanas e às cidades médias, a partir da interiorização das atividades econômicas construídas a partir de “áreas de descompressão, de expansão controlada, de dinamização e de funções especiais” (MOTTA; MATA, 2008, p. 33).

Apesar do III PND, o que se observou na década de 1980 foram políticas urbanas que vislumbravam escalas macrorregionais devido ao foco do Governo nas políticas monetárias e contenção da crise fiscal. Ademais, com a diminuição das migrações inter-regionais, as políticas preocupadas com a contenção dos fluxos migratórios para os grandes centros também reduziram.

A Constituição de 1988, ainda hoje vigente, atribui à União a instituição de Diretrizes Gerais de Desenvolvimento Urbano e de Planos Nacionais e Regionais de Ordenamento do Território a fim de fortalecer a rede urbana. Além disso, a Carta prevê que o Estado aja em conjunto às instâncias estadual e municipal em prol do desenvolvimento urbano, contemplando “ações públicas e privadas no espaço urbano mediante a ação articulada no território e nas cidades” (MOTTA; MATA, 2001, p. 34).

Todavia, a partir da década de 1990 com o avanço do receituário neoliberal e mudanças no papel do Estado, as políticas preocupadas com a rede urbana deixaram de pautar as agendas do Governo. Porém, como já dissertado, nesta década a partir da reestruturação produtiva e abertura comercial, as cidades médias passaram a surgir mais imponentes na rede urbana, levando à ampliação das publicações acadêmicas acerca de realidades não metropolitanas (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Em linhas gerais, as políticas aqui citadas visavam o fortalecimento das cidades a partir da expansão de sua capacidade produtiva e ampliação do mercado regional, sobretudo, ao levar

equipamentos terciários de alcance regional para os centros previamente selecionados (MOTTA; MATA, 2001).

O estado de Minas Gerais também estabeleceu programas que visavam o equilíbrio e a melhor distribuição demográfica e das atividades econômicas pelo território estadual. Adiante será apresentado o Programa Estadual de Centros Intermediários, promovido pelo Estado de Minas Gerais a fim de equilibrar o cenário urbano-regional e dotar de infraestrutura os núcleos urbanos compreendidos como cidades-diques.

O estado de Minas Gerais, em seu tamanho e diversidade existente entre os 853 municípios, apresenta marcas da heterogeneidade de um país continental, tal como o Brasil. No estado, de acordo com Queiroz (2001, p. 66), coexistem as diferenças de regiões modernas e dinâmicas e de regiões atrasadas e estagnadas que não oferecem a mínima condição de vida para a população. Tais diferenças socioeconômicas – e socioespaciais – marcaram os anseios do governo do estado para a melhor estruturação da rede urbana mineira.

Visando solucionar os problemas urbano-regionais do estado, o governo mineiro lança em 1981 o Programa Estadual de Centros Intermediários, cujo principal objetivo era o desenvolvimento regional de interesse estadual a partir das seguintes especificidades:

- a) Integrar a economia espacial do Estado a Belo Horizonte, em complementaridade com os pólos nacionais que o influenciam;
- b) Ordenar e fortalecer o crescimento das regiões com dinâmica própria e com alto potencial de recursos;
- c) Atenuar os desequilíbrios regionais de renda, produtividade e qualidade de vida, incentivando as economias regionais e fornecendo o suporte urbano necessário às atividades econômicas e sociais;
- d) Conformar e consolidar um sistema de cidades que, em seus distintos níveis de hierarquia, forneça uma cobertura efetiva ao processo de desenvolvimento, à racionalização do processo de urbanização e à dinamização do espaço rural. (FJP, 1981, s/p).

Para tanto, o plano selecionou centros prioritários baseados na importância estrutural para a economia mineira, principalmente, a partir das respectivas situações geográficas, visto que um dos critérios para a seletividade das cidades é a proximidade a outras regiões a fim de gozar das externalidades positivas propiciadas por elas.

Este programa, apesar de se voltar para as melhorias intraurbanas, principalmente, objetivava, dentre outras coisas, o fortalecimento das cidades enquanto polos microrregionais. As cidades foram escolhidas a partir de quatro critérios: integração espacial, dinâmica demográfica, população carente e dinamismo de base produtiva. Considerando os critérios de seleção, foram escolhidas as cidades e respectivas microrregiões, chegando a seguinte seleção

final: Unaí, Patos de Minas, Uberlândia, Uberaba, Poços de Caldas, Itajubá/Pouso Alegre, Varginha/Três Corações, Coronel Fabriciano/Ipatinga/Timóteo, Governador Valadares e Teófilo Otoni.

No que diz respeito às cidades analisadas neste trabalho, nenhuma delas foi contemplada por este programa, aparecendo no corpo do documento apenas em conjunto as suas respectivas microrregiões caracterizadas como “tradicionalmente expulsoras de população” (FJP, 1981, s/p). Sendo assim, como um dos objetivos do plano era promover a migração para cidades-diques, Ponte Nova, Viçosa e Ubá não foram contempladas, demonstrando as limitações frente ao cenário estadual e as características próprias de suas respectivas hinterlândias. Porém, ainda assim, as cidades são importantes polos para suas respectivas regiões imediatas e as suas vocações regionais serão investigadas adiante.

1.3 – Entre verticalidades e horizontalidades: cidades médias suprarregionais e cidades médias de papéis regionais

Conforme discutido no item 1.1, o avanço dos meios de transporte e comunicação e a maior rapidez da difusão da informação auxiliaram na ressignificação dos fluxos entre as cidades, bem como na organização da rede urbana. O capital global e os novos padrões de atividades econômicas condicionaram mudanças nos papéis das cidades médias, sobremaneira, a partir do vetor do consumo, levantando o desafio interestadual para pensar as realidades urbanas não metropolitanas. Concordando com Sposito (2006b, p. 144), o avanço das telecomunicações ampliou as possibilidades de articulações das cidades médias que, em muito, ainda estavam restritas aos espaços mais próximos, sejam eles cidades maiores ou menores.

Considerando que os processos que ocorrem nas cidades envolvem escalas geográficas distintas, urge a necessidade de se trabalhar em articulação, isto é, não apenas ressaltando que “o local cabe no regional, no nacional e no global (...)” (SPOSITO, 2006b, p. 146), mas apreendendo as diferentes relações que ocorrem entre estes níveis escalares, nos diferentes pesos e intensidades.

A função de intermediação assumida pelas cidades médias tem origem nas redes urbanas tipicamente hierárquicas em que “seus papéis eram pensados em relação às cidades grandes e à metrópole principal, num movimento a montante, e em relação às cidades pequenas, num movimento a jusante” (SPOSITO, 2006b, p. 147). Apesar de ainda hoje este processo estar incumbido a algumas cidades médias, outras dado os fluxos da globalização se inserem em

redes mais complexas, estabelecendo relações com outras cidades de diferentes sistemas urbanos. Sposito (2006b) atribui a redefinição dos papéis das cidades médias à reestruturação produtiva que ampliou as frentes econômicas ao assumir atividades de produção e consumo antes restritas às aglomerações metropolitanas.

Em linhas gerais, a globalização permitiu a ampliação dos papéis das cidades médias, possibilitando as trocas entre elas e cidades de outras redes. Sposito (2010, p. 53) bem sintetiza:

Não se trata da substituição de redes urbanas hierárquicas por outros tipos de redes, mas da combinação complexa e contraditória de fluxos que se estabelecem tanto no sentido hierárquico, como no sentido horizontal ou transversal, uma vez que uma mesma cidade é o espaço da ação e decisão de atores econômicos que se relacionam em diferentes escalas.

Ainda de acordo com Sposito (2010, p. 53) cabe aos geógrafos identificar “em quais contextos as transformações são mais profundas que as permanências, gerando redes urbanas complexas e mudanças significativas (...)” ou ainda reconhecer quais “os contextos regionais em que as permanências, sobretudo de natureza política e cultural, são mais densas que as transformações (...)”.

Considerando as diferentes naturezas dos fluxos que permeiam as cidades médias, elas podem ser compreendidas “na encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 281). Ou seja, ao mesmo passo que podem se relacionar de maneira vertical dada a influência de agentes externos relacionados a reprodução capitalista da vida, podem traçar também relações horizontais alinhadas às solidariedades locais de menor abrangência territorial. As verticalidades e as horizontalidades foram elementos analíticos propostos pelo geógrafo Milton Santos e aqui elencadas a fim de compreender as multiplicidades escalares inerentes aos processos desenrolados pelas cidades médias. O autor sugere que estes recortes são indissociáveis e compõem o espaço de maneiras diferenciadas, isto é

de um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. (SANTOS, 1993, p. 284)

Ainda em referência as horizontalidades e verticalidades, Catelan (2013, p. 18) sugere que elas se encontram nas cidades médias ora para a consolidação de uma rede urbana regional, ora para a interação com as lógicas do capital hegemônico. Cabe ao pesquisador, portanto,

trabalhar com os dados inerentes ao recorte escalar e analítico ao qual o seu objeto empírico faz parte (SPOSITO, 2006b).

Tendo em vista a multiplicidade dos papéis que as cidades médias podem assumir frente a rede urbana, Sposito (2010) elenca duas realidades para elas: as cidades médias de fluxos regionais e as cidades médias de fluxos supra-regionais.

O primeiro grupo recai sobre a gênese da discussão sobre cidades médias, isto é, se atrela ao papel de intermediação que estes núcleos assumem na rede urbana, sobremaneira, ao atender as demandas das cidades pequenas que lhes são tributárias. Neste sentido, as cidades médias são cidades tipicamente cidades regionais por atender de maneira hierárquica os núcleos urbanos menos complexos e ainda traçar relações de dependência com outros centros maiores de consumo e produção. A autora sintetiza:

as cidades regionais seriam as cidades médias que, essencialmente, por meio de relações hierárquicas comandam os fluxos numa dada região. Trata-se, assim, de relações hierárquicas regionais cujos fluxos supra-regionais se estabelecem quase por meio da cidade média. A contiguidade territorial é o elemento estruturador das espacialidades aí constituídas, pois as áreas ou regiões definem-se, sobremaneira, através dos deslocamentos territoriais. Os fluxos imateriais coincidem, em grande parte, com os materiais. Pensadas como tal, as cidades regionais teriam forte centralidade interurbana na área de abrangência dos municípios sediados pelas cidades pequenas que comandam. Quanto mais frágil o sistema urbano, constituído por menor número de cidades e/ou por cidades com poucos papéis urbanos, mais ampla é a área sob o comando de uma cidade média, do tipo regional (SPOSITO, 2010, p. 59).

Por outro lado, existem as cidades médias alinhadas às dinâmicas engendradas pela globalização que sediam interesses do grande capital e, por isso, têm sua escala de atuação ampliada, traçando relações com cidades maiores da mesma rede urbana ou de redes urbanas diferentes, interligando pontos distantes do território e não atendendo necessariamente as demandas das cidades menores de sua região imediata. Para tal, Sposito (2010, p. 60) define:

Uma cidade média em território altamente integrado à economia capitalista tem, relativamente, poucas cidades pequenas que, de fato, comandam. A centralidade interurbana, tanto quando a urbana é, nessas situações, de estrutura policêntrica, pois as espacialidades podem ser constituídas tanto por relações de competição quando de cooperação. Os fluxos imateriais, dados pelos meios de comunicação mais modernos, bem como os de matérias primas e mercadorias, estão mais presentes e são de escala geográfica mais abrangente, quando se comparam com aqueles que, a partir dessas áreas, são definidos por seus moradores. Além disso, os processos de expansão territorial dos tecidos urbanos e de aglomeração urbana são mais presentes e geram o que Dematteis (1998) conceituou como urbanização difusa. Nesses casos, as cidades médias não podem ser consideradas como propriamente regionais pois, mesmo que ainda desempenhem papéis de

intermediação, elas não atendem, essencialmente, às demandas regionais, mas representam interesses mais distantes.

Sposito (2009a) ao alertar sobre a importância de trabalhar com articulações para a compreensão das realidades não metropolitanas, lança o par analítico continuidade e descontinuidade como ferramenta que coadjuve tal entendimento. Em outras palavras, deve-se atentar para a associação entre os espaços contíguos e as relações territoriais que envolvem as cidades médias para com a circulação de fluxos e interações com espaços mais distantes, levando a uma dialética entre as infraestruturas fixas a movimentação virtual do capital.

Assumindo que a cidade materializa os processos desenrolados em diversas escalas (BATELLA, 2013, p. 159), cabe identificar, dentre as particularidades de cada uma delas, os processos levados adiante pelos agentes, sejam eles endógenos ou exógenos, a fim de captar se existem mais rupturas ou permanências na estruturação dos núcleos urbanos. Por rupturas e permanências entende-se o conflito entre as velhas e as novas formas existentes nas cidades médias, sendo as rupturas as maiores responsáveis pela aceleração da complexidade da divisão social e territorial do trabalho (BATELLA, 2013).

As três cidades aqui analisadas, dado o contexto urbano-regional no qual se inserem, apresentam particularidades em suas respectivas estruturações que as colocam em paridade ao primeiro grupo apresentado por Sposito (2010), isto é, as cidades médias de papel regional, ou em outras palavras, cidades estas que apresentam a supremacia das horizontalidades sobre as verticalidades ou das permanências sobre as rupturas.

1.4 – Ponte Nova, Viçosa e Ubá: estruturação de três cidades médias de papéis regionais

Antes de se adentrar na estruturação de cada uma das cidades em questão, vale a pena revisitar os estudos sobre a rede de cidades de Minas Gerais, a fim de constatar qual a posição de cada uma dentro desta hierarquia urbana, bem como para buscar o subsídio teórico que permita classifica-las como cidades médias de papéis regionais.

A rede urbana de Minas Gerais reflete as desigualdades existentes dentro do estado, bem como assume uma forma hierárquica e primaz dada as peculiaridades de sua estrutura produtiva. De acordo com Queiroz e Braga (1999, p. 10), Minas Gerais

Apresenta uma forte heterogeneidade em relação à hierarquia de sua rede urbana e à tipologia de cidades. Convivem no território mineiro regiões de rede urbana rarefeita, composta basicamente por municípios de pequeno porte, como os vales do Jequitinhonha e Mucuri, e regiões com uma densa rede urbana, compostas por um número considerável de centros de porte médio e grande proximidade entre eles, como a Metropolitana de Belo Horizonte.

Arruda e Amorim Filho (2002) resgatam as principais obras sobre a evolução da rede urbana mineira desde a década de 1950. O estudo pioneiro de Leloup monta a hierarquia urbana mineira baseada em critérios geossocioeconômicos para as décadas de 1950 e 1960. O que se observa de um quadro para o outro é a maior complexidade e diversificação das cidades intrínsecas às transformações na geografia econômica e urbana de Minas Gerais (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 192).

Nestes estudos, as cidades em análise não tiveram suas posições alteradas: sendo Ponte Nova considerada um centro regional, Ubá um centro intermediário de serviços e Viçosa um centro local. O centro regional pode ser compreendido como as cidades de papéis regionais significativas para a época, enquanto os centros intermediários antecipam o conceito de cidades médias devido a sua função de intermediação na rede urbana e, por fim, os centros locais são classificados como sendo de pequenas hierarquias.

Em 1980, o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) sob coordenação do professor Oswaldo Bueno Amorim Filho desenvolveu um estudo sobre a hierarquia urbana estadual vigente na década de 1970 com base nos fluxos interurbanos realizados via ônibus, transporte terrestre mais utilizado no estado. Conforme Arruda e Amorim Filho (2002, p. 195) os indicadores

Mostram, entre outros, dois aspectos da maior importância: de um lado, a própria dimensão espacial da rede urbana, que tende a coincidir com o território coberto pelas relações de uma localidade central com localidades menores; de outro, os níveis hierárquicos das localidades que compõem a rede urbana em estudo.

Neste estudo do IGA, Ponte Nova e Ubá ocupam papel de centros regionais (2ª ordem B) e Viçosa o papel de centro sub-regional (3ª ordem B). De acordo com o estudo, o dinamismo de cada cidade é diretamente relacionado a sua posição geográfica, devido a maior ou menor proximidade de centros de mesmo porte ou maiores.

A partir de meados da década de 1970, Amorim Filho passa a voltar suas atenções para a classificação das cidades médias mineiras a partir do tamanho demográfico e de suas áreas de influência. Sendo assim, Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) lançam uma classificação pioneira que cobria 102 cidades acima de 10.000 habitantes que se localizavam fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tais cidades foram divididas em quatro níveis: grande centro regional, cidades médias de nível superior, cidades médias propriamente ditas e centros emergentes. As três cidades aqui analisadas são consideradas, no referido estudo, cidades médias propriamente ditas, isto é, aquelas que apresentam características mais intermediárias

no tocante a tamanho demográfico, hierarquia e funções econômicas. Os autores definem estes centros

Em suas relações externas, as cidades incluídas no grupo das médias (propriamente ditas) são caracterizadas por certos aspectos bem peculiares. De um lado, tendo em vista seu nível atual de desenvolvimento econômico, sua posição geográfica sempre nos eixos ou entroncamentos principais das vias de comunicação, essas cidades mantêm relações importantes com centros maiores (...). De outro lado, essas cidades médias continuam a manter relações intensas, constantes e diretas com as cidades menores e com o espaço microrregional a elas ligado. É essa função de ligação entre o espaço rural e as pequenas cidades microrregionais, de uma parte, e os centros urbanos mais importantes, de outra, que constitui a própria essência dessa noção de cidade média, tão bem identificada nesse grupo de cidades (...) (AMORIM FILHO; BUENO; ABREU, 1982, p. 43).

No fim da década de 1990, mais uma classificação acerca das cidades médias mineiras foi publicada. Além de se considerar grande parte da metodologia da classificação precedente, acrescentou-se duas variáveis nesta: inclusão de itens que permitissem as iniciativas das cidades médias no campo das tecnologias de ponta e inclusão de variáveis que apreendessem a qualidade de vida nas cidades médias. Foram hierarquizadas 102 cidades nos mesmos quatro níveis hierárquicos da classificação de 1982, sendo que Ponte Nova, Viçosa e Ubá se mantiveram enquanto cidades médias propriamente ditas (AMORIM FILHO; ABREU, 2001).

Por fim, na última atualização da taxonomia das cidades médias mineiras publicada no ano de 2007, houve mudança na metodologia no que diz respeito a alteração do limiar demográfico inferior de 10.000 para 14.000 habitantes, classificando 131 cidades. As cidades analisadas nesta pesquisa seguem enquanto cidades médias propriamente ditas (AMORIM FILHO *et al.*, 2007, p. 17). A mudança no limiar demográfico se deu em função de algumas cidades desenvolverem os seus equipamentos e se complexificarem mais, constatação esta que se deu a partir de trabalhos de campo.

As taxonomias descritas permitem inferir que Ponte Nova, Viçosa e Ubá são realidades urbanas importantes para as regiões nas quais estão alocadas, só sendo possível compreendê-las enquanto cidades médias quando se olha para o par articulado e indissociável: espaço intraurbano e espaço interurbano. Vale salientar que tais classificações hierárquicas correspondem a uma determinada época, bem como podem não responder pela totalidade da realidade, considerando as dinâmicas e processos que os modelos não são capazes de apreender. Porém, permitem uma visão preambular sobre a rede urbana e sua conformação.

Considerando o subsídio teórico-metodológico oferecido pelas classificações, adiante se avançará no entendimento de Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto cidades médias a partir da estruturação de cada uma delas alinhada às respectivas conformações regionais.

1.4.1 – Notas sobre estruturação urbana e estruturação das cidades

Antes de compreender Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto cidades médias, cabe teorizar o que se entende por estruturação urbana e das cidades.

O epíteto estrutura habita o vocabulário de inúmeros campos do saber, como constata Bastide (1971), porém sempre enquanto uma palavra de ligação. Ao refletir sobre a palavra estrutura *stricto sensu* e ao revisitar suas origens dentro das diferentes ciências, o autor conclui que o termo se refere a um todo cujas partes articulam entre si, sendo que a alteração de uma relação irá modificar todos os outros elementos. Sem perder de vista a ideia do todo, contudo, irá se utilizar a palavra estrutura enquanto ligação para compreensão das estruturas urbanas alinhadas ao processo de estruturação urbana e das cidades.

Considerando o sistema urbano, Castells (1983) define estrutura urbana enquanto a organização básica dos elementos do sistema, atribuindo estabilidade a isto para expressar a lógica da formação social da qual emanam.

Maraschin (1993, p. 45) atrela as estruturas urbanas enquanto um processo que

- 1) Aloca atividades e espaços, em função da disponibilidade, características e posição relativa destes últimos e em função das relações entre atividades, e
- 2) aloca espaços transformado sobre o território, em função das demandas demonstradas pelas atividades urbanas.

Nesta direção, a autora evoca que há aspectos formais e aspectos estruturais dentro do conceito de estrutura urbana, sendo que os primeiros podem ser identificados visivelmente em um dado momento da história urbana, enquanto os segundos são explicitados no sistema de relações da sociedade e seu desenvolvimento (MARASCHIN, 1993, pp. 45-46).

A leitura clássica e estruturalista da Escola de Chicago considera as estruturas urbanas como algo fixo que demanda uma descrição de sua localização e forma a fim de se elaborar modelos que deem conta de explicar o espaço urbano (SILVA, 2001).

Villaça (1998, p. 13), por sua vez, sintetiza o conceito de estrutura para os estudos urbanos enquanto à materialidade da cidade e às alterações no espaço urbano sem considerar as relações existentes entre os elementos espaciais das estruturas, aproximando-se do sentido inicial da palavra: “sabemos que a palavra estrutura vem do latim *structura*, derivada do verbo

struere, construir. Em primeiro lugar, ela tem um sentido arquitetônico; designa ‘o modo pelo qual está construído um edifício’” (BASTIDE, 1971, p. 2).

Em muito, portanto, o termo estrutura atrelou-se a dimensão material da cidade, indissociando-se ao conceito de forma enquanto

propriedade inerente à matéria, e como tal, é o contato que possibilita a comunicação e a constituição de representações cognitivas por parte do representante, ou seja, pelo sujeito que busca atribuir significado a um dado conteúdo (SILVA, 2006, p. 26).

Todavia, Silva (2006, p. 34) alerta sobre a necessidade de olhar para as formas urbanas em suas dimensões materiais e imateriais, considerando que as formas urbanas se imbricam à dinâmicas econômicas que remetem a processos de toda a estruturação urbana. Sposito (2004, p. 310) compartilha da ideia que as formas presentes no espaço intraurbano são expressões de dinâmicas gerais de produção e apropriação de seus subespaços, bem como de mudanças mais amplas que reorientam as relações interurbanas.

Os espaços da cidade, portanto, devem ser compreendidos a partir dos processos que lhes dotam de significações econômicas, políticas e sociais, visto que para além das estruturas que são cartografáveis e visíveis no tecido urbano, existem as articulações e relações entre os variáveis processos que conformam a estruturação e reestruturação da cidade, conforme explicitado por Sposito (2004, p. 311). A autora continua ao falar que apesar das diferenças existentes em cada parcela da cidade, elas devem ser analisadas em sua totalidade, à medida que

a expressão ‘estrutura urbana’ é, a nosso ver, apropriada para se fazer referência à forma como se encontram dispostos e se articulam os usos do solo, num dado momento do contínuo processo de estruturação dos espaços da cidade (SPOSITO, 2004, p. 311).

A citação acima evidencia o caráter processual e contínuo do termo estruturação, demonstrando que as formas existentes na cidade estão subordinadas à outras escalas de ação. Sposito (2004) atrela o par urbanização e cidades, porém, demonstra que enquanto o primeiro diz respeito a um processo, o segundo referencia a materialidade. Isto posto, a adjetivação ‘urbana’ e ‘da cidade’ depois da palavra estruturação também significa a maior ênfase nos processos ou nas formas (SPOSITO, 2004, p. 312), contudo, a autora ressalta a importância de considerar os dois movimentos de maneira imbricada, visto que “não há estruturação urbana sem estruturação da cidade e vice-versa”. Villaça (1998) afirma não existir diferença entre a análise regional e a análise do urbano, porém, o autor ainda assim utiliza do termo intra-urbano para fazer referência a esta segunda.

Sposito (2004) ao propor o debate sobre estruturação possibilita que a estrutura seja analisada em um contínuo processo de transformação no qual contém e está contida na reprodução dos processos sociais. Nesta direção, a estrutura é um recorte temporal de um processo maior de estruturação, sendo que “ a morfologia urbana refere-se não apenas à forma, mas também aos conteúdos que orientam essa forma e são por ela redefinidos continuamente” (SPOSITO, 2004, p. 66).

Os debates sobre estruturação vão além da preocupação com a localização dos objetos e interpretação das formas, eles propõem a relevância de se analisar os fluxos dispostos pelo território sendo que estes são grandes responsáveis pela centralidade urbana (SILVA, 2006).

Considerando o modelo capitalista vigente e as cidades subordinadas cada vez mais às lógicas financeiras, a estruturação delas faz parte de um combinado de vontades e ações de inúmeros sujeitos que ao reproduzirem o capital, produzem desigualdades socioespaciais, sendo a forma caleidoscópica das cidades contemporâneas resposta ao processo de urbanização atrelado à lógica desigual e combinada do capitalismo.

Silva (2006) utiliza das centralidades para unir forma, função, estrutura e processo, considerando que

a estruturação do espaço urbano expressam centralidades em diferentes níveis e dimensões que terminam por extrapolar a escala dos seus espaços urbanos, processo este que, dialeticamente, redefine os papéis e as articulações entre as cidades, na rede urbana regional, e são, por esta, modificados e redefinidos (SILVA, 2006, p. 17).

Silva (2006) acredita que é a partir das centralidades que é possível cooptar a estruturação urbana à das cidades, uma vez que elas irão possibilitar o entendimento da totalidade e a maneira como o processo geral se cristaliza nas formas e estruturas. Para estudar a estruturação das cidades de Londrina e Maringá, portanto, o autor recorreu aos centros principais da cidade e as suas formas características, buscando apreender características gerais do processo de urbanização da área, bem como o motor do movimento de estruturação das cidades. O autor, entretanto, destaca a necessidade do jogo escalar ao lidar com as centralidades existentes nas cidades, pois elas “se articulam e se superpõem; que se manifestam nas relações entre as escalas da cidade e da rede urbana e, ainda, em diferentes padrões socioespaciais que configuram o aumento das desigualdades presentes no espaço urbano” (SILVA, 2006, p. 19).

Castells (1983) também atribui à centralidade o papel de articular os elementos que compõem a estrutura urbana, uma vez que além de apresentar conteúdo social, apresentam também uma localização geográfica, exprimindo um conteúdo e uma forma. O autor destaca que a compreensão da estruturação do espaço urbano é permeada pela compreensão que este

processo não se dá de maneira amistosa, isto é, as formas são resultado de embates sociais, econômicos e políticos, bem como da dialética existente entre fatores internos e externos à cidade.

Então, a análise avançará buscando o que está fixo nas cidades para compreensão das funções urbanas que extrapolam os limites do intra-urbano na mesma direção que Silva (2006, p. 62) sugere, isto é, compreender o que atribui movimento às estruturas a partir das dinâmicas econômicas e dos diferentes fluxos a fim de também apreender a definição da centralidade de cada cidade em conjunto a sua estruturação urbana. Serão elencados dispositivos de saúde, educação superior, órgãos de gestão federal, comércio e serviço e instituições financeiras, considerando a complexidade destes equipamentos e os efeitos de atração que representam, conforme delimitado pela metodologia da REGIC (IBGE, 2008)⁶. Em suma, a localização destes equipamentos seguido da devida abordagem qualitativa permitirá que se avance na compreensão das dinâmicas econômicas da cidade e os seus rebatimentos regionais.

1.4.2 – Ponte Nova

Ponte Nova é um município mineiro localizado na antiga mesorregião da Zona da Mata e Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora. Além do distrito sede, Ponte Nova conta com outros dois distritos: Rosário de Pontal e Vau-Açu. Banhado pelo Rio Piranga, componente da bacia do Rio Doce, apresenta a sua gênese intrínseca a estes dados fisiográficos, visto que a partir do curso d'água se tinha acesso a capital da província, primeiramente por uma pinguela, e posteriormente, por uma ponte mais resistente, justificando assim a sua toponímia.

A cidade apresenta posição geográfica privilegiada por receber inúmeras rodovias estaduais, tais como a MG-262 (interior de Minas; faz parte do circuito turístico Serra de Minas), MG-326 (interior da Zona da Mata), MG-329 (interior da Zona da Mata); e uma federal: BR-120 (Arraial do Cabo/RJ a Araçuaí/MG). Além disso, a cidade está a pouco mais de 180 km da capital do estado Belo Horizonte e a cerca de 216 km de Juiz de Fora, principal cidade

⁶ Apesar do hiato temporal existente entre a publicação e a contemporaneidade, considerou-se aqui os elementos apresentados pela REGIC para se avaliar os níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica. Levantou-se dados sobre gestão federal, equipamentos e serviços, instituições financeiras, ensino superior e saúde. Vale salientar que além destes itens, a REGIC considera ainda dados sobre Internet, rede de televisão aberta e fluxos aeroviários, sobre tal, os dois primeiros dados foram excluídos devido aos avanços das redes de telecomunicação que se deram nestes últimos 10 anos e o último foi negligenciado pelas cidades em questão não apresentarem uma rede aeroviária consolidada, sendo os dados levantados ínfimos.

da região na qual está alocada. No que diz respeito as outras cidades aqui analisadas, Ponte Nova está a aproximadamente 109 km de Ubá e 48 km de Viçosa (FIGURA 02).

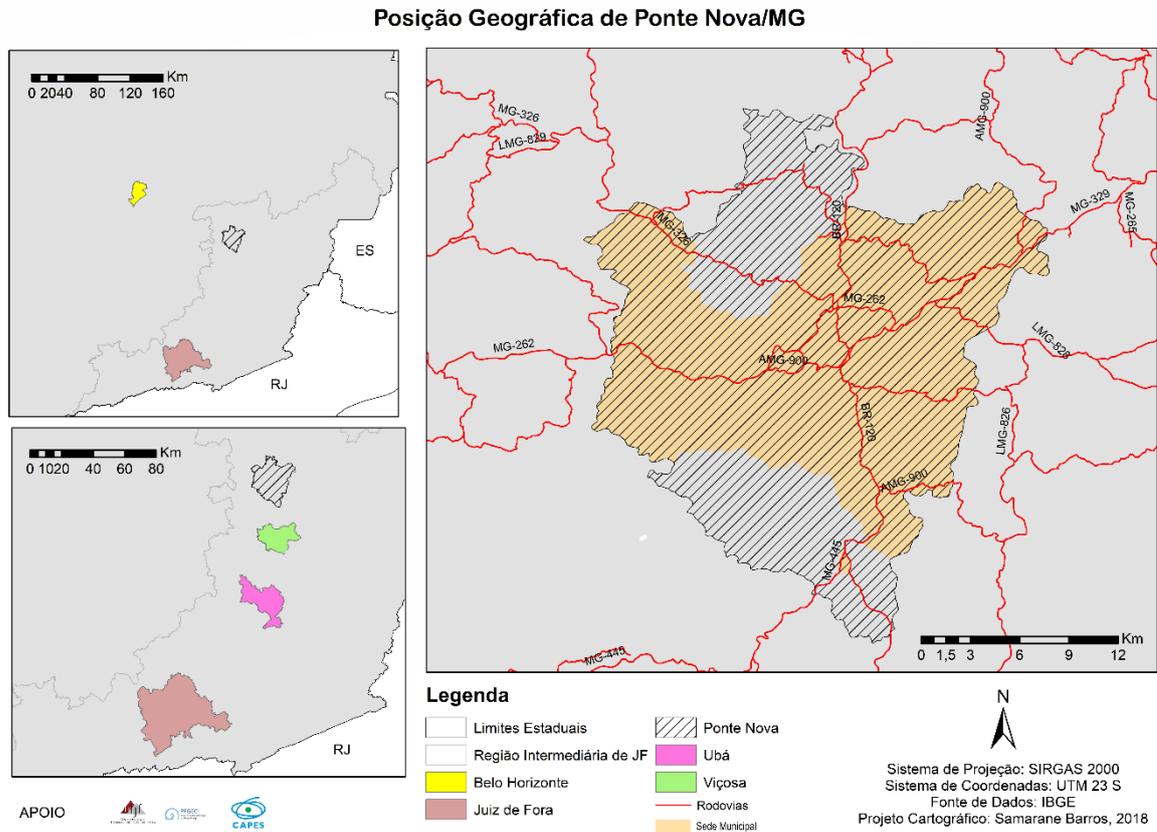


FIGURA 02 – Posição Geográfica de Ponte Nova/MG.

FONTE – IBGE; Organização da autora.

O doce passado pontenovense ligado à economia açucareira colocou a cidade em posição de centralidade dentro da região, sobremaneira, no século XIX quando despontou enquanto maior centro açucareiro de Minas Gerais. Este ciclo econômico foi responsável por dotar a cidade de vetores da modernidade, tal como maquinário que garantia a expansão e diversidade da produção.

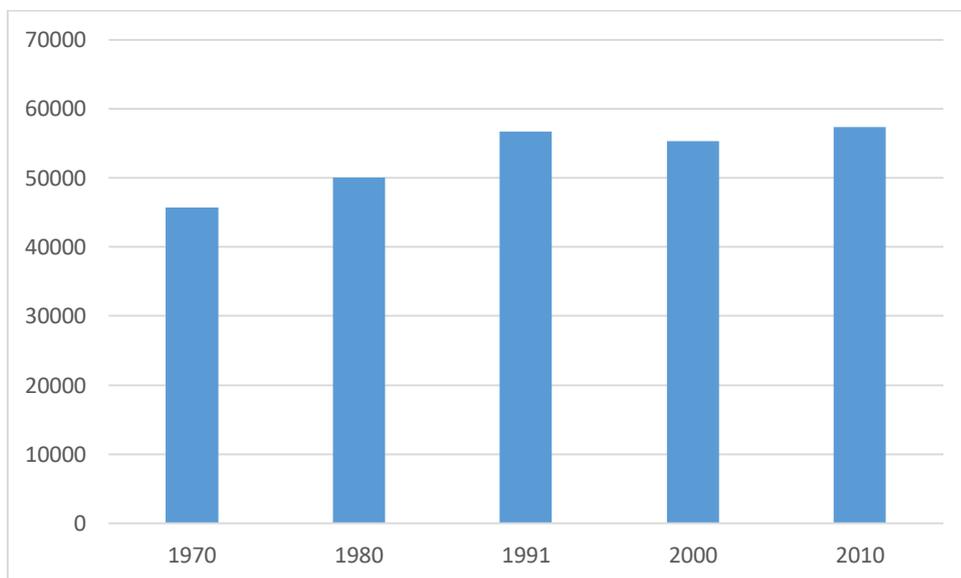
A elite agrária em conjunto ao Governo do Estado conseguiu que em 1866 fosse inaugurado na cidade um prolongamento da linha férrea da Companhia E.F Leopoldina que cruzaria de Ponte Nova a Itabira, facilitando o escoamento da produção e garantindo a ampliação dos mercados (VILLAR, 2010). A estação localizava-se próxima ao centro urbano, à margem esquerda do Rio Piranga, atendendo o interesse dos comerciantes e classe média urbana já consolidada na cidade. Além disso, este acontecimento garantiu a Ponte Nova rápida expansão econômica e mudanças no contexto urbano de toda a região (BRANT, 1993).

A ferrovia, portanto, foi uma importante indutora do modo capitalista de produção em Ponte Nova, considerando que a partir de sua expansão observou-se também a ampliação do setor terciário e os investimentos em infraestrutura em toda a cidade, como a melhoria no abastecimento de água, alargamento e calçamento das ruas, disponibilidade de serviços elétricos e de telefonia, entre outros (VILLAR, 2010).

Além da ferrovia, a ampliação e abertura de estradas permitia a ligação da cidade a outros núcleos da região, sendo que “o estabelecimento dessa malha rodoviária tinha como objetivo facilitar o transporte da produção agrícola, que na ocasião representava quase 90% da renda do município” (BRANT, 1996, p. 99).

O êxito logrado pela economia açucareira levou Ponte Nova a ser reconhecida, em meados do século XX, como surpreendente, sendo o seu contingente populacional, dentro da Zona da Mata, superado apenas por Juiz de Fora (BARBOSA, 1971). O que se observou foi um decréscimo na população entre 1991 e 2000, demonstrando a estagnação da cidade nesse período coincidente ao declínio açucareiro, voltando a apresentar taxas positivas apenas no censo de 2010 (GRÁFICO 01).

GRÁFICO 01 – Evolução da População de Ponte Nova/MG



FONTE - IBGE. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>> Organização da autora.

A crise da produção local do açúcar pode estar associada a fatores endógenos e exógenos, como a desatualização da técnica e os altos custos agregados a produção e a queda do preço do açúcar no mercado ocasionado pela ampliação da concorrência (RODRIGUES, 2012).

Todavia, o que não se pode perder de vista é a importância que este segmento da economia teve para a conformação da centralidade pontenovense frente a sua região. Por exemplo, o Hospital Arnaldo Gavazza é fruto dos recursos financeiros do Instituto do Alcool e Açúcar (IAA) e figura, atualmente, entre os 17 melhores hospitais do estado, sendo um pólo regional de saúde. O setor da saúde é destaque em Ponte Nova, conforme sublinhado pelo *site* da Prefeitura Municipal, e recebe

vultosos investimentos na modernização tecnológica dos hospitais particulares Arnaldo Gavazza Filho e Nossa Senhora das Dores, além do atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), da sede regional da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (Hemominas) e do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga (Cisamapi), com sede em Ponte Nova (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA. Disponível em <<http://pontenova.mg.gov.br/ponte-nova/historia-e-contemporaneidade/>>).

Em consulta ao Centro de Tecnologia do Sistema Único de Saúde (DataSUS), analisou-se que Ponte Nova é uma regional de saúde e apresenta um elevado número de atendimentos e complexidade no seu conjunto de serviços. De acordo com o DataSUS, em dezembro de 2018, do montante de 2390 profissionais da saúde⁷ pertencentes a Regional de Saúde de Ponte Nova, 1193 deles eram da cidade ponte-novense. Das cidades da região imediata de Ponte Nova, a segunda com mais profissionais da saúde era Rio Casca que totalizava 166, enquanto cidades como Oratórios, Sem-Peixe e Rio Doce apresentavam menos de 50 pessoas empregadas em áreas da saúde.

Ainda no concernente aos serviços de saúde quando se olha para o número de leitos disponíveis para internação, observa-se que Ponte Nova apresenta mais da metade do total de sua região imediata, uma vez que dos 341 leitos disponíveis, 216 concentram-se em Ponte Nova, sendo a segunda cidade com maior número de leitos Rio Casca que conta com apenas 40.

Além da amplitude nos serviços de saúde, Ponte Nova também conta com instituições privadas de ensino superior. A proximidade a duas universidades públicas de grande porte, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), porém, fazem com que o setor se comporte de maneira menos proeminente na cidade. Existem três

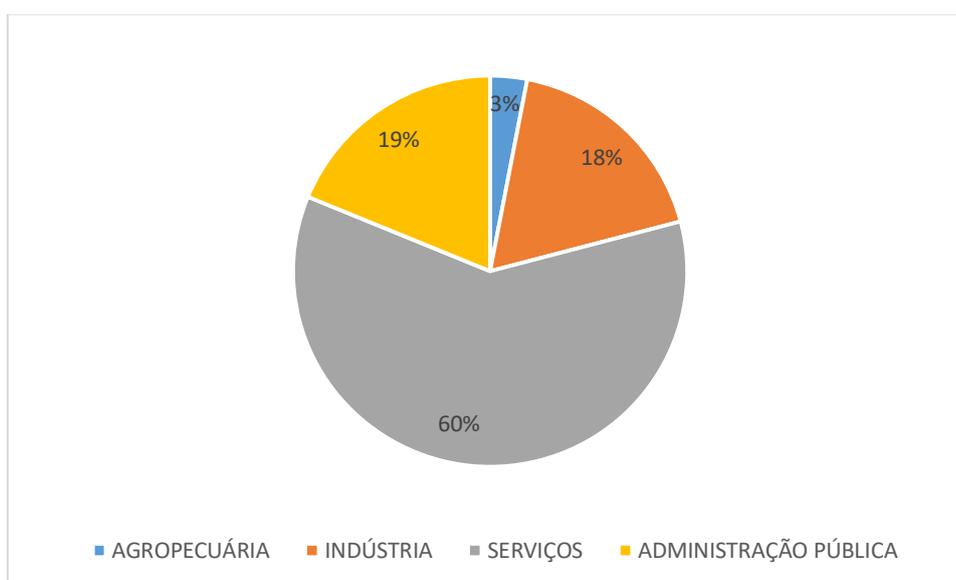
⁷ O DataSUS considera profissional da saúde todas as áreas que a ela se relacionam, como médicos, enfermeiros, assistentes sociais, farmacêuticos, bioquímicos, fonoaudiólogos, nutricionistas, dentistas, psicólogos, biomédicos, pesquisadores da área, preparador físico e professores da área, bem como serviços técnicos relacionados a gestão de saúde pública, auxiliares de laboratório, agentes comunitários, cuidadores, entre outros. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br>.

faculdades privadas⁸ que no total disponibilizam 20 cursos superiores presenciais. Vale salientar que a preocupação em atender a população regional está presente nos *sites* da FADIP e da FUPAC sendo que a primeira atrela a sua criação ao compromisso de servir municípios localizados a um raio de 80 km da cidade de Ponte Nova e a segunda garante o seu objetivo de abrir novas frentes de desenvolvimento econômico e social para o município e para a região.

No que diz respeito aos órgãos de gestão federal, Ponte Nova apresenta uma agência da Previdência Social (INSS), gerência regional do Ministério do Trabalho e Emprego, Justiça Federal e Juizados Especiais. Além dos órgãos federais, outras instâncias estaduais estão presentes na cidade, dotando-a de importância política e administrativa para a sua região.

O terciário é o setor proeminente na economia pontenovense na contemporaneidade, tendência esta observada em grande parte das cidades médias conforme já explanado. No ano de 2015, como se pode analisar no gráfico 02 abaixo, o setor correspondeu a mais da metade do valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) do município.

GRÁFICO 02 – Valor por setor adicionado ao PIB – Ponte Nova/MG



FONTE - IBGE (2015). Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ponte-nova/pesquisa/38/46996>> Organização da autora.

O setor terciário de Ponte Nova, para além das atividades de saúde e educação superior já descritas aqui, é bastante diverso no que tangencia o provimento de bens e serviços. Quando se olha para a distribuição de empregos, observa-se também a imponência do setor terciário, sendo que

⁸ Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Piranga (FAVAP), Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP) e Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova (FUPAC).

em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 7,97% trabalhavam no setor agropecuário, 0,38% na indústria extrativa, 9,93% na indústria de transformação, 8,76% no setor de construção, 1,62% nos setores de utilidade pública, 21,77% no comércio e 45,66% no setor de serviços (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL).

O comércio varejista de Ponte Nova é bastante diversificado e é responsável por atender as demandas da hinterlândia da cidade. A rede de comércio localiza-se, principalmente, na área central da cidade, levando lojas de redes nacionais a estarem presentes na paisagem da cidade, tais como Ricardo Eletro, Magazine Luiza e Ponto Frio. Assim como as redes de eletrodoméstico, na cidade estão presentes também redes de supermercados e hipermercados nacionais e/ou regionais, como a rede EPA, a rede BH e a rede BAHAMAS.

Além disso, outras formas de comércio surgem na cidade, tais como edifícios e galerias, estabelecimentos menos complexos que os *shopping centers*, mas inovações espaciais que atendem o mercado regional, uma vez que a implementação de equipamentos comerciais leva em consideração o tamanho da cidade e sua centralidade interurbana (SPOSITO, 2001b).

Ademais, o terciário vem acompanhado da ascensão de serviços financeiros. Em Ponte Nova estão localizadas 6 agências de bancos diversas e 15 postos de atendimento, segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

A descrição acima realizada só se faz plausível se comparada com os números dos demais municípios da Região Geográfica Imediata de Ponte Nova (FIGURA 03). A Região Geográfica Imediata de Ponte Nova é formada por 18 municípios, além do polo, em sua maioria todos de baixa pujança demográfica e de serviços públicos que atendam a sua população. A proeminência e centralidade pontenovense pode ser sintetizada no quadro 01 abaixo.

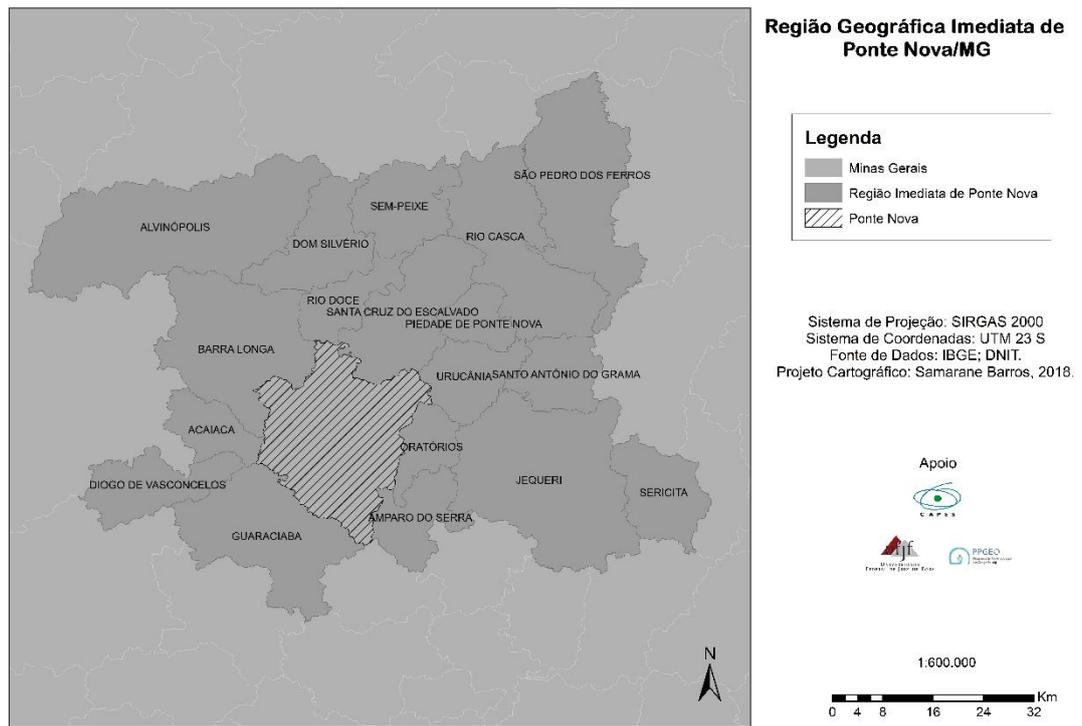


FIGURA 03 – Região Geográfica Imediata de Ponte Nova/MG.

FONTE – IBGE; Organização da autora.

QUADRO 01 – Distribuição de equipamentos urbanos na região imediata de Ponte Nova/MG

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2010) (1)	POPULAÇÃO ESTIMADA (2018) (2)	Nº DE LEITOS DE INTERNAÇÃO (3)	Nº DE IES (4)	Nº DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS (5)
Acaiaca	3920	3994	0	0	0
Alvinópolis	15261	15239	32	0	2
Amparo do Serra	5053	4751	0	0	0
Barra Longa	6143	5250	0	0	0
Diogo de Vasconcelos	3848	3814	0	0	0
Dom Silvério	5196	5243	30	0	1
Guaraciaba	10223	10333	23	0	1
Jequeri	12848	12460	0	0	0
Oratórios	4493	4647	0	0	0
Piedade de Ponte Nova	4062	4140	0	0	0
Ponte Nova	57390	59605	216	3	6
Rio Casca	14201	13659	40	0	3
Rio Doce	2465	2599	0	0	0
Santa Cruz do Escalvado	4992	4793	0	0	0

Santo Antônio do Gramma	4085	3937	0	0	0
São Pedro dos Ferros	8356	7858	0	0	0
Sem Peixe	2847	2661	0	0	0
Sericita	7128	7319	0	0	0
Urucânia	10291	10371	0	0	1
TOTAL	182.802	182.673	341	3	14

FONTE - 1) IBGE, 2010. 2) @cidades, IBGE, 2019. 3) DataSUS, 2018. 4) Emec, 2018. 5) FEBRABAN, 2018. Organização da autora.

O quadro síntese acima demonstra a total ausência ou baixa densidade dos equipamentos urbanos nas cidades da região imediata de Ponte Nova, demonstrando o papel importante desta para com aquelas. Nota-se que, além de Ponte Nova, apenas Alvinópolis apresenta mais de 15.000 habitantes, demonstrando que a região é composta, em grande parte, de cidades pouco dinâmicas. Aliada aos dados demográficos, tece-se a dimensão qualitativa, isto é, em grande medida os municípios desta realidade urbana são dependentes de Ponte Nova no que diz respeito à saúde, educação e atividades financeiras, retroalimentando a economia do polo.

Isto posto, os equipamentos urbanos localizados no interior da cidade de Ponte Nova garantem também a sua centralidade interurbana, visto que a sua conformação urbano-regional é, em muito, associada aos fluxos que se originam das cidades menores e vão ao encontro do polo. Entretanto, ainda não se observa em Ponte Nova nenhum equipamento de amplo alcance espacial, estando os seus papéis limitados a sua região imediata, fato este comprovado pela REGIC ao categorizar a cidade enquanto centro sub-regional A. A problematização da hierarquia urbana será apresentada mais adiante na análise geral sobre a estruturação urbana das três cidades.

1.4.3 – Viçosa

Viçosa localiza-se na antiga mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais e, agora, Região Intermediária de Juiz de Fora, distando cerca de 230 km da capital do estado e 172 km de Juiz de Fora. Além disso, a cidade está em posição de contato⁹ entre duas cidades de porte semelhantes aqui analisadas, isto é, Ponte Nova e Ubá, estando aproximadamente 48 km da primeira e cerca de 65 km da segunda. Por posição de contato entende-se que Viçosa está situada entre as duas cidades, possibilitando a transição e ligação entre elas. No que diz respeito

⁹ Oswaldo Bueno Amorim Filho utilizou o termo “posição de contato” em sua tese de doutorado (1973) para explicar a situação geográfica de Formiga/MG, situando-a entre as regiões do Sul e do Centro-Oeste de Minas Gerais.

a malha rodoviária, Viçosa é cortada por rodovias importantes como a BR-120, BR-482, BR-356 e MG-280, todas estas a interligando com o interior da Zona da Mata e cidades pequenas que lhes são tributárias (FIGURA 04).

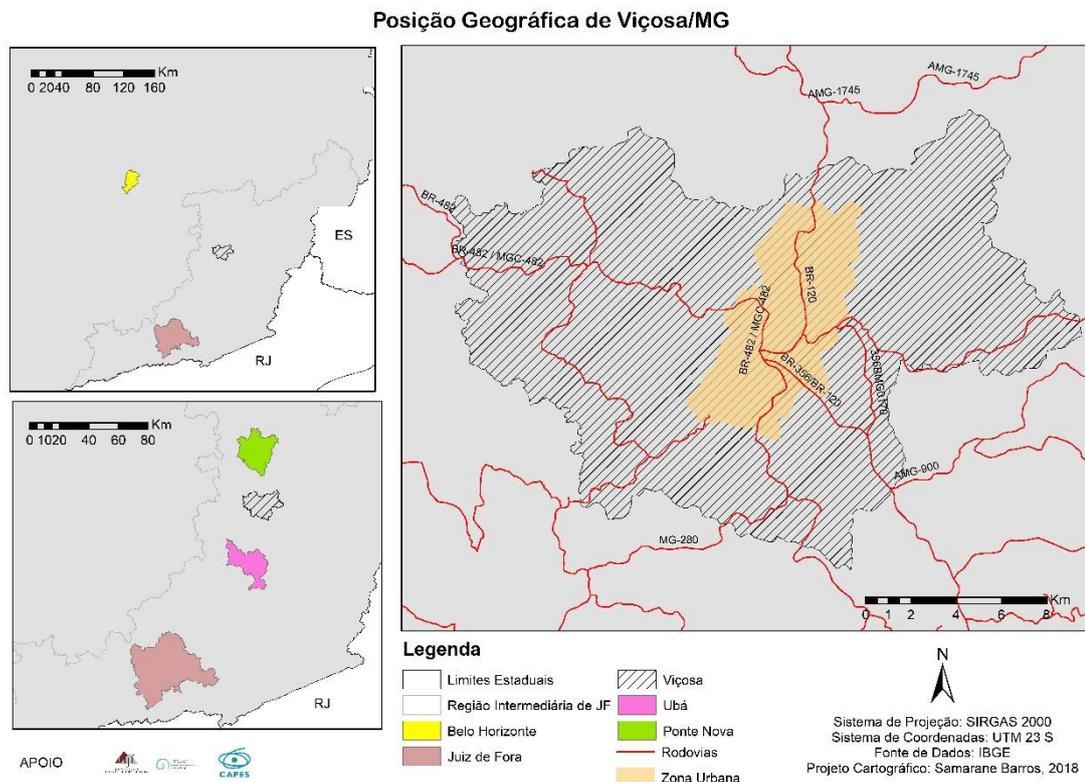


FIGURA 04 – Posição Geográfica de Viçosa/MG.

FONTE – IBGE; Organização da autora.

Se em Ponte Nova, a economia açucareira foi um importante vetor para a estruturação urbana e da cidade, em Viçosa a construção da centralidade foi a partir do ensino superior. A cidade é conhecida nacionalmente como “cidade universitária”, visto que a construção e expansão dos centros universitários foi – e ainda é – responsável pela ascensão da cidade em suas escalas intra e interurbanas.

Mello (2002) remonta a urbanização viçosense em quatro períodos: a origem do município em 1805¹⁰, a primeira expansão entre 1813 e 1900, o segundo momento entre 1900 e 1960 e a expansão a partir de 1960. Em um primeiro quadro, a economia viçosense, bem como de grande parte da região, era marcada pela cafeicultura que ocupava os morros e encostas e possibilitou que a Estrada de Ferro Leopoldina chegasse na cidade e a ligasse com outros núcleos, expandindo o seu tecido urbano (ALENCAR, 1959).

¹⁰ A origem do aglomerado marca desta data, porém Viçosa só foi elevada a categoria de cidade no ano de 1876.

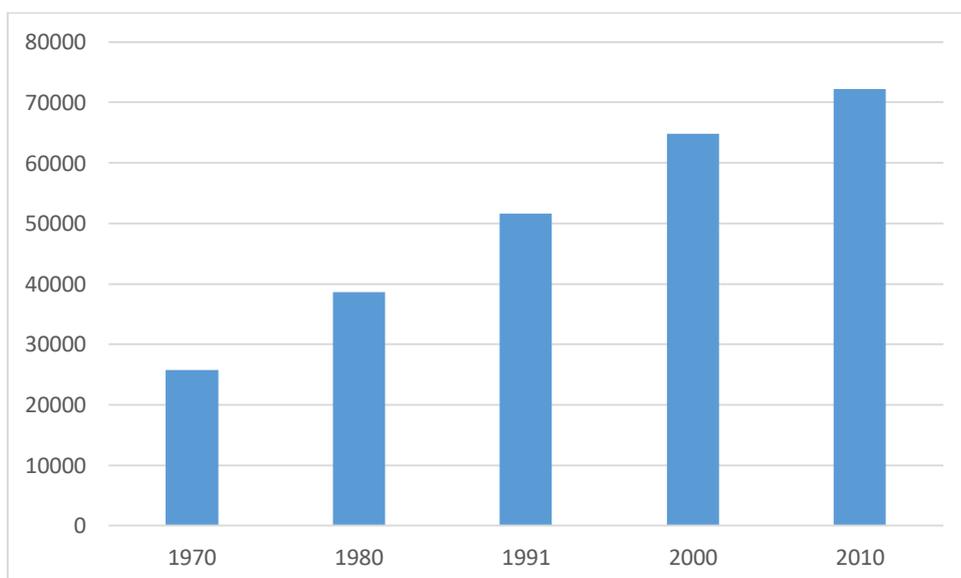
Porém, como já citado, o grande protagonista da expansão viçosense foi o ensino superior. Em 1920, criou-se a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) pelo mineiro Arthur Bernardes que em conjunto a Peter Henry Rolfs escolheu a área mais plana da cidade para instalação da escola, desapropriando agricultores residentes na área e condicionando o crescimento urbano circunscrito a ESAV. Todavia, Silva (2014, p. 60) destaca que isto não propiciou maiores mudanças na forma da cidade, visto que dentro da escola foram construídos alojamentos e serviços imediatos que atendiam as demandas de funcionários e alunos.

Em 1948, a ESAV foi articulada a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), tendo seus cursos ampliados e, por conseguinte, aumentando os fluxos de pessoas que, agora sim, dependiam de maneira mais efetiva dos serviços da cidade. Porém, apenas a partir da federalização e criação da UFV em 1969 que se vivenciou a maior imponência da instituição sobre a cidade (ANDRADE, 2015).

O *campus* tornou-se o maior atrativo da cidade e, de acordo com Andrade (2015, p. 33) a mancha urbana começou a ter sua direção modificada, não mais obedecendo às margens do Rio São Bartolomeu, avançando para áreas mais próximas da universidade, intensificando a área construída em meio ao relevo acidentado da cidade, fator este que explica em muito a intensa verticalização observada na cidade.

O aumento da população acompanhou estas mudanças, conforme analisado no gráfico 03.

GRÁFICO 03 – Evolução da População de Viçosa/MG



FONTE - IBGE. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>> Organização da autora.

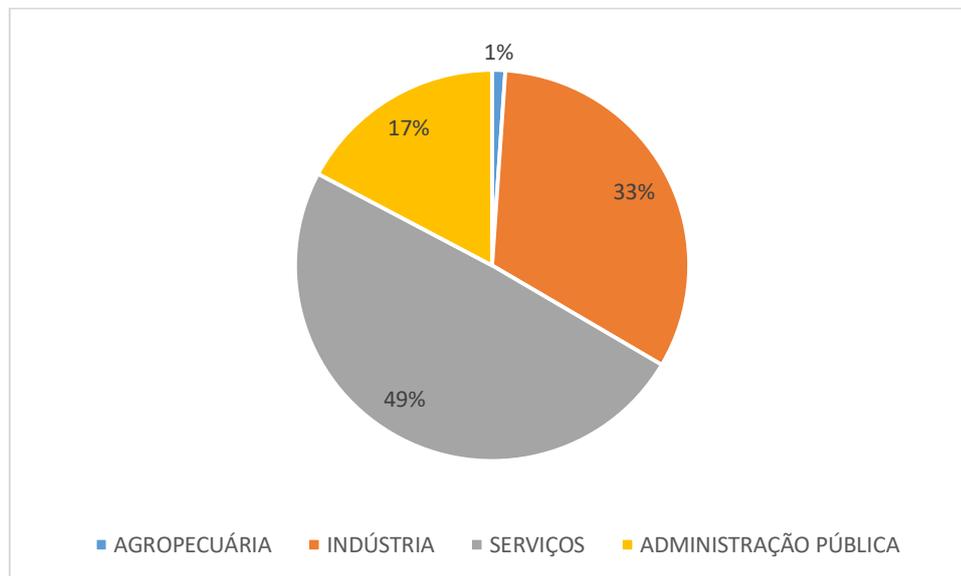
Porém, associa-se a população viçosense o fato de que existem cerca de 15.000¹¹ pessoas não contabilizadas pelo censo que usufruem da cidade, isto é, a população flutuante. Estas pessoas, em sua maioria estudantes, aglomeram-se nas proximidades da universidade e, ainda, são um grande atrativo para a chegada de outros agentes, sobretudo, relacionados ao setor terciário.

Além da UFV, a cidade conta com outras duas Instituições de Ensino Superior (IES) de caráter privado¹² que também são responsáveis por movimentar a cidade, uma vez que juntas as três disponibilizam 92 cursos de graduação de caráter presencial.

As atividades de saúde também colocam Viçosa em posição de centralidade frente a sua região contígua, apesar da cidade estar submetida a regional de saúde de Ponte Nova. Dentre as 2260 pessoas empregadas na área da saúde que o DataSUS contabilizou em dezembro de 2018 para a região imediata de Viçosa, 1073 estavam na cidade viçosense, logo após aparece a cidade de Ervália com 275 empregados e a cidade de Teixeiras com 168. No concernente aos leitos de internação, grande parte no mesmo período também se concentrava em Viçosa, sendo que dos 281 leitos contabilizados para a região imediata, 226 localizavam-se na cidade.

O setor de comércio e serviço de Viçosa é bastante diversificado, sendo o que mais contribui para o PIB da cidade, conforme analisado no gráfico 04.

GRÁFICO 04 – Valor por setor adicionado ao PIB de Viçosa/MG



FONTE - IBGE (2015). Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/pesquisa/38/46996>> Organização da autora.

¹¹ Dado disponibilizado pelo relatório semestral da UFV acerca dos alunos matriculados.

¹² Faculdade de Ciências e Tecnologia de Viçosa (FACISA/UNIVIÇOSA) e Faculdade de Viçosa (FDV).

A cidade pode ser considerada um centro de serviços, sendo que abriga inúmeras redes de eletrodomésticos, tais como Magazine Luiza e Casas Bahia, supermercado de nível regional, como o Bahamas e, vivencia na contemporaneidade, a chegada de uma série de estabelecimentos do tipo *fast food* que agregam a vida dos jovens estudantes (ANDRADE, 2015).

Como citado, o setor de serviços incrementa também a vida financeira da cidade, sendo que nela estão contidas 5 agências bancárias e 20 postos de atendimento que dão assistência a toda a hinterlândia viçosense.

No que diz respeito aos órgãos de gestão federal do território, Viçosa apresenta uma agência do INSS na qual são atendidas outras 9 cidades, uma subseção da Justiça Federal e um Juizado Especial.

Assim como realizado para Ponte Nova, os papéis de Viçosa enquanto cidade média só podem ser entendidos ao olhar para o quadro comparativo de sua região imediata (FIGURA 05), região esta estagnada economicamente e de municípios muito pouco complexos em que, além do polo, apenas Ervália conta com mais de 15.000 habitantes (QUADRO 02). A região imediata é composta por 12 municípios, incluindo Viçosa, em sua maioria, estagnados urbano-economicamente.

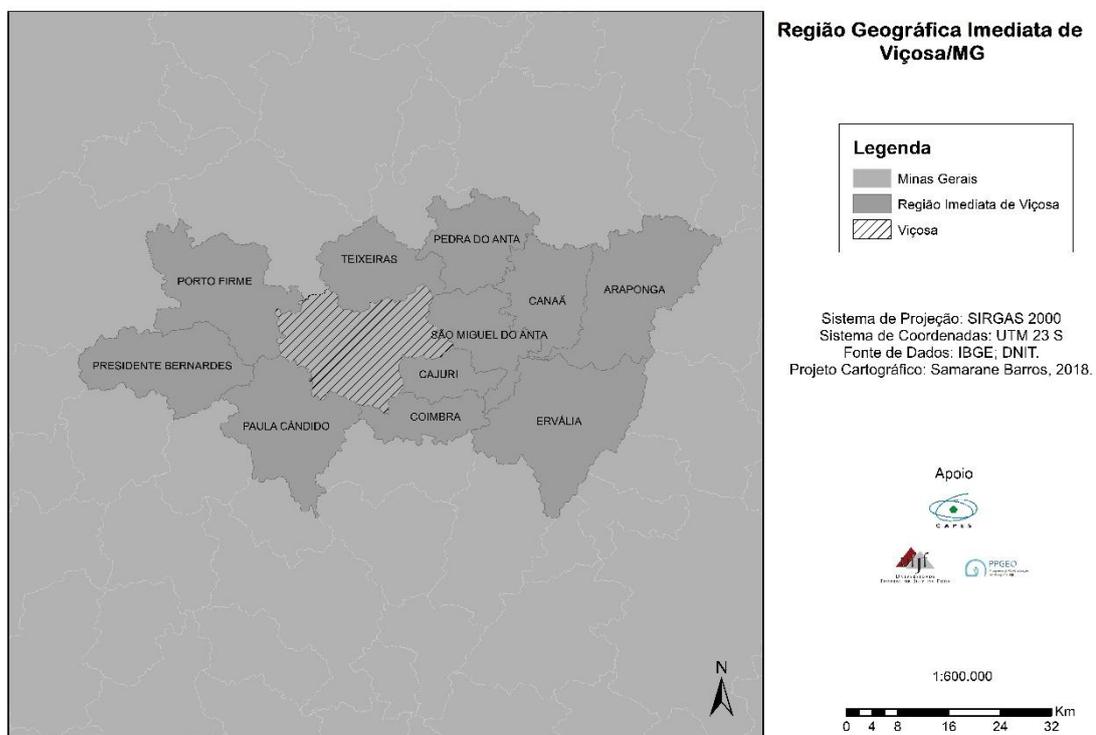


FIGURA 05 – Região Geográfica Imediata de Viçosa/MG
FONTE – IBGE; Organização da autora.

QUADRO 02 – Distribuição de equipamentos urbanos na região imediata de Viçosa/MG

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2010) (1)	POPULAÇÃO ESTIMADA (2)	Nº DE LEITOS DE INTERNAÇÃO (3)	Nº DE IES (4)	Nº DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS (5)
Araponga	8152	8425	0	0	0
Cajuri	4047	4002	0	0	0
Canaã	4628	4579	0	0	0
Coimbra	7054	7517	0	0	1
Ervália	17946	18829	22	0	1
Paula Cândido	9271	9557	0	0	1
Pedra do Anta	3365	3100	0	0	0
Porto Firme	10417	11208	0	0	0
Presidente Bernardes	5537	5398	18	0	0
São Miguel do Anta	6760	6933	0	0	0
Teixeiras	11355	11650	15	0	1
Viçosa	72220	78286	226	3	5
TOTAL	160.752	169.484	281	3	9

FONTE - 1) IBGE, 2010. 2) @cidades, IBGE, 2019. 3) DataSUS, 2018. 4) Emec, 2018. 5) FEBRABAN, 2018. Organização da autora.

Apesar da tímida centralidade de Viçosa, ela ainda assim desempenha importância significativa para a sua região imediata. Vale salientar que Viçosa apresenta um caso particular de centralidade, pois, apesar da presença da UFV e desta ser atrativa para pessoas de todo o Brasil, os equipamentos e funções urbanas da cidade propriamente ditos ainda se circunscrevem a região contígua a seu território. Nos estudos de rede urbana, Viçosa aparece subordinada a Ponte Nova e Ubá, fato este que pode estar associado à sua posição geográfica, como será abordado nas considerações gerais mais a frente (IBGE, 2008, p. 61).

1.4.4 – Ubá

Das três cidades aqui analisadas, Ubá apresenta um diferencial de possuir não apenas um terciário evoluído, como também o setor industrial vinculado a produção de móveis, polarizando para além de uma região imediata, também um Arranjo Produtivo Local (APL) deste segmento.

Localizada na antiga mesorregião da Zona da Mata mineira, Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, está aproximadamente 110 km desta cidade e cerca de 250 km da capital do estado. Acerca das cidades também analisadas nesta pesquisa, Ubá está a 65 km

de Viçosa e 109 de Ponte Nova, aproximadamente. É cortada por importantes rodovias, como a BR-120, a MG-124 e a MG-447 (FIGURA 06).

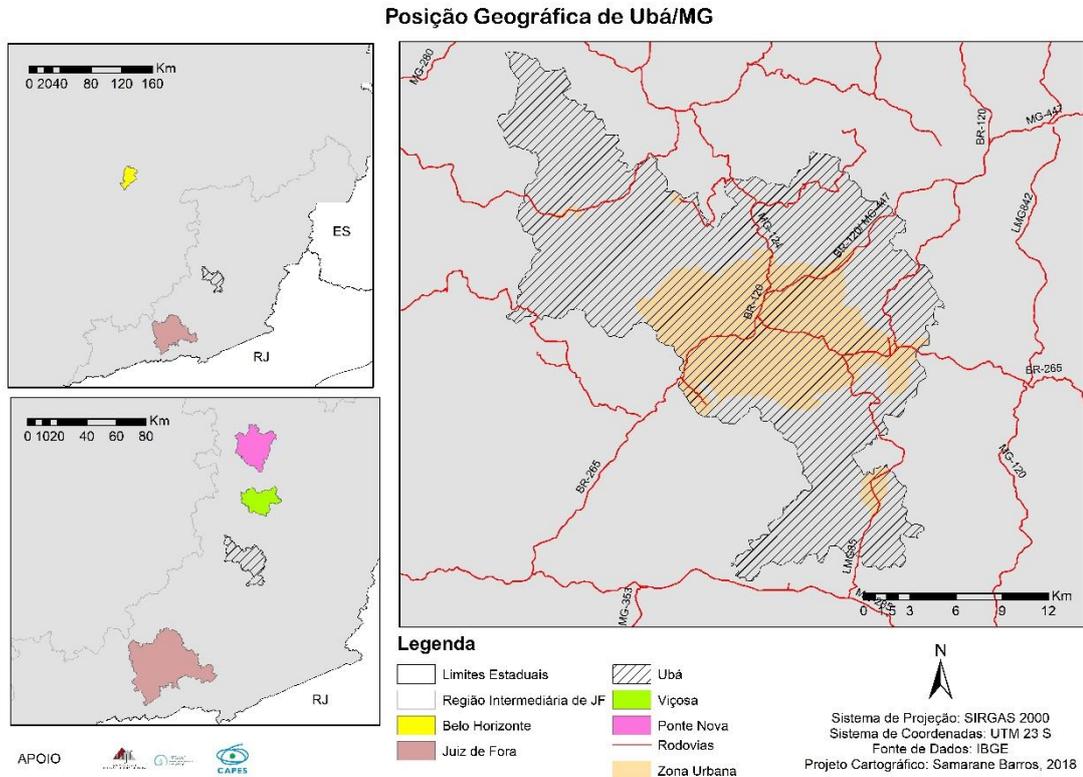


FIGURA 06– Posição Geográfica de Ubá/MG.
FONTE– IBGE; Organização da autora.

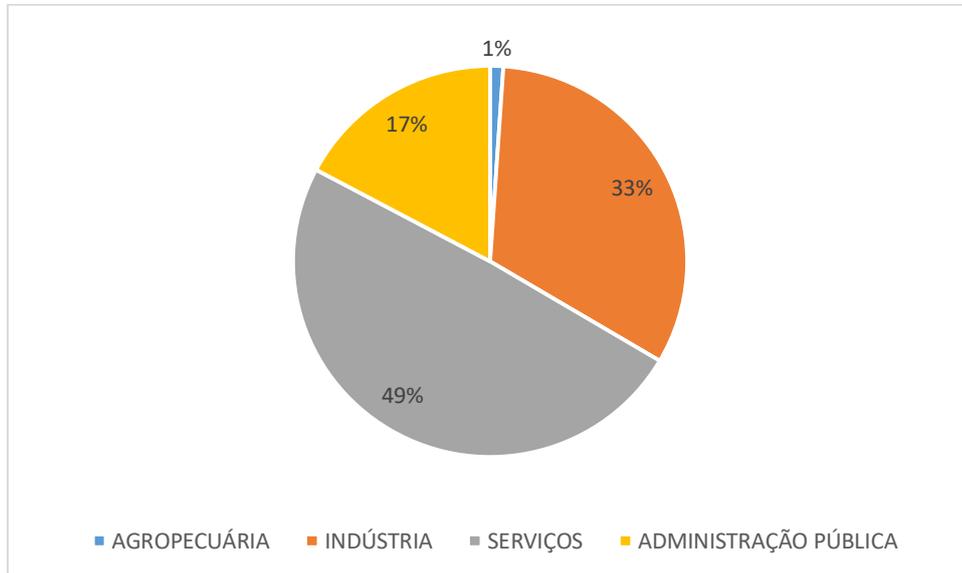
Como grande parte das cidades da região, Ubá também testemunhou o êxito da cafeicultura, no entanto, a economia primária que despontou no município foi a relacionada ao fumo que figurou como proeminente para o município até meados da década de 1950. Contudo, com o declínio da atividade devido a rejeição do produto pelo mercado, outras atividades econômicas surgiram para absorver os desempregados, sendo o setor moveleiro a mais promissora delas (ALBINO, 2009).

A partir dos anos 1960, Ubá recebeu a instalação de grandes fábricas de móveis, sendo que a atividade foi se proliferando ao passo que os empregados destas fábricas saíram desta posição e começaram, eles próprios abrirem os seus negócios, mesmo que pequenos (TEIXEIRA; BARBOSA; PEREIRA, 2015, p. 4189).

A atividade moveleira em Ubá é responsável por, aproximadamente, 55% da arrecadação municipal, apesar de nos valores adicionados do PIB o maior setor ainda ser o de

serviços (GRÁFICO 05). O setor de serviços é grande na cidade ubaense, pois esta atende as cidades menores que estão sob sua influência.

GRÁFICO 05 – Valor por setor adicionado ao PIB de Ubá/MG



FONTE - IBGE (2015). Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uba/pesquisa/38/46996>> Organização da autora.

Albino (2009) atribui dois momentos distintos para o setor moveleiro em Ubá, a saber: o primeiro em meados da década de 1970 com o fechamento da indústria Domani que propiciou que ex-funcionários abrissem seus próprios negócios, aproveitando da infraestrutura já existente e mão de obra disponível; e o segundo no fim da década de 1980 com a criação do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá (Intersind).

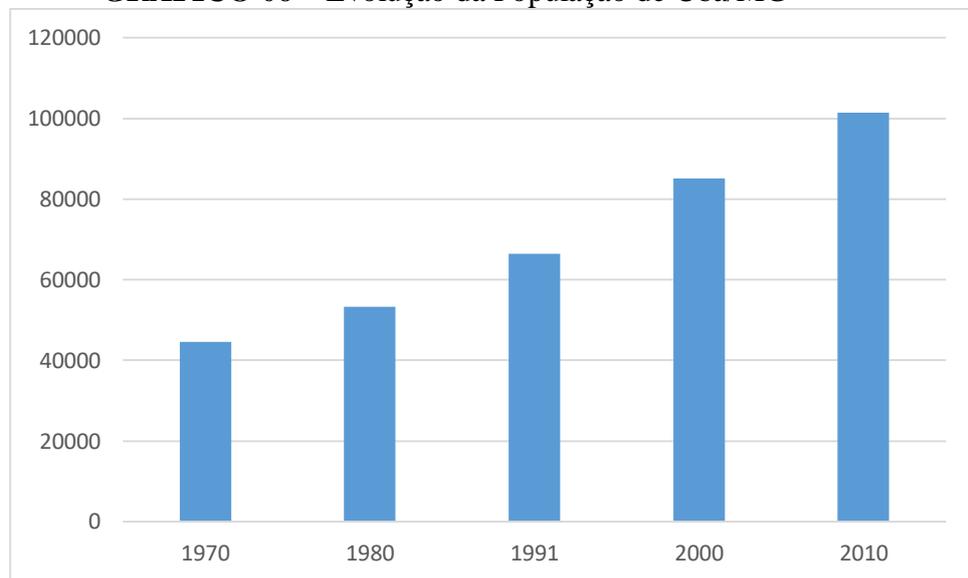
A Intersind foi responsável por organizar as ações do setor moveleiro e expandir os negócios, integrando grande parte da região na produção e comercialização de móveis, só sendo possível trabalhar a estruturação dos fluxos da região quando se olha para o APL, oficializado em 2003/2004 (ALBINO, 2009, p. 78).

O APL moveleiro é formado, atualmente, por 310 empresas formais, 53 informais e gera 9500 empregos diretos e 28000 indiretos (VIEIRA; TIRADENTES, 2017, p. 86), sendo que estas empresas em sua grande maioria são pequenas ou médias. As principais cidades envolvidas no APL são circunvizinhas ao município de Ubá: Rodeiro, Visconde do Rio Branco, Tocantins, São Geraldo, Rio Pomba, Guidoal, Guiricema e Piraúba. Nestes municípios menores, o setor moveleiro chega a atingir a média de 40 a 60% da arrecadação municipal, sendo que em Rodeiro estes números chegam a 92% (ALBINO, 2009, p. 76).

O APL atualmente é o maior produtor de móveis no estado de Minas Gerais e o terceiro do Brasil o que leva inúmeros serviços a se aglomerarem na cidade de Ubá, por exemplo, fornecedores de insumos e escritórios das fábricas, movimentando a dinâmica urbana e regional.

Em 40 anos a população da cidade aumentou mais que o dobro, demonstrando a proeminência da cidade frente ao contexto regional (GRÁFICO 06), sobretudo, se problematizar que dentre as 17 cidades que fazem parte da região imediata de Ubá (FIGURA 07), apenas três, além do polo, possuem mais de 15.000 habitantes: Rio Pomba, Tocantins e Visconde do Rio Branco

GRÁFICO 06 – Evolução da População de Ubá/MG



FONTE - IBGE. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>> Organização da autora.

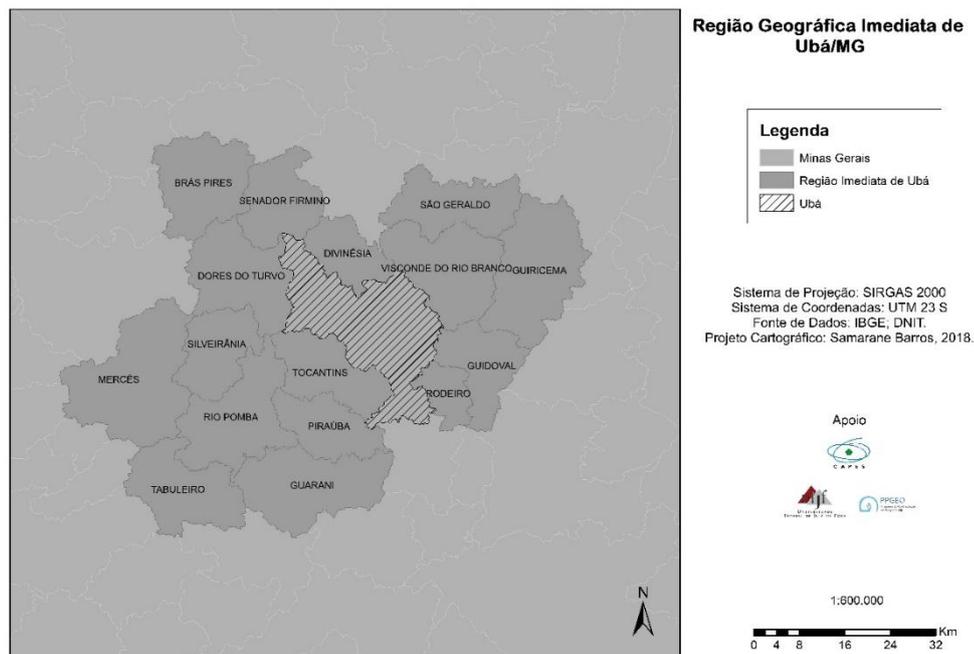


FIGURA 07 – Região Geográfica Imediata de Ubá/MG.

FONTE – IBGE; Organização da autora.

O setor de comércio e serviços, como já citado, é o que mais movimentava a economia da cidade, sendo bastante diverso no provimento de bens, dispondo de grandes marcas e filiais de eletrodoméstico, entre outros, e, ainda, redes de supermercados de cadeias nacionais e regionais, como Sales e Bahamas.

No que diz respeito às atividades financeiras, Ubá apresenta 6 agências bancárias e 16 postos de atendimento, sendo que dentre estes estão presentes cooperativas de crédito para toda a Zona da Mata e, ainda, uma cooperativa de crédito que atende os profissionais da saúde da Zona da Mata e do sul do Espírito Santo.

Os serviços de saúde também são bem presentes na cidade, sendo ela uma regional de saúde que conta com variedade de atividades de diferentes níveis de complexidade. Isto posto, os serviços de saúde ainda se concentram em Ubá quando se olha para os números de profissionais envolvidos na área e leitos de internação disponíveis em sua região imediata. Para esta variável, dos 505 leitos existentes, 292 estão em Ubá, enquanto Visconde do Rio Branco abriga 82 e Rio Pomba 61 leitos. Por sua vez, no que tangencia os profissionais de saúde, a região imediata conta com 2849 empregados, sendo que destes 1503 estão em Ubá, seguida por Rio Pomba com 240 e Guarani com 125 empregados (DATASUS, 2018).

A educação superior também é uma importante centralidade para a cidade, visto que nela há três instituições: duas privadas¹³ e uma estadual. O *campus* da Universidade do Estado

¹³ Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá (FUPAC) e Faculdade Ubaense Ozanam Coelho (FAGOC).

de Minas Gerais localizado na cidade de Ubá oferece três cursos de graduação, enquanto as outras duas totalizam 29 cursos de graduação. A preocupação com os estudantes vindos da região também está presente nos *sites* da FUPAC e da FAGOC.

Além das faculdades localizadas em Ubá, a região conta ainda com outro *campus* da FUPAC na cidade de Visconde do Rio Brando, oferecendo 3 cursos de graduação, e um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) na cidade de Rio Pomba, com 8 cursos de graduação.

No que diz respeito aos órgãos federais de gestão do território, Ubá segue os mesmos moldes das outras duas cidades: Justiça Federal, Juizados Especiais e uma agência da previdência social que atende a demanda de outros 13 municípios.

O que se observa na região imediata de Ubá é uma maior movimentação dos fluxos, dada a melhor distribuição dos equipamentos pelas cidades (QUADRO 03), contudo, estes fluxos ainda são incipientes se for analisada a concentração dos serviços em Ubá e a sua proeminência frente à sua hinterlândia.

QUADRO 03 – Distribuição de equipamentos urbanos na região imediata de Ubá/MG

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2010) (1)	POPULAÇÃO ESTIMADA (2018) (2)	Nº DE LEITOS DE INTERNAÇÃO (3)	Nº DE IES (4)	Nº DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS (5)
Brás Pires	4367	4374	0	0	0
Divinésia	3293	3411	0	0	0
Dores do Turvo	4462	4289	0	0	0
Guarani	8678	8903	30	0	1
Guidoval	7206	7105	0	0	0
Guiricema	8707	8442	0	0	0
Mercês	10368	10720	20	0	1
Piraúba	10862	10816	0	0	2
Rio Pomba	17110	17858	61	1	4
Rodeiro	6867	7991	0	0	0
São Geraldo	10263	12164	0	0	1
Senador Firmino	7230	7764	20	0	1
Silveirânia	2192	2258	0	0	0
Tabuleiro	4079	3792	0	0	0
Tocantins	15823	16602	0	0	3
Ubá	101519	114265	292	3	6
Visconde do Rio Branco	37942	42149	82	1	4
TOTAL	260.968	282.903	505	5	23

FONTE - 1) IBGE, 2010. 2) @cidades, IBGE, 2019. 3) DataSUS, 2018. 4) Emec, 2018. 5) FEBRABAN, 2018. Organização da autora.

1.4.5 – Considerações Gerais

Com as descrições dos elementos que conferem centralidade para as cidades em questão é possível que se avance em algumas considerações sobre o papel delas frente às cidades que lhes são tributárias, bem como a função delas dentro da rede de cidades a qual elas fazem parte. É importante olhar para a densidade dos equipamentos distribuídos pelas cidades, pois estes respondem pela importância de um núcleo frente a uma região, bem como diferencia as funções das cidades dentro do contexto no qual estão inseridas. Concordando com Sanfeliu e Torné (2004, p. 16)

Básicamente son los diferentes contextos socioeconómicos y económicos los que explican las diferencias existentes en los niveles de infraestructura y equipamiento urbano. Pero los datos que comentamos en este apartado muestran también el rol y capitalidad que las ciudades juegan en su próprio territorio, sobre todo en el tema de equipamientos urbanos. Así, por ejemplo, ciudades con un destacado papel regional concentran un buen número de equipamientos especializados (universidades, hospitales, centros deportivos, bibliotecas), equipamiento que han de dar cobertura a amplios territorios del área de influencia del núcleo.

Observou-se que as três cidades só podem ser compreendidas enquanto cidades médias quando se olha para os respectivos espaços imediatos, formados por núcleos urbanos menos complexos e pouco pujantes economicamente, levando estas áreas a assumirem relações de subordinação para com os polos. Porém, constata-se na região imediata de Ubá dinâmicas diferenciadas, em que além do contingente populacional ser maior, há melhor distribuição dos serviços aqui analisados, conferindo fluxos também para outras cidades, sobretudo, no tangente ao Ensino Superior.

No que concerne à centralidade da saúde, Viçosa está subordinada às outras duas cidades por estas últimas serem consideradas centros regionais, levando-as a assumirem serviços de maior complexidade. Além disso, analisa-se a precariedade na distribuição de leitos hospitalares dentre as cidades, contudo, vale salientar que a lógica de distribuição dos equipamentos de saúde segue os parâmetros estabelecidos pela espacialização do Ministério da Saúde que prevê raios de abrangência para os seus serviços. Optou-se aqui por analisar os leitos de internação ao invés do número bruto de hospitais gerais por acreditar que a centralidade do serviço se expressa mais pelo número possível de atendidos do que pela presença ou não de um hospital na cidade.

Os equipamentos de saúde corroboram o destaque da cidade, pois para além de se analisar o conjunto do serviço, analisa-se também os atores sociais que a frequentam em busca

de uma atividade localizada territorialmente (GUIMARÃES, 2001). Ainda, de acordo com Pereira (2007, p. 140), pela rede de saúde demandar de objetos técnicos dispostos pelo tecido urbano ela torna-se fundamental para o entendimento do processo de estruturação da centralidade.

Por sua vez, à espacialização dos serviços de gestão do território e do setor de comércio e serviços, observa-se que as três cidades apresentam equipamentos similares, seja na presença de órgãos de instituição federal, seja enquanto atrativo para as grandes marcas e filiais que se instalam em cada uma delas. A expansão territorial deste tipo de consumo *standartizado* reforça e acirra a competitividade entre os capitais locais e regionais, considerando o comércio mais simples disponível nas cidades pequenas que circundam as cidades médias (ARAÚJO; MOURA; DIAS, 2009, p. 63).

A proliferação de novos espaços de consumo, tal como a presença de franquias nas três cidades, será tratada de maneira mais detalhada no capítulo quatro, quando se problematizará estes elementos nas cidades enquanto vetores de reestruturação.

Apesar de atualmente muita das transações financeiras serem realizadas via *internet*, ainda assim a presença de agências bancárias significa autonomia para uma dada cidade. Ademais, a distribuição dos bancos obedece não apenas os valores demográficos, como também a movimentação financeira da área, sendo a densidade de empreendimentos fundamental para a instalação de uma agência bancária e, influencia, por conseguinte, a definição da centralidade (SILVA, 2006).

O estudo da rede urbana brasileira que levou em consideração estes dados aqui elencados categorizam estas cidades da seguinte forma: Ponte Nova enquanto centro sub-regional A; Viçosa subordinada a esta primeira enquanto centro sub-regional B; e Ubá também como centro sub-regional A. Os centros sub-regionais têm área de atuação reduzida, sendo os seus relacionamentos externos apenas com a sua própria rede, sendo que o nível A é superior ao B por apresentar maior número de relacionamentos (IBGE, 2008). Vale salientar que a última publicação da REGIC por ter incorporado a variável gestão do território em sua metodologia colocou Viçosa na área de influência de Ponte Nova, por esta segunda apresentar um maior número de atividades administrativas de cunho, sobremaneira, regional.

A participação mais tímida de Viçosa frente a realidade urbana pode estar condicionada, como já citado, pela própria posição geográfica da cidade entre as outras duas de porte semelhante, uma vez que o papel das cidades médias é diretamente relacionado a sua situação, podendo ser mais expressivo quando distante de cidades de porte semelhante ou maiores.

Observou-se, ainda, que tomada a estimativa populacional para o ano de 2018, muitas das cidades pequenas das três regiões analisadas possivelmente diminuirão no que tange a demografia, enquanto Ponte Nova, Viçosa e Ubá continuarão tendo seus valores populacionais incrementados. Isto demonstra a fragilidade que estas cidades pequenas apresentam, isto é, elas, em muito, não apresentam vidas urbanas próprias que garantam que a população permaneça nelas. Em linhas gerais, por não desenvolverem atividades econômicas próprias, as cidades pequenas não garantem a sua sustentação, dependendo, sobremaneira, de repasses do governo, o que não garante o dinamismo econômico necessário.

Ademais, é importante olhar para além das regiões imediatas, a conformação da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora como um todo para entender o papel destas cidades frente a este contexto. No capítulo seguinte serão apresentados, portanto, a conformação desta região e, ainda, o papel de cada uma das três cidades frente a este quadro maior.

2 – O par cidade e região: os papéis de Ponte Nova, Viçosa e Ubá na Região Geográfica Intermediária de Juiz de fora

O par cidade e região sempre habitou os anseios geográficos, ou seja, a relação entre as cidades em um dado espaço geográfico, assim como o provimento de bens e serviços de uma cidade para uma região sempre estiveram no cerne da Geografia Urbana, visto o debate proposto por Christaller sobre a Teoria das Localidades Centrais ainda na década de 1930 (CHRISTALLER, 1966) que, apesar de não focar explicitamente na análise regional e sim na distribuição de bens e serviços, evoca indiretamente a articulação das escalas da cidade e da região.

A existência de uma cidade já pressupõe a formação de uma região, pois, de acordo com Souza (2010, p. 50) nenhuma cidade existe sem trocas de bens, informações *etc* com outros contextos espaciais. Pierre George (1983), por sua vez, assevera que a cidade é produto de sua região, assim como a região é produto de sua cidade. Outro autor clássico a apresentar a indissociabilidade entre cidade e região é Georges Chabot ao afirmar que “não existe cidade sem região e nem região sem cidade” (*apud* SANTOS, 1959, p. 9).

Isto posto, considerando a articulação deste par, faz-se necessário resgatar a estruturação da região onde estão alocadas as cidades de Ponte Nova, Viçosa e Ubá para compreender as funções de cada uma delas frente a este contexto maior, conforme será abordado adiante. Portanto, nesse capítulo se tratará da estruturação de dois recortes regionais: tanto da região geográfica intermediária de Juiz de Fora quanto das regiões geográficas imediatas de Ponte Nova, Viçosa e Ubá – regiões estas que são recortes da região intermediária em questão.

2.1 – Formação socioeconômica e geo-história da Zona da Mata mineira

Para entendimento da estruturação da região em análise, resgata-se a formação social, econômica e espacial como teoria e método nos moldes descritos por Santos (1979), por coadunar com a ideia do autor de que o espaço humano e geográfico é um fato histórico e que somente a história do todo alinhada à da sociedade local pode servir para a compreensão da realidade espacial e sua transformação. O autor, embebido nas leituras de Marx e Engels sobre Formação Econômica Social (F.E.S), avança a hipótese que esta teoria é *per se* atrelada a categoria espacial, pois a base é “a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (SANTOS, 1979, p. 82).

O modo de produção, a formação social e o espaço são categorias interdependentes, pois, de acordo com Santos (1979), todas as variáveis envolvidas no processo de produção são historicamente e espacialmente determinadas através de uma formação social. Os modos de produção estão impressos em uma base territorial, levando as formas espaciais a serem arquétipos de uma determinada estrutura produtiva, respeitando leis externas e internas. Porém, ao mesmo passo que os modos de produção se inscrevem em um contexto mais geral de ordens externas, a articulação entre a formação social e o espaço vão garantir a particularidade do lugar.

Isto posto, o que está em jogo é uma dialética entre a totalidade dos processos produtivos e as especificidades que cada formação social vai reproduzir no espaço. Santos sintetiza o interesse por estes princípios seguindo os paradoxos entre as totalidades e as frações:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 1979, p. 84).

O espaço pode ser, nesta direção, requalificado a todos os instantes, visto que a produção dele e as relações sociais são processos dinâmicos. O que não se pode perder de vista, porém, é que apesar de cada local apresentar uma particularidade, eles fazem parte de um quadro maior de formação, isto é, cada espaço é constituinte de um todo maior e só pode ser compreendido quando se analisado holisticamente.

A Zona da Mata mineira assume a toponímia justamente em função de sua vegetação natural, apesar de uma de suas características atuais ser a ausência das matas; os diferentes sistemas produtivos ao longo dos anos foram substituindo-as, em um primeiro momento pelas lavouras de café e posteriormente pelas pastagens (NETTO; DINIZ, 2005, p. 9342). A cafeicultura introduzida no início do século XIX foi responsável até 1930, sobremaneira, pela sustentação econômica e política da região, como se verá adiante.

A história e a geografia econômica de Minas Gerais começam, principalmente, com o ciclo do ouro ainda no Brasil Colônia, sendo que a província no final do século XVII era destino preferencial de inúmeros exploradores de jazidas, o que induziu o surgimento de povoados e vilas e efetivou a ocupação de toda a região mineradora. A abertura do Caminho Novo no início do século XVIII transformou a Mata mineira em região acessória às áreas de mineração, isto é,

zona de passagem dos caminhos do ouro até o porto do Rio de Janeiro. Com o declínio desta atividade, em meados do século XVIII, toda a província se encontrou estagnada voltando ao seu apogeu apenas com a inserção de uma nova atividade exportadora: a cafeicultura.

A região da Zona da Mata, que até então era apenas passagem ou ainda uma zona de tampão¹⁴, recebia esta nova atividade econômica e aos poucos ia testemunhando a substituição de sua exuberante biogeografia pelas lavouras de café (NETTO; DINIZ, 2005). A cafeicultura assumiu caráter preponderante na economia brasileira e além da Zona da Mata mineira, desenvolveu-se em outras regiões do país ao longo dos anos, como no Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, sul de Minas Gerais e Oeste Paulista, sendo que este último foi o pico máximo de produção e rendimento (GIROLETTI, 1980).

Em Minas Gerais, a introdução da economia cafeeira ocorreu no início do século XIX e localizou-se, em um primeiro momento, nos solos virgens da Zona da Mata, mais precisamente nos vales do Rio Pomba, do Rio Paraibuna e do Rio Paraíba, donde a sua rápida difusão foi a principal responsável pelo povoamento e desenvolvimento de infraestruturas na região (NETTO; DINIZ, 2005, p. 9349). De acordo com Blasenhein (1982), a partir da inserção desta cultura nesta região a população que em 1820 beirava os 20 mil habitantes em 1890 chegou a atingir a marca de, aproximadamente, 548 mil habitantes. Além de desenvolver a região da Zona da Mata, a cafeicultura foi responsável por reorganizar a economia e o espaço de Minas Gerais, sendo por muitas décadas a sua principal fonte de renda. A região em questão no início do século XIX chegou a representar quase a produção cafeeira total do estado de Minas Gerais, como pode ser visto na tabela 2 abaixo.

TABELA 02 - Participação da produção cafeeira da Zona da Mata no estado de Minas Gerais

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/1848	745.381	743.707	99,77
1850/1851	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/1904	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

FONTE – Pires (2004)

O século XIX representou toda a mudança na economia mineira, rompendo com o paradigma rústico do sistema de mineração e assumindo caráter mais moderno, sendo que a

¹⁴ Zona de tampão é uma área ou faixa de terra que separa unidades geográficas, biogeográficas e/ou políticas diferentes, podendo ser temporária ou permanente.

Zona da Mata por abrigar grande parte da produção cafeeira refletiu todas as características do novo sistema produtivo, sendo considerada por Pedrosa (1962, p. 189) a região que marcou a ruptura com o passado histórico de Minas Gerais.

Contudo, a organização da produção da Zona da Mata se diferenciava da produção das fazendas de São Paulo, principalmente, por causa da desorganização herdada das velhas estruturas econômicas e sociais da região. O trabalho organizado e o envolvimento dos trabalhadores na produção do café levaram a economia despontar no planalto paulista, assumindo verdadeiras relações capitalistas e abrindo frente para o crescimento econômico de todo o estado, enquanto na Mata mineira as relações regrediram ao ponto de assemelham-se às semifeudais (NETTO; DINIZ, 2005, p. 9349).

Já na década de 1920 os primeiros sinais de desaceleração da economia cafeeira começaram a surgir, como revela Lima (1981) ao desvelar os dados de 1923: o que no início do século XIX era correspondente a 80% do total da produção cafeeira estadual, nos primeiros anos do século XX era um pouco mais de 40%. A crise cafeeira foi oriunda de inúmeros fatores, como colocam Netto e Diniz (2006), por exemplo a regressão econômica vivenciada pela região e todo o mundo na década de 1930 que, como consequência a queda da Bolsa de Nova York em 1929, levou o Governo Federal a erradicação de grande parte dos cafezais. Além disso, outro fator importante foi a expansão cafeeira que encontrou terrenos melhores e mais sólidos no sul de Minas Gerais e no oeste paulista, devido ao caráter itinerante desta cultura.

A estagnação econômica da Mata mineira também teve suas origens ampliadas para além da crise do café, considerando a reorganização territorial do estado de Minas Gerais que, ao garantir a transferência de grande parte dos recursos para a construção da nova capital Belo Horizonte, sacrificou as capacidades de investimento do estado para as outras regiões (NETTO; DINIZ, 2006, p. 25). Ademais, a cafeicultura que ainda colocava a Zona da Mata participante ativa de um dado ciclo econômico ao estagnar-se na região levou toda a área a sofrer com tais consequências, enfraquecendo a sua importância econômica frente aos contextos estadual e nacional.

Porém, ainda assim, a cafeicultura foi responsável por induzir outros investimentos na região, sobretudo, relacionados ao surto de industrialização vivenciado, principalmente, na cidade de Juiz de Fora. Tais investimentos tomaram ainda mais vigor a partir da política protecionista implementada pelo Governo após a proclamação da República, sendo que destas indústrias grande parte eram de pequeno e médio porte, relacionadas aos setores têxtil e

alimentício (LIMA, 1981). Até o final da década de 1930, a cafeicultura ainda era o cargo chefe da economia do estado, sendo este ciclo substituído pela vocação siderúrgica e crescente exploração de recursos naturais que Minas Gerais passou a assumir, mormente, na região do Vale do Rio Doce.

A cafeicultura foi responsável por modernizar o sistema de transportes na região, além de expandir o capital mercantil e modernizar os sistemas financeiros. A abertura de rodovias no final do século XIX, sendo a principal a União e Indústria, expandiu e facilitou o escoamento da produção em Juiz de Fora e em outras cidades do sul da região, tais como Matias Barbosa e Mar de Espanha. A implementação das ferrovias também foi um marco importante, pois expandiu a cultura para o norte e leste da Mata mineira, em cidades como Muriaé e Ponte Nova (PAULA, 2006, p. 78).

Juiz de Fora assumiu-se enquanto principal centro urbano e econômico da região da Zona da Mata, ocupando por muitos anos o posto de primeiro lugar na produção de café do estado (NETTO; DINIZ, 2005). Além disso, Juiz de Fora tornou-se o foco de concentração do capital cafeeiro em detrimento aos outros municípios da Mata mineira devido aos investimentos recebidos pela cidade no que tange as infraestruturas de transporte e escoamento de produção, tais como a implementação da Estrada de Ferro Pedro II e a construção da rodovia União e Indústria, tornando-se o principal entreposto comercial da região. A cidade assumiu, portanto, o papel de capital regional, levando os seus impulsos econômicos a atingirem até mesmo as fronteiras do Campo das Vertentes (VALVERDE, 1958). A ampliação do sistema ferroviário ressaltou o papel de Juiz de Fora enquanto capital regional, como colocado por Giovanini e Matos (2004, p. 13):

O desenvolvimento ferroviário da Zona da Mata tem duas consequências espaciais diretas. A primeira delas [...] é a de que a integração regional não foi favorecida como poderia. Ao privilegiar produtores e não localidades, as pequenas aglomerações urbanas da Mata não tiveram a chance de se desenvolver em função da ferrovia. Seguindo este raciocínio, a chegada da ferrovia em Juiz de Fora incrementou seu papel de centro regional, como já vinha acontecendo desde 1891 com a rodovia União e Indústria. Apesar de municípios importantes receberem os trilhos, como Ponte Nova em 1879, tratava-se apenas da extensão da influência viário-radial de Juiz de Fora. Tudo isso viria promover vínculos de dependência em relação ao polo regional.

Dada a sua importância para a região, debruça-se aqui sobre a construção da centralidade juiz-forana por acreditar que se soma à compreensão da organização da rede de cidades a ela

articuladas, sendo esta cidade a capital da rede urbana regional, como será abordado no capítulo 03 desta dissertação.

A posição geográfica da cidade juiz-forana no centro de gravidade do triângulo Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, fez com que ela recebesse inúmeras externalidades positivas da economia e vida urbana e social destas metrópoles. A posição geográfica de Juiz de Fora pode ser analisada na figura 08 abaixo.

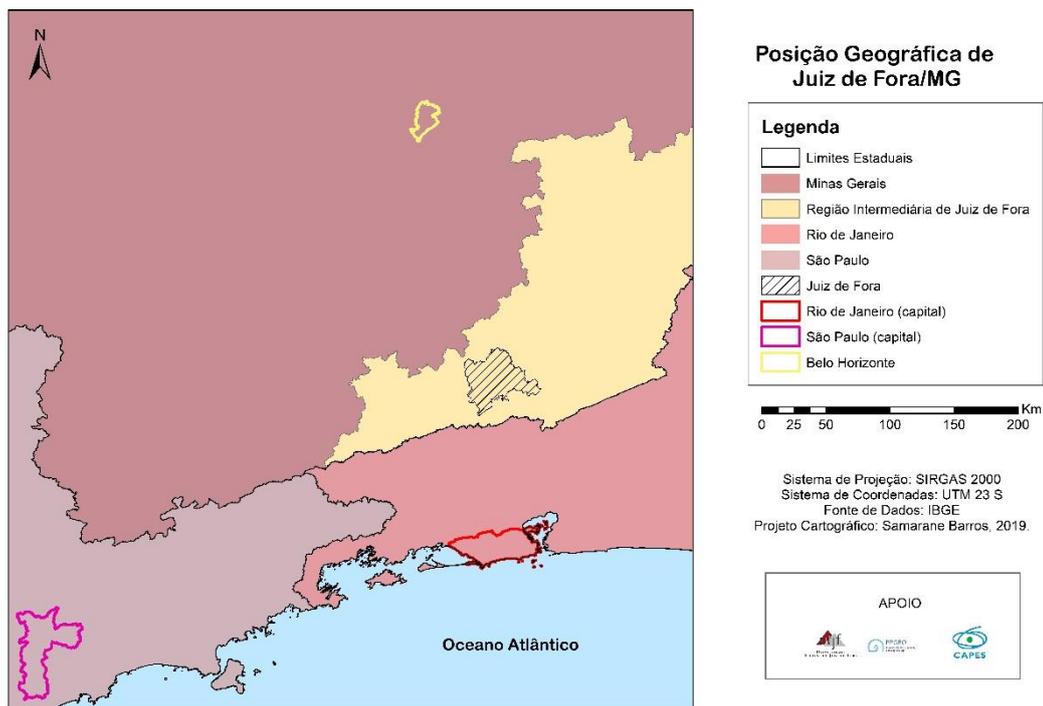


FIGURA 08 – Posição Geográfica de Juiz de Fora/MG.

FONTE – IBGE. Organização da autora.

O crescimento de Juiz de Fora já estava delineado na segunda metade do século XIX, considerando que para além da economia cafeeira, a cidade também era responsável por ser o núcleo de referência no provimento de bens e serviços para toda a região, sendo um espaço cada vez mais propício a investimentos que, *à posteriori*, induziram uma ampla diversificação econômica fruto dos “componentes típicos de crise de uma estrutura sócio-econômica agroexportadora em vias de passagem de um fundamento escravista para um urbano-industrial” (PIRES, 2004, p. 61).

Ao assumir a categoria de cidade em 1856 o espaço urbano de Juiz de Fora se efetivou como tal e nas palavras de Miranda (1990, p. 91):

Estavam lançadas as bases para que investimentos de capital fossem realizados independentemente da propriedade fundiária e para que esta se apresentasse de forma diferenciada em relação às áreas urbanas e rurais. Além disso, estavam também criadas as estruturas de controle da população envolvida com atividades cada vez especializadas e independentes em certo ponto da base produtiva agrária.

O crescimento de Juiz de Fora nos quesitos populacional e econômico, além da consolidação da infraestrutura de transportes, gerou um mercado interno diversificado e ampliou os serviços urbanos da cidade, como visto em Pires (2004). De acordo com o autor no final do século XIX, Juiz de Fora já tinha seis estabelecimentos de ensino, uma companhia própria de transportes urbanos, serviços de telefone e telegráfo, água em grande parte dos domicílios, eletricidade e a ampliação de seus serviços financeiros, com abertura de bancos, tais como o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (PIRES, 2004, p. 64).

A ampliação dos serviços na cidade e as oportunidades de investimento levaram a maior diversificação do setor comercial na cidade de Juiz de Fora e, ainda, a levou a assumir crescente desenvolvimento industrial. Os investimentos na cidade em prol do crescimento industrial envolviam dois setores sociais distintos: de um lado uma elite local marcada pelos fazendeiros e aristocracia agrária, comerciantes e profissionais liberais que a partir de suas reservas investiam em infraestrutura e serviços urbanos variados, tais como abertura de bancos e companhias de imigração; de outro lado havia uma camada de imigrantes que, qualificados profissionalmente ou não, tornaram-se uma importante camada comercial e industrial e diante da economia juiz-forana em ascensão canalizavam os seus recursos na expansão dos seus próprios negócios e, por conseguinte, no desenvolvimento da cidade (PIRES, 2004, p. 65).

Giroletti (1980) registra a ampliação dos setores secundário e terciário no findar do século XIX na cidade de Juiz de Fora. Em análise comparativa entre os anos de 1870 e 1877 o autor registra que no primeiro ano os estabelecimentos de comércios e serviços diversos chegavam a 153 e as manufaturas e pequenos e médios estabelecimentos industriais chegavam a 34; já no segundo ano os estabelecimentos terciários atingiram a marca de 231 e as indústrias existentes em Juiz de Fora já eram 80.

Estes estabelecimentos e suas respectivas ampliações tornaram-se o plano de fundo para a expansão da economia capitalista que, de fato, se deu na década de 1880. Os investimentos oriundos das décadas precedentes originaram um espaço urbano propício para “componentes geradores de economias externas, fontes de capital e financiamento, capacidade de

comunicação, espaço para investimentos etc” (PIRES, 2004, p. 68). Além disso, a abolição da escravidão foi um importante marco para a modernização das relações estruturais, bem como para a expansão da cidade, pois a divisão social do trabalho não mais baseada nos trâmites escravocratas permitia que a cidade se processasse “sob uma lógica capitalista de valorização e geração de atividades industriais e de serviços dentro de uma base em termos de mercado (...) enquanto isso não ocorre, tem-se ainda uma cidade pré-capitalista” (MIRANDA, 1990, p. 108 *apud* PIRES, 2004, p. 68).

Porém, a formação do mercado de trabalho local foi marcada por limites, sobretudo, no que diz respeito às massas salariais, visto que se comparadas as remunerações pagas no estado de São Paulo, elas [as mineiras] eram muito inferiores o que influenciava diretamente na consolidação do consumo na região. Entretanto, ainda assim, Pires (1993, p. 129) alerta que os salários da cafeicultura impactaram socioeconomicamente as estruturas locais:

(...) se a parcela de remuneração do trabalho em São Paulo foi, efetivamente, superior à mesma remuneração na Zona da Mata mineira isso não retira, por si mesmo, o significado fundamental da transformação aqui em referência e que diz respeito à estruturação de formas de trabalho que passam a ter na intermediação do mercado uma condição necessária para a realização do seu processo de reprodução, nem muito menos anula os efeitos que advêm desta transformação, que correspondem à ampliação dos níveis de monetização e de consumo no interior da economia regional.

A mercantilização da força de trabalho significou a mediação fundamental do mercado entre o trabalhador e o acesso aos bens e serviços, sendo que, de acordo com Pires (2004, p. 71), a constituição da remuneração do trabalho representou a formação de uma estrutura de demanda que foi a base para a efetivação do processo de industrialização local.

Outrossim, as mudanças nas relações sociais devido a amplitude regional que Juiz de Fora já conhecia nesta época, ocasionaram a interconexão de todo o espaço interurbano da cidade, considerando os elos de encadeamentos de consumo que a monetarização da economia propiciou. Nesta direção, para além dos benefícios que as infraestruturas de transporte ofereceram a Juiz de Fora ao coloca-la em destaque frente a toda sua hinterlândia, neste momento já era possível delinear uma “rede não só interligada, mas hierarquizada (tendo em vista a posição que Juiz de Fora nela assumia) de municípios e mercados de consumo (...)” (PIRES, 2004, p. 75).

As redes hierarquizadas de cidade e de mercado também foram importantes para o processo de industrialização, bem como propiciou a formação de um mercado financeiro local

e regional. Os mercados locais das cidades menores pouco dinâmicos e isolados entre si, quando interligados a partir do desenvolvimento das vias de transporte ao centro de referência mais pujante, retroalimentam a economia deste e corroboram para o seu desenvolvimento, “ampliando sua capacidade de consumo e gerando economias de escala que tornam, no centro urbano de referência, o processo de diversificação econômica infinitamente mais rico” (PIRES, 2004, p. 75).

A consolidação deste mercado foi importante, pois o processo de industrialização de Juiz de Fora, em grande medida, atrelou-se ao consumo apreendido pela região. Na década de 1920, o espaço regional de Juiz de Fora beirava um milhão de habitantes e a renda da produção cafeeira atingia quase 100 mil contos de réis, conforme analisado na tabela 03. Nesta tabela também é possível apreender os dados de Ponte Nova, Viçosa e Ubá, vez que estas cidades já eram importantes para o contexto regional.

TABELA 03 – Principais municípios articulados à região de Juiz de Fora: população, produção e área ocupada com produção de café (1920).

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PRODUÇÃO DE CAFÉ (ARROBAS)	VALOR DA PRODUÇÃO DE CAFÉ (CONTOS DE RÉIS)
A. Paraíba	39.826	250.596	5.927:096\$
Barbacena	89.717	26.136	618:169\$
Carangola	86.675	480.320	11.360:528\$
Cataguases	62.206	423.488	10.016:338\$
Juiz de Fora	118.166	353.020	8.349:629\$
Leopoldina	53.368	235.708	5.574:965\$
Lima Duarte	17.050	56	1:324\$
M. de Espanha	37.246	182.044	4.305:704\$
Muriaé	69.943	318.092	7.523:511\$
Palmyra	28.338	55.524	1.313:253\$
Pomba	43.717	205.228	4.854:052\$
Ponte Nova	62.666	294.532	6.966:271\$
Rio Branco	53.381	199.596	4.720:205\$
Rio Novo	19.431	151.328	3.579:210\$
Rio Preto	26.589	9.392	222:139\$
S. J. Nepomuceno	33.531	64.180	1.517:985\$
Ubá	62.235	227.600	5.383:195\$
Viçosa	55.513	146.892	3.474:289\$
TOTAL	959.785		85.707:863\$

FONTE - MINAS GERAIS. Minas Segundo o Recenseamento de 1920. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1924, pp. 174-178 (adaptado) *apud* PIRES, 2004.

Além do mercado regional que foi um dos pilares de sustentação da industrialização em Juiz de Fora, a própria posição geográfica da cidade permitiu que ela desenvolvesse relações

com espaços mais longínquos, como o estado do Rio de Janeiro que tornou-se um mercado em potencial. Ainda segundo Pires (2004), portanto, as bases fundamentais de consumo dos produtos industrializados de Juiz de Fora foram, *à priori*, o mercado local e regional, o de outras regiões do estado mineiro, como o campo das vertentes, e, por fim, o do Rio de Janeiro e outros estados do país.

A proximidade do Rio de Janeiro, além de favorável na consolidação do mercado consumidor, também foi uma positividade no que tangencia o escoamento da produção e a chegada de produtos manufaturados, levando a Mata mineira a receber entre 1901 e 1910, 12 indústrias, sendo que destas 7 foram para Juiz de Fora (PIRES, 2004). Nesta direção, no início do século XX Juiz de Fora era o principal centro industrial mineiro, detendo um pouco mais de 25% de toda a produção do estado (LIMA, 1981). Além disso, Juiz de Fora apresentava particularidades nas suas estruturas industriais, pois gozava de “unidades maiores, mais capitalizadas e com maior capacidade de produção” (PIRES, 2004, p. 79). A tabela 04 abaixo mostra os dez maiores municípios industriais no valor de produção no ano de 1907, sendo que destes metade está localizado na Zona da Mata: Juiz de Fora, Palmyra (atual Santos Dumont), São João Nepomuceno, Ponte Nova e Cataguases. Das cidades analisadas neste trabalho apenas Ponte Nova aparece dentre os maiores municípios industriais para esta época, porque como já visto a cidade já apresentava no início do século XX uma economia mais desenvolvida em função da indústria açucareira. Ubá, apesar de na contemporaneidade ser uma centralidade industrial, começou a vivenciar o *boom* do setor secundário apenas na segunda metade do século e Viçosa, desde essa época permaneceu com pouca importância industrial frente ao cenário mineiro.

TABELA 04 – 10 maiores municípios industriais de Minas Gerais pelo valor de produção em 1907

Município	Valor da Produção Industrial (contos de réis)	%
Juiz de Fora	8341	46.81
Sete Lagoas	2514	14.11
Belo Horizonte	1468	8.23
Palmyra	1099	6.16
Prados	1044	5.85
Ouro Preto	750	4.20
São João Nepomuceno	744	4.17
Ponte Nova	642	3.60
Cataguases	632	3.54
Baependi	582	3.26
Total	17816	99.93

FONTE - Lima (1981)

Apesar da proeminência juiz-forana no contexto industrial mineiro, a cidade ainda estava bem aquém dos grandes centros industriais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, sendo a sua industrialização, portanto, de caráter periférico que refletia a fragilidades dos períodos precedentes, tal como a desorganização do trabalho na economia cafeeira. Conforme Pires (2004) a industrialização juiz-forana responde pelas fragilidades da estrutura que a engendrou, cujo resultado foi estagnação e decadência a partir da década de 1930. Porém, ainda assim, frente ao contexto mineiro Juiz de Fora permaneceu liderando a produção industrial até o *boom* da siderurgia e da metalurgia no centro do estado e na região do Vale do Rio Doce.

No que diz respeito a constituição das indústrias de Juiz de Fora, elas eram em grande parte de pequeno e médio porte, conforme já dissertado, e vinculavam-se a produção de bens de consumo leves relacionados a renda gerada pelo setor de exportações (PIRES, 2004). O destaque no início do século XX eram as indústrias têxteis e de malharia, alimentícia e de fumos e bebidas, sendo as primeiras citadas o arquétipo industrial de Juiz de Fora. De acordo com Pires (2004, p. 87), o setor têxtil manteve a produção voltada ao mercado assalariado do setor agrícola, sendo que com o declínio da economia cafeeira na região, a indústria voltou-se, sobremaneira, ao mercado fluminense.

Conclui-se, portanto, que a industrialização de Juiz de Fora é diretamente relacionada ao setor agroexportador. Nesta direção, a consolidação do mercado urbano também se atrelou a estes fatos e, com o passar dos anos, foi ganhando cada vez mais importância. O crescimento da cidade e do consumo de bens e serviços tipicamente urbanos, então, é um encadeamento prospectivo¹⁵ engendrado pelo setor agrícola. Suzigan (1986, p. 118) bem sintetiza:

A demanda por produtos manufaturados, que levou ao desenvolvimento da indústria de transformação a partir da metade do século XIX provinha basicamente da expansão da economia de exportação. Em algumas indústrias é evidente a relação direta com a economia de exportação, como é o caso, por exemplo, das seguintes: produção de tecidos grosseiros de algodão para vestir a força de trabalho (...) e para ensacar os produtos agrícolas de exportação (...); sacos de juta para ensacar e enfardar produtos agrícolas de exportação (...); produção de maquinaria e implementos agrícolas simples, moendas de cana, moinhos para grãos, máquinas para beneficiar café e arroz, equipamento de transporte; etc. Em outros casos, entretanto, o crescimento da demanda por manufaturados foi indiretamente

¹⁵ O economista Albert Hirschman (1961) avança os conceitos de encadeamento para frente e para trás para permitir a associação entre as estruturas de uma economia, seja no que tange as cadeias produtivas, seja nas de valor. Os encadeamentos para trás ou regressivos dizem respeito a indução de novos investimentos produtivos no setor fornecedor, enquanto os encadeamentos para frente ou prospectivos são aqueles que utilizam de sua produção enquanto insumo para uma atividade nova.

relacionado com a economia de exportação através dos efeitos gerais de alargamento do mercado causados pelo crescimento da renda de exportação e suas repercussões sobre o desenvolvimento do sistema de transportes, do comércio interno, dos bancos, da urbanização e da imigração promovidos pela economia de exportação.

A população urbana de Juiz de Fora teve crescimento significativo do fim do século XIX para o início do século XX, sendo que em 1890 a população urbana era de aproximadamente 13 mil habitantes e em 1920 já beirava os 30 mil. Além disso, em relação aos principais municípios da Zona da Mata do início do século XX, Juiz de Fora tinha mais de 40% da população urbana total do universo de amostragem, refletindo o processo mais intenso de urbanização, conforme constatado na tabela 05.

TABELA 05 – População Total e População Urbana de municípios da Zona da Mata (1920)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	%
Além Paraíba	39.8226	5.880	14.76
Carangola	86.675	6.000	6.92
Cataguases	62.206	4.284	6.88
Juiz de Fora	118.166	29.988	25.37
Leopoldina	53.368	4.920	9.21
Manhuaçu	85.691	3.600	4.20
Mar de Espanha	37.246	2.628	7.05
Muriaé	69.943	4.200	6.00
Rio Pomba	43.717	3.792	8.67
Ubá	62.425	5.754	9.21
TOTAL	659.263	71.046	100.00

FONTE - MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Anuário Estatístico de Minas Gerais (1922-1925). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.pp. 423-32 *apud* Pires, 2004, p. 91.

Não se pode perder de vista a importância da industrialização para Juiz de Fora, portanto. Na década de 1920 a estrutura industrial já era diversificada a ponto de gerar investimentos para o próprio desenvolvimento do setor, isto é, engendrando a consolidação de indústrias voltadas para a produção de insumos industriais. Este fenômeno de diversificação industrial foi notado em outras áreas tipicamente agroexportadoras no período pós Primeira Guerra, conforme analisado por Suzigan (1986, p. 246), sendo que a principal mudança registrada pelo autor foi a transferência dos investimentos industriais que até então era majoritariamente complementar a economia agroexportadora para o setor de produção de bens intermediários, como ferro, aço, fertilizantes, etc.

Todavia, é importante salientar que a diversificação industrial em Juiz de Fora estava longe de esgotar-se em si, isto é, ainda era necessária a importação de grande parte dos insumos, principalmente, os de maior técnica agregada. Esta dependência, alinhada a posição de Juiz de

Fora no interior de uma região com pouca interligação ao mercado exterior, foram alguns dos componentes que justificaram a estagnação industrial da cidade a partir da década de 1930.

Retomando a análise sobre a Zona da Mata, assim como o declínio da cafeicultura na região em 1930, a queda industrial de Juiz de Fora também condicionou a estagnação da área, dado o seu caráter urbano-regional. Entre 1930 e 1960 a Mata mineira assumiu a agricultura secundária enquanto o seu principal meio econômico, sendo esta época considerada uma fase de decadência com surtos de crescimento isolados (BDMG, 2000). Portanto, os dados sobre Juiz de Fora aqui apresentados demonstram que o declínio da região está diretamente relacionado ao declínio desta própria cidade.

Como já citado, Minas Gerais tomou para si as vocações siderúrgica e metalúrgica como principais fontes econômicas, levando o Governo estadual a deslocar os seus principais recursos para a região central e para o Vale do Rio Doce, causando assimetrias regionais no interior do estado. Além disso, o Governo Federal também direcionava os seus investimentos para a consolidação das indústrias de base, favorecendo ainda mais tais regiões do estado mineiro. De acordo com relatório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG, 2000), se em 1920 a participação da Zona da Mata no PIB mineiro era de um pouco mais de 35% no ano de 1947 esta participação reduziu-se para 20%.

Até 1960, segundo Netto e Diniz (2006, p. 26), os planos para recuperação da economia mineira pouco se voltavam para a região da Mata. O Governo mineiro a fim de reordenar a sua geoeconomia criou instituições, tais como o BDMG, a Companhia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) e o Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI) para a instrumentalização e atração de novas indústrias para o seu território. Porém, ainda assim a Zona da Mata permaneceu preterida nesta arrancada industrial que se deu, principalmente, na década de 1970, em função de seu pouco dinamismo econômico em relação a outras regiões do estado.

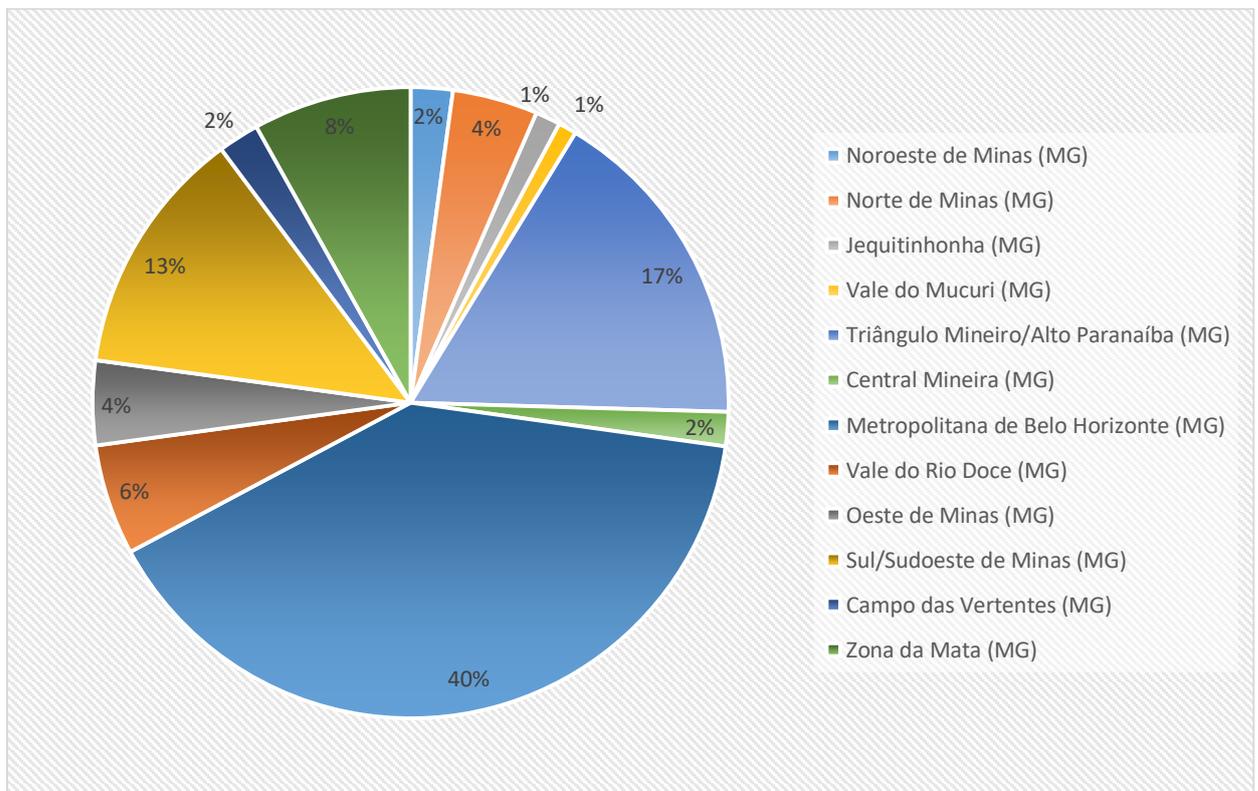
Entre os anos de 1977 e 1985 o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata de Minas Gerais (Prodemata) foi implementado em 127 municípios da região a partir de financiamento do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) a fim de enfrentar a pobreza e estimular a produção agropecuária dos pequenos produtores, porém, de acordo com relatório do BDMG (2000) o programa foi de pouca eficiência.

Netto e Diniz (2006, p. 26) colocam que “essas intervenções estatais terminaram por beneficiar, de maneira assimétrica, outras regiões do Estado, culminando em uma articulação regional bem diferente daquela do início do século XX”. Os autores, a partir de dados coletados

no fim do século XX e início do século XXI, mostram que a participação da região no PIB estadual entre 1999 e 2002 foi descendente, demonstrando a fragilidade econômica e ausência de investimentos na região.

Em 2016, de acordo com o IBGE, o PIB a preços correntes do estado de Minas Gerais era R\$544.633.968, sendo que a Zona da Mata representava apenas um pouco mais de 8% deste valor, conforme pode ser analisado no gráfico 07 abaixo.

GRÁFICO 07 – Distribuição do PIB por Mesorregião de Minas Gerais (2016).



FONTE – IBGE (2016). Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5938#resultado>

Organização da autora.

Em relatório lançado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2018) sobre o PIB dos municípios de Minas Gerais para o ano de 2016, é possível notar a proeminência juiz-forana no que diz respeito ao setor industrial e de serviços, enquanto no setor primário o município de Ervália destaca-se entre os 5 maiores dentro do estado mineiro com populações até 30 mil habitantes. Além do município de Ervália, Manhuaçu também desponta no cenário da agropecuária, sendo o maior valor adicionado para este setor na região. Em contrapartida, dentre os 10 menores PIB's do estado, três são da região da Zona da Mata: Antônio Prado de Minas,

Aracitaba e Pedro Teixeira, o primeiro pertencente a microrregião de Muriaé e os outros dois a microrregião de Juiz de Fora.

Dado o resgate histórico aqui trabalhado para entendimento da conformação das centralidades na região, o que se evidenciou foi uma sucessão de reestruturações, segundo os moldes descritos por Soja (1993). Este autor busca demonstrar a importância da variável espacial para a reprodução do sistema capitalista, sendo que este passa por reestruturações diversas para construir paisagens distintas a fim de maximizar os lucros.

Ainda segundo Soja (1993), as paisagens capitalistas são estruturas espaço-temporais particularizadas sendo que na fase recessiva do sistema sofre transformações, bem como as ocorridas em toda ordem social, econômica e política. A partir da destruição de uma paisagem, outra se constrói e assim vão ocorrendo reestruturações que, para o autor, são mecanismos que envolvem desmoronamento e reconstrução, engendrando uma nova ordem. Todavia, o processo não é mecânico e evoca um falso evolucionismo, pois há uma crise entre o velho e o novo, isto é, as reestruturações pressupõem conflito, fluxo e transição.

Destarte, as reestruturações envolvem matrizes espaciais, temporais e sociais do capitalismo, dependendo de um quadro pretérito para ocorrer, podendo, por sua vez, serem reestruturações positivas ou negativas. O que se observou para a Zona da Mata, com o declínio da economia cafeeira, foram movimentos regressivos que ocasionaram a estagnação econômica da área, fazendo com que cidades de maior destaque assumissem, mormente, a centralidade em detrimento a espaços menos complexos.

A reestruturação contemporânea, porém, será abordada com mais pormenores no capítulo quatro, considerando que esta será o eixo da análise comparativa entre Ponte Nova, Viçosa e Ubá.

Como já visto, Juiz de Fora sempre exerceu papel de capital regional para a Zona da Mata dentre as diferentes reestruturações espaço-temporais, organizando e comandando os fluxos de toda a área. Tentando abarcar a articulação entre as cidades, em 2017 o IBGE atualizou a regionalização do Brasil e a mesorregião da Zona da Mata tornou-se Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora composta por 10 Regiões Geográficas Imediatas, a serem exploradas adiante.

2.2 – Da Zona da Mata à Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora

Antes de se adentrar na conjuntura da região em questão, vale fazer um preâmbulo sobre a temática das regionalizações, visto que no ano de 2017 o IBGE atualizou a regionalização oficial para Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas correspondentes a, respectivamente, as mesorregiões e microrregiões.

A região enquanto uma categoria de análise é repleta de dados empíricos, uma vez que a depender do objetivo da regionalização pode ser unidade de administração, controle político *etc.* Haesbaert (2001, p. 278) diferencia região de regionalização apesar de demonstrar a indissociabilidade de ambos. Para este autor, a regionalização “pode ser então vista como produto de um reconhecimento de diferenciação no/do espaço geográfico” (HAESBAERT, 2001, p. 278), sendo a região o recorte geográfico deste processo, variando de acordo com a finalidade do trabalho.

O Estado e suas instituições são fundamentais no processo de determinação das regiões, visto que inúmeros outros órgãos planejam as suas ações a partir das regiões oficiais. O estado de Minas Gerais, dada a sua ampla extensão territorial e diversidade geográfica, já passou por regionalizações distintas ao longo dos anos, como visto em Diniz e Batella (2006).

Em 1990 o IBGE dividiu o país em mesorregiões e microrregiões geográficas, respeitando os limites político-administrativos das unidades de federação. Nesta regionalização, as mesorregiões foram organizadas a partir de processos sociais, do quadro natural e das redes de comunicação, enquanto as microrregiões foram agrupadas em razão da contiguidade territorial, quadro natural e integração da produção. Nesta perspectiva, Minas Gerais era dividido em 12 mesorregiões e 66 microrregiões, estando Ponte Nova, Viçosa e Ubá na mesorregião da Zona da Mata e cada uma delas responsável por uma microrregião, sendo que além destas três a Zona da Mata ainda era composta por outras quatro: Juiz de Fora, Manhuaçu, Cataguases e Muriaé.

A Zona da Mata foi definida muito em função da economia cafeeira que atribuiu características econômicas e sociais na área, contribuindo para sua diferenciação frente ao estado mineiro (NETTO; DINIZ, 2005; 2006). Como já visto, este ciclo econômico engendrou a modernização da região ainda no século XIX, sendo que a implementação das ferrovias e rodovias possibilitou a expansão de sua teia de relações e tornou a cidade de Juiz de Fora, sobremaneira, o principal entreposto comercial naquele contexto regional.

As vantagens locacionais e a primazia industrial na cidade de Juiz de Fora a colocaram em posição de destaque frente a sua região, consolidando o seu papel de capital regional por atender todas as demandas de sua hinterlândia, principalmente, no que tange o provimento de bens e serviços. Vale salientar que para além de seu espaço imediato, Juiz de Fora tece relações com outras cidades, tais como as do sul fluminense, expandindo o seu círculo de influência (NETTO; DINIZ, 2005).

Os processos econômicos, sociais e políticos, em muito, determinam a organização da cidade, fragmentando o espaço e depois o articulando em prol do funcionamento do sistema capitalista. A crise na região a partir da década de 1930 levou algumas cidades a crescerem em detrimento a outras, ocasionando forte dependência de centros urbanos menos complexos para com outros maiores.

Tendo em vista apreender a constante articulação entre as cidades, em 2017 o IBGE atualizou a regionalização do território brasileiro considerando os atuais processos socioeconômicos e os fluxos de pessoas e capitais, principalmente, relacionados ao setor de bens e serviços. Desta maneira, os antigos espaços mesorregionais e microrregionais assumiram as formas de, respectivamente, Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, sendo que as primeiras são responsáveis por organizar o território a partir de um polo de hierarquia superior com serviços e funções urbanas mais complexas, enquanto as segundas se estruturam a partir de centros urbanos contíguos que atendem as necessidades mais imediatas da população.

As três cidades em análise compõem a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e polarizam, cada uma, uma Região Geográfica Imediata. Além destas três Regiões Geográficas Imediatas, a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora é composta por outras 7 imediatas: Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Cataguases, Carangola, São João Nepomuceno-Bicas e Além Paraíba, conforme pode ser verificado na figura 09 abaixo. A Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora é formada por 146 municípios e, atualmente, é a maior do país.

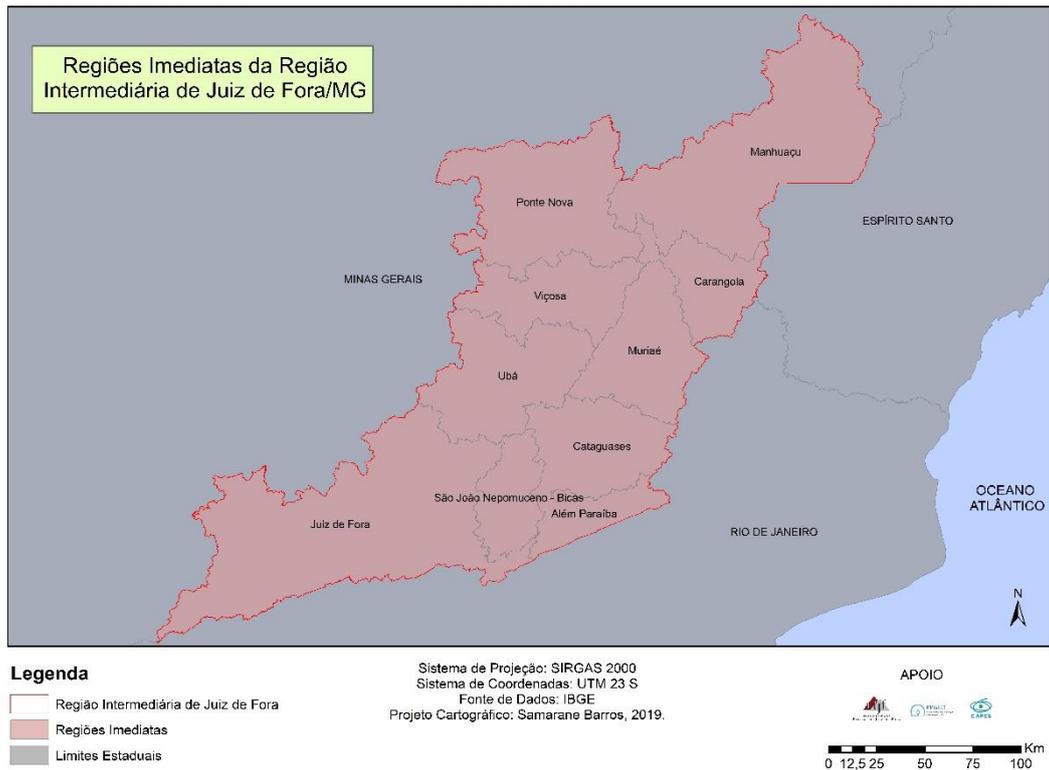


FIGURA 09 – Regiões Imediatas da Região Intermediária de Juiz de Fora.
FONTE – IBGE. Organização da autora.

O quadro comparativo entre os municípios da Zona da Mata e da nova regionalização demonstra pouca oscilação, comprovando a supremacia juiz-forana e a realidade urbana de um pouco mais de 70% dos municípios com menos de 10.000 habitantes (BARROS, 2019). A figura 10 abaixo mostra a diferenciação geográfica entre as duas regionalizações.

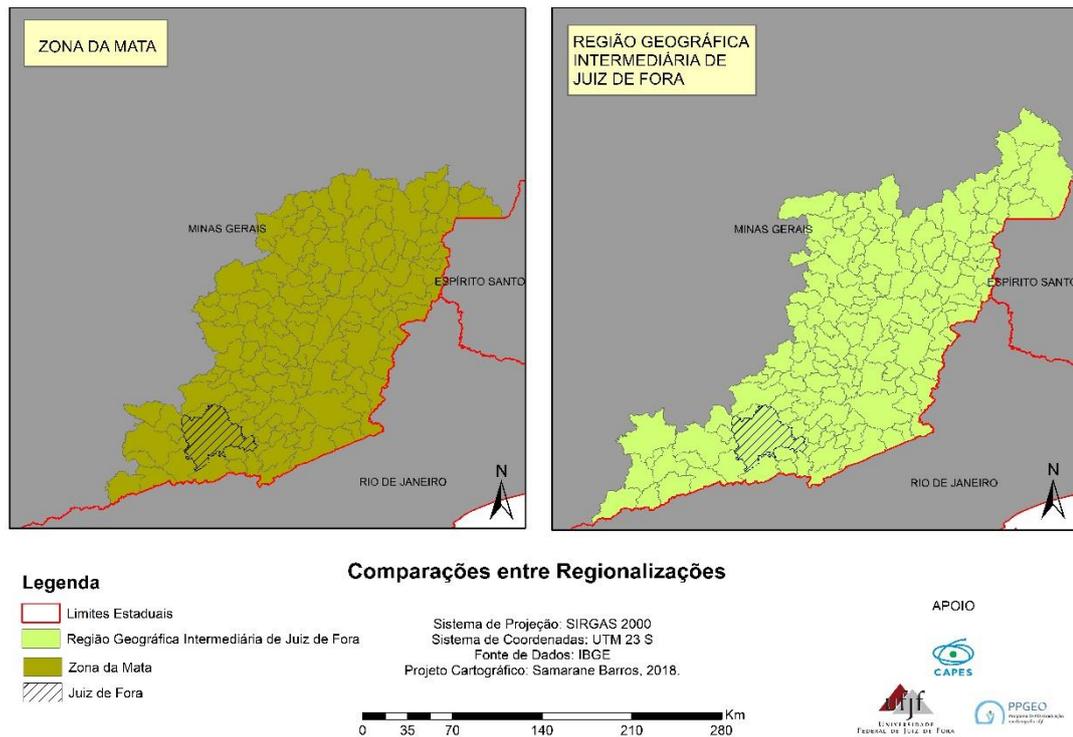


FIGURA 10 – Regionalizações.
FONTE – Barros, 2019.

As mudanças mais significativas foram de municípios que deixaram de pertencer a Zona da Mata e migraram para a Região Intermediária de Barbacena em contrapartida a municípios que deixaram as antigas mesorregiões Sul/sudoeste de Minas e Vale do Rio Doce para integrarem a Região Intermediária de Juiz de Fora. O quadro 04 abaixo sintetiza as mudanças entre as regionalizações.

QUADRO 04 – Síntese das mudanças entre as regionalizações

Municípios que deixaram de pertencer a Zona da Mata mineira	Municípios que passaram a integrar a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora
Alto Rio Doce (atualmente faz parte da Região Intermediária de Barbacena)	Alvinópolis (pertencia a mesorregião metropolitana de BH)
Cipotânea (atualmente faz parte da Região Intermediária de Barbacena)	Andrelândia (pertencia a mesorregião sul/sudoeste de Minas)
Lamim (atualmente faz parte da Região Intermediária de Barbacena)	Arantina (pertencia a mesorregião sul/sudoeste de Minas)
Piranga (atualmente faz parte da Região Intermediária de Barbacena)	Bocaina de Minas (pertencia a mesorregião sul/sudoeste de Minas)
Raul Soares (atualmente faz parte da Região Intermediária de Ipatinga)	Bom Jardim de Minas (pertencia a mesorregião sul/sudoeste de Minas)
Rio Espera (atualmente faz parte da Região Intermediária de Barbacena)	Conceição de Ipanema (pertencia a mesorregião do Vale do Rio Doce)

Santa Rita do Ibitipoca (atualmente faz parte da Região Intermediária de Barbacena)	Diogo de Vasconcelos (pertencia a mesorregião metropolitana de BH)
Senhora de Oliveira (atualmente faz parte da Região Intermediária de Barbacena)	Ipanema (pertencia a mesorregião do Vale do Rio Doce)
Vermelho Novo (atualmente faz parte da Região Intermediária de Ipatinga)	Liberdade (pertencia a mesorregião sul/sudoeste de Minas)
	Mutum (pertencia a mesorregião do Vale do Rio Doce)
	Passa-Vinte (pertencia a mesorregião sul/sudoeste de Minas)
	Pocrane (pertencia a mesorregião do Vale do Rio Doce)
	Taparuba (pertencia a mesorregião do Vale do Rio Doce)

FONTE – IBGE. Organização da Autora.

Dentre os 146 municípios da Região Intermediária de Juiz de Fora, apenas 49 apresentavam no último censo mais de 10.000 habitantes, sendo que Juiz de Fora era o município com maior contingente populacional (516.247 habitantes), seguido por Ubá (101.519 habitantes), Muriaé (100.765 habitantes), Manhuaçu (79.574 habitantes) e Viçosa (72.220 habitantes). Estes 5 municípios representavam um pouco mais de 40% da população total da região em 2010.

Dentre as regiões imediatas a mais populosa é a região de Juiz de Fora (689.735 habitantes), sendo que a cidade de Juiz de Fora abriga um pouco mais de 74% da população total. Seguida desta região estão como mais populosas as regiões de Manhuaçu (328.551 habitantes), Ubá (261.238 habitantes) e Ponte Nova (183.077 habitantes). Em contraponto, as regiões menos habitadas são as de Além Paraíba (55.791 habitantes) e São João Nepomuceno-Bicas (69.213 habitantes).

A distribuição da população pode ser analisada na figura 11 abaixo. Observa-se a concentração da população nos polos de cada região imediata, demonstrando a distribuição desigual da população dentro da região.

Distribuição da População na Região Intermediária de Juiz de Fora/MG

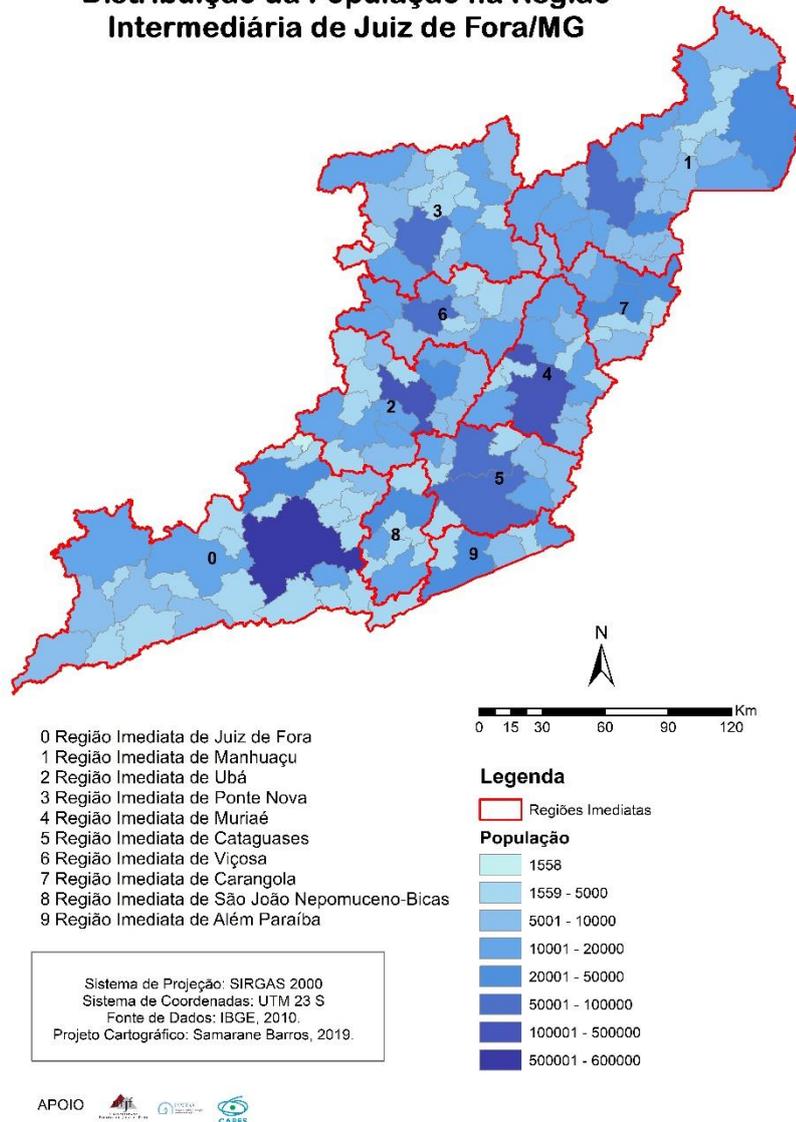


FIGURA 11 – Distribuição da População na Região Intermediária de Juiz de Fora
FONTE – IBGE, 2010. Organização da autora.

A economia também segue padrão de concentração, sendo que os maiores PIB's registrados no ano de 2016 estão em cidades de grande contingente populacional. Para esta região intermediária, Juiz de Fora apresenta os maiores valores adicionados no que tangencia os setores industriais e de comércio e serviços, enquanto no setor agropecuário a maior referência é Manhuaçu (FJP, 2018).

Para o ano de 2016, a participação da região imediata de Juiz de Fora chegava a mais de 40% de todo o PIB da região intermediária, seguidos pela participação da região imediata de Manhuaçu, Ubá e Cataguases, respectivamente. Os menores PIB's, por sua vez, foram

registrados nas regiões imediatas de Além Paraíba e São João Nepomuceno-Bicas, sendo que estas duas últimas regiões imediatas também são as menos habitadas, como já visto.

A grande maioria dos municípios no ano de 2016 apresentaram PIB's pouco significativos, sendo que um pouco mais de 60% dos municípios não atingiram R\$100 mil reais a preços correntes e deste contingente grande parte era valor adicionado da administração pública, mostrando pouca pujança econômica.

A região, portanto, é composta por um grande número de cidades pequenas e de pouco dinamismo econômico que, por sua vez, precisam recorrer a polos maiores para suas demandas de bens e serviços, justificando a responsabilidade regional dos polos de cada região imediata, conforme previsto na metodologia da nova regionalização do IBGE. Por sua vez, todos estes polos imediatos estão sob influência direta da cidade de Juiz de Fora, centro de mais complexo e de maior importância para a região.

As assimetrias salientam os papéis regionais de algumas cidades, as aproximando do que Bitoun (2009, p. 32) considera responsabilidade territorial, isto é, devido a realidade empobrecida de uma vizinhança algumas cidades desempenham função de responsabilidade para com o seu espaço imediato por ser, em alguns dos casos, o único recurso urbano para estas populações dispersas. Esta ideia será melhor abordada no capítulo 04.

No primeiro capítulo observou-se os equipamentos fixos condicionantes de centralidade dispostos nas três cidades em análise, bem como em suas regiões imediatas. Adiante se olhará para como tal distribuição, bem como a presença de órgãos regionais, reverbera no comportamento dos fluxos urbano-regionais em Ponte Nova, Viçosa e Ubá.

2.3 – Fluxos de Ponte Nova, Viçosa e Ubá e a participação das cidades no quadro regional

Neste segmento do texto, a análise dos fluxos respeitará os fixos já elencados anteriormente, obedecendo a dialética e indissociabilidade de ambos já proposta por Santos (1993). Portanto, serão analisadas as interações de cada uma das três cidades a partir da gestão do território, saúde e educação. Extinguiu-se aqui as instituições financeiras por acreditar que, apesar de sua centralidade, o avanço da tecnologia permite que grande parte das demandas sejam resolvidas virtualmente. Vale salientar que não se exonera a importância das instituições financeiras para o espaço, todavia, as três cidades aqui analisadas não apresentam atividades neste setor que lhes confirmem centralidades supra-regionais.

O IBGE em 2014 lançou um estudo acerca das redes e fluxos do território a partir de atividades de gestão, sejam elas empresariais ou públicas, indo ao encontro dos órgãos já elencados no capítulo 01. Para tanto, a análise selecionou uma série de variáveis a fim de traçar as relações entre as cidades e os níveis de hierarquia já evidenciados nos estudos da última REGIC. Dentre as 47 variáveis selecionadas foram analisadas, nesta pesquisa, 5 que lidavam diretamente com o fluxo de pessoas e grau de interação entre as cidades, a saber:

- a) Variável 03: Denominação de Centralidade 2007
- b) Variável 05: Municípios controlados
- c) Variável 07: Municípios atraídos
- d) Variável 11: Distância média das interações entre o município e seus congêneres
- e) Variável 12: Assalariados externos controlados pelo município¹⁶

As variáveis em questão significam:

- a) Posição hierárquica dentro da última publicação de REGIC (IBGE, 2008)
- b) Número de municípios que são controlados por um dado município. Ano de referência: 2013.
- c) Número de municípios que são atraídos por um dado município, sem que haja controle institucional necessariamente, por exemplo, subordinação de atividades em um determinado órgão. Ano de referência: 2013.
- d) Distância média das interações desempenhadas por um dado município em quilômetros. Ano de referência: 2013.
- e) Assalariados controlados por município.

Para a análise da educação recorreu-se ao estudo do IBGE (2011) sobre os deslocamentos populacionais no Brasil, em especial, sobre os fluxos para estudo ou trabalho, considerando que este movimento reflete as infraestruturas urbanas e interações entre as origens e destinos. As reflexões sobre arranjos populacionais propostas pelo IBGE visam demonstrar as diferentes dimensões da economia e da sociedade, uma vez que os movimentos são responsáveis por criar novas espacialidades tanto nos locais de origem como nos de destino. Os dados utilizados neste estudo são referentes ao censo de 2010, logo, podem apresentar informações dúbias ao passo que este [movimento para estudo ou trabalho] não é o propósito

¹⁶ “O total dos assalariados externos não considera aqueles lotados em empresas e da administração pública, entidades empresariais sem fins lucrativos, pessoas físicas com CNPJ e organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais” (IBGE, 2014).

maior do censo. Vale ressaltar que tais informações não dizem respeito a movimentos pendulares e sim origem e destino de residência das pessoas. Os movimentos pendulares serão trabalhados no capítulo três à medida que forem analisadas as redes urbanas regionais.

Os fluxos de saúde, por sua vez, foram analisados a partir do Plano Diretor de Regionalização do estado de Minas Gerais, atualizado em 2011-2013, e das modificações oriundas em 2017, conforme disponibilizado pelo portal de saúde do estado¹⁷. Os estudos relacionados aos fluxos de saúde são tipicamente hierárquicos, ou seja, se organizam a partir de macrorregiões ou regiões ampliadas e microrregiões ou superintendências regionais, sendo que todas elas se estruturam a partir de uma cidade polo que é responsável por oferecer e organizar os serviços de saúde de toda a região que lhe é tributária, sendo que as complexidades dos serviços vão variando de acordo com as escalas geográficas de atuação: uma macrorregião de saúde apresenta equipamentos e procedimentos mais complexos do que uma microrregião, assim como a sua abrangência espacial é maior.

Para a constatação destes fluxos e da conformação urbano-regional de cada uma das três cidades aqui analisadas, a partir de trabalho de campo, se levantou as viagens interurbanas diárias que partem de cada uma das rodoviárias. Por viagens diárias aqui entende-se as viagens que partem nos dias úteis. É importante se analisar estas viagens para entendimento dos fluxos, pois o modal rodoviário é o predominante no Brasil, sendo o fluxo de ônibus “um dos principais indicadores das relações interurbanas” (AMORIM FILHO, 2015, p.34).

Adiante, portanto, se apresentará a conformação dos fluxos nos espaços urbano-regionais de Ponte Nova, Viçosa e Ubá a fim do entendimento da importância destas cidades para suas respectivas regiões, bem como a participação de cada uma delas frente ao quadro maior da região intermediária de Juiz de Fora.

2.3.1 – Ponte Nova

A região imediata de Ponte Nova é composta por 18 municípios, além do polo, sendo que destes 8 se emanciparam a partir de Ponte Nova, mostrando que a estruturação urbana se deu, em grande medida, a partir de processos emancipatórios em que os laços de dependência e subordinação dos núcleos urbanos menos complexos datam de tempos remotos (FIGURA 12). Ademais, o que se observa são fluxos que obedecem apenas um sentido, isto é, rumo à

¹⁷ Disponível em <http://www.saude.mg.gov.br/parceiro/regionalizacao-pdr2>.

Ponte Nova, ampliando os papéis desta cidade frente a região, possibilitando assim, reconhecê-la enquanto uma cidade média de papel regional, como será demonstrado adiante.

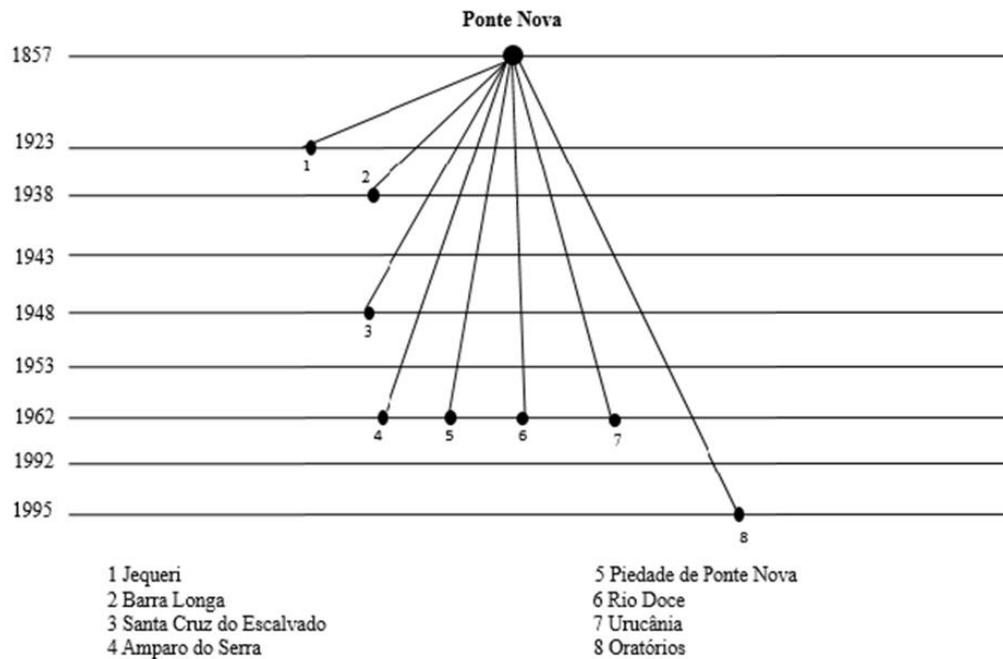


FIGURA 12 – Emancipações a partir de Ponte Nova/MG
FONTE – Barros, 2017a.

Ponte Nova, nos estudos hierárquicos desenvolvidos pelo IBGE nas edições de REGIC, apresentou na última classificação nível 4 de gestão do território, sendo este nível intermediário e sediando superintendências estaduais, 2ª Instância da Justiça Federal Especializada e 1ª Instância da Justiça Federal Comum. Todo o restante da sua região imediata é composta por centros locais que não se comportam como centros de gestão territorial estando atrelados, portanto, a Ponte Nova para realização de alguns serviços deste porte. As variáveis descritas no item 2.3 podem ser exploradas e analisadas conforme a tabela 06 que apresenta os índices para os municípios da região imediata de Ponte Nova.

TABELA 06 – Gestão do Território Região Imediata de Ponte Nova

MUNICÍPIO	VAR 03	VAR 05	VAR 07	VAR 11	VAR 12
Acaiaca	Centro Local	1	1	387	0
Alvinópolis	Centro Local	12	18	176	57
Amparo do Serra	Centro Local	2	4	237	0
Barra Longa	Centro Local	0	0	-	-

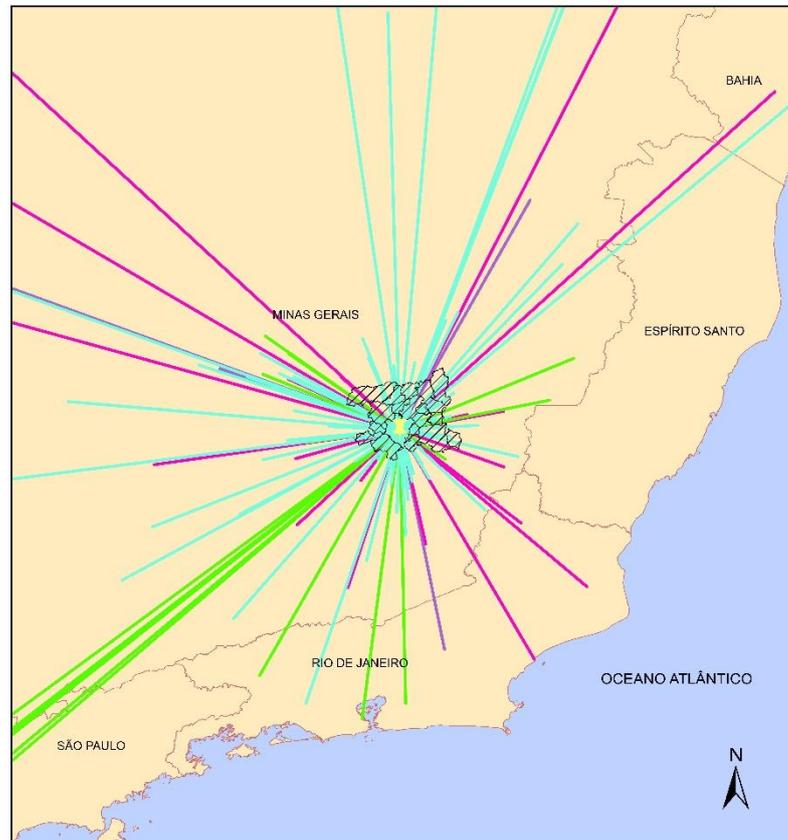
Diogo de Vasconcelos	Centro Local	0	0	-	-
Dom Silvério	Centro Local	2	6	183	3
Guaraciaba	Centro Local	1	5	252	0
Jequeri	Centro Local	8	4	248	10
Oratórios	Centro Local	1	1	383	1
Piedade de Ponte Nova	Centro Local	0	0	-	-
Ponte Nova	Centro Sul-Regional A	39	33	485	464
Rio Casca	Centro Local	6	13	221	16
Rio Doce	Centro Local	0	0	-	-
Santa Cruz do Escalvado	Centro Local	1	3	264	0
Santo Antônio do Gramma	Centro Local	2	8	179	14
São Pedro dos Ferros	Centro Local	4	5	205	51
Sem-Peixe	Centro Local	0	0	-	-
Sericita	Centro Local	0	0	-	-
Urucânia	Centro Local	8	6	181	114

FONTE - IBGE, 2014. Organização da autora. Obs: Alguns municípios não apresentam informações.

As informações analisadas na tabela 06 acima confirmam a centralidade de Ponte Nova para as outras cidades de sua região imediata. Todos os centros locais devem recorrer a este centro mais complexo para determinadas funções urbanas, tais como serviços de previdência, justiça federal - etc. Além disso, Ponte Nova apresenta o maior número de municípios atraídos e alcança as maiores distâncias em suas interações, podendo inferir que devido aos equipamentos presentes na cidade, grande parte dos fluxos são em direção a ela, porém, ela também desenvolve relações com cidades mais complexas e de maior nível hierárquico na rede urbana.

A matriz de mobilidade e arranjos populacionais disponível nos estudos do IBGE (2011), em referência ao censo de 2010, demonstra os fluxos que objetivam trabalho e estudo,

de maneira separada, e a síntese para a cidade de Ponte Nova pode ser analisada na figura 13 abaixo.



Fluxos do espaço de Ponte Nova/MG para estudo e trabalho

Legenda

- Ponte Nova
- Região Imediata de Ponte Nova
- Fluxos que chegam a cidade para trabalho
- Fluxos que chegam a cidade para estudo
- Fluxos que saem da cidade a trabalho
- Fluxos que saem da cidade a estudo
- Limites Estaduais

Sistema de Projeção: SIRGAS 2000
 Sistema de Coordenadas: UTM 23 S
 Fonte de dados: IBGE
 Projeto Cartográfico: Samarane Barros, 2019

0 30 60 120 180 240 Km

APOIO

FIGURA 13 – Fluxos de Ponte Nova/MG, 2011.
FONTE – IBGE, 2011. Organização da autora.

Observa-se que a maior intensidade dos fluxos está na sua região imediata, sobretudo, nos destinados a Ponte Nova, demonstrando a dependência direta das cidades menores do seu entorno. A maior parte das pessoas busca Ponte Nova por motivos de trabalho, sendo a cidade de Oratórios a que traça relações mais próximas com este intuito e a cidade de Urucânia a que mais procura a cidade com o objetivo de estudos.

Já os fluxos que saem de Ponte Nova, em sua grande maioria, são em destino a cidades de maior complexidade, tais como Belo Horizonte e Juiz de Fora. Porém, no que diz respeito a pessoas que migram apenas para trabalhar, Urucânia é a cidade que recebe o maior número de ponte-novenses, demonstrando a sinergia de ambas as cidades, seguido a esta cidade está a capital do estado Belo Horizonte. Já para objetivos de estudo, o principal destino é Viçosa, considerando a grande centralidade desta cidade no que tangencia o ensino, como já visto, seguidas por Belo Horizonte e Juiz de Fora.

No que diz respeito aos fluxos relacionados a saúde, conforme já citado, Ponte Nova é uma superintendência regional de saúde, classificação feita pelo Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais a partir da Secretaria do estado de saúde, sendo sua última atualização em 2011-2013. Por superintendência regional entende-se a responsabilidade assumida em garantir o funcionamento do sistema de saúde do estado a partir da implementação das políticas estaduais de saúde em âmbito regional¹⁸.

A regional de Ponte Nova é responsável por outros 29 municípios, atingindo uma população de mais de 320 mil pessoas. Além dos municípios de sua região imediata, Ponte Nova polariza Viçosa, município de porte semelhante, e toda a hinterlândia deste último, demonstrando a sua importância no que diz respeito a oferta de serviços de saúde.

No ano de 2017, a secretaria de saúde de Minas Gerais propôs algumas modificações na regionalização de saúde, porém, sem extinguir as relações já existentes. Neste sentido, Ponte Nova ficou responsável por uma Região Ampliada de Saúde – Região Leste do Sul, composta por três microrregiões de saúde: Ponte Nova, Manhuaçu e Viçosa, que juntas totalizam 53 municípios polarizados. Nesta divisão, observa-se também a supremacia ponte-novense frente a Manhuaçu, outra cidade regional da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora.

Por fim, para demonstrar a conformação dos fluxos no espaço regional de Ponte Nova verificou-se as viagens de ônibus que saem da sua rodoviária municipal. O maior número de viagens ocorre em direção a Viçosa (19), demonstrando as relações diretas entre ambas as cidades. Logo após, saem 12 viagens diárias para Belo Horizonte e 12 para Mariana/MG. Destinos mais longínquos também saem dessa rodoviária, sendo realizadas 04 viagens diárias para São Paulo e 03 para o Rio de Janeiro, além de 04 para Juiz de Fora. Das cidades de sua

¹⁸ Disponível em <http://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/superintendencias-regionais-de-saude-e-gerencias-regionais-de-saude>.

região imediata, as que recebem o maior número de viagens diárias oriundas de Ponte Nova são Oratórios (10) e Jequeri (08).

Observa-se que, dentre as viagens de ônibus, a mais recorrente é em direção a Viçosa, comprovando os fluxos anteriormente citados com destino de educação e saúde. A maior proximidade com Belo Horizonte do que com Juiz de Fora, faz com que mais viagens ocorram em direção a capital do estado, demonstrando também a capacidade de Ponte Nova de se relacionar com outras regiões mineiras, fato este comprovado também pelo grande número de viagens destinadas a Mariana (pertencente a região intermediária de Santa Bárbara-Ouro Preto). Além disso, no que diz respeito a sua região imediata a principal cidade é Oratórios, cidade esta que como comprovada pelos dados de mobilidade é a que mais procura Ponte Nova objetivando o trabalho.

2.3.2 – Viçosa

A conformação urbano-regional viçosense, em muito, também se articula as emancipações que se deram a partir do polo, mostrando que a dependência é pretérita ao considerar o quadro econômico pouco pujante da região. Das 11 cidades localizadas na região imediata de Viçosa, 8 emanciparam-se a partir dela, como pode ser constatado na figura 14.

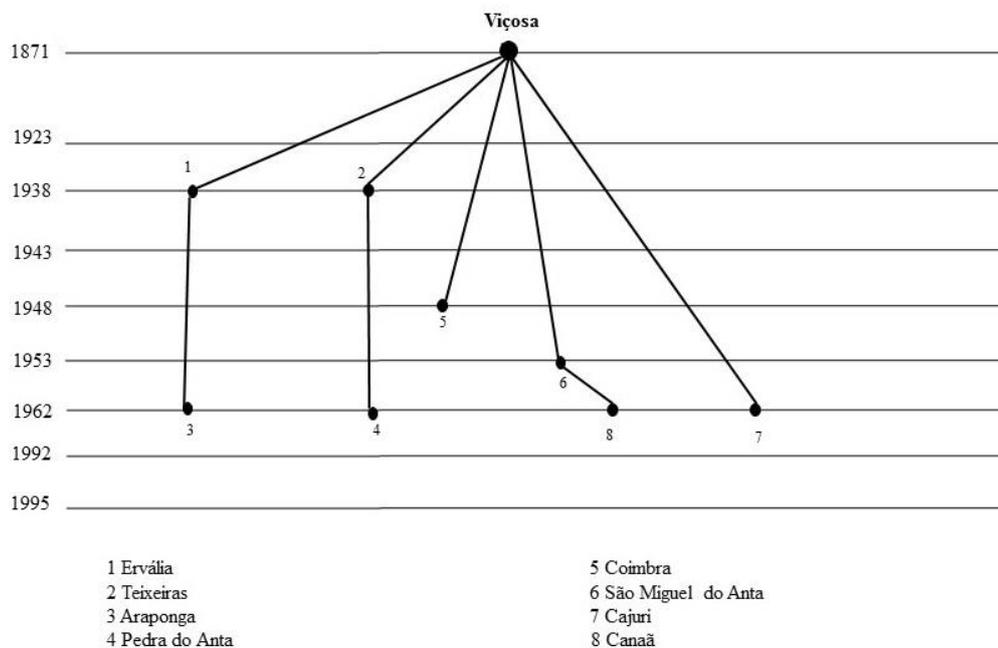


FIGURA 14– Emancipações a partir de Viçosa/MG
FONTE – Barros, 2017b.

Viçosa, por sua vez, apresenta menor grau de gestão do território, estando subordinada a Ponte Nova. A cidade viçosense apresentou nível 05 de gestão do território, isto é, contando apenas com centros de gerência dos órgãos administrativos e com a 1ª Instância da Justiça Federal Comum e com um Juizado Especial. Entretanto, pelas outras cidades de sua região não apresentarem nenhum destes equipamentos, Viçosa ainda assim se comporta como centro para as cidades pequenas no que diz respeito a estes serviços, conforme analisado na tabela 07.

TABELA 07 – Gestão do Território Região Imediata de Viçosa

MUNICÍPIO	VAR 03	VAR 05	VAR 07	VAR 11	VAR 12
Araponga	Centro Local	-	-	-	-
Cajuri	Centro Local	-	-	-	-
Canaã	Centro Local	-	-	-	-
Coimbra	Centro Local	1	4	248	1
Ervália	Centro Local	6	9	146	27
Paula Cândido	Centro Local	4	7	297	18
Pedra do Anta	Centro Local	1	2	357	0
Porto Firme	Centro Local	1	5	182	0
Presidente Bernardes	Centro Local	-	-	-	-
São Miguel do Anta	Centro Local	-	-	-	-
Teixeiras	Centro Local	1	6	168	1
Viçosa	Centro Subregional B	30	33	201	220

FONTE - IBGE, 2014. Organização da autora. Obs: Alguns municípios não apresentam informações.

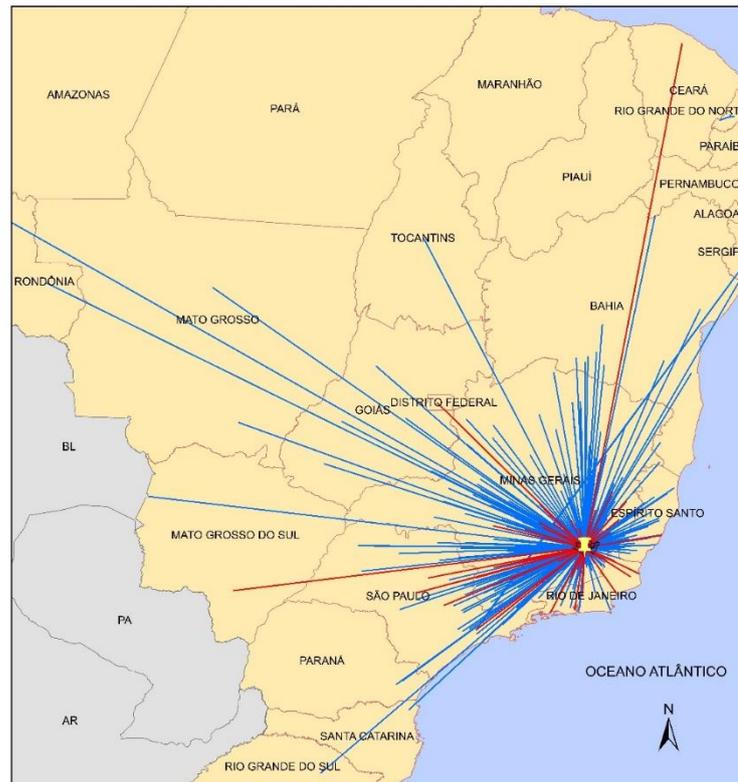
Na tabela 07 acima pode-se confirmar que por Viçosa ser o único centro sub-regional de sua região imediata ele polariza os demais no que diz respeito a gestão do território.

A interpretação dos números, porém, leva ao entendimento que Ervália também apresenta centralidade, uma vez que atrai um considerável número de municípios e é o segundo município que mais emprega trabalhadores externos. Estes fatos associam-se a sua importância econômica no que tange o setor da agropecuária, estando presente entre a lista dos pequenos municípios que mais contribuem para este setor no estado mineiro, conforme já citado.

No que diz respeito à média da distância das interações dos municípios nota-se valores significativos para os pequenos municípios da região. O que pode se concluir é que estes municípios devem recorrer a outros mais distantes para suprirem suas demandas, uma vez que

Viçosa não disponibiliza de muitos equipamentos e é subordinada a outras cidades dentro da hierarquia urbana, como também já analisado no capítulo 01 deste trabalho.

Porém, quando se analisa as informações sobre os fluxos para ensino ou trabalho observa-se uma dinâmica bem diferente, sendo Viçosa destino de inúmeras localidades do país, como pode ser visto na figura 15 abaixo.



Fluxos do espaço de Viçosa/MG para estudo e trabalho

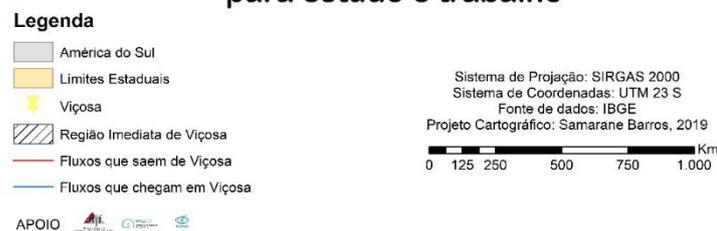


FIGURA 15 – Fluxos de Viçosa/MG (2011)
FONTE – IBGE, 2011. Organização da autora.

A busca por Viçosa está, principalmente, relacionada a busca por educação, sendo que a cidade que mais originou fluxos para ela foi Ponte Nova, seguida de Teixeiras, Belo Horizonte e Ubá. Além destas cidades, observou-se a interação de Viçosa com, praticamente, todo o território mineiro e com grande parte dos outros estados brasileiros, sendo que grande parte dos

fluxos que chegam a Viçosa objetivando apenas estudar são do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Os fluxos que chegam a Viçosa buscando apenas o trabalho, por sua vez, tem suas origens principalmente na região imediata da cidade, sendo que Teixeira é a cidade que mais origina fluxos para Viçosa com este fim, seguida de Porto Firme, Paula Cândido e Cajuri. Estes dados demonstram a fragilidade econômica das cidades pequenas circunscritas ao espaço regional viçosense, bem como a dependência direta para com o polo.

Já os fluxos que saem de Viçosa, em sua grande maioria, são em busca de trabalho e destinam-se para cidades tanto do espaço imediato quanto para cidades de mesmo porte e maior, sendo as mais procuradas Coimbra, Belo Horizonte, Teixeira, Ponte Nova e Rio de Janeiro, respectivamente. Já os fluxos para estudo vão para cidades maiores, como Belo Horizonte, Ouro Preto, Rio de Janeiro e Juiz de Fora, nesta ordem.

No que diz respeito a saúde, no plano diretor de regionalização, como já visto, Viçosa está subordinada a Ponte Nova, bem como a maioria das cidades de sua região imediata. Na regionalização de 2017, por sua vez, Viçosa segue subordinada a região ampliada de saúde de Ponte Nova, porém, é responsável por uma microrregião de 9 municípios. A microrregião de saúde prevê uma contiguidade territorial na qual o polo é responsável por serviços secundários de média complexidade.

As viagens intermunicipais de Viçosa demonstram a sua relação íntima com a cidade de Teixeira, uma vez que esta é a cidade que mais recebe viagens diárias oriundas de Viçosa, totalizando 31. Outras cidades da região imediata de Viçosa também recebem grande fluxo de viagens diárias, tais como Coimbra e Pedra do Anta, com 10 viagens cada.

Ponte Nova também recebe grande número de viagens, comprovando também os laços entre ambas, sendo contadas 19 viagens diárias. A posição de contato que Viçosa desempenha, já verificada aqui, também a leva a se articular diretamente com Ubá, sendo realizada 10 viagens diárias.

Cidades maiores que Viçosa é dependente também recebem grande número das viagens diárias, sendo que Belo Horizonte recebe 8 viagens e Juiz de Fora 7. Das outras cidades maiores aqui citadas, saem de Viçosa 4 viagens diárias para São Paulo e 3 para o Rio de Janeiro.

No caso viçosense, em particular, o que se observa são duas centralidades promovidas por fluxos distintos: uma que envolve escalas geográficas bem mais amplas que se direcionam

a cidade, sobretudo, em busca de ensino superior; e outra que demonstra as incipiências dos serviços de Viçosa, isto é, levando a cidade a polarizar apenas o seu espaço imediato e atrelando-a ao espaço de polarização de uma cidade de mesmo porte, Ponte Nova.

2.3.3 – Ubá

A estruturação da região de Ubá, também como analisado em Viçosa e Ponte Nova, foi em muito atrelada a emancipação de municípios a partir do polo, em outras palavras, dentre as cidades elencadas na região imediata de Ubá, 7 desmembraram-se a partir dela, demonstrando que são pretéritos os laços de dependência (FIGURA 16).

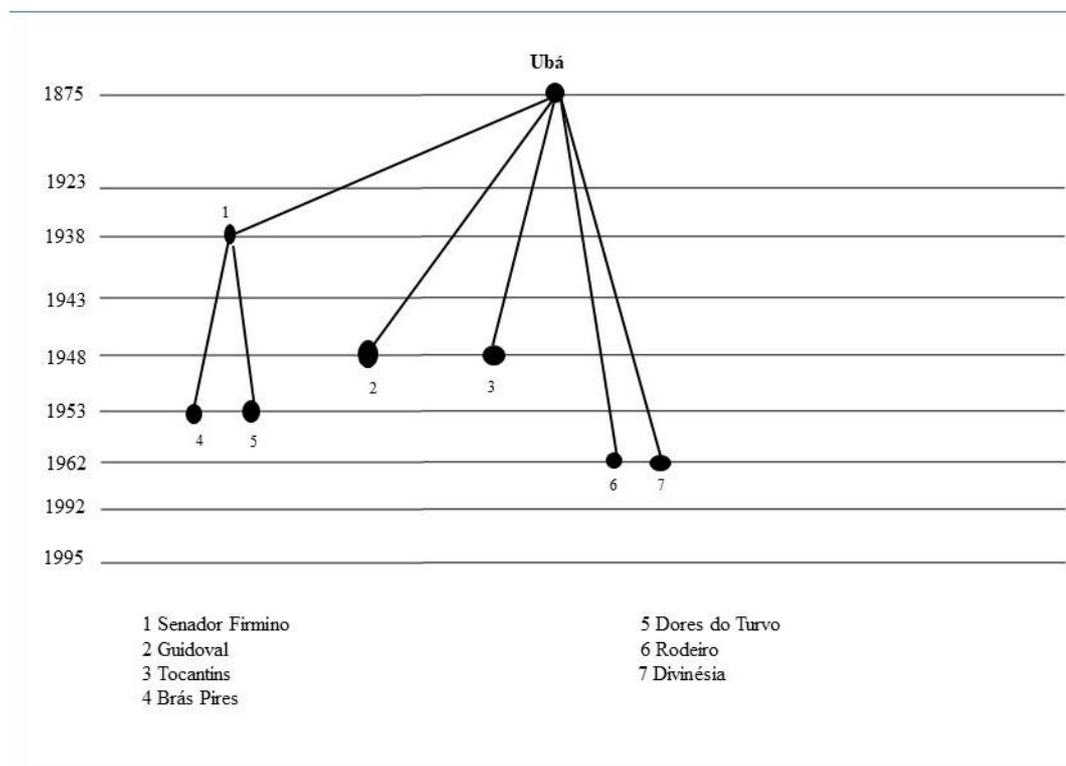


FIGURA 16– Emancipações a partir de Ubá/MG

FONTE – IBGE; Organização da autora.

Ubá, assim como Ponte Nova, apresenta nível 04 de gestão do território, dispondo em seu território de superintendências estaduais, 2ª Instância da Justiça Federal Especializada e 1ª Instância da Justiça Federal Comum. Apesar da região apresentar centros de zona de nível B, eles [centros de zona] desempenham apenas funções elementares de gestão, sendo seus valores ínfimos quando comparados a centralidade ubaense. As variáveis já elencadas para análise de gestão do território para os municípios da região imediata de Ubá podem ser conferidas na tabela 08 abaixo.

TABELA 08 – Gestão do Território Região Imediata de Ubá

MUNICÍPIO	VAR 03	VAR 05	VAR 07	VAR 11	VAR 12
Brás Pires	Centro Local	-	-	-	-
Divinésia	Centro Local	1	2	398	-
Dores do Turvo	Centro Local	2	1	276	1
Guarani	Centro Local	9	8	133	29
Guidoval	Centro Local	2	3	281	0
Guiricema	Centro Local	-	-	-	-
Mercês	Centro Local	3	6	179	0
Piraúba	Centro Local	5	9	159	21
Rio Pomba	Centro de Zona B	13	16	166	43
Rodeiro	Centro Local	3	4	175	1
São Geraldo	Centro Local	1	4	266	5
Senador Firmino	Centro Local	4	4	197	25
Silveirânia	Centro Local	-	-	-	-
Tabuleiro	Centro Local	1	4	210	0
Tocantins	Centro Local	15	6	336	38
Ubá	Centro sub-regional A	47	45	269	697
Visconde do Rio Branco	Centro de Zona B	21	15	261	890

FONTE - IBGE, 2014. Organização da autora. Obs: Alguns municípios não apresentam informações.

Se comparada ao quadro das duas cidades anteriores, o espaço imediato de Ubá é mais equilibrado no que diz respeito a gestão do território, isto porque as cidades são mais desenvolvidas economicamente, muito em função de algumas delas pertencerem a APL moveleira. Além dos centros locais e do centro sub-regional A, a região imediata conta com dois centros de zona B: Rio Pomba e Visconde do Rio Branco que, de acordo com a REGIC, podem ser classificados como “cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares” (IBGE, 2008, p. 11).

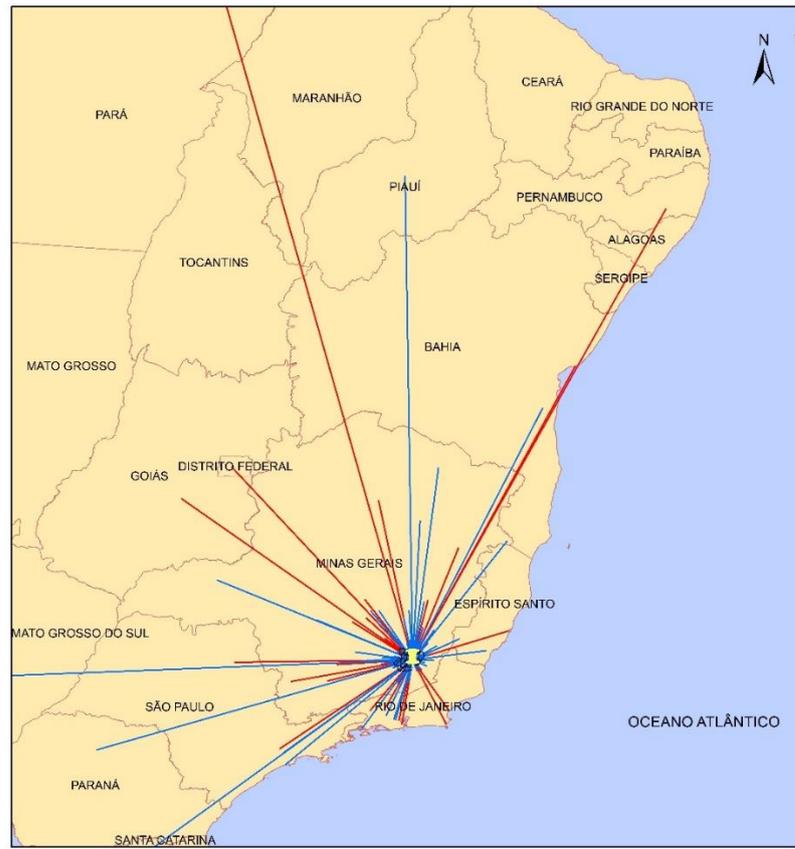
Visconde do Rio Branco é a cidade com mais empregados externos porque, além de estar presente no polo moveleiro, contém indústrias outras que recebem pessoas de toda a região, tal como a indústria alimentícia Pif Paf, maior empresa mineira no que diz respeito ao processamento de aves e suínos. A Pif Paf, ainda, é responsável pela indústria de sucos Tial, também alojada na cidade.

Todavia, ainda assim, Ubá continua sendo a principal centralidade para os índices de gestão territorial, controlando e atraindo o maior número de municípios que vão além de sua região imediata.

Grande parte das pessoas procuram a cidade de Ubá por motivos de trabalho, sendo que a cidade que mais desenvolve relações para este fim é a cidade de Tocantins, seguida por Rodeiro e Guidoal. Para além das cidades da região imediata, Ubá recebe trabalhadores de grande parte do estado de Minas Gerais, sendo Juiz de Fora, Cataguases, Muriaé e Ponte Nova cidades de mesmo porte ou maiores que cedem trabalhadores para Ubá. Além de Minas Gerais, pessoas de outros estados como Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná também procuram Ubá objetivando trabalho. No que diz respeito aos fluxos destinados apenas a estudo, Ubá, em sua maioria, recebe fluxos de sua região imediata, sendo Tocantins, Rodeiro e Guidoal as que mais procuram a cidade.

Ao contrário, as pessoas que saem de Ubá buscam em sua maioria o estudo, sendo as cidades de Viçosa, Juiz de Fora e Rio Pomba as mais procuradas, respectivamente. Já para o trabalho, as pessoas que saem de Ubá procuram, em grande parte, outros municípios do APL moveleiro, tais como Rodeiro, Visconde do Rio Branco e Tocantins, demonstrando a sinergia existente entre as cidades do arranjo. Outras cidades maiores também são procuradas com o objetivo de trabalho, respectivamente, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

A síntese dos fluxos do espaço-urbano regional de Ubá pode ser verificada na figura 17 abaixo.



Fluxos do espaço de Ubá/MG para estudo e trabalho

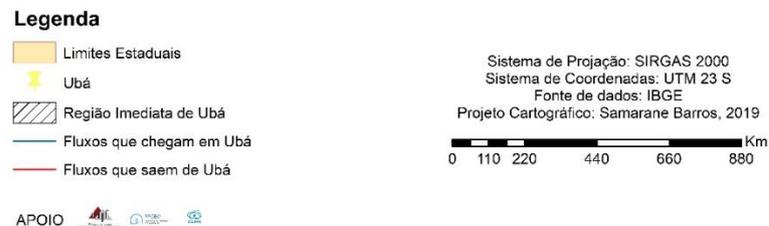


FIGURA 17 – Fluxos de Ubá/MG
FONTE – IBGE, 2011. Organização da autora.

No que diz respeito aos fluxos de saúde, na regionalização do plano diretor Ubá foi considerada uma gerência regional de saúde responsável por 31 municípios. A gerência regional, assim como a superintendência, tem por objetivo garantir a implementação das políticas de saúde em âmbito regional. O polo de Ubá é responsável por mais de 450 mil pessoas.

Na regionalização de 2017, Ubá ficou subordinada a Região Ampliada de Saúde Sudeste-Juiz de Fora e capta uma microrregião de 20 municípios, todos os de sua região imediata mais Coimbra, Ervália e Presidente Bernardes da região imediata de Viçosa.

Os fluxos são comprovados quando se analisa as viagens interurbanas que partem da cidade de Ubá. Em sua grande maioria, as viagens são destinadas a municípios do polo moveleiro, sendo os que mais recebem viagens diárias Visconde do Rio Branco (13), Ubá (12) e Piraúba (8).

Já no que concerne às cidades de mesmo porte ou de maior complexidade, Juiz de Fora recebe 12 viagens diárias, Viçosa 11 e Cataguases 9, enquanto Belo Horizonte recebe 4 e Rio de Janeiro e São Paulo recebem 3 cada uma.

A maior diferença notada entre Ubá e as outras duas cidades em análise é a maior complementaridade e sinergia existente entre os fluxos da sua região imediata, sobremaneira, em função da economia moveleira que movimenta pessoas e capital na área.

2.3.4 – Síntese Geral

A Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora é composta, predominantemente, por cidades de pequeno porte e pouca pujança econômica, levando algumas cidades a se destacarem em detrimento a elas e a assumirem papéis regionais, principalmente, no que diz respeito ao provimento de bens e serviços ao espaço que lhes são tributários. As cidades de maior impacto para esta região são polos de regiões imediatas, como se foi visto, e são fundamentais para as áreas contíguas a seu território, principalmente, são os casos de Ponte Nova, Viçosa e Ubá.

Cada uma das três cidades em análise apresenta particularidades nos seus fluxos, o que garante conformações e sinergias distintas em cada espaço interurbano. Contudo, o que não se pode perder de vista é a semelhança que todas apresentam no que diz respeito a centralidade imediata e responsabilidade que assumem com os núcleos menos complexos de seu entorno.

As três cidades, ainda, apresentam similitudes no que diz respeito a conformação do seu espaço regional, isto é, grande parte das cidades pequenas de seu entorno desmembraram-se a partir de cada uma delas. De acordo com Bremaeker (1993), a principal causa que levou alguns municípios a se emanciparem em outrora foi o descaso da administração pública por parte do município de origem, porém, o que se observou foi a formação de novas cidades de baixa autonomia e dinamismo econômico. Além da dependência econômica, este fator demonstra ainda a importância política e de decisões que estas cidades ainda detém, sendo, portanto, a importância destas cidades médias atreladas a influência econômica, política e social que elas desempenham para a área.

Os fluxos também se associam ao vínculo que as três cidades mantêm com a capital do estado, Belo Horizonte, em especial a cidade de Ponte Nova. Esta cidade, em função de sua maior proximidade a Belo Horizonte e o seu contato com outras regiões do estado de Minas Gerais, a levam a integrar o quadro de influência direta da capital e por Viçosa, por sua vez, estar dentro da região de influência ponte-novense, indiretamente também está sob a influência da capital do estado. Ubá é a única das três cidades em análise que está na região de influência direta de Juiz de Fora, portanto, dentre as três é a que mais se articula com a capital regional.

A região de influência de Juiz de Fora nas publicações precedentes de REGIC (IBGE, 1987; 2000) estava articulada ao espaço polarizado pelo Rio de Janeiro, todavia, em 2008 migrou para a região de influência de Belo Horizonte por causa, principalmente, da mudança de metodologia entre estes estudos. A partir de 2008 os estudos de REGIC passaram a considerar a variável gestão do território, considerando que os órgãos públicos respeitam os limites políticos-administrativos estaduais, os serviços são organizados hierarquicamente de maneira que as cidades menores de um estado recorram a instâncias deste mesmo estado.

Porém, vale registrar o hiato temporal de dez anos existente entre a última publicação de REGIC e a atualização da regionalização proposta pelo IBGE, na qual considerou os atuais processos socioeconômicos e fluxos que condicionam o vínculo entre as cidades e organizam o território como um todo, emparelhando, portanto, Ponte Nova, Viçosa e Ubá ao espaço polarizado por Juiz de Fora.

Ponte Nova apresenta uma importância central na saúde do estado de Minas Gerais¹⁹ ao polarizar uma região ampliada de saúde, dispondo, neste sentido, de equipamentos e procedimentos de alto nível de complexidade que são responsáveis por atender toda a população inerente a esta região. Não apenas as cidades menores, mas também cidades de porte semelhante estão subordinadas a Ponte Nova, comprovando a sua supremacia no quesito de saúde pública.

Viçosa, por sua vez, apresenta uma realidade dual nos seus fluxos. Isto é, ao mesmo passo que apresenta um grande alcance espacial nas mobilidades de ensino, é frágil no que diz respeito a gestão do território e disponibilidade de serviços públicos, a levando a sempre depender das duas cidades de porte semelhante que a circundam: Ponte Nova e Ubá. Porém, ainda assim, a posição geográfica de Viçosa a coloca em destaque frente as suas cidades

¹⁹ O hospital regional de saúde Arnaldo Gavazza, por exemplo, está entre os 17 melhores do estado de Minas Gerais, conforme constatado em seu *site* eletrônico. Disponível em < <http://gavazza.com.br/site/>>.

menores, por esta serem, com exceção de Ervália, pouco dinâmicas economicamente e com receitas atreladas, em grande parte, aos fundos e repasses públicos.

Os fluxos da região imediata de Ubá são os mais equilibrados em função dos equipamentos urbanos, como os citados no capítulo um, estarem melhores distribuídos pela região. Ademais, o APL moveleiro é responsável por dotar as cidades pequenas de dispositivos econômicos que as levem a desenvolverem mais que as cidades pequenas das duas outras regiões analisadas. Além da indústria moveleira, a indústria alimentícia também é bastante desenvolvida na região, empregando inúmeras pessoas e garantindo a movimentação do capital. Todavia, Ubá ainda permanece sendo o centro principal da região, crescendo, inclusive, em função das cidades pequenas que alimentam o seu setor de serviços variados.

Dentro da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, nota-se a importância das três cidades no que concerne à organização dos fluxos que delas partem, cada qual com sua especificidade. Por controlarem regiões imediatas, as cidades desempenham papéis centrais para as cidades menores, como já visto e, ainda, integram o quadro de principais cidades da área responsáveis por comandar os fluxos de capitais e pessoas, considerando o contexto pouco robusto no qual estão inseridas.

A tendência destas cidades mineiras se comportarem como cidades médias de papéis regionais é observada também em outras áreas do estado, à medida que Minas Gerais é composta, em grande parte, por cidades de porte pequeno que não se bastam. Ainda, a natureza heterogênea da urbanização mineira em razão de sua grande extensão territorial, faz com que cada região apresente especificidades na sua estruturação. No caso da região intermediária de Juiz de Fora no contexto da formação socioespacial, a economia cafeeira foi a mais proeminente na estruturação do espaço, sendo o auge desta economia coincidente aos maiores índices de crescimento econômico e demográfico da região. Além disso, a economia cafeeira foi responsável pela industrialização de Juiz de Fora que teve seu incremento a partir do mercado regional acabando por influenciar toda a divisão regional do trabalho na área.

Apesar da proeminência da cafeicultura e a sua influência na vida urbana da região, foi apresentado neste e no primeiro capítulo desta dissertação que Ponte Nova, Viçosa e Ubá também apresentaram particularidades em suas economias, respondendo cada uma destas cidades por um ciclo econômico distinto que culminou na estruturação dos fluxos e de seus respectivos espaços urbano-regionais. Todavia, o que não se pode perder de vista é que o espaço polarizado por cada uma das cidades é fruto, em grande medida, de tempos pretéritos, como

visto nos esquemas sobre as emancipações que partiram destas cidades, posto que grande parte das cidades menores do entorno desmembraram-se a partir do polo. Isto posto, constatou-se que as emancipações deram origem às cidades que mantêm os seus vínculos de dependência com as suas origens, retroalimentando a economia dos polos.

A análise dos fluxos no capítulo um em associação aos fluxos demonstrados neste capítulo permite que se estude a formação – ou não – de redes urbanas regionais e locais no interior da região intermediária de Juiz de Fora, como será explorado adiante.

3 – Redes Geográficas e Escalas: Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto nós na rede urbana regional de Juiz de Fora

Seguindo a terceira escala proposta para as análises desta dissertação – a da rede urbana - o capítulo que segue buscou retomar as descrições dos fixos e fluxos anteriormente traçadas para caracterizar as funções de Ponte Nova, Viçosa e Ubá na rede urbana regional comandada por Juiz de Fora; rede esta inferida a partir dos estudos de REGIC (IBGE, 1987; 2000; 2008). Vale colocar que se sabe que Juiz de Fora relaciona-se também com cidades de ordens mais distantes, no entanto, as relações levadas aqui serão as de ordem próxima, cujas quais coincidem com os fluxos existentes no interior da Região Geográfica Intermediária comandada por Juiz de Fora.

Para tanto, recorreu-se a revisão de literatura sobre as redes urbanas regionais, bem como de temáticas sobre centralidade e polarização, considerando que estas duas categorias se associam à organização dos fluxos por uma dada localidade central para com outros espaços de igual ou menor complexidade.

Durante este capítulo, se pretendeu identificar os principais nós da rede urbana regional capitaneada por Juiz de Fora para, logo após, demonstrar como Ponte Nova, Viçosa e Ubá são responsáveis por redes incipientes de cidades ou, como chamado nesta dissertação, por sub-redes, face aos papéis regionais que as três cidades assumem.

3.1 – Rede Urbana Regional: percursos de conceptualização

Antes de caracterizar a conformação ou não de uma rede urbana regional, cabe resgatar as principais teses que aventam sobre esta temática. A ideia de rede urbana evoca a conectividade e a articulação entre as diferentes cidades e, sabendo que as relações contemporâneas se dão nas mais variadas escalas, os fluxos que condicionam o emparelhamento dos núcleos urbanos são também interescares.

Nesta direção, a partir da década de 1970 com a etapa da reestruturação da rede urbana brasileira engendrada pelas mudanças nos padrões de acumulação, ascenderam novas centralidades que passaram a prover, principalmente, bens e serviços antes restritos às aglomerações metropolitanas e, a partir disto, a polarizar áreas outras circunscritas a elas. Tais centralidades regionais, portanto, assumiram diferentes papéis a depender de sua situação geográfica, entretanto, em sua maioria, passaram a desempenhar funções de intermediação dentro da rede e de responsabilidade territorial para com outros espaços menos complexos.

A organização dos fluxos a partir de um núcleo urbano regional desenrola um modelo de rede urbana que se discerne das demais em função de seu caráter mais restrito. Rochefort (1998, p. 30) coloca que o modelo de rede urbana regional

Compreende em primeiro lugar uma série de pequenos centros que asseguram as relações locais, isto é, que fornecem aos seus habitantes, e aos de uma zona de influência limitada aos seus arredores imediatos, serviços correntes no domínio dos comércios não alimentares (as lojas de calçados, de roupas), no domínio da saúde (clínicos gerais, farmacêuticos, dentistas), no domínio da instrução (por exemplo, na França, os estabelecimentos de ensino geral).

Os fluxos para Rochefort, então, partem da principal centralidade regional na qual o autor define como capital regional que pode ser compreendida “ao mesmo tempo pelos seus equipamentos e pelo limite de influência dos mais raros dentre eles, assim como pela natureza da rede urbana que assegura o relé dessa influência no interior do espaço polarizado” (ROCHEFORT, 1998, p. 30). Em linhas gerais, as capitais regionais se definem em função do seu alcance espacial e da influência do mais raro de seus serviços.

Isto posto, a organização dos núcleos urbanos inerentes às redes urbanas regionais se dá de maneira hierárquica a depender da raridade de seus serviços, sendo que quanto mais próximo o núcleo estiver da capital regional, mais intensa será a relação dos seus habitantes para com ela: “se seus habitantes ou os de sua pequena zona de influência têm necessidade de um serviço que não se encontra no centro local, eles recorrem diretamente aos da capital regional” (ROCHEFORT, 1998, p. 30). Por sua vez, à medida que os núcleos se afastam da capital, mas permanecem sob controle dela, a maior distância permite que estes núcleos desenvolvam alguns serviços mais complexos e menos correntes, por exemplo, médicos especializados, tendo um alcance espacial para além de sua zona local, podendo estes núcleos e suas respectivas áreas de influência serem considerados como sub-regiões (ROCHEFORT, 1998, p.30).

As capitais regionais tendem a se comportar de maneiras diferentes ao redor do mundo. Também segundo Rochefort (1998, p. 36), em função das particularidades das estruturas socioeconômicas dos países subdesenvolvidos, as capitais regionais neste caso tendem a ter menos força de produção e um destaque maior para o terciário, bem como o cerne da vida urbano-regional é coabitado por traços de ruralidade e solidariedade típicos da estrutura do país. Neste caso, ainda, por serem circunscritas de espaços menos dinâmicos economicamente, as capitais regionais dos países subdesenvolvidos se comportam como receptáculo de população e reproduzem as desigualdades de toda a formação socioespacial.

Então, tendo em vista a importância do setor terciário para as cidades, compreende-se que parte dele a organização dos fluxos e a articulação entre os centros, transpondo a noção da escala da cidade para a escala da rede urbana. Rochefort (1998, p. 41) sintetiza:

A geografia das atividades terciárias é levada a definir formas de interdependência entre os centros, o que permite a passagem de uma noção de “centro” para a noção de “rede de centros”. Como se trata quase sempre de cidades, encontra-se aí um elemento de base para a definição do que se denominou “redes urbanas”.

O autor ao considerar o limite de influência do terciário para conformação das redes, apreende que “a rede urbana regional é constituída pelo conjunto das outras cidades menores que servem no espaço regional de relés de influência do grande centro” (ROCHEFORT, 1998, p. 65).

Todavia, é importante ressaltar que as redes urbanas regionais são imbuídas de fluxos maiores e pertencem a um contexto geral que abarca todos os níveis de enquadramentos urbanos, bem como as suas disposições no interior das regiões e redes, considerado por Rochefort (1998, p. 69) como “arcabouço urbano”.

O arcabouço urbano, portanto, é composto por inúmeras redes, sendo as regionais determinadas pela “localização das cidades de nível regional e pela disposição de suas zonas de influência” isto porque há “no interior de cada região laços de dependência reais entre o seu centro e as diversas cidades subalternas” (ROCHEFORT, 1998, p. 80).

Corrêa (2012) aponta que a inserção de um centro urbano se dá em inúmeras redes geográficas, variando apenas a sua posição dentro de cada rede. O autor continua demonstrando que as redes recobrem toda a superfície terrestre, sendo que existem aquelas de âmbito global, tais como as comandadas por Londres, Nova York ou Tóquio e aquelas situadas em escalas nacional e/ou regional que se articulam de maneira caleidoscópica. As redes comandadas por centros urbanos menores não estão isoladas e sim inseridas em inúmeras outras redes, porém, o que ocorre é um determinado recorte espacial de uma rede de cidades com o fim de análise. Tem-se, então, a partir das relações entre teoria e empiria, “uma rede urbana especificada, delimitada e qualificada” (CORRÊA, 2012, p. 211).

O estudo das redes urbanas regionais ou das sub-redes por estar imerso em um debate teórico maior sobre redes geográficas deve ser tomado com o rigor científico necessário, pois

Estamos cientes de que estaremos analisando uma sub-rede de redes muito mais amplas. Cientes também que temos um objeto de pesquisa construído e nunca dado. As demais sub-redes ou segmentos da ampla

rede global são importantes e as interações das sub-rede selecionada com outros segmentos da rede global devem ser consideradas. Esses segmentos, porém, não constituem parte do nosso objeto de estudo. Há um risco em separar, mas não isolar, a rede de estudos selecionada das redes nas quais ela está inserida. Os riscos, sabemos, fazem parte do processo de produção de conhecimento (CORRÊA, 2012, p. 211).

No entanto, é difícil tomar tais relações hierárquicas em que o “menor cabe no maior” como principais na atualidade, mormente, se for considerada a transversalidade dos fluxos do capitalismo financeiro e global. O molde descrito por Rochefort, tal qual a ideia de Christaller (1966), considera os núcleos urbanos em razão de seu mercado mínimo e alcance espacial máximo, assumindo a racionalidade dos agentes sociais e da concorrência perfeita, apresentando, assim, uma série de lacunas quando se pensa a heterogeneidade das relações e as diferentes escalas de ação dos agentes. Os locais centrais, que seriam os principais elos das redes, são sintetizados por Corrêa (2012, p. 209) como:

Um lugar central, por exemplo, tem um conjunto de funções que o qualificam como centro local, regional ou metropolitano que, em cada nível, associa-se a uma específica hinterlândia, caracterizada, cada uma, por um dado número de habitantes e uma dada dimensão em área. O lugar central, no entanto, mantém diversas relações com outros lugares centrais que lhe são hierarquicamente superiores, na hinterlândia dos quais se situa. Desse modo, cada lugar central e sua hinterlândia aninha-se na hinterlândia de lugares centrais maiores. Um lugar central, no entanto, apenas excepcionalmente não dispõe de outras funções que o inserem em outras redes geográficas, dotadas de atributos diferentes daqueles das redes de localidades centrais, entre eles, o caráter não hierárquico das interações no âmbito dessas redes.

Sobretudo quando se pensa em uma dada rede comandada por uma cidade média, tomar as relações hierárquicas exclusivamente pode ser um caminho equivocado à medida que tais cidades se localizam na confluência das horizontalidades e verticalidades. Catelan (2013) ao aventar sobre as heterarquias urbanas, situa as cidades médias em função dos papéis por elas assumidos dentro do encontro das diferentes escalas, bem como as suas respectivas importâncias nas redes regionais nas quais estão inseridas. Em suma, o autor coloca que a diferenciação funcional de cada cidade ocorre em razão do papel assumido por ela dentro da rede regional, além da necessidade de se observar “articulações heterárquicas, segundo a qual cada ponto/nó da rede urbana regional possui importância, conforme as funções e os papéis por elas desempenhados” (CATELAN, 2013, p. 102).

Outrossim, é meandroso pensar em modelos quando é necessário apreender a situação geográfica e a particularidade de cada região, ou seja, há áreas em que os fluxos não são recíprocos, sendo as cidades pequenas muito dependentes do polo e traçando, ao invés de uma

rede organizada hierarquicamente, apenas o emparelhamento de cidades menores diretamente ligadas ao centro regional. De acordo com Souza (2010, p. 50) a rede urbana regional só pode ser considerada como tal se houver “forte coerência de identidade sócio-espacial e de fluxos internos”.

O que se observa a partir das leituras sobre rede urbana e, neste caso, em sua escala regional, é a forte interação entre as cidades a partir da centralidade que um ponto exerce e polariza os demais. Sobretudo, se for resgatado aqui o alcance espacial restrito às respectivas regiões que Viçosa, Ponte Nova e Ubá apresentam, é necessário que se trace um arcabouço teórico consistente para entendimento de tais interações – sobretudo hierárquicas - dentro da rede urbana. Para tanto, abre-se a seguir uma nota teórica sobre centralidade e polarização que subsidiará o debate sobre fluxos e conformação de rede traçado *à posteriori*.

3.2 – Notas sobre centralidade e polarização

As interações entre as cidades se dão, principalmente, em função da distribuição de bens e serviços no interior da rede urbana. Apesar da atualidade complexificar tal distribuição face ao desenvolvimento técnico, a centralidade que um determinado ponto exerce a partir dos serviços que apresenta desde tempos remotos habita as preocupações de autores clássicos, tal como Christaller (1966), que além de se esforçar para entender a localização ótima de determinada atividade, preocupou-se também em espacializar as centralidades – ou os lugares centrais. Conforme Parr e Budd (1999), as teorias locacionais clássicas, como a *christalleriana*, buscam agregar o sistema urbano à análise econômica a partir de modelos hierárquicos que explicam a posição das cidades a partir do alcance espacial dos serviços existentes em cada uma delas, ou seja, a partir da centralidade que cada uma desenvolve.

No modelo de Christaller as funções são orientadas pelo mercado e distribuídas a partir de um ponto concentrador, a localidade central, sendo baseado em dois pressupostos: a) se uma função cuja área de mercado for dada e abastecida por um centro particular, este centro também abastece outras funções com áreas de mercado de menor ou igual tamanho e; b) a existência de um fator constante k de crescimento do tamanho da área de mercado (CROCCO; RUIZ; CAVALCANTI, 2008, p. 8). As densidades urbanas que surgem em torno de um serviço, então, engendram economias externas pelo princípio da aglomeração, reforçando atividades ligadas ao setor de serviços relacionadas à atividade primaz da área.

Destarte, duas das conjecturas da urbanização são a concentração e a centralização, sendo que esta segunda, de acordo com Christaller (1966), é oriunda do desenvolvimento desigual dos centros urbanos em que uma localidade central se sustenta no fornecimento de serviços especializados cuja produtividade suplanta à de outros centros menores. Smith (1988, p. 196) sobre o arranjo espacial desigual do capitalismo propõe:

O capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. Na medida em que a paisagem fica sob o domínio do capital (e se torna cada vez mais funcional para ele), estes padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais.

Contudo, apesar de próximas, concentração e centralização não podem ser tomadas como sinônimos, mormente no que concerne à realidade capitalista, porque como alerta Singer (1975, p. 76):

A concentração é o crescimento da empresa média em função da procura de maior produtividade, mediante a acumulação de capital, ou seja, pela transformação de uma parte dos lucros em novo capital; a outra, a centralização decorre diretamente da luta concorrencial e das vantagens das maiores empresas, por possuírem maiores escalas de produção, em relação às menores.

Ainda, Smith (1988, p. 176) levanta uma série de fatores que ressaltam a importância de se distinguir estes dois conceitos, sobretudo, ao colocar que “a concentração espacial e o processo de centralização referem-se à localização física do capital e é, desse modo, diferente de concentração e centralização sociais”. O autor acrescenta que “a centralização social é a centralização do valor de troca em mãos de cada vez menos pessoas, a centralização espacial é a centralização física dos valores de uso. [...] A centralização do capital é principalmente uma questão de capital produtivo centralizado” (SMITH, 1988, p. 180).

Sposito (2017, p. 69) sintetiza que “a concentração e a centralização espaciais são associadas à tendência para se organizar a atividade econômica em unidades de tamanho crescente dentro de uma estrutura organizacional hierarquizada”. Nesta direção, a centralidade é inerente à densidade demográfica e econômica de uma determinada área, possibilitando a oferta de bens e serviços para outros núcleos urbanos de menor alcance espacial, levando, portanto, o lugar central a atuar como um centro de serviços para si e sua hinterlândia. Então, as localidades centrais se organizam hierarquicamente conforme a menor ou maior disponibilidade de bens e serviços oferecidos por cada uma delas, sendo uma cidade mais central de acordo com a sofisticação de suas atividades e maior a sua área de mercado.

Perroux (1977) caracteriza a principal centralidade de uma área como o polo cujo qual seu crescimento cria tanto fluxos da região para o centro como refluxos do centro para a região. A aparição deste polo é também consequência da dinâmica desigual de reprodução capitalista na qual há concentração espacial das atividades econômicas entorno dos núcleos urbanos onde o processo se inicia. A soma deste polo e dos núcleos urbanos a ele interligados conformam uma região. Em outras palavras, neste sentido, as regiões se organizam em torno de um polo que domina e orienta a vida econômica, social e política de toda a sua área de influência, sendo esta região mantida através de fluxos diversos.

De acordo com Wiltgen (1991, p. 538) o movimento que um polo tem de engendrar economias externas em outras áreas caracteriza-se como polarização, cujo qual é um fenômeno inerente ao processo de crescimento econômico, sendo que para este autor: “A polarização, portanto, nasce da concentração espacial de um complexo industrial, onde os efeitos de intensificação das atividades econômicas se fazem sentir” (WILTGEN, 1991, p. 538).

Todavia, o que se observa na atualidade é que a centralidade nas cidades médias, principalmente, se consolida mais pelo setor terciário do que pelo produtivo *stricto sensu*, fazendo com que estes núcleos polarizem o seu entorno, sobremaneira, pela oferta de bens e serviços não encontrados em cidades menores e menos complexas. Aqui é válido falar em polarização, pois há uma complexa interação entre as forças de atração e repulsão dos ativos que intervêm na decisão locacional das atividades (TELLIER, 2004 *apud* CAMPOS; ESTANISLAU, 2009, p. 37).

Neste sentido, as cidades médias caracterizam-se como polos em função dos papéis nodais que assumem dentro da rede urbana, sobremaneira, nas relações intra e interregionais, comportando-se como provedoras de determinadas atividades e polarizando cidades menores. Dentro da perspectiva da polarização, Pereira e Lemos (2003, p. 149) atribuem tipologias para as cidades médias brasileiras que podem ser, a saber: mesopolos que são as cidades que, dentro da hierarquia da rede urbana nacional polarizam cidades de ordem inferior em uma área geográfica delimitada composta por microrregiões e municípios e são polarizadas por uma metrópole caracterizada como macropolo; ou cidades médias que, em função do menor porte demográfico e menor dinamização econômica, atendem um menor número de cidades e são polarizadas – diretamente – por um mesopolo.

No caso aqui estudado, observa-se que por Ponte Nova, Viçosa e Ubá por apresentarem papéis mais restritos à sua região imediata e por estarem atreladas, diretamente, à área de

influência de Juiz de Fora, elas se enquadram na segunda taxonomia proposta por Pereira e Lemos (2003), enquanto Juiz de Fora se comporta como um mesopolo. Esta constatação vai ao encontro da classificação anteriormente colocada que Ponte Nova, Viçosa e Ubá são cidades de papéis regionais que articulam mais escalas horizontais e de abrangência territorial do que escalas verticais marcadas por descontinuidades territoriais e continuidades espaciais.

Ademais, será apresentada a proposta de rede urbana regional comandada por Juiz de Fora, ressaltando como as três cidades em análise se comportam no interior desta rede, seja alimentando os fluxos para as cidades menores de sua hinterlândia, seja no refluxo em direção ao centro juiz-forano.

3.3 – A rede urbana regional de Juiz de Fora e seus nós: articulação cidades médias e cidades pequenas

Como visto no capítulo dois, Juiz de Fora polariza uma Região Geográfica Intermediária composta por dez Regiões Geográficas Imediatas. Cada uma destas dez regiões é polarizada por um ou dois municípios que desempenham funções centrais para aquela área, sendo que o IBGE (2017) designou estas cidades como polos articuladores daquelas regiões as quais recebem o nome deste polo. Sendo assim, estas centralidades são responsáveis por estruturar os fluxos de suas respectivas regiões, sobretudo, os que se direcionam para as cidades pequenas, além de manterem o refluxo à Juiz de Fora, considerando esta cidade o principal polo da área.

Para comprovar os principais nós desta rede regional levantou-se aqui alguns dados que auxiliam a pensar a organização da vida de relações das cidades. Considerando a formação socioeconômica da região e as principais características das cidades, os fluxos se dão, principalmente, face aos serviços especializados que não estão disponíveis em núcleos menos complexos.

Para tanto, os dados aqui levantados vão ao encontro dos fixos e fluxos já elencados nos dois capítulos precedentes a este para a perscrutação da conformação da rede urbana regional comandada por Juiz de Fora. Então, registrou-se aqui dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)²⁰ a fim do entendimento da gestão empresarial do território, bem como da disposição dos estabelecimentos pelas cidades. Alinhada a gestão empresarial do território, investigou-se também a presença de elos do serviço público pelas cidades, como

²⁰ O CEMPRE é formado por empresas e outras organizações e suas unidades locais formalmente constituídas, conforme registro no CNPJ. As informações disponíveis referem-se às empresas e às unidades locais ativas no cadastro no ano de referência. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/quadros/brasil/2017>.

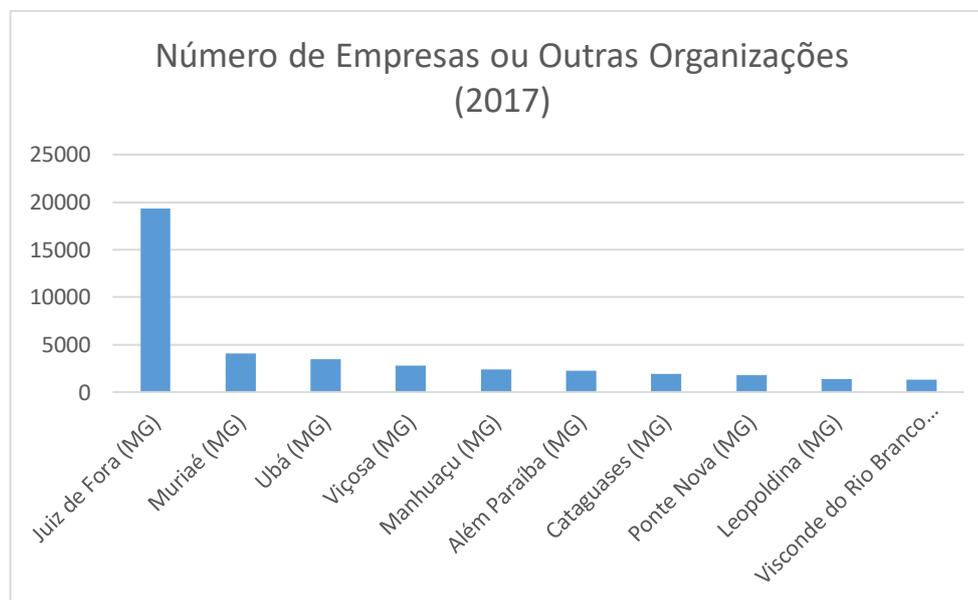
superintendências regionais de educação, saúde e segurança – vale salientar que estes três eixos foram elencados, mormente, por se organizarem no território de maneira preferencialmente hierárquica.

Antes da explanação e descrição dos dados levantados, é válido colocar que se compreende a diferença do porte entre Juiz de Fora e as outras cidades, logo, a maior diversidade dos serviços nesta cidade mais complexa. Porém, a opção de manter ainda assim a cidade de Juiz de Fora na análise vai ao encontro da definição dela enquanto capital regional, isto é, enquanto a principal concentradora de serviços da área e, por conseguinte, principal centralidade.

A partir dos dados do CEMPRE (CEMPRE, 2017) levantou-se as dez cidades, na região, com o maior número de unidades locais de empresas endereçadas por esta pesquisa. Conforme observado no gráfico 08 abaixo, com exceção de Leopoldina e Visconde do Rio Branco, todas as cidades são polo de Regiões Geográficas Imediatas. Leopoldina, por sua vez, abriga um significativo número de empresas devido a, em muito, sua proximidade geográfica com Cataguases. Estas duas cidades agem, diversas vezes, a partir de relações de cooperação, apresentando uma bipolaridade em diversos pontos (OLIVEIRA; SOUZA, 2017). E Visconde do Rio Branco, conforme já explorado, além de ser pertencente do APL moveleiro comandado por Ubá apresenta concentração de outras indústrias relacionadas, sobremaneira, ao setor frigorífico²¹.

²¹ Ver <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/993>.

GRÁFICO 08 – Municípios que mais concentram empresas na Região Intermediária de Juiz de Fora



FONTE– CEMPRE, 2017. Organização da autora.

A importância de se olhar para os dados do CEMPRE se dá na direção de que, para além da subordinação hierárquica que estas empresas imprimem no território, elas significam também a capacidade de um dado centro atrair a instalação de sedes e filiais de empresas. Outrossim, estes dados servem para também comprovar o nível de gestão empresarial do território, isto é, o estabelecimento e comando de fluxos que contém capacidade de comando e controle, neste caso, a partir do mercado e do capital privado multilocalizado (IBGE, 2008).

A supremacia de Juiz de Fora neste parâmetro vai ao encontro da primazia deste centro para a sua rede urbana, considerando que a cidade, além de concentrar grande parte da população, concentra também grande parte do produto econômico, como já analisado no capítulo dois. Ainda, as outras cidades listadas no gráfico 08 se destacam como centros menores, mas ainda assim imponentes, face a realidade socioeconômica que assola a região, isto é, núcleos urbanos pouco complexos e de baixa dinâmica econômica e demográfica.

No que diz respeito aos tipos destes estabelecimentos²² foi constatado que Juiz de Fora também é a cidade que abriga a maior variedade e complexidade de atividades, sendo que as indústrias de transformação, de insumos alimentícios e de construção são as que mais se destacam no que tange o setor secundário, conforme os números do CEMPRE. Porém, a atenção

²² O CEMPRE se baseou na classificação proposta pelo CNAE 2.0.

maior recai para o comércio varejista e estabelecimentos responsáveis por reparos automotivos que são os segmentos com o maior número de unidades pela cidade. Além disso, os serviços jurídicos, financeiros e de atividades administrativas também são expressivos se comparados aos das outras cidades. Vale colocar, ainda, que no que diz respeito ao setor de transportes a cidade também desponta, apresentando, inclusive, empresas voltadas ao transporte aéreo.

Em relação às outras cidades levantadas pelo CEMPRE, analisou-se também a maior parte dos estabelecimentos voltados ao comércio varejista e de reparação automobilística, enquanto a indústria de transformação também é a mais presente nestas cidades. As cidades que menos apresentam indústrias de transformação são Ponte Nova e Leopoldina enquanto Muriaé e Ubá se destacam neste setor. Ubá, ainda, por ser polo de APL moveleiro também apresenta um número considerável de indústrias neste setor, assim como estabelecimentos comerciais voltados para o ramo.

No concernente aos estabelecimentos voltados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)²³ analisa-se que, também, grande parte localiza-se em Juiz de Fora, seguido pelas cidades de Viçosa e Muriaé. A cidade de Viçosa em função de sua tradição no ensino superior recebe inúmeras empresas e escritórios relacionados ao vetor científico o que leva a cidade a estabelecer relações nas mais variadas escalas. Já o que se constata em Muriaé é o envolvimento de inúmeros órgãos e agentes, sobremaneira endógenos, que estimulam a pesquisa e o desenvolvimento da cidade, principalmente, no referente à indústria têxtil e da moda (MARINHO, 2016).

A educação superior e técnica se atrela aos serviços de P&D, conforme será explorado no próximo segmento deste texto e elucidado, sobremaneira, para a cidade de Viçosa.

A educação básica, por sua vez, segue parâmetro semelhante ao anterior, sendo Juiz de Fora a cidade que mais concentra atividades neste sentido, seguida por Muriaé e Viçosa. Em função da educação ser organizada hierarquicamente em polos regionais, cujos quais são denominados Superintendências Regionais de Ensino (SRE), foram mapeadas as cidades da região em que estão localizadas as SRE, assim como quais núcleos que tais centros polarizam. De acordo com a Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) são competências das SRE “exercer, em nível regional, as ações de supervisão técnica, orientação

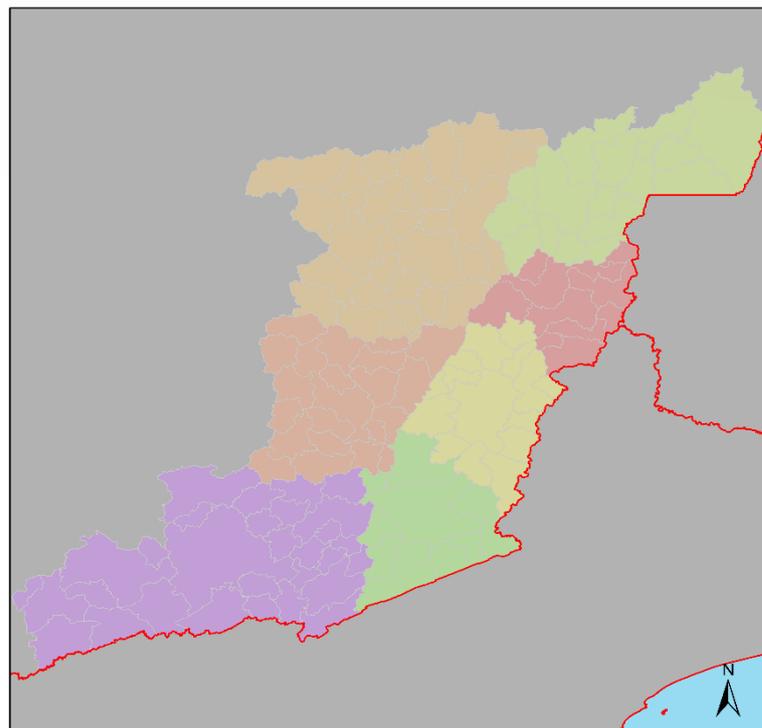
²³ Os estabelecimentos de P&D neste trabalho foram resultado da soma dos setores de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas designadas pelo CNAE 2.0 e apropriada pelos estudos do CEMPRE.

normativa, cooperação e de articulação e integração Estado e Município em consonância com as diretrizes e políticas educacionais” (SEE/MG, 2011, s/p). Em outras palavras, cabe a SRE ser o elo entre as diretrizes estaduais e os municípios a ela integrados.

Dentro da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, estão sete SRE’s: Juiz de Fora, Leopoldina, Carangola, Ubá, Muriaé, Ponte Nova e Manhuaçu, sendo que destas as que apresentam o maior número de municípios vinculados são as de Juiz de Fora e Ponte Nova, respectivamente com 30 e 29. O total de municípios abrangidos pelas SRE’s é de 134, todos pertencentes a região.

Vale salientar que os outros polos de regiões imediatas da área são submetidos, no que diz respeito a educação básica, a estas SRE’s, como no caso de Cataguases e Além Paraíba que se atrelam a Leopoldina, São João Nepomuceno e Bicas que estão sob controle de Juiz de Fora e Viçosa que é polarizada por Ponte Nova.

A figura 18 abaixo sintetiza a organização dos municípios da área frente a regionalização da educação básica.



Abrangência Territorial das Superintendências Regionais de Ensino da Região Intermediária de Juiz de Fora/MG

Legenda

	Limites Estaduais
	SRE Carangola
	SRE Ubá
	SRE Ponte Nova
	SRE Muriaé
	SRE Leopoldina
	SRE Juiz de Fora

0 15 30 60 90 120 Km
 Sistema de Projeção: SIRGAS 2000
 Sistema de Coordenadas: UTM 23 S
 Fonte de Dados: SEE/MG
 Projeto Cartográfico: Samarane Barros, 2019.

APOIO

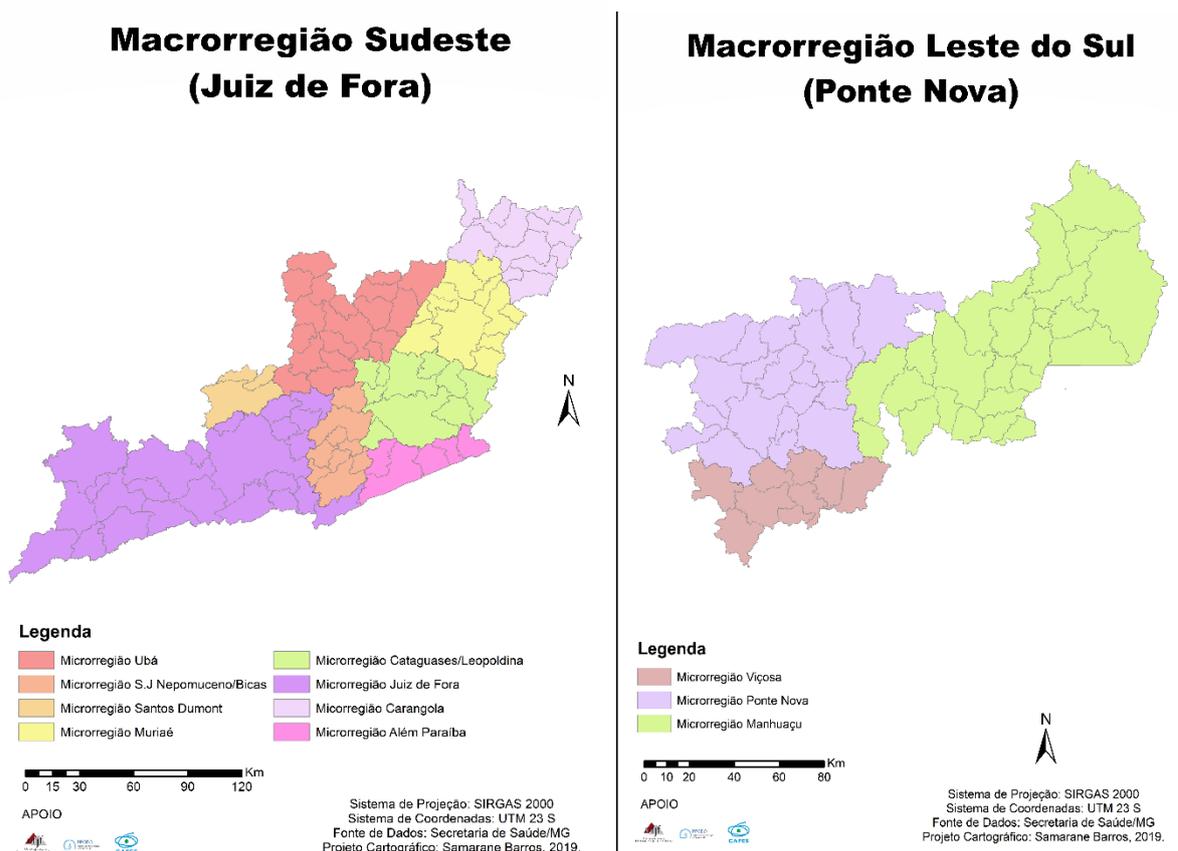
FIGURA 18 – Abrangência Territorial das SREs da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG.

FONTE – SEE/MG. Organização da autora.

O serviço de saúde, como também mencionado no capítulo dois, tal qual a educação, também se organiza de maneira hierárquica pelo território, estruturando-se a partir de uma cidade polo responsável por organizar todo o fluxo na região. Juiz de Fora é responsável por polarizar uma macrorregião de saúde composta por outras oito microrregiões: Carangola, Muriaé, Ubá, Cataguases/Leopoldina, Além Paraíba, Bicas/São João Nepomuceno, Santos Dumont e Juiz de Fora/Bom Jardim de Minas/Lima Duarte, assistindo juntas mais de um milhão de pessoas (SES/MG, 2017).

Contudo, neste parâmetro, as regiões de Ponte Nova, Viçosa e Manhuaçu não se interligam à macrorregião comandada por Juiz de Fora e sim a macrorregião Leste do Sul – comandada por Ponte Nova e que assiste, aproximadamente, 700 mil pessoas.

As figuras 19 e 20 abaixo demonstram a regionalização proposta pela Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG).



FIGURAS 19 e 20 – Macrorregiões de saúde.
FONTE – PDR-SUS/MG. Organização da autora.

No tocante à distribuição de serviços de saúde²⁴, observa-se que grande parte deles também estão concentrados nas cidades polo, sendo os três maiores Juiz de Fora, Muriaé e Ubá, respectivamente. Vale ressaltar que neste quesito são analisados todos os tipos de estabelecimentos, isto é, de natureza pública ou privada, enquanto a hierarquização da SES/MG obedece aos critérios e serviços disponibilizados apenas pelo SUS.

²⁴ Os estabelecimentos de saúde aqui colocados foram resultado da soma dos seguintes segmentos do CNAE 2.0: Saúde humana e serviços sociais; Atividades de atenção à saúde humana e, Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares.

Assim como a educação e a saúde, os serviços de segurança pública também se organizam de maneira hierarquizada e articulada pelo território. De acordo com a Secretaria do Estado de Segurança Pública (SESP/MG) a organização das unidades de segurança se dão a partir de unidades integradas cujas quais obedecem, para sua regionalização, características econômicas, sociais, culturais e traços típicos de criminalidade. Para tanto, desde 2003 o estado de Minas Gerais é organizado em 19 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) que são subdivididas em Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública (ACISP) que, por sua vez, polarizam Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP).

Juiz de Fora comanda a 4ª RISP composta por quatro ACISP: Juiz de Fora, Ubá, Leopoldina e Muriaé que por sua vez totalizam 29 AISP e 85 municípios polarizados. Estas cidades são responsáveis por organizar os fluxos referentes a segurança militar e civil de toda a área, pois os serviços também se organizam hierarquicamente, fazendo com que algumas das demandas sejam resolvidas apenas nas superintendências regionais. A figura 21 abaixo demonstra a relação dos municípios da 4ª RISP.

4ª RISP - Juiz de Fora

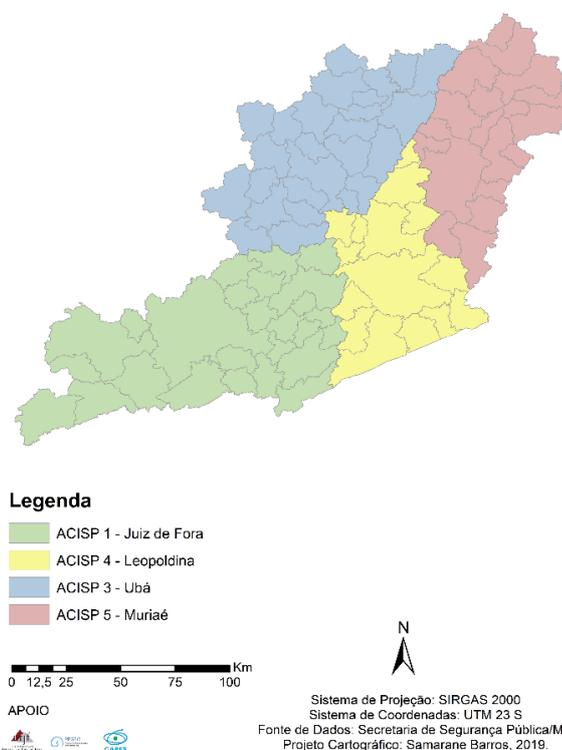


FIGURA 21 – 4ª Região Integrada de Segurança Pública – Juiz de Fora.
FONTE – SESP/MG. Organização da autora.

Outros nós importantes da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, como Ponte Nova e Manhuaçu, estão atreladas a 12ª RISP, comandada pela cidade de Ipatinga, sendo que ambas se apresentam enquanto polos de ACISP, Ponte Nova comandando três AISP e Manhuaçu oito AISP.

A partir da descrição realizada acima acerca da localização das principais sedes e superintendências regionais, bem como de alguns elementos que conferem gestão empresarial ao território, pode-se perceber que as cidades que mais se destacam no interior da área analisada são as cidades polo de Regiões Geográficas Imediatas, comportando-se como os principais nós da rede de cidades polarizadas por Juiz de Fora. Então, Juiz de Fora comporta-se como capital regional ao passo que apresenta serviços mais raros e específicos e, logo, de maior alcance espacial, enquanto as outras cidades em função da menor complexidade de seus serviços, mas da importância que ainda assim apresentam para os núcleos menores de sua hinterlândia, também se pautam como centralidade nesta rede delimitada.

Observa-se também a tendência colocada por Rochefort (1998) no tocante a relação das cidades mais próximas a Juiz de Fora em contraface às mais distantes. Isto é, algumas cidades sob influência direta da capital regional, como Santos Dumont, a despeito de apresentarem alguns serviços, tais como de saúde para esta cidade, que as dotam de certa importância, ainda assim se mostram diretamente dependentes aos serviços providos por Juiz de Fora.

Além disso, cidades como Manhuaçu e Ponte Nova, que dentre os polos de regiões imediatas são as mais distantes de Juiz de Fora, desenvolvem menos contato com esta cidade quando comparadas às outras e, ainda, pautam relações com outras cidades importantes do estado de Minas Gerais, como Ipatinga, fazendo com que diferentes redes urbanas regionais se inter-relacionem, conforme os dados observados para a segurança pública.

Dinâmica correspondente é escrutinada para àquelas cidades que estão próximas a cidades de porte e complexidade semelhantes, como o caso de Leopoldina – próxima a Cataguases e; Viçosa – como já visto, em posição de contato entre Ponte Nova e Ubá²⁵. O primeiro caso leva a cidade de Leopoldina e Cataguases a se complementarem em diversos segmentos e, por ora, dividirem a função de polarização. Todavia, por Cataguases apresentar porte ligeiramente maior e mais serviços públicos e privados em seu território acaba por se destacar em relação à Leopoldina na hierarquia de cidades. Viçosa, por sua vez, por estar entre

²⁵ A ideia de posição de contato, adaptada de Amorim Filho (1973) e já elucidada no capítulo 01, diz respeito a posição que Viçosa ocupa entre Ponte Nova e Ubá.

Ponte Nova e Ubá é polarizada por estas cidades em inúmeros serviços, sendo que nesta cidade não está presente nenhuma superintendência regional, demonstrando fragilidade no que concerne à gestão pública do território.

Portanto, indo ao encontro da tese de Rochefort (1998), dada a organização das cidades a partir, sobremaneira, dos serviços disponibilizados, o que se analisa para a rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora é um emparelhamento de centros urbanos que ora apresentam maior ou menor complexidade, assim como maior ou menor dependência da capital regional. Estes centros, por este lado, relacionam-se também com cidades de outras redes urbanas, demonstrando a transversalidade das relações e as possibilidades que elas oferecem enquanto sistemas que não se esgotam em si.

Infere-se, portanto, que os polos das Regiões Geográficas Imediatas são as principais centralidades da rede comandada por Juiz de Fora (FIGURA 22), sendo que quanto mais próximo de Juiz de Fora mais dependente da capital regional. A figura 22 demonstra que em algumas regiões imediatas há mais de um ponto central, como a região imediata de Cataguases onde esta cidade compartilha a centralidade com Leopoldina e a região imediata de Bicas e São João Nepomuceno onde ambas também dividem a centralidade. Cada um destes centros engendra uma vida de relações mais constantes que os levam a produzir e comandar redes locais alinhadas ao papel que cada cidade assume dentro da rede maior de cidades. Isto posto, adiante se explanará os papéis e funções que Ponte Nova, Viçosa e Ubá apresentam para a rede urbana regional comandada por Juiz de Fora, assim como as sub-redes que cada uma delas.

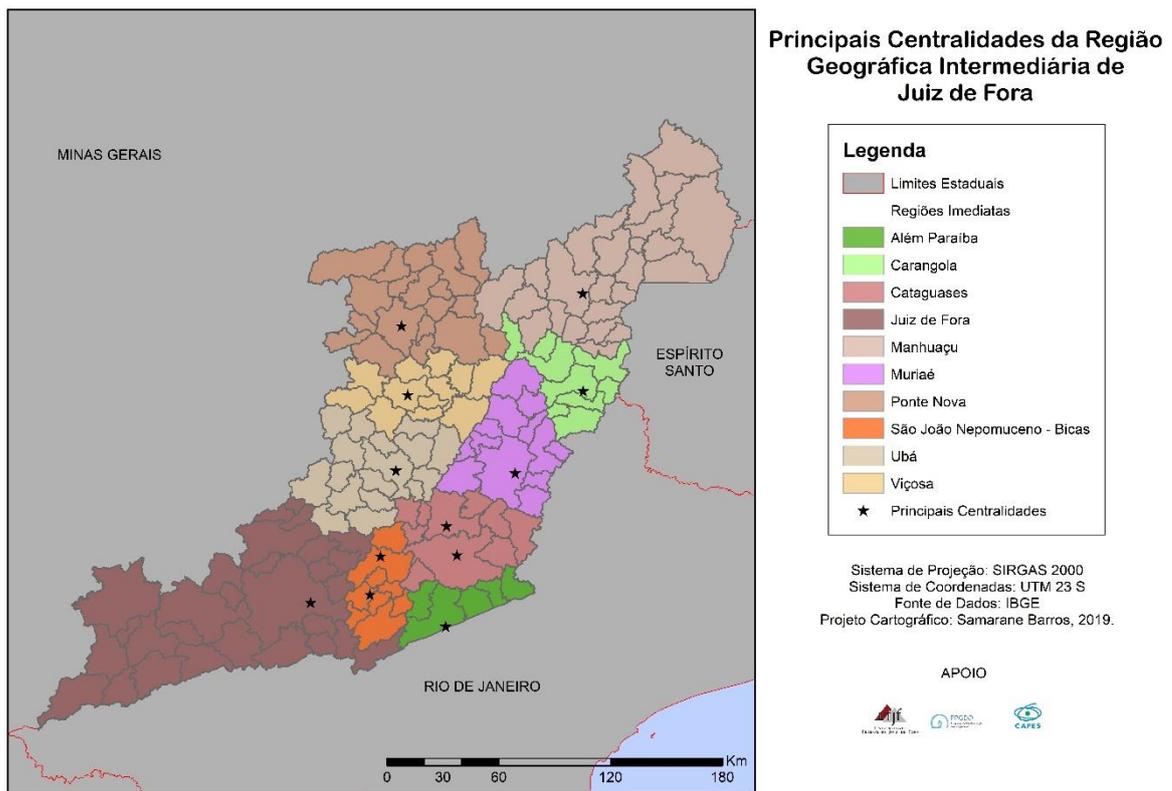


FIGURA 22 – Principais Centralidades da Região Intermediária de Juiz de Fora.
FONTE – IBGE. Organização da autora.

3.4 – Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto nós na rede urbana regional

Descritos os itens presentes nas cidades até aqui, é válido problematizá-los nos papéis que atribuem a Ponte Nova, Viçosa e Ubá na rede urbana regional, assim como na importância que assumem para estas cidades em suas relações com os referentes espaços imediatos.

Dada a fragilidade socioeconômica da região onde as cidades estão alocadas, observa-se que os seus papéis, em grande medida, são de atender as demandas imediatas dos espaços menos complexos que lhes são tributários, seja através de serviços públicos ou privados, principalmente no concernente aos serviços básicos, como saúde e educação. No entanto, cada uma das três cidades aqui analisadas desempenha funções singulares dentro da rede urbana, assim como em sua relação com seu espaço polarizado.

Ponte Nova, como já destacado no capítulo dois, é uma importante centralidade de saúde não apenas para a sua região, como também em escala estadual. Tal fato é comprovado quando a cidade polariza uma macrorregião de saúde na qual são submetidos outros importantes nós da rede, como Viçosa e Manhuaçu. Ainda, vale colocar que por polarizar tais cidades polariza

também todas as cidades menores de ambas as regiões, ampliando a sua escala de atuação neste setor. A centralidade que a saúde proporciona, além de envolver inúmeros elementos técnicos, dinamiza também a relação de diversos atores sociais atrelados ao processo, porque como proposto por Guimarães, Pickenhayn e Lima (2014, p. 94), a distribuição dos serviços de saúde se realiza em dois planos:

No plano horizontal, a análise recai no modo singular de produção dos serviços de saúde em cada lugar, levando em consideração as estruturas sociais específicas e as explicações de suas conexões com os fluxos de inovações e de modernização global (...) Pensarmos a relação entre espaço e saúde, nestes termos, remete-nos à análise do modo como diferentes elementos de uma dada organização espacial podem vir a variar em sua distribuição espacial, assim como avaliar o impacto das inovações em cada lugar.

No plano vertical, procura-se identificar, na estruturação territorial dos serviços de saúde, a ponta da cadeia produção-circulação-consumo, sendo possível desvendar as articulações entre o nível institucional materializado nos serviços de saúde com a cidade – lugar da produção e do consumo dos serviços de saúde – e com os processos globais de produção do espaço capitalista.

Todavia, o que é possível analisar na cidade de Ponte Nova é que o setor de saúde não envolve escalas verticais do processo de produção, estando restrito, principalmente, às escalas horizontais e territoriais, bem como a atuação de agentes estaduais, regionais e locais. Este fato pode ser constatado a partir do número de estabelecimentos privados de saúde na cidade (270 estabelecimentos) que é pouco expressivo e menor, por exemplo, do que a quantidade de estabelecimentos de saúde na cidade de Viçosa (296 estabelecimentos)²⁶ – cidade que, segundo a regionalização do SUS, está subordinada à Ponte Nova. Então, apesar do polo de saúde pública encontrado em Ponte Nova, a cidade ainda não exerce uma grande força de atração que a coloque em articulação direta com escalas mais complexas.

A fragilidade de Ponte Nova no que diz respeito a empresas privadas pode ser observada no gráfico 08 da página 108 em que a cidade se apresenta, dentre os polos de regiões imediatas, a com o menor número de unidades locais de empresas e, considerando este um importante elemento para gestão empresarial do território, observa-se a incipiência desta cidade no que diz respeito aos fluxos multilocalizados do capital privado. Além disto, dentre as cidades destacadas como nós na rede urbana regional comandada por Juiz de Fora, Ponte Nova é

²⁶ Dados extraídos do CNAE 2.0 resultado da soma das seguintes atividades: Saúde humana e serviços sociais; Atividades de atenção à saúde humana e, Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares.

também a que apresenta o menor número de indústrias, mostrando o baixo dinamismo da cidade no que se refere também à atração industrial para a cidade.

Contudo, ainda assim, no que tange às superintendências regionais de serviços públicos, a cidade de Ponte Nova se mantém em destaque. A educação básica que também se estrutura de maneira hierárquica pelo território leva a cidade a assumir a segunda maior SRE da região, assistindo 29 municípios, que incluem centros de complexidade semelhante, como Viçosa e todo seu entorno. Como já colocado a SRE é responsável por articular os municípios ao estado e prover, regionalmente, supervisões técnico-pedagógicas e orientação normativa para toda a região por ela comandada, estando a SRE subordinada diretamente à SEE/MG. Porém, dinâmica semelhante a relatada para a saúde é observada quando se olha para os estabelecimentos privados de educação, estando presentes na cidade apenas 76, colocando Ponte Nova em posição inferior também à Viçosa, demonstrando que não é alvo preferencial de investimentos privados neste setor.

A segurança pública coloca a cidade de Ponte Nova em contato direto com outros núcleos importantes do estado de Minas Gerais, neste caso, a cidade de Ipatinga, considerando que ela [Ponte Nova] está atrelada à 12ª RISP / Ipatinga. Ademais, de acordo com a SESP/MG, Ponte Nova está relacionada também ao grupo de Bombeiros Militares da cidade de Ouro Preto. Isto posto, analisa-se que por não estar subordinada à Juiz de Fora, neste quesito, Ponte Nova se relaciona com outras cidades, articulando redes regionais diferentes, sobretudo, em função de sua considerável distância em relação à Juiz de Fora. Ainda, nos critérios de regionalização obedecidos pela SESP/MG, conclui-se que Ponte Nova aproxima-se mais de outras áreas do estado de Minas Gerais do que da área comandada por Juiz de Fora.

Ubá, por sua vez, no referente aos serviços públicos também segue lógica semelhante à observada em Ponte Nova, considerando que abriga superintendências regionais de serviços básicos, tais como educação e segurança, colocando-a como centro importante de gestão do território para a rede de cidades na qual pertence.

A SRE de Ubá, por exemplo, além de polarizar as cidades de sua região imediata, é responsável também por cidades menores componentes da região de Viçosa, como Coimbra, Ervália e Paula Cândido. A educação na cidade, porém, diferentemente de Ponte Nova, consegue atrair mais estabelecimentos do capital privado para a cidade (107 estabelecimentos), estando a cidade atrás apenas Juiz de Fora, Muriaé e Viçosa dentro da região intermediária de Juiz de Fora.

A saúde também consegue angariar mais investimentos privados para Ubá, sendo a cidade além de um polo de microrregião de saúde atrelada à macrorregião comandada por Juiz de Fora, também a terceira cidade dentro dos nós analisados com o maior número de estabelecimentos, 365, articulando mais agentes e escalas de atuação do capital.

Os serviços privados encontrados em Ubá corroboram para a maior inserção do capital no território e, em certo ponto, da gestão a ele articulada. Como visto, Ubá é polo de um APL moveleiro e organiza, em seu espaço urbano-regional, os fluxos relacionados a este setor – de proeminência estadual. A centralidade engendrada pelo setor moveleiro atrai para a cidade outros ramos de atividades relacionadas ou não a esta economia o que a dinamiza e alinha o capital em diversos circuitos espaciais, considerando que cada serviço pode apresentar diferentes escalas de operação. As empresas dotam o espaço de práticas científicas e tecnológicas que acabam por revesti-lo de elementos inerentes à governabilidade do capital que associado ao Estado e outras instituições garantem o controle social e a sua própria gestão (SILVA, 1991).

Dentro do espaço regional comandado por Ubá, outra cidade apresenta relevante destaque para a região: Visconde do Rio Brando que, a despeito de seu menor porte, figura entre as 10 cidades com o maior número de unidades locais de empresas, coadjuvando no entendimento da complexidade inerente à economia moveleira da área. Nesta direção, porém, é válido ressaltar que apesar das gestões pública e privada que organizam o território, as cidades relacionam-se entre si também a partir de “relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e, pela oferta diferencial de serviços” (IBGE, 2008, s/p).

A segurança pública também se mostra como um elemento importante em Ubá, considerando que a cidade, neste setor, igualmente polariza cidades importantes, tal como Viçosa e todas as cidades a ela articuladas. Entretanto, diferentemente de Ponte Nova, Ubá é inserida na 4ª RISP / Juiz de Fora, demonstrando que os laços para com a centralidade juiz-forana são mais íntimos, laços estes comprovados quando resgatados os dados de viagens interurbanas detalhados no capítulo dois.

Então, para a cidade de Ubá é possível falar que ao mesmo passo que ela apresenta elementos importantes de serviços públicos, apresenta também empresas responsáveis que afetam seu espaço urbano-regional. Portanto, a gestão do território em Ubá aproxima-se da definição de Corrêa (1995 *apud* IBGE, 2008, s/p):

Os centros de gestão do território caracterizam-se como aquelas cidades onde se localizam uma grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas a partir das quais são tomadas decisões que afetam diretamente ou indiretamente um dado espaço.

Em contraface, Viçosa distancia-se de Ponte Nova e Ubá por não apresentar nenhum elemento de gerência e superintendência regional, estando subordinada às outras duas cidades no que diz respeito a serviços básicos como saúde, educação e segurança pública. Vale colocar que ao mesmo passo que se subordina, as outras cidades de sua região imediata também se subordinam à Ponte Nova ou Ubá, sendo que nem sempre elas acompanham Viçosa, vide o exemplo da educação básica em que Viçosa está associada a SRE de Ponte Nova, enquanto outras três cidades atrelam-se a SRE de Ubá.

Apesar de não apresentar centralidade imponente para a educação básica, a educação superior para Viçosa se mantém como a principal atividade da cidade, sendo que a ela se associa, principalmente, os serviços de P&D já elencados. A atração de estabelecimentos deste tipo para a cidade viçosense relaciona-se ao peso da Universidade para a pesquisa no Brasil, sendo que elas em muito desempenham o papel de subsidiar e complementar o P&D das empresas (RAPINI, 2006). No caso específico da UFV, Castro, Silva e Chaves (2011, p. 107) analisam as interações entre esta instituição e as empresas concluindo que tais interações se dão entre os grupos de pesquisa da universidade e as empresas, principalmente no concernente às especializações científicas da universidade e à especialização tecnológica da região de Viçosa, isto é, à agricultura e à agropecuária. Além disso, indo ao encontro de Rapini (2006), os autores constataram que a UFV provê as atividades inovativas e de P&D para as empresas que a elas recorrem, assumindo papel dual à medida que além de exercer a função básica de ensino, dissemina o conhecimento e complementa o P&D das firmas.

Também atrelada à centralidade acima explanada, justifica-se o número de estabelecimentos de educação disponíveis na cidade (121 estabelecimentos), estando atrás – em números – apenas de Juiz de Fora (711 estabelecimentos) e Muriaé (125 estabelecimentos), cultuando o mito de “Viçosa Cidade Educadora”, *slogan* este utilizado pela Prefeita Municipal de Viçosa. No entanto, quando se analisa os elementos de centralidade de educação básica pública constata-se que o comportamento de Viçosa não é coincidente à preponderância da UFV.

Muito em função da posição de contato que desempenha, no que tange os serviços públicos, Viçosa ora é polarizada por Ponte Nova, ora por Ubá, assim como toda a sua região imediata. Porém, dentro do universo de estabelecimentos privados a cidade supera as outras

duas em alguns quesitos aqui levantados, demonstrando que sua centralidade é cambiante. Em função disso, examina-se que Viçosa mantém contato também com nós de outras redes urbanas, sendo que a presença da UFV e o seu desenvolvimento tecnológico a coloca em redes, por ora, mais complexas.

Para Viçosa, então, analisou-se que os vetores privados no território são mais eminentes que os públicos considerando ainda que a cidade é a quarta maior em números de unidades locais de empresas, sendo que destes estabelecimentos a maior parte é de comércio varejista, assim como para as outras cidades analisadas. Logo, apesar de não prover de serviços públicos importantes de gestão do território, a centralidade viçosense se mantém à medida que consegue oferecer serviços especializados para o seu entorno imediato, conforme inferido dos dados e informações até aqui descritas.

Como já destacado e descrito no capítulo um, o comércio varejista das cidades apresenta elementos que denotam certa complexidade ao setor, tais como redes nacionais de eletrodomésticos e redes nacionais, estaduais e/ou regionais de supermercados. É importante olhar para estes elementos, pois eles significam vetores de modernidade ao território à medida que representam novas maneiras de consumir e inserir tais centros dentro da rede de cidades (SPOSITO *et al*, 2007). Do mesmo modo, Araújo, Moura e Dias (2010, p. 63) apresentam que, por exemplo, as redes de supermercados podem ser citadas como expressões da expansão territorial de alguns sistemas, reforçando o papel de algumas cidades em função de outras à medida que a inserção destes novos estabelecimentos acirra a competição entre o capital nacional ou regional para com o capital local.

A despeito de dinamizar as cidades, a chegada destes novos agentes, porém, não foi suficiente para promover grandes rupturas no que diz respeito ao comércio destas cidades, podendo ser observado, ainda, estabelecimentos típicos de capital local e práticas marcadas por traços horizontais de solidariedade e cooperação. Esta parte será melhor abarcada e discutida no capítulo seguinte.

Ainda considerando as relações mais horizontais destas cidades comprovadas pelas viagens interurbanas analisadas no capítulo dois, os fluxos que elas desempenham com os respectivos entornos geram sub-redes ou redes locais de cidades, sendo que a maior parte dos movimentos ocorrem rumo aos polos. É válido avultar que os movimentos analisados a seguir se esforçaram para caracterização de sub-redes polarizadas por Ponte Nova, Viçosa e Ubá, indo ao encontro da discussão traçada no capítulo dois sobre as interações das cidades, sobretudo

para trabalho e estudo, sendo que pela ausência de uma matriz origem-destino, os dados analisados foram referentes aos disponibilizados pelo último censo.

3.5 – As sub-redes comandadas por Ponte Nova, Viçosa e Ubá

A interconexão de diferentes localidades engendra a formação de uma rede de cidades que, por sua vez, sempre está atrelada a redes outras de maior complexidade, sendo um sistema de interações aberto e dinâmico. Como visto, a rede urbana regional relaciona-se a um arcabouço urbano maior que contém inúmeras outras redes em um jogo de transescalaridade geográfica e de agentes distintos.

Dentro da rede urbana regional de Juiz de Fora pode-se analisar importantes nós que em função, mormente, dos laços territoriais de solidariedade e horizontalidade geram sub-redes de cidades que não apresentam tanta autonomia, isto é, onde o principal centro depende fortemente de outras localidades, contudo, geram fluxos que aproximam-se da configuração de rede por serem dotados “de funcionalidade, expressa em seu conteúdo e seu arranjo espacial, os quais denotam as características da estrutura social e de seu movimento” (CORRÊA, 2012, p. 206).

Como já elencado nesta dissertação, os laços entre Ponte Nova, Viçosa e Ubá para com as suas respectivas hinterlândias remetem a tempos pretéritos, sendo estes polos responsáveis por organizar não apenas a vida econômica, como também a vida política e a cultural de seus espaços imediatos, fazendo com que estas sub-redes, antes de mais nada, sejam “redes sociais especializadas” (CORRÊA, 2012, p. 200).

Apesar do movimento aqui parecer apenas um recorte empírico de uma realidade maior, vale colocar que o esforço vai na direção de entender não apenas o menor cabendo no maior, como também a interação e alcance espacial de diferentes agentes que atuam, concomitantemente, em diferentes escalas – em maior ou menor intensidade. Ponte Nova, Viçosa e Ubá são cidades tipicamente regionais, no entanto, apresentam traços de complexidade que as colocam em contato a redes mais longínquas, sobretudo, em razão da circulação do capital via consumo.

Então, o interesse em designar sub-redes sob comando de Ponte Nova, Viçosa e Ubá vai ao encontro da necessidade de se desvendar, principalmente, as relações em nível local cujas dinâmicas sociais e econômicas são potencializadas pelo uso da noção da rede, inclusive por coloca-las em contato com realidades e interações mais dinâmicas.

Brenner (1998) apresenta que a despeito de toda a fluidez do capital, ele ainda assim demanda de infraestruturas fixas para a sua reprodução. Isto posto, quando se analisa o número de elementos territoriais, acima descritos, presentes nas três cidades é possível constatar que elas se apresentam enquanto importantes elos que o capital encontra para a sua manifestação em espaços menos complexos como as cidades menores do entorno de cada uma delas. Para tanto, Ponte Nova, Viçosa e Ubá contam com rodovias importantes que garantem o acesso a essas cidades do interior, assim como a outros centros importantes do Brasil.

Ainda no que diz respeito às linhas de transporte que garantem a mobilidade no interior das regiões analisadas, as três cidades também contam com aeroportos e pistas de voos locais. A partir da iniciativa da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) e da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) entrou em vigor o projeto Voe Minas cujo principal objetivo era “fomentar os negócios regionais, desenvolver o turismo e permitir acesso rápido a eventos e serviços” (CODEMGE, 2019). Entretanto, face a atual situação econômica do estado, a administração descontinuou o projeto em junho de 2019 e ele [o projeto] está sendo pleiteado por empresas privadas.

Neste trabalho o maior peso é dado aos transportes rodoviários por este ser o principal modal do país e justificar, ainda, as relações entre os polos e suas cidades vizinhas, como quando se analisa os números de viagens interurbanas diárias descritas no segundo capítulo. Os fluxos de ônibus ajudam a entender a conformação dos deslocamentos para cada uma das três cidades, principalmente, se considerar que a maior interação é de fato com cidades menores.

Quando se investiga os dados de Ponte Nova e sua vizinhança entende-se a maior conformação dos fluxos em origem a este polo, sobretudo, a partir dos deslocamentos para educação e trabalho disponibilizados pelo IBGE; parte das pessoas da região não realizam estas funções em seus municípios de residência, conforme será explorado adiante.

Acerca dos dados de trabalho para a região levantados pelo último censo, um pouco mais de 8% das pessoas ocupadas na semana de referência tinham como local de seu trabalho principal outro município que não o de residência²⁷, enquanto no concernente a pessoas que frequentavam escola ou creche na semana de referência eram um pouco menos de 10% que frequentavam a educação em outro município²⁸.

²⁷ Ver <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3603>.

²⁸ Ver <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3599>.

Entretanto, quando os dados são individualizados para as cidades observa-se que, proporcionalmente a população de cada uma, àquelas onde o maior número de habitantes busca outros municípios são as cidades com menos pessoas cuja a economia é também menos dinâmica. Por exemplo, para o município de Oratórios tem-se que mais de 25% das pessoas, na semana de referência, trabalhavam em outra localidade, sendo que este é também o município que mais destinava seus fluxos para Ponte Nova com este intuito (vide capítulo 02) e, ainda, um dos municípios que mais recebe viagens diárias que partem de Ponte Nova. Outros municípios com menos de 5.000 habitantes também apresentavam uma parcela significativa de pessoas que trabalhavam em outra área, tais como Piedade de Ponte Nova (aproximadamente 20%), Rio Doce (aproximadamente 19%), Santa Cruz do Escalvado (aproximadamente 15%), Urucânia e Amparo da Serra (aproximadamente 12% cada uma delas).

Por sua vez, os dados sobre pessoas que frequentavam escola ou creche na semana de referência também seguem dinâmica semelhante, sendo que proporcionalmente, os menores centros têm o maior número de pessoas que estudam em outros municípios, com destaque para Rio Doce (aproximadamente 16%), Santa Cruz do Escalvado (aproximadamente 13%) e Urucânia (aproximadamente 10%), sendo que esta última é a cidade que mais destina fluxos com este fim para Ponte Nova.

Tais dados podem ser analisados na tabela 09 abaixo.

TABELA 09 – Trabalho e Educação para a Região Geográfica Imediata de Ponte Nova

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2010)	LOCAL DO TRABALHO PRINCIPAL NO MUNICÍPIO	LOCAL DO TRABALHO PRINCIPAL EM OUTRO MUNICÍPIO	FREQUENTAVA M ESCOLA OU CRECHE NO MUNICÍPIO	FREQUENTAVA M ESCOLA OU CRECHE EM OUTRO MUNICÍPIO
Acaiaca	3920	1085	212	1125	91
Alvinópolis	15261	6065	399	3832	361
Amparo do Serra	5053	1747	255	1234	172
Barra Longa	6143	1965	177	1245	241
Diogo de Vasconcelos	3848	1189	93	1002	71
Dom Silvério	5196	2291	144	1037	138
Guaraciaba	10223	4277	659	2292	356

Jequeri	12848	4823	195	2948	356
Oratórios	4493	1336	468	1170	99
Piedade de Ponte Nova	4062	1228	313	1019	107
Ponte Nova	57390	23976	1652	14282	1217
Rio Casca	14201	5022	489	3508	336
Rio Doce	2465	824	201	534	108
Santa Cruz do Escalvado	4992	1722	260	1109	169
Santo Antônio do Gramma	4085	1447	267	1078	130
São Pedro dos Ferros	8356	3111	180	1954	268
Sem Peixe	2847	1420	40	623	44
Sericita	7128	3428	77	1611	169
Urucânia	10291	3778	545	2752	329

FONTE – IBGE, 2010. Organização da autora.

Já para a região de Viçosa o total de pessoas que trabalhavam em outra localidade na semana de referência chegava a um pouco mais de 6% enquanto as pessoas que frequentavam escola ou creche em outro município atingiam aproximadamente 8.5%.

Os dados se aproximam quando comparados à região de Ponte Nova ao passo que, proporcionalmente, as cidades pequenas são àquelas que mais pessoas saem de sua origem para trabalhar, com destaque para Porto Firme (aproximadamente 18%), Teixeiras (aproximadamente 17%), Paula Cândido (aproximadamente 16%), Cajuri (aproximadamente 14%) e Coimbra (aproximadamente 12%). No entanto, estes municípios ainda não são os de menor população da região, como ocorreu na região de Ponte Nova. Observa-se ainda que as quatro primeiras cidades listadas são as cidades que mais originam fluxos objetivando trabalho para Viçosa, conforme analisado no capítulo 02.

Já para os números concernentes a educação, observa-se que as mesmas cidades acima relacionadas aparecem no quadro, sendo que Cajuri (aproximadamente 23%), São Miguel do Anta (aproximadamente 18%), Porto Firme (aproximadamente 17%) e Canaã e Teixeiras (aproximadamente 16% cada) são as que tem o maior número de pessoas estudando em outras localidades. Destas cidades pequenas a que mais originou fluxos diretos para Viçosa com o objetivo de estudo foi Teixeiras, cidade também que apresenta uma das maiores interações a partir de viagens diárias para com Viçosa.

Os dados seguem resumidos na tabela 10 abaixo.

TABELA 10 – Trabalho e Educação para a Região Geográfica Imediata de Viçosa

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2010)	LOCAL DO TRABALHO PRINCIPAL NO MUNICÍPIO	LOCAL DO TRABALHO PRINCIPAL EM OUTRO MUNICÍPIO	FREQUENTAVA M ESCOLA OU CRECHE NO MUNICÍPIO	FREQUENTAVA M ESCOLA OU CRECHE EM OUTRO MUNICÍPIO
Araponga	8152	3961	80	1884	230
Cajuri	4047	1473	245	795	240
Canaã	4628	2153	77	907	182
Coimbra	7054	2582	378	1575	261
Ervália	17946	8696	290	4071	285
Paula Cândido	9271	3201	648	2144	382
Pedra do Anta	3365	1292	166	720	125
Porto Firme	10417	3709	848	2103	447
Presidente Bernardes	5537	2164	124	1510	143
São Miguel do Anta	6760	2705	207	1502	333
Teixeiras	11355	3808	832	2643	539
Viçosa	72220	33946	1306	22679	726

FONTE – IBGE, 2010. Organização da autora.

Já para a região de Ubá a maior parte das pessoas saem de seus municípios de origem são para estudar, uma vez que cerca de 10% das pessoas da região não frequentam escolas ou creche em seus municípios de origem enquanto 6.5% das pessoas não trabalhavam, na semana de referência, em tais municípios, seguindo a tendência observada também para as regiões de Ponte Nova e Viçosa.

Os índices das pessoas que deixam a sua origem para trabalhar em outro município para a região de Ubá são ligeiramente menores do que quando comparados aos das outras regiões analisadas precedentemente, sendo os destaques Guidoal (aproximadamente 16%), Divinésia e Piraúba (aproximadamente 14% cada) e Tabuleiro (aproximadamente 9%) salientando que destas cidades Divinésia e Tabuleiro não pertencem ao APL moveleiro. Ainda, vale colocar que destes municípios aqui elencados, Guidoal figura na lista dos que mais procuram Ubá objetivando trabalho.

Já para as pessoas que frequentam escolas ou creches em outros municípios o maior caso é observado na cidade de São Geraldo com cerca de 24%, seguido por Silveirânia e Tabuleiro (aproximadamente 18% cada) e Guidoal e Guiricema (aproximadamente 16%

cada), sendo que destas Guidoival também aparece como uma das cidades que mais buscam Ubá em razão de estudo.

Observou-se para a região de Ubá que, assim como para a região de Ponte Nova, a maior parte das pessoas que trabalham ou estudam em outras localidades são àquelas oriundas das cidades com menores populações dentro do quadro de referência.

A situação para trabalho e estudo da região imediata de Ubá pode ser analisada conforme a tabela 11 abaixo.

TABELA 11 – Trabalho e Educação para a Região Geográfica Imediata de Ubá

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2010) (1)	LOCAL DO TRABALHO PRINCIPAL NO MUNICÍPIO	LOCAL DO TRABALHO PRINCIPAL EM OUTRO MUNICÍPIO	FREQUENTAVA M ESCOLA OU CRECHE NO MUNICÍPIO	FREQUENTAVA M ESCOLA OU CRECHE EM OUTRO MUNICÍPIO
Brás Pires	4367	1509	122	1054	189
Divinésia	3293	1234	205	690	116
Dores do Turvo	4462	1486	65	1093	111
Guarani	8678	3569	369	1923	295
Guidoival	7206	2793	570	1551	310
Guiricema	8707	3529	341	1700	328
Mercês	10368	3998	240	2312	236
Piraúba	10862	4526	770	2194	330
Rio Pomba	17110	7268	490	3708	509
Rodeiro	6867	3373	175	1412	135
São Geraldo	10263	3973	497	1943	645
Senador Firmino	7230	2552	100	1551	175
Silveirânia	2192	820	59	449	102
Tabuleiro	4079	1574	165	832	184
Tocantins	15823	6420	957	3779	690
Ubá	101519	46269	1740	26057	1647
Visconde do Rio Branco	37942	16791	994	9373	977

FONTE – IBGE, 2010. Organização da autora.

Apesar de no capítulo dois terem sido mostrados fluxos de Ponte Nova, Viçosa e Ubá com localidades mais distantes, o que se observa é que a teia de relações que cada uma delas desenrola é, principalmente, com o seu espaço imediato. Ainda, tais cidades menores componentes de cada uma das regiões também apresentam vidas de relações, desenvolvendo interações outras que coadjuvam para a formação de redes locais.

Tais redes, porém, se apresentam de maneira mais frágil e, igualmente, são mais difíceis de serem compreendidas em sua dimensão local, pois existem inúmeros níveis escalares que incidem sobre o “mais pequeno” (SANTOS, 1985). No entanto, o próprio papel destas cidades pequenas só é melhor compreendido quando se analisados a partir de elementos mais sólidos que a presença delas em uma rede ou região é capaz de oferecer.

A diferenciação das funções que cada cidade desempenha nas redes nas quais fazem parte é inerente a própria “desigualdade na distribuição espacial dos fatores de produção e das atividades” (BRANDÃO, 2007, p. 57). Quando inseridas em uma lógica maior os papéis das cidades pequenas parecem ínfimos, porém, quando se traz recortes menos abrangentes, tais como de redes urbanas regionais e suas conseguintes sub-redes é compreensível notá-las e singulariza-las, principalmente, em suas funções de dependência e retroalimentação da economia do polo ao qual está vinculada. Ainda, se for considerado que os polos aqui analisados são tipicamente cidades médias de papéis regionais entendê-las em suas relações imediatas auxiliam na compreensão da supremacia de seus papéis que alimentam a vida regional e, de certa forma, o próprio sistema capitalista.

As sub-redes, então, incidem a necessidade de uma complementaridade, seja ela através das redes regionais ou nacionais, considerando que ainda há muito pouco dos processos globais presentes nelas. Considerando, igualmente, que as sub-redes são escalas e estas não são fatos e sim construções, elas se encaixam em outras escalas, concordando com o que Smith (2000, p. 144) apresenta: “A questão é justamente não ‘congelar’ um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada, mas compreender os meios sociais e os propósitos políticos (...) É melhor conceber essas diferentes escalas como encaixadas em vez de hierarquizadas (...)”.

O que foi analisado aqui é que, Ponte Nova, Viçosa e Ubá por apresentarem importantes dispositivos públicos e privados comportam-se como importantes nós na rede urbana regional comandada por Juiz de Fora. Porém, os papéis destas cidades não se esgotam em si, visto que a presença de equipamentos de escala territorial mais abrangente as dotam de centralidade, sobremaneira, em relação aos seus respectivos espaços imediatos. As cidades menores polarizadas por cada uma destas três cidades também engendram interações pelas quais elas são inseridas em um sistema de cidades, principalmente, em função da precariedade encontradas em seus territórios, ou seja, as cidades pequenas das regiões aqui analisadas inserem-se na rede em função da dependência a outros centros.

A incipiência e o alcance espacial reduzido destas sub-redes ocorre muito em função dos papéis restritos que as próprias cidades principais apresentam dentro da lógica na qual estão inseridas. Para tanto, no capítulo seguinte será apresentado o vetor de reestruturação urbana e das cidades a fim de averiguar que Ponte Nova, Viçosa e Ubá ainda apresentam mais permanências do que rupturas em seus tecidos urbanos.

4 – Reestruturação urbana e das cidades: análise comparativa enquanto possibilidade metodológica

O último capítulo desta dissertação retomará a reestruturação das cidades enquanto eixo da análise comparativa a fim de constatar os vetores da urbanização contemporânea que estão presentes em Ponte Nova, Viçosa e Ubá para, depois, particulariza-las dentro do quadro de cidades médias de papéis regionais e, por fim, destacar a singularidade de cada uma delas. A escolha pela análise comparativa vai ao encontro dos escritos de Sposito (2016) nos quais a autora destaca a valia destes procedimentos para os estudos em Geografia Urbana.

Antes, porém, de adentrar neste tópico, foram traçadas as construções epistemológicas acerca da comparação em Geografia, assim como as possibilidades que a análise comparativa apresenta para os estudos de Geografia Urbana. A partir disto, recorreu-se a tríade geral, particular e singular para a completude do exercício de comparação, sendo geral os elementos da urbanização contemporânea, particular as ocorrências de cidades médias de papéis regionais e singular os fenômenos observados em Ponte Nova, Viçosa e Ubá.

Seguindo a linha dos capítulos precedentes, lançou-se aqui também uma nota teórica sobre reestruturação urbana e reestruturação das cidades, com o intuito de diferenciá-las e embasar conceitualmente a análise empírica. A partir da literatura, então, recorreu-se a alguns vetores que caracterizam a reestruturação das cidades para demonstrar que, no caso de Ponte Nova, Viçosa e Ubá, as permanências são maiores que as rupturas, reforçando os papéis regionais destas cidades médias.

4.1 – A comparação: construções epistemológicas e de método

A comparação, utilizada enquanto estratégia analítica, permite ao pesquisador atingir fins descritivos e explicativos a partir do confronto entre diferentes objetos e realidades. A definição de comparar nos dicionários já apresenta a sua natureza relacional, sendo o verbete explicado como:

1. Examinar simultaneamente duas ou mais coisas, para lhes determinar semelhanças, diferenças ou relação./ 2. Colocar em aproximação duas ou mais coisas de distintas naturezas, para mostrar semelhanças e diferenças entre elas. / 3. Pôr(-se) em confronto. / 4. Ter como igual ou semelhante. (COMPARAR, 2019).

O instrumental comparativo deve ser apoiado em uma fundamentação filosófica que pode ser, por sua vez, indutiva, dedutiva, hipotética-dedutiva, fenomenológica ou dialética,

permitindo que diferentes áreas do conhecimento adotem a comparação enquanto procedimento metodológico (BRANDÃO, 2012). Isto posto, a comparação deve alinhar-se enquanto método de procedimento e não enquanto método de abordagem, sendo uma etapa da investigação científica tal como é proposto nas ciências modernas (MARCONI; LAKATOS, 2007). Os métodos de procedimento, para Marconi e Lakatos (2007), são compreendidos enquanto etapas concretas da investigação, aglutinando explicações gerais dos fenômenos em termos menos abstratos.

Nesta direção, Sposito (2016, p. 58) também alerta que a comparação não é o princípio da pesquisa e sim um importante instrumento oriundo da delimitação do problema e do objeto, só se justificando “quando adequadamente conduzida pelos fundamentos de método escolhidos e apoiada em conceitos articulados entre si como teoria”.

Conforme Cervo, Bervian e Silva (2007), a comparação enquanto procedimento é uma técnica passível de aplicação sempre quando houver dois ou mais termos com propriedades gerais e características singulares, fazendo com que o interesse por esta abordagem surja em função da busca por evidências gerais que possibilitem a apreensão de regularidades em um dado fenômeno ou, do mesmo modo, a busca por exceções.

A ciência positivista sempre se pautou pela busca de regularidades, sendo um de seus maiores postulados a constatação da verdade absoluta advinda de evidências científicas, estando a comparação como um dos procedimentos possíveis para a sistematização e classificação dos fatos. Reale (1981) coloca que o positivismo, ao considerar os fatos empíricos como base do conhecimento, reconhece que há necessidade da busca pela objetividade e regularidade na construção dos saberes. Em função da comparação permitir a definição de propriedades que garantem uma posterior classificação ela é, em muito, associada à Ciência Moderna positivista, sendo alvo de críticas pelas correntes radicais de pensamento na segunda metade do século XX.

Em seus objetivos de investigação, o método comparativo prevê tornar compreensíveis objetos desconhecidos a partir de objetos conhecidos, seja por semelhança ou contraste, para, então, identificar descobrimentos ou salientar o peculiar (GROSSER, 1973 *apud* BRANDÃO, 2012). Brandão (2012, p. 170) conclui:

Neste sentido, torna-se fácil inferir que o mais proeminente debate entre os autores que discorrem sobre a análise comparativa diz respeito à importância atribuída aos elementos semelhança e diferença no fazer científico. Assim, os estudiosos que empregam a abordagem

comparativa se distinguem por defenderem (a) a busca pelas semelhanças, (b) o realce das diferenças e, por fim, (c) a não aceitação das pré-determinações verificadas nos itens anteriores.

Dentro do escopo, pois, há pesquisadores que optam por dar relevo às semelhanças, tal como Bloch (1983), a fim de analisar regularidades, inclusive, em suas dimensões políticas. Para este autor, a comparação é o ato de

Fazer a escolha, em um ou mais meios sociais diferentes, de dois ou mais fenômenos que pareçam, à primeira vista, apresentar entre si certas analogias, descrever as curvas de suas evoluções, constatar as semelhanças e as diferenças e, dentro do possível, explicar umas e outras (BLOCH, 1983, p. 17).

Em contrapartida, autores como Cervo, Bervian e Silva (2007) destacam que a validade da comparação está na exposição e destaque das diferenças. Ao propor o método comparativo para as análises regionais, Targa (1991) também coloca que a riqueza do processo reside nos contrastes perscrutados, uma vez que este pesquisador busca “o que separou, aquilo que distinguiu as sociedades regionais brasileiras” (TARGA, 1991, p. 270).

Ao propor as comparações, Sartori (1994) aponta que é preciso rigor científico, pois só é possível confrontar uma coisa com a outra se ambas apresentarem propriedades ou características passíveis de comparação, sendo que este procedimento deve ser acompanhado de um propósito bem delimitado ao passo que se não houver uma razão especial no ato de comparar pode-se afirmar que não há uma metodologia de comparação ou um método comparado. Este autor ainda propõe que a melhor estratégia para as comparações é traçada no decorrer do trabalho, isto é, ora ressaltando as diferenças em contextos próximos, ora buscando analogias em sistemas diferentes. Brandão (2012, p. 171), do mesmo modo, propõe que há estudiosos que defendem a ideia de que é a própria análise comparativa que ditará o que é sobressalente no decorrer da pesquisa, sem que seja necessário estipular, previamente, os privilégios nas condições comparativas.

Coiller (1994) destaca que a partir do levantamento e análise dos dados, o método comparativo permite que se prossiga com análises sistêmicas as quais métodos mais tradicionais, como os estatísticos e os estudos de caso, não são capazes de prever. No entanto, a despeito da validade do método, este autor aponta que será mais bem-sucedido o estudo se alinhado ao método comparativo estiver outros procedimentos de investigação: “*Hoy el método comparativo (...) juega un papel importante, y la aplicación de este tipo de análisis sólo se puede mejorar se los estudiosos llevan a cabo esas conexiones con otros métodos (...)*” (COILLER, 1994, p. 78).

Em linhas gerais, o método comparativo deve ser capaz de desenvolver, a partir da investigação de objetos ou fenômenos, o ressaltado de semelhanças e diferenças entre eles, a fim de estabelecer paralelos e correlações via comparação. Fachin (2017, s/p) sintetiza a importância do método comparativo para as ciências:

Com sua aplicação nos elementos investigativos, conforme o ponto de vista que se pretende estudar, pois o comportamento humano (sendo típico, genérico e universal) pode ser mais bem compreendido mediante comparações de diversos grupos ou subgrupos sociais, em alguns casos, de indivíduos e também de dados, objetos e outros. Comparando-se semelhanças e divergências, a importância entre os grupos pode ser mais bem explicada.

Ao explicar fenômenos, fatos, objetos etc., o método comparativo permite a análise de dados concretos e, então, a dedução dos elementos constantes, abstratos e gerais. É um método que propicia investigações de caráter indireto.

Acredita-se, portanto, que a comparação é o arcabouço estrutural que permite o desenrolar da pesquisa em suas associações entre o sujeito e o objeto, além de agir como uma ponte entre a teoria na qual o pesquisador se sustenta e a sua transposição para o plano da ação (SPOSITO, 2016, p. 40). A autora continua demonstrando não haver oposição entre teoria e empiria, posto que há procedimentos intelectuais, tais como a comparação, que permitem estabelecer relações entre sujeito e objeto que privilegiam o método (SPOSITO, 2016, p. 42).

Por ser muito difundida dentre as ciências sociais em função de possibilitar a comparação entre grupamentos ou fenômenos sociais separados pelo espaço e pelo tempo (GIL, 2008), a Geografia desde tempos remotos também se apropriou destes instrumentos de análise, como será explorado adiante.

4.2 – A construção da análise comparativa no pensamento geográfico

A comparação pode ser tratada pelo senso comum enquanto parte do processo cognitivo, posto que a partir dela se traçam regularidades e discrepâncias no escopo dos fenômenos analisados, possibilitando, neste sentido, a formulação de determinações mais gerais inerentes a eles.

Enquanto exercício epistemológico, a comparação se consolida ao passo que confronta e gera diferentes posições entre os autores e as distintas escolas geográficas, sendo que o debate traçado neste segmento de texto visará avançar na construção teórico-metodológica das análises comparativas dentro do pensamento geográfico. Sposito (2004, p. 111) sustenta que a

comparação entre os autores e a leitura hermenêutica de diferentes textos “é fundamental para o aprofundamento das diferentes contribuições à Geografia”.

Para as ciências sociais, a comparação é um dos instrumentos que permite romper com as particularidades dos eventos e coadjuvar na proposição de leis gerais capazes de explicar fenômenos sociais, como bem colocam Schneider e Schimitt (1998, p. 49). Também conforme esses autores, a análise comparativa deve ir além de suas dimensões empíricas à medida que habita o plano epistemológico ao remeter debates sobre a construção do conhecimento em ciências sociais.

Por sua vez, para a ciência política, Gonzalez (2008) coloca que a discussão sobre as análises comparativas alinhadas aos debates sobre epistemologia habita a gênese deste campo disciplinar, remetendo as proposições aristotélicas sobre as comparações de forma de governo e instituições. O autor, no entanto, frisa a diferença entre o método comparativo e a política comparada, sendo esta segunda amplamente cambiada pelo primeiro devido a este ser capaz de aglutinar as concordâncias e contrastes entre os fenômenos diversos de maneira mais eficiente.

A Geografia, assim como as ciências aludidas anteriormente, também se apoiou em análises comparativas desde os seus primórdios ao passo que a comparação espacial é central nos estudos geográficos por possibilitar a generalização de fatos e objetos tratados por esta ciência (ACKERMAN, 1976).

Brandão (2012) remonta aos idos das análises comparativas em Geografia a partir da sistematização desta enquanto ciência no início do século XIX, quando fundada a partir de encaminhamentos dos alemães Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, cujas propostas, em grande parte, “tiveram nos estudos comparados um amparo metodológico fundamental” (BRANDÃO, 2012, p. 172).

Em sua Geografia tipicamente naturalista, Humboldt traçou os primeiros perfis topográficos a partir de inter-relações nos quais os resultados comparavam os diferentes fenômenos e estabeleciam analogias constantes no mundo natural, levando Engels a atribuir ao geógrafo centralidade na proposição dos enfoques comparativos, abrindo brechas no conservadorismo inerente à visão da natureza (MAMIGONIAN, 1996, s/p).

Todavia, coube a Ritter o pioneirismo no que tange as proposições sistemáticas que permitiram a realização dos estudos geográficos comparados, como elucida Mehedinti (1901 *apud* BRANDÃO, 2012, p. 173). Segundo Ritter, a Geografia parte de suas bases regionais,

sendo que estas partes se articulam ao todo, cabendo a ciência geográfica analisar os “arranjos individuais e compará-los, explicitando as partes através do todo e vice-versa, trilhando um caminho ao mesmo tempo indutivo e dedutivo” (BRANDÃO, 2012, p. 173). A principal obra de Ritter, *Geografia Comparada*, contém formulações essenciais e explicita práticas de sua proposta metodológica comparativa, bem como a exemplificação de suas colocações normativas (MORAES, 2002, p. 147). Ainda sobre Ritter, Moreira (2006) coloca que seu método comparado confronta os diferentes recortes em suas semelhanças e diferenças a fim de sublinhar as particularidades espaciais de cada parte do todo, sendo o conjunto de todos os recortes a superfície terrestre.

Seguindo o discipulado de Ritter, Eliseé Reclus também se apoiou em metodologias comparativas para as suas propostas geográficas, considerando que a comparação é anterior a sua própria conotação científica, uma vez que a busca por similitudes e diferenças entre aspectos naturais e culturais de diferentes áreas da superfície terrestre está na cognição dos homens desde a Antiguidade (RECLUS, 2010).

Entretanto, a despeito dos esforços de Humboldt e Ritter, a comparação entre as diferentes áreas só assumiu escopo mais sistematizado ao fim do século XIX com a institucionalização da ciência geográfica e a partir das obras de Paul Vidal de La Blache (BRANDÃO, 2012). Os gêneros de vida e a diferenciação entre a interação da sociedade para com a natureza ao longo da superfície da terra, postulados por La Blache, promoveu maior cientificidade ao ato de comparar à medida que a partir do confronto e das analogias entre as áreas estudadas, em associação a todo o material levantado, poderia ser plausível propor um modelo geral de paisagem tipicamente positivista (MORAES, 2005).

Conforme Brandão (2012, p. 175), a partir dos estudos *lablachianos* a realização dos estudos regionais de caráter comparado ganhou força na Geografia, instaurando as divisões temáticas que esta ciência testemunha ainda hoje. Este autor sintetiza:

(...) entre os discípulos desse geógrafo fundador, a realização de estudos comparados de caráter regional se ampliou ao ponto de gerar a especialização temática que até hoje se vê na Geografia. Foi através da síntese comparativa de elementos inventariados de diversos lugares no campo da análise regional que se chegou, pois, à Geografia da População, à Geografia Econômica, à Geografia Agrária, entre outros campos disciplinares da ciência geográfica (BRANDÃO, 2012, p. 175).

O estadunidense Richard Hartshorne, já no século XX, propôs que a comparação é uma condição para os estudos geográficos, considerando que esta ciência se esforça nas pesquisas

sobre a diferenciação das áreas. Embebido nas obras de Hettner, Hartshorne apresenta os propósitos da Geografia a partir de dois vieses analíticos: Geografia Idiográfica e Geografia Nomotética, estando a primeira inclinada a investigar uma entidade espacial a partir das interrelações entre os fenômenos ali existentes a fim de demonstrar o caráter particular da área, enquanto cabia a segunda a partir da investigação destas interrelações, a possibilidade de comparação entre as áreas. Para tanto, estava incumbido ao pesquisador reproduzir uma integração realizada em diversos lugares, uma vez que através do método comparativo o geógrafo

poderá estabelecer a existência de sistemas e configurações espaciais de categorias particulares (...). Mediante a comparação de tais configurações espaciais de diferentes categorias, induzirá hipóteses de relações de processos entre os diferentes fenômenos (HARTSHORNE, 1978, p. 34).

Por sua vez, dentro da Nova Geografia ou da Geografia Positivista, Schaefer (1988) – um de seus precursores – assevera sobre a não existência do método comparativo, visto que as comparações apenas integram os extensos estudos de caso e descrições monográficas regionais pautadas e sistematizadas pelas tendências da Geografia Tradicional. Este autor contrapõe a Geografia Nomotética de Hartshorne ao repelir a aplicação do método comparativo pela ciência geográfica, conforme colocado por Brandão (2012, p. 176).

Contudo, mesmo que a Nova Geografia tenha se munido de aparatos quantitativos, por grande parte de suas pesquisas valerem-se de formulação de postulados gerais, elas [as pesquisas] acabavam por contribuir e valorizar, em certa medida, a comparação enquanto procedimento metodológico (SANTOS, 2002). Santos (2002) constata, a partir das reflexões sobre os geógrafos neopositivistas, que estes se apoiavam no levantamento de similitudes e diferenças para, *à posteriori*, classificarem os objetos ou eventos perscrutados. Isto posto, para os seguidores da Nova Geografia, a comparação só era válida quando embasada por dados precisos que permitissem a formulação e consolidação de um modelo de classificação geral e abstrato.

Os geógrafos da escola crítica, por sua vez, pouco promoveram reflexões epistemológicas e metodológicas em relação às análises comparativas (BRANDÃO, 2012). A repulsa destes estudiosos para com este instrumental está associada ao enquadramento deste para com o paradigma positivista, como já visto.

De acordo com Santos (1991, p. 15), as análises comparativas não são suficientes por se pautarem “apenas entre as manifestações objetivas de uma multiplicidade de interações de

natureza múltipla” cujos quais, por se validarem de modelos e panoramas gerais abstratos não possuem valor real. Em obra publicada no fim da década de 1980, no entanto, Santos (1996) destaca que o método comparativo deve ser tratado como um ponto de partida para uma análise posterior, quando argumenta acerca das comparações entre dados de diferentes países:

Para que servem as comparações internacionais? Sabemos do seu valor apenas relativo e, todavia, elas revelam um interesse ilustrativo e ajudam a compreender os limites à satisfação das necessidades essenciais nos diversos países, e podem ser um ponto de partida para a análise das situações (SANTOS, 1996, p. 30).

Ao debruçar-se sobre a ontologia da diferença, Moreira (1999) avança também nas reflexões e constatações acerca da comparação como método de análise geográfico. A diferença, para este autor, é dialética à medida que relaciona unidade e diversidade e, por contrapor objetos ou isto e aquilo torna imperativo o ato de comparar.

Nos dias que seguem, a comparação ainda é pauta de diferentes estudos geográficos, mormente, como sugerido por Brandão (2012, p. 180), ao analisar os diferentes fluxos globais que tendem a reproduzir em diferentes lugares atividades econômicas hegemônicas. Porém, face a singularidade dos lugares, cada um deles recebe de maneira diferente as vertentes da globalização, engendrando a oposição entre generalidades e particularidades e, por conseguinte, a comparação entre as diferentes áreas. Segundo o autor:

Nos dias atuais, enfim, a comparação se impõe como uma substancial contribuição para aqueles que buscam compreender as formas de articulação, nos diferentes espaços alcançados pelo Capitalismo, dos agentes hegemônicos da economia e, por outra parte, das respostas que estes recebem das populações que vivem nos lugares onde as corporações atribuem valor (BRANDÃO, 2012, p. 181).

Sendo a cidade o *locus* preferencial do desenvolvimento capitalista adiante se avançará nas possibilidades que as análises e o método comparativo apresentam para os estudos de Geografia Urbana, objetivando elucidar as ações dos agentes hegemônicos dentro das heterogeneidades e particularidades de cada cidade.

4.3 – Possibilidades de comparação para a Geografia Urbana

Sabe-se que, na atualidade, grande parte das pessoas vivem nas cidades, sendo que nestes aglomerados coexistem traços da padronização imposta pelo sistema capitalista global e manifestações singulares construídas por diferentes grupos sociais locais, sendo a forma da cidade contemporânea um mosaico de heterogeneidades. Neste sentido, a produção do espaço urbano é resultado da dialética entre global e local ou, semelhanças e diferenças, tornando os

procedimentos comparativos coerentes para as análises em Geografia Urbana. Concordando com Sposito (2016, p. 42), a comparação cabe para os estudos das cidades, nos dias atuais, ao passo que os

Processos gerais associados ao modo capitalista de produção e as dinâmicas específicas da mundialização da economia e globalização dos valores pretendem se impor como hegemônicos e se articulam de modo contraditório e conflituoso com interesses objetivos e perspectivas subjetivas que orientam decisões da sociedade, no uso de seu tempo e de seu espaço.

Esta autora, ademais, demonstra as possibilidades e desafios da análise comparativa para os estudos urbanos, aventando a sua ideia através de fundamentos nos quais estes estudos devem se apoiar (SPOSITO, 2016). O primeiro deles é o par quantidade e qualidade, considerando que é importante que se busque as condições e frequências que um dado evento ocorre ou a intensidade de um determinado processo que irá culminar em transformações qualitativas nas cidades. Os fenômenos ocorrem de maneiras distintas nos diferentes núcleos da rede urbana, “por meio de uma divisão interurbana do trabalho que articula este par” (SPOSITO, 2016, p. 44).

Sposito (2016, p. 46) também propõe uma tríade que diz respeito ao geral, particular e singular. Este fundamento orienta o processo de comparação ao passo que busca o esforço de reconhecer os processos gerais, do modo pelos quais se consubstanciam no plano particular e, ainda, de maneira singular com o objetivo de investigar as desigualdades e diferenças constatadas em cada situação analisada. Nesta direção, a autora sintetiza:

Assim, as cidades não podem ser entendidas fora das redes urbanas que conformam, uma vez que cada estrato de uma rede urbana expressa particularidades relativas a um conjunto que desempenha papéis semelhantes, e a singularidade de cada cidade fica resguardada pela comparação que fazemos com o conjunto a que ela pertence (o particular) e a totalidade compreendida por uma rede ou sistema urbano, ou mesmo a totalidade compreendida como a urbanização contemporânea – totalidades que são estabelecidas conforme se elabora o pensamento e reconhecidas como geral (SPOSITO, 2016, p. 46).

O terceiro fundamento aventado pela autora tangencia a articulação de escalas geográficas, considerando que quando perpassados pela comparação, o alcance e o ritmo dos movimentos auxiliam na apreensão de como se produzem, em diferentes níveis escalares, as diferenças e desigualdades inerentes à atualidade (SPOSITO, 2016, p. 48). Os fluxos capitaneados pelo modo capitalista de produção ocorrem de maneiras distintas pelo espaço, visto que apesar da força do capital hegemônico, eles são alinhados de maneiras diferentes nas escalas regionais e locais, revelando possibilidades distintas a partir da articulação escalar e da

manifestação dos processos particulares e singulares na realização do geral. Do mesmo modo, “a comparação ajudaria a apreender como se constituem as singularidades diante dos processos hegemônicos, avaliando de que modo, em dadas condições espaço-temporais, há o reconhecimento de particularidades” (SPOSITO, 2016, p. 48).

O par processo e forma é o quarto fundamento sugerido por Sposito (2016) cujo qual a autora coloca que, através da comparação, é possível apreender como os processos similares dão origem a formas diferentes em contextos específicos que apresentam contrastes entre si.

Por fim e como fio condutor que atravessa todos os quatro fundamentos supracitados, está o par espaço e tempo, sendo que para a autora “a consideração da dimensão temporal em sua articulação com a espacial tem importância central no campo das ciências sociais, em que tais dimensões são tomadas como fundamentos de método a orientar a condução do pensamento” (SPOSITO, 2016, p. 51). As múltiplas e possíveis combinações entre espacialidades e temporalidades resultam em semelhanças e diferenças entre distintas áreas, demonstrando que as qualidades essenciais à comparação residem na natureza relacional das dimensões de espaço e tempo.

Considerando, portanto, o que Sposito (2016) acredita ser o eixo estruturador ou, como a autora coloca, o fio condutor dos fundamentos em análises comparativas, resgata-se aqui o espaço e o tempo como sendo os cerne no debate sobre comparações em Geografia Urbana, isto porque é através destas dimensões que se pode analisar – e confrontar – as diferentes configurações socioespaciais que as cidades assumiram ao longo dos modos de acumulação capitalista.

No que concerne os estudos comparativos para as cidades médias a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – ReCiMe já vem se apoiando nessas metodologias com o intuito de avaliar os elementos que caracterizam as cidades médias de modo geral, assim como averiguar as especificidades de cada uma, propiciando a melhor compreensão da realidade regional brasileira, conforme veiculado no sítio eletrônico da rede²⁹.

Nesta direção, resgatou-se a reestruturação urbana e das cidades para a comparação entre os processos decorridos em Ponte Nova, Viçosa e Ubá, sem perder de vista o que é geral à dinâmica da urbanização contemporânea, particular aos eventos ocorridos em cidades médias de papéis regionais e, por fim, singular para cada uma das cidades analisadas. A reestruturação

²⁹ Disponível em <https://sites.google.com/a/recime.org/producao-da-recime/rede/recime>.

é acionada como elemento estruturador da comparação neste trabalho por evocar as transformações espaço-temporais ocorridas tanto na escala da região quanto das cidades, considerando a importância da articulação deste par. Antes de se adentrar na análise comparativa, o próximo segmento do texto apresentará algumas elucidações teóricas sobre a reestruturação urbana e das cidades.

4.4 – Notas sobre reestruturação urbana e das cidades

Como já apresentado no capítulo 01, o termo estruturação urbana e da cidade refere-se, em grande medida, aos processos contínuos nos quais as formas se submetem atrelados a reprodução dos processos sociais, sendo, portanto, o entendimento das formas inerente aos conteúdos que as dotam de significações. Para Whitaker (2003, p. 123), estruturação e reestruturação “têm características comuns e sua aplicação se deve mais à época do fenômeno que se esteja retratando. Após os anos de 1960, o primeiro termo mostra-se apropriado e o segundo passou a ser utilizado após os anos 1980”.

Villaça (1998, p. 19) propõe que a opção pela terminologia reestruturação urbana para o entendimento das mudanças territoriais na escala da região obriga que se utilize o termo intraurbano para fazer referência às estruturas e a estruturação da cidade, enquanto o correto seria utilizar reestruturação regional para aquela escala. No entanto, Sposito (1996, p. 111, *grifos da autora*) coloca a

Ideia de que a organização/desorganização da cidade contém a dinâmica do próprio processo social que a determina, sendo a *estrutura*, em cada corte do tempo do processo de *reestruturação da cidade*, também determinante dos momentos seguintes do processo.

À medida que o termo estruturação é utilizado para as mudanças contínuas nas quais as estruturas urbanas e das cidades estão submetidas, a ideia de reestruturação é acionada para “fazer referência aos períodos em que é amplo e profundo o conjunto das mudanças que orienta os processos de estruturação (...)” (SPOSITO, 2004, p. 312). Soja (1993, p. 194) sugere que as reestruturações são períodos de graves choques nas realidades preexistentes, colocando-se como transformações que podem ser tanto positivas quanto negativas. O autor resume:

Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a

transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SOJA, 1993, p. 194).

Sposito (2004, p. 312), seguindo a ideia de que as reestruturações tangenciam as mudanças profundas das últimas décadas, sugere que o adjetivo urbano logo após a palavra reestruturação concerne às mudanças regionais e no âmbito da rede urbana, enquanto reestruturação das cidades refere-se às mudanças em escalas mais restritas, no caso, a intraurbana. Em outra obra, a autora coloca que na reestruturação urbana “prevalecem processos e dinâmicas de escalas mais abrangentes” enquanto na reestruturação das cidades “a morfologia urbana é tratada de modo articulada a esses processos, ainda que as formas espaciais das cidades sejam ponto de partida ou de chegada” (SPOSITO, 2007, p. 248). Logo, as transformações ocorridas no tecido das cidades articulam-se às mudanças do processo geral de urbanização, sendo que as cidades são as escalas de análise para percepção de dinâmicas maiores.

Neste sentido, ao fazer opção pela adjetivação “da cidade” ao invés de “intraurbano”, como sugerido por Villaça (1998), Sposito (2004) aventa que ao tomar a expressão reestruturação da cidade está intrínseca a relação entre os espaços intra e interurbanos, considerando que assim se deixa evidente a que espaços se refere a reestruturação, “sem passar a ideia de que a análise ou o conjunto de determinações que sobre eles incidem sejam referentes, apenas, ao intra-urbano (...)” (SPOSITO, 2004, p. 313).

O processo de reestruturação das cidades, nesse viés, é, portanto, multiescalar ao passo que para lhe apreender é necessário verificar a combinação de vários atores e eventos em suas inúmeras possibilidades. Para o caso das cidades médias, em especial, Sposito (2007, p. 245) destaca a necessidade de articular dois movimentos, a saber: os que partem dos atores locais residentes em cidades médias que visam ampliar as suas escalas de atuação ou; os de atores externos às cidades médias que ao fazerem escolhas locais recaem sobre as suas dinâmicas urbanas e econômicas. A autora conclui que “um esforço nessa direção poderá oferecer elementos para se compreender como se ampliam ou se reduzem disparidades socioespaciais em múltiplas escalas” (SPOSITO, 2007, p. 246), seja no interior de cada cidade, seja para com as regiões e redes nas quais estão alocadas.

Para responder sobre as dinâmicas e relações que orientam a reestruturação das cidades face a urbanização contemporânea, Sposito (2004) elenca alguns eixos nos quais confluem para um mosaico de diferentes envergaduras políticas, econômicas e sociais que, por sua vez, apresentam multi-temporalidades urbanas, à medida que as estruturas materiais da cidade podem responder por épocas distintas (ROCAYOLO, 2002 *apud* SPOSITO, 2004).

Para a autora (SPOSITO, 2004, p. 313), o eixo que estrutura os processos urbanos orienta-se pelo par dialético necessidades individuais x necessidades coletivas, posto que o desenvolvimento do modo de produção capitalista engendrou as dimensões pelas quais estes conflitos emergem. Da mesma forma que a cidade influencia o encontro e a proximidade, as novas compleições urbanas de residência e de consumo legitimam o desencontro e o isolamento, sendo que aquele par dialético é permeado pela problemática da propriedade privada da terra “que é, ao mesmo tempo, um instrumento jurídico e um valor ideológico, princípios esses amplamente aceitos no âmbito das diferentes formações sociais que compreendem o capitalismo contemporâneo” (SPOSITO, 2004, p. 314).

Nesta direção, o acesso à terra mediado pela propriedade privada dota alguns agentes de maiores e melhores condições que outros, fazendo com que as lógicas espaciais sejam regidas pela competição pelas melhores localizações na cidade, não atendendo os interesses de todos os estratos sociais. Então, Sposito (2004, p. 315) coloca que a cidade se organiza a partir da divisão social e técnica do trabalho, em diferentes escalas, desde a área de estabelecimentos, como *shoppings centers*, até os fluxos que as cidades estabelecem com outros espaços.

Destarte, considerando o período de ajustes pelo qual o capitalismo está passando, o conceito de reestruturação das cidades é plausível por responder pelas rupturas nas quais estão submetidas as cidades contemporâneas. As repercussões destas mudanças, propõe Sposito (2004), se dão mais na direção da complexidade inerente a atual sociedade do consumo do que pela deslocalização de atividades industriais, por exemplo, considerando que o consumo se instaurou como meio de classificação e diferenciação social. Isto posto,

Os usos de solo modificam-se, continuamente, os valores objetivos ou subjetivos, que sejam atribuídos aos seus diferentes espaços alteram-se, os equivalentes monetários desses valores também mudam, tendencialmente alterando para cima os preços dos imóveis e parcelas do espaço urbano que contêm as inovações do momento, ampliando o gradiente, segundo o qual, se realizam as rendas fundiárias e imobiliárias nas cidades (SPOSITO, 2004, p. 317).

Além dos papéis desenrolados pelos agentes econômicos, Sposito (2004) alerta para a importância de instituições e organizações de diferentes tipos na cidade contemporânea, sobremaneira, na articulação entre o público e o privado, uma vez que os interesses privados influenciam os atores políticos locais a alterarem legislações urbanas em prol de suas demandas, fazendo com que o Estado (em suas variadas dimensões) alterem para melhor ou pior o parcelamento do solo urbano. Do mesmo modo, a autora coloca a importância dos movimentos sociais que ao se manifestarem “geram adversários e põem a nu as contradições sociais que se

expressam na estruturação das cidades e, por meio delas, se acentuam” (SPOSITO, 2004, p. 319).

Por fim, a autora demonstra que a reestruturação marca o aprofundamento na contradição entre espaço público e espaço privado, por meio da valorização dos segundos em detrimento à desvalorização – e privatização – dos primeiros. Sposito (2004, p. 319) conclui:

Enfim, o que se quer destacar é que a teia complexa de ações que interfere na produção e apropriação do espaço urbano gera espacialidades diferenciadas, em constante processo de mutação, e cujos ritmos de combinação entre o peso das mudanças e o das permanências, das instabilidades e das estabilidades alteram-se continuamente, gerando espaços intra-urbanos marcados por temporalidades bastante diferentes entre si.

Whitacker (2007) coloca que, na atual fase do capitalismo, a reestruturação é o processo de articulações dinâmicas das localizações e situações cujas quais transformam a ordem pré-existente. Isto posto, para o autor, a reestruturação se coloca em dois níveis: na organização e reorganização dos espaços de produção e nos símbolos e signos comercializados na e pela cidade.

Assim como Sposito (2004), Whitacker (2003) em sua tese de doutorado assume a existência de dois pares dialéticos inerentes ao processo de reestruturação urbana, a saber: “público/privado e individual/coletivo, que são complementares e contraditórios” (WHITACKER, 2003, p. 125). Em sua tese, o autor também destaca o papel da divisão do trabalho e do consumo, sendo este segundo um importante elemento ao tomar a dimensão do valor de troca, uma vez que a mercadoria intermedeia toda a relação com o espaço (WHITACKER, 2003, p. 126).

Ainda sobre o consumo, dada a conotação global da economia atual, Sposito (2009b) coloca que o processo de internacionalização nas/das cidades médias é menos complexo do que o observado nas metrópoles em função dos fluxos que saem e chegam até elas, sendo que a autora busca a noção de cidades em globalização para fazer referência ao grupo de cidades que ampliam as suas relações espaciais via o consumo. Isto é, para Sposito (2009b, p. 44) deve-se valorizar o fato de que as cidades médias “estão se globalizando pelo consumo, mais do que pela produção de bens e serviços pelas empresas globais”. Corrêa (2006, p. 256) já assinalava que a reestruturação espacial se manifesta em diferentes planos ao passo que cada centro, por menor que seja, participa dos circuitos espaciais da produção, seja “produzindo, distribuindo

ou apenas consumindo bem, serviços ou informações que, crescentemente, circulam por meio da efetiva ação das corporações globais”.

Sendo, portanto, o consumo um importante vetor para a inserção das cidades médias – e de seus cidadãos – em contextos mais complexos, ele será aqui retomado como um dos elementos que coadjuvam para a reestruturação das cidades, assim como a análise do uso do solo urbano permeado pela contradição entre espaços públicos e privados no que tange o habitar. Estes dois eixos serão levantados para investigar a organização e reorganização do espaço e a difusão de novos símbolos pela cidade, como bem propõe a literatura apresentada.

4.5 – Entre permanências e rupturas: os vetores de reestruturação das cidades em Ponte Nova, Viçosa e Ubá

No capítulo 01, durante a descrição do comércio varejista, foram citadas algumas franquias, sobretudo de eletrodomésticos, presentes em cada uma das cidades analisadas. Mas, o que isso significa?

Primeiro, é importante olhar para as novas lógicas espaciais do consumo considerando que este é um dos principais elementos de inserção das cidades médias nas redes mais complexas, bem como o crescimento deste setor pode tanto acentuar mudanças já em curso quanto estimular outras dinâmicas (SPOSITO; GÓES, 2015, p. 107), sendo um importante vetor de reestruturação para as cidades, conforme discutido anteriormente. Segundo, porque o sistema de franquias e redes de lojas de varejo coadjuvam para o entendimento do consumo enquanto um elemento modernizante para as cidades (ORTIGOZA, 2009) e, considerando que Ponte Nova, Viçosa e Ubá são cidades de fortes lastros regionais, a opção por consumir novos produtos chega também aos habitantes de todas as suas respectivas hinterlândias.

Além disso, a interiorização destes estabelecimentos comerciais revela a maior complexidade destas cidades em detrimento às outras da região, uma vez que a localização espacial das franquias e filiais é seletiva, como visto por Ortigoza (1996, p. 65, *grifos nossos*):

Porém, esse processo de interiorização das franquias foi seletivo: as cidades que as podiam acolher deveriam ter uma massa de consumo potencial mínimo (essa exigência varia de empresa para empresa), contar com mais recursos, tais como: infra-estruturas urbanas adequadas (rodovias) anéis viários de rápido acesso, serviços de transporte coletivo, serviços de saneamento básico) e *poder de atratividade regional*, entre outros.

Dentre os dez maiores grupos de comércio varejista disponíveis no Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (IBEVAR) no *ranking* disponibilizado no ano de 2019, seis estão presentes em pelo menos uma das cidades estudadas, a saber: Via Varejo, Lojas Americanas, Magazine Luiza, Raia Drogasil, Grupo Boticário e Drogarias DPSP³⁰. O grupo Via Varejo responde por bandeiras, como Ponto Frio e Casas Bahia, já o grupo de Drogarias DPSP responde, dentre outras, pelas Drogarias Pacheco. As marcas disponíveis nas três cidades são apenas Magazine Luiza e O Boticário. Já as Lojas Americanas, as Drogarias Drogasil e as Casas Bahia estão presentes apenas em Viçosa e Ubá e; o Ponto Frio em Ponte Nova e Ubá. Por fim, as Drogarias Pacheco estão unicamente em Ubá. Estes dados revelam a menor complexidade de Ponte Nova em relação às outras duas cidades estudadas no que diz respeito a difusão deste tipo de serviços e a proeminência de Ubá que apresenta todas as lojas citadas. Vale salientar que todos estes grupos, com exceção do Via Varejo que há mescla do capital brasileiro e francês, apresentam a origem do capital exclusivamente brasileiro, demonstrando que não há maiores incidências de capital estrangeiro nas três cidades aqui tratadas.

A seguir algumas fotos tiradas pela autora, em seus trabalhos de campo, de algumas redes nas cidades.

³⁰ Os maiores grupos varejistas no Brasil, de acordo com a IBEVAR, são: Carrefour, GPA-Alimentar, Via Varejo, Walmart, Lojas Americanas, Raia Drogasil, Magazine Luiza, Grupo Boticário, Lojas Renner e Drogarias DPSP, respectivamente. Disponível em <https://www.ibevar.org.br/pesquisa/ranking-2019-IBEVAR-FIA-catalogo.pdf>. Acesso 08-10-2019.



FIGURA 23 – Loja do Ponto Frio em Ponte Nova/MG.
FONTE – A autora, setembro de 2019.



FIGURAS 24 e 25 – Loja das Casas Bahia em Ubá/MG e Loja Magazine Luiza em Viçosa/MG.
FONTE – A autora, setembro/outubro de 2019.

A opção por trazer as fotos, justamente, das redes de eletrodomésticos não foi aleatória. Nos trabalhos de campo pode-se observar que tais lojas são as mais presentes nas cidades e, ainda, aquelas que em seu interior – nos dias percorridos – eram as que mais contavam com pessoas, sendo também as maiores em tamanho físico. As tendências e difusão deste tipo de setor foram observadas, de maneira mais efetiva, na virada do milênio quando o Brasil testemunhou, no início da década de 2000, um acelerado crescimento econômico em que a elevação da renda da população facilitou o acesso ao crédito, aumentando “segmentos como de veículos e eletrodomésticos, que são mais dependentes das condições de crédito” (LOZANO; SPOSITO, 2015, p. 79). E mesmo em momento de crises, como a recessão ocorrida a partir de

2008, o setor tendeu a se movimentar, considerando que uma das soluções do Governo Brasileiro à crise econômica foi reduzir o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), estimulando a venda e consumo de bens duráveis e semi-duráveis como os eletrodomésticos de linha branca (LOZANO; SPOSITO, 2015, p. 93).

A desconcentração espacial das empresas deste ramo, conforme colocado por Lozano e Sposito (2015), é uma estratégia para alcançar o maior número de consumidores e a opção pelas cidades médias se dá em função destas se apresentarem enquanto importantes nichos econômicos, pois, em grande parte das vezes, são “espaços de comando e *polarização em escala regional*: polos econômicos, sociais, políticos em plena expansão” (LOZANO; SPOSITO, 2015, p. 98, *grifos nossos*). Lozano e Sposito (2015, p. 98) acrescentam que face a multiplicidade de papéis que as cidades médias assumem para a sua região, elas se constituem como importantes espaços de difusão de ideias e costumes de consumo mais modernos, sendo que

As cidades médias do interior dos estados transformam-se em espaços alvo de diferentes negócios, como o imobiliário, o financeiro, o comercial etc. Nesse contexto é que acontece a expansão do comércio varejista, especificamente, do varejo de eletrodomésticos e eletroeletrônicos que se realiza por meio da implantação de novas lojas das grandes e médias redes de comércio (...)

Neste caso, mais uma vez, como as citações e o *grifo* acima sugerem, a escala regional é acionada como propícia para a reprodução do capital via consumo. Considerando a estagnação econômica da região onde Ponte Nova, Viçosa e Ubá estão sitiadas, pode-se inferir que as redes de lojas nelas localizadas respondem também pelas demandas de seus espaços interurbanos, ressaltando os seus papéis regionais também através do consumo. Estas redes, então, além de coadjuvarem para a maior complexificação do comércio varejista nas cidades analisadas também podem ser averiguadas enquanto importante elo entre as cidades pequenas e médias e, ainda, enquanto uma centralidade para estas cidades.

Outro setor que leva em consideração a escala regional para a sua proliferação é o de supermercados. Vale sublinhar que, neste caso, cunha-se o termo supermercado, pois em nenhuma das três cidades aqui relacionadas há a presença de hipermercados. A Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) coloca que os hipermercados se diferem dos supermercados por apresentarem maior metragem e comercializarem outros produtos, tais como roupas, eletrodomésticos *etc*, sendo, portanto, elementos mais complexos. Igualmente, o setor de supermercados e hipermercados é um dos que mais se destaca no comércio varejista

(LOZANO; SPOSITO, 2015, p. 81), sendo um importante componente de centralidade nas cidades onde está localizado. Araújo, Moura e Dias (2010, p. 63) sugerem que

as redes de supermercados e hipermercados podem ser citadas para demonstrar como determinados sistemas se expandem territorialmente, reforçando os papéis regionais de algumas cidades em detrimento das funções terciárias mais simples exercidas por cidades pequenas. Ao mesmo tempo, tal inserção acirra a competitividade sobre os capitais locais e regionais.

Para o caso dos supermercados nas três cidades as redes disponíveis são, em sua maioria, de origem nacional e regional. Em Ponte Nova estão presentes supermercados do grupo de Supermercados BH Comércio de Alimentos LTDA (Supermercados BH), do grupo DMA Distribuidoras S/A (EPA Supermercados) e do Supermercado Bahamas S/A (Supermercados Bahamas). Em Viçosa, por sua vez, além do Supermercado Bahamas, inaugurou no ano de 2019 o Supermercado Mineirão, da rede EPA, tanto para atacado quanto para varejo. Ubá, por sua vez, também conta com supermercado na modalidade atacado e varejo, do grupo Mart Minas Distribuidora LTDA (Mart Minas Atacado e Varejo), além do Supermercado Sales, do grupo Comércio e Distribuição Sales LTDA e também do Supermercado Bahamas. Todas estas redes de supermercado estão presentes no *ranking* dos grupos que mais faturam no Brasil, para este setor, conforme veiculado pela ABRAS³¹.

O setor atacadista ainda não apresenta tanta centralidade nestas cidades, por isso não foi adicionado com relevo ao debate, embora se saiba que ele também abastece as cidades vizinhas, principalmente, pequenos comerciantes que buscam os produtos a serem comercializados em cidades vizinhas.

As figuras abaixo mostram a presença dos supermercados nas cidades (FIGURAS 26 e 27).

³¹ Disponível em <http://superhiper.abras.com.br/pdf/244.pdf>. Acesso 08-20-2019.



FIGURAS 26 e 27– Supermercados BH em Ponte Nova e Mineirão ATACAREJO em Viçosa.

FONTE – A autora, setembro/outubro de 2019.

As novas formas de consumo, tais como as redes de franquias e supermercados, encabeçadas por grandes grupos comerciais, são aqui assimiladas como inovações espaciais, uma vez que a comercialização de bens e serviços buscam novas lógicas territoriais para a reprodução do capital. A materialização destas novas formas no espaço urbano envolve diversos atores que além de produzirem a cidade também a consomem, sendo que as inovações espaciais são “um dos meios pelos quais o capitalismo garante condições de sua própria existência e reprodução” (CORRÊA, 2010, p. 150). Ainda, Corrêa coloca que “novas formas espaciais podem aparecer em determinados locais e não em outros (...)” (CORRÊA, 2010, p. 152), sugerindo que os agentes responsáveis pela implementação destas inovações consideram fatores econômicos, sociais e culturais das cidades, mas também os sítios, morfologias urbanas e estruturas fundiárias de cada uma delas.

Harvey (2005) ressalta o movimento das forças capitalistas em criarem novas infraestruturas físicas e sociais que sustentem a reprodução do capital, considerando essas novas estratégias como ajustes espaciais. Por ajustes espaciais, em suas dimensões empíricas, pode-se inferir que são adaptações de ordem material que visam a melhor manifestação e reprodução do capital.

Além das redes varejistas e de supermercados, outro espaço do consumo que pode ser alinhado enquanto uma inovação espacial ou como parte dos ajustes espaciais da nova fase do capitalismo são os *shoppings centers*. Corrêa (2010) sugere que estes estabelecimentos são as inovações mais emblemáticas para as cidades médias, visto que engendram mudanças nos hábitos de consumo da cidade e da região. Contudo, nas três cidades em análise ainda não há a presença de *shoppings*, visto que a implementação destes estabelecimentos é condicionada pelo tamanho da cidade e de sua centralidade interurbana e, por consequência, de seu mercado

consumidor (SPOSITO, 2001b), o que demonstra a incipiência de Ponte Nova, Viçosa e Ubá. Os *shoppings centers* mais próximos estão localizados em Juiz de Fora e Belo Horizonte (ABRASCE, 2019), capital regional e capital do estado, respectivamente, o que ocasiona também o maior fluxo de pessoas para consumirem nas cidades médias aqui analisadas dada a menor proximidade.

Entretanto, para as três cidades o que se nota em suas respectivas áreas centrais é a aglomeração de comércios e serviços em galerias e edifícios comerciais. Estes estabelecimentos, apesar de menos complexos que os *shoppings centers*, surgem também como novas formas espaciais e respondem pela tendência da concentração locacional de algumas atividades varejistas acentuada, sobremaneira, na década de 1990 (SPOSITO, 2001b, p. 237). A ausência de centros mais sofisticados de consumo, garantem às galerias e aos edifícios comerciais papéis centrais na animação destas cidades, integrando as suas dinâmicas comerciais e oferecendo diversos bens e serviços (BATELLA; BARROS; MARIA, 2018, p. 97).

Batella, Barros e Maria (2018) problematizaram a presença das galerias e edifícios comerciais para a cidade de Viçosa, enquanto Barros (2017) resgatou estes estabelecimentos como alguns dos elementos de centralidade para a cidade de Ponte Nova. Para ambas as cidades, assim como para Ubá, o que se observou é a presença destes elementos nas áreas centrais da cidade, oferecendo comércio e serviço, mas em muito, se portando também como espaços de lazer e socialização, considerando que em muitos deles há a presença de praças de alimentação, cinemas e demais áreas de uso comum. Vale colocar que muitas das galerias e edifícios comerciais incorporam *shopping* aos seus nomes, remetendo a modernidade, aos signos e ao consumo diferenciado que é proposto pelo termo, conforme ilustrado nas figuras 28, 29 e 30 abaixo.



FIGURA 28 e FIGURA 29– Edifícios Comerciais e Galerias em Ponte Nova e Viçosa, respectivamente.

FONTE – A autora, setembro/outubro de 2019.



FIGURA 30 – Galeria em Ubá/MG.

FONTE – A autora, outubro de 2019.

As galerias para as três cidades corroboram o padrão proposto por Braida (2011, p. 97) e são edifícios de uso misto que manifestam:

- 1) No térreo, o uso é predominantemente comercial, pois ali estão instaladas as lojas, mas há, também, alguns acessos para os demais pavimentos dos edifícios;
- 2) Em alguns casos, nos pavimentos superiores seguintes, geralmente, os segundo e terceiro pavimentos, há algumas lojas, espaço de prestação de serviços, tais como salões de beleza e ateliês de costura, e salas de aula, geralmente salas de aula de cursinhos pré-vestibulares;
- 3) Na maioria dos casos, os demais pavimentos são ocupados com residências.

Logo, pode-se inferir que as galerias e edifícios comerciais são alternativas que as cidades médias de papéis regionais, no caso desta pesquisa, encontraram para concentrar o comércio varejista numa lógica de vantagens aglomerativas e, ainda, prestar outros serviços para a sociedade. A presença das residências configura o não rompimento das áreas centrais destas cidades com esta função, mostrando que mesmo a chegada destes novos elementos não elimina as preferências pretéritas de habitar no centro da cidade.

Ainda não foi colocado, mas além das galerias e edifícios comerciais, as franquias e os principais supermercados também estão localizados nas áreas centrais das três cidades, sendo que área central é aqui considerada como o conjunto de diferentes setores urbanos com concentração de atividades econômicas, sendo a área onde há maior concentração de serviços financeiros, administrativos e serviços profissionais superiores (SPOSITO, 2001b, p. 235). Além disso, “a ocorrência de áreas centrais nas cidades, resulta, via de regra, de um processo histórico de localização das atividades comerciais e de serviço no interior delas” (SPOSITO, 2001b, p. 237). Destarte, a localização destes empreendimentos nas áreas centrais das cidades, apesar deles serem novas manifestações e tendências do capital global, reforçam a centralidade destes espaços, não configurando rupturas com a estruturação que já estava em curso desde tempos remotos.

As áreas centrais de Ponte Nova, Viçosa e Ubá são marcadas, sobremaneira, pelo uso misto do solo em que as funções terciárias e residenciais coexistem para além da escala das ruas, também na escala dos edifícios. Junto às galerias, existem nestas áreas centrais prédios em que os primeiros pavimentos são ocupados por uma loja ou sala comercial e os pavimentos superiores por residências. Isto demonstra que as funções terciárias ainda não suplantaram as residenciais, mas a presença delas [funções terciárias] nas áreas centrais permitem que seus respectivos alcances espaciais sejam, pelo menos, microrregionais, anuindo com a ideia de Amorim Filho para as zonas centrais de cidades de porte médio mineiras (AMORIM FILHO, 2005, p. 60). As áreas centrais, para além das funções comercial e residencial, contam também

com serviços de administração pública de alcance regional, o que também corrobora para a maior animação destas áreas quando comparadas às outras (AMORIM FILHO, 2005).

As paisagens das áreas centrais das três cidades apresentam marcas do passado em união a formas mais modernas da urbanização, por exemplo, construções em altura (FIGURAS 31, 32 e 33). Esta dialética das formas reflete a complexidade de Ponte Nova, Viçosa e Ubá, dado o processo de estruturação que ainda não se esgotou e, que agora tende a incorporar novos atores às já consolidadas formas de cada uma das cidades aqui analisadas, levando-as a se localizarem na confluência das permanências e das rupturas.



FIGURA 31 e FIGURA 32 – Novas e antigas formas urbanas em Ponte Nova e Ubá, respectivamente.
FONTE – A autora, setembro/outubro de 2019.



FIGURA 33– Novas e antigas formas urbanas em Viçosa.
FONTE – A autora, setembro de 2019.

As novas formas de consumo e a chegada de novos agentes, apesar de significarem vetores da urbanização contemporânea, não demonstram e confirmam o processo de reestruturação nas cidades de Ponte Nova, Viçosa e Ubá, uma vez que não romperam com práticas antigas e, tampouco, ressignificaram de maneira abrupta o papel destas cidades na rede urbana. Ainda, a localização destes empreendimentos nas áreas centrais é sinal de que ainda não há formação de novas centralidades e rompimento com a estruturação das cidades.

Além das novas formas de consumo, outro elemento a ser levantado enquanto um dos eixos de reestruturação das cidades é a nova forma de habitar que, sobretudo, a partir dos condomínios e loteamentos fechados expandem territorialmente as cidades e se configuram como redefinições nas formas de produção do espaço urbano cujas quais “têm grande peso na reestruturação das cidades contemporâneas (...)” (SPOSITO, 2006a, p. 176).

Sposito (2006a, p. 180) alerta para o fato que a reprodução territorial ampliada através da produção imobiliária de edifícios verticais em cidades não metropolitanas aumentou a partir da década de 1980, todavia, a tendência ainda não designava rupturas ao processo de estruturação das cidades, uma vez que permanecia estimulando o padrão centro-periferia. Porém, a partir da proliferação mais significativa de condomínios e loteamentos fechados a

partir da década de 1990, as cidades médias paulistas, como colado pela autora, testemunharam uma acelerada reestruturação, considerando que estas novas formas de habitar ressignificaram os conteúdos sociais e econômicos das periferias e, portanto, alteraram de maneira abrupta a lógica centro-periferia que orientava as estruturas destas cidades até meados da década de 1970. Contudo, esta lógica não pode ser aplicada para todas as cidades médias analisadas nesta dissertação.

Como já sinalizado, um dos impulsionadores da produção do espaço urbano em Viçosa é o ensino superior, principalmente, a presença da UFV que desde a sua federalização ao fim da década de 1960 estimulou uma forte migração para Viçosa, pressionando a produção do espaço urbano tanto verticalmente, quanto horizontalmente (RIBEIRO FILHO, 1997, p. 144). O primeiro condomínio fechado, nesta cidade, data ainda da década 1970, período anterior à proliferação destes estabelecimentos mesmo na metrópole paulista, onde Caldeira (2000, p. 260 *apud* SPOSITO, 2006a) aponta que houve a generalização destes empreendimentos apenas nos anos de 1990.

Nos anos de 1980 e 1990 acentuou-se o número de condomínios fechados na cidade de Viçosa, configurando a extensão territorial desta cidade, mas coincidindo também com o processo de estruturação da mesma, considerando que eles [os condomínios] não romperam com a ordem precedente e não alteraram profundamente a morfologia urbana das cidades a ponto de ressignificar o padrão centro-periferia.

Os primeiros condomínios serviam para atender as demandas dos professores e funcionários universitários e, ao longo do tempo, outros segmentos da classe média urbana foram se juntando a eles, sendo que atualmente a área onde estão concentrados grande parte destes condomínios é uma das parcelas mais valorizadas da cidade (FIGURAS 34 e 35). Vale colocar que esta área é próxima ao *campus* da UFV, portanto, não tão distante da área central da cidade (MARIA, 2016, p. 73).



FIGURA 34 – Guarita do Condomínio Bosque Acamari em Viçosa.

FIGURA 35 – Sinalização de condomínios em Viçosa.

FONTE – A autora, setembro/2019.

Já para a cidade de Ubá a ordem se inverte, considerando que os condomínios fechados são, de fato, elementos mais recentes na morfologia urbana, tendendo às lógicas gerais deste fenômeno, como edificações de alto padrão que respondem às demandas de uma classe urbana emergente, localizando um pouco mais afastado da área central, mas de condições favoráveis para o rápido deslocamento (SPOSITO, 2006a).

A própria ideia do *marketing* de alguns dos condomínios é construída para atender as pessoas que buscam por segurança e qualidade de vida, como visto no anúncio do Condomínio Portal das Mangueiras (FIGURAS 36 e 37), estabelecimento fundado na década de 2010.

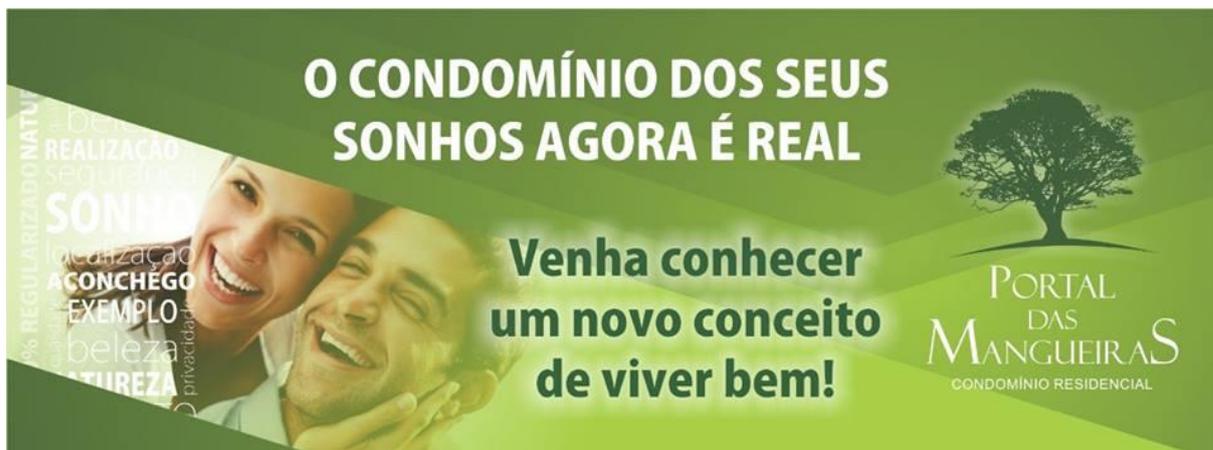


FIGURA 36– Propaganda do Condomínio Portal das Mangueiras, Ubá/MG.

FONTE – Página do *Facebook* do Condomínio. Disponível em <https://www.facebook.com/CondominioResidencialPortaldasMangueiras/>. Acesso 10-10-2019.



FIGURA 37– Guarita do Condomínio Portal das Mangueiras em Ubá.

FONTE – A autora, outubro de 2019.

Apesar do *modus operandi* da instalação destes condomínios em Ubá ser similar ao visto em outras cidades médias, como no caso das cidades médias paulistas analisadas por Sposito (2006a), o processo ainda é muito recente para sinalizar a completude do processo de

reestruturação nesta cidade. Mesmo assim, não parece soar como uma ruptura aos padrões já existentes na morfologia da cidade e de ressignificação dos conteúdos da periferia de Ubá, comportando-se, aparentemente, como um prolongamento da zona pericentral desta cidade. Amorim Filho (2005) caracteriza a zona pericentral das cidades de porte médio como áreas extensas territorialmente e compostas, em sua maioria, pela função residencial.

Ponte Nova, por sua vez, não apresenta condomínios e loteamentos fechados nos padrões propostos pela literatura, sendo, portanto, das três cidades analisadas a que conta com o processo de reestruturação mais incipiente no que tange às alterações provocadas na morfologia e ressignificação das cidades por novos conteúdos econômicos e sociais.

Próximo a área central de Ponte Nova está sendo construído um loteamento chamado Bairro Primavera, porém, não se configura como um loteamento ou condomínio fechado nos moldes descritos por Sobarzo e Sposito (2003). Ao contrário, este loteamento se configura também como participante da estruturação desta cidade, considerando que a sua localização irá conferir ainda mais centralidade para uma área já consolidada, uma vez que cerca de 5.1 hectares do loteamento será utilizado com fins institucionais pela prefeitura, de acordo com o sítio eletrônico do empreendimento³².

Em síntese, pode-se evidenciar que apesar de novos elementos, tanto de consumo quanto de habitação, nas cidades de Ponte Nova, Viçosa e Ubá, elas ainda não passaram pelo processo de reestruturação de maneira que redefinissem seus papéis e seus conteúdos urbanos. Tem-se, para estas cidades, que o processo de estruturação ainda está em curso e os vetores da urbanização contemporânea que chegam até elas reafirmam a centralidade de áreas já consolidadas e, ainda, se portam como importantes elementos também para a vida interurbana de cada uma delas. Nesta direção, os atores hegemônicos que difundiram novas práticas espaciais nas cidades ainda não conseguiram romper com elementos já consolidados nas estruturas e funções urbanas, não ressignificando nem a morfologia das cidades e tampouco o papel delas na divisão territorial e regional do trabalho.

As figuras 38, 39 e 40 abaixo são mapas-síntese da localização das áreas centrais de cada cidade que são as áreas preferenciais da localização das principais atividades.

³² Disponível em < <http://www.bairroprimavera.com.br/> > Acesso 10-10-2018.

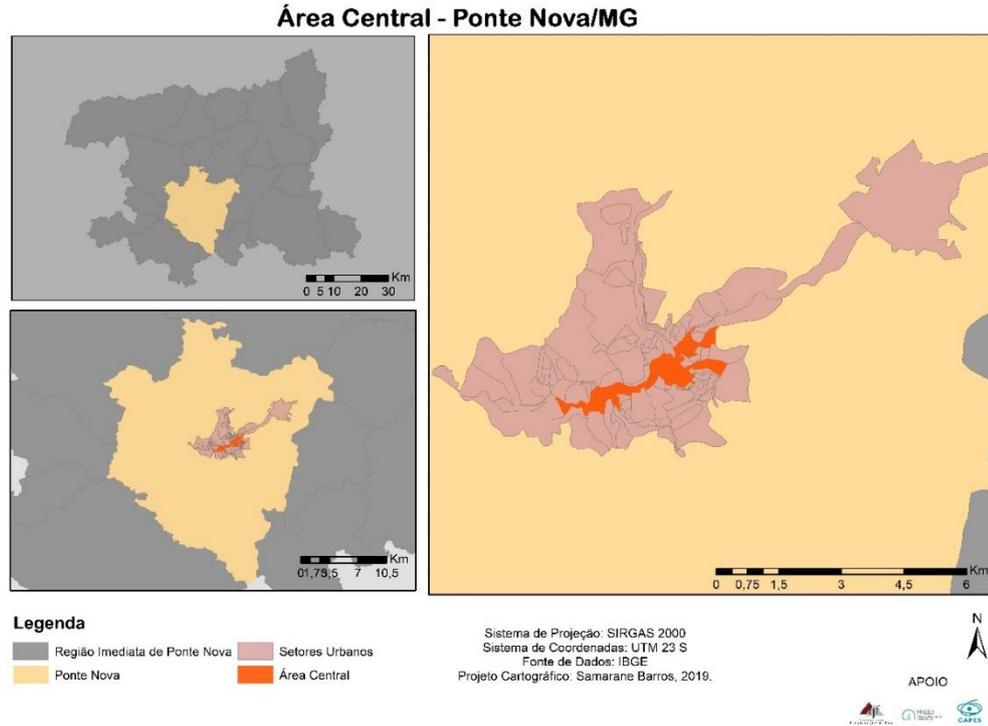


FIGURA 38– Área Central – Ponte Nova.
FONTE – IBGE. Organização da autora.

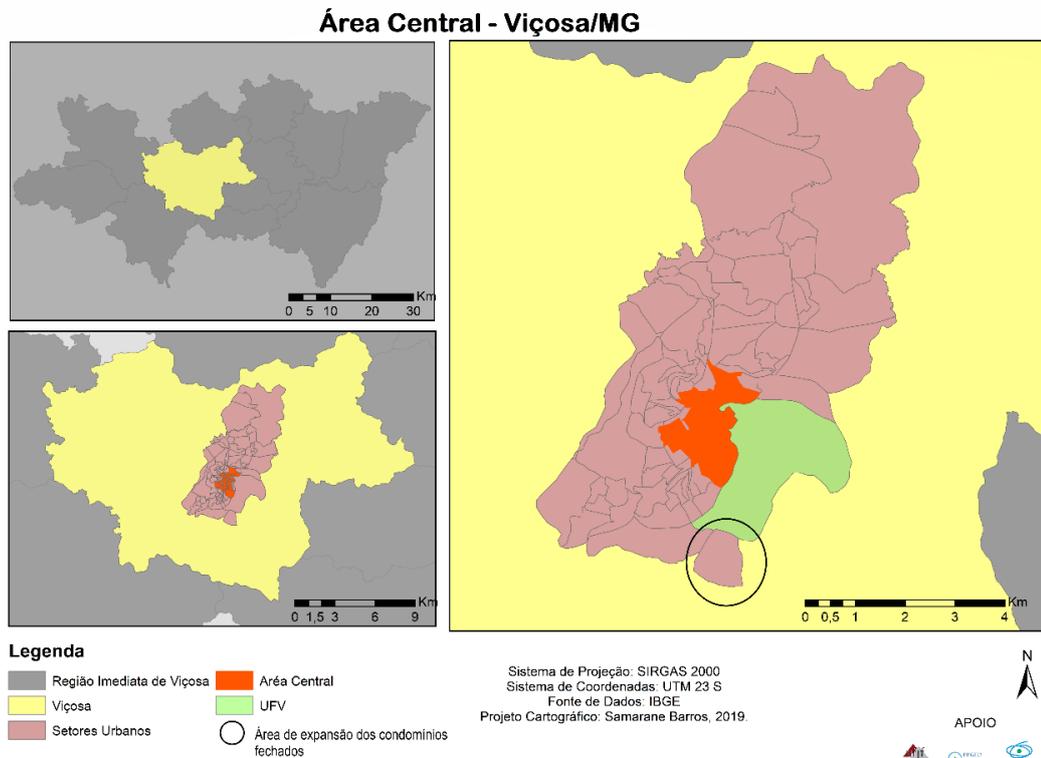


FIGURA 39– Área Central – Viçosa.
FONTE – IBGE. Organização da autora.

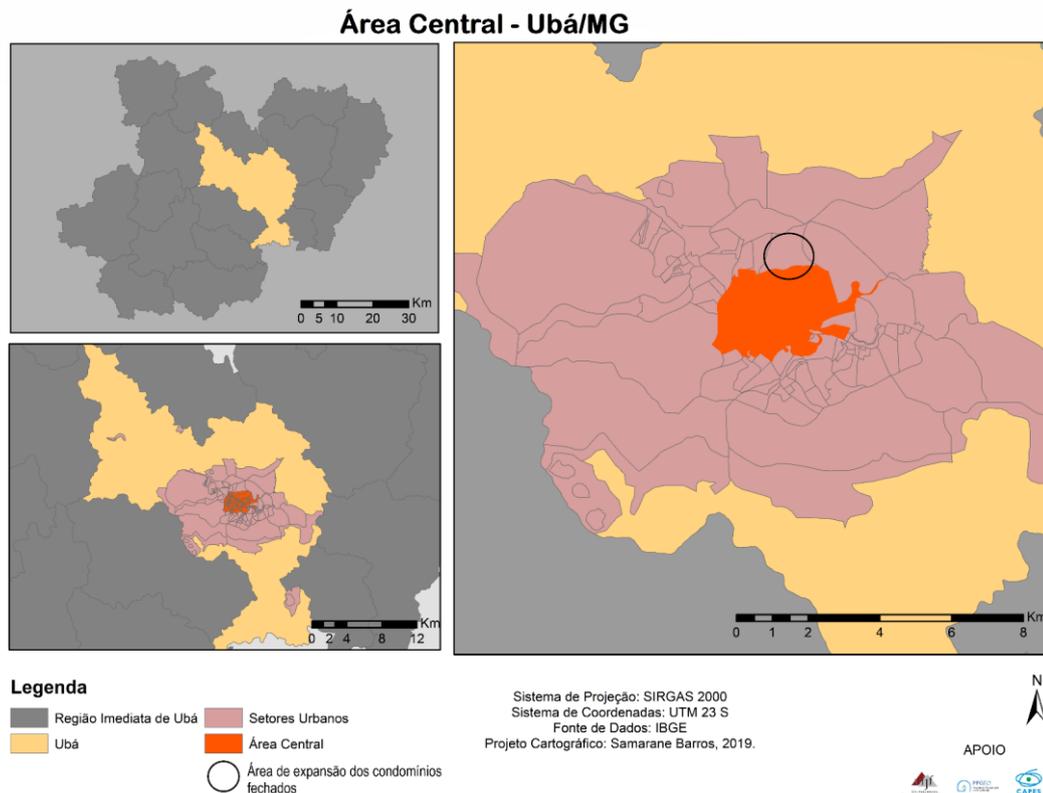


FIGURA 40– Área Central – Ubá.
FONTE – IBGE. Organização da autora.

Além disso, nos mapas de Viçosa e Ubá podem ser analisadas também a localização da expansão dos condomínios fechados. Para o caso da cidade viçosense, tem-se que a área dos condomínios fechados é próxima a UFV, como já colocado, em função destes equipamentos servirem parte professores da instituição e, ainda, outras camadas mais abastadas da cidade. Isto posto, esta área é próxima a área central e uma das mais valorizadas na cidade de Viçosa. Em Ubá, por sua vez, a expansão dos condomínios fechados também ocorre de maneira próxima a área central, demonstrando não haver maiores rupturas com o processo de estruturação da cidade.

As diferentes temporalidades existentes nestas cidades refletem a complexidade de analisa-las enquanto cidades médias, ressaltando, mais uma vez, a necessidade de se olhar para a região onde estão para compreender as posições de intermediação que cada uma assume. As contradições entre o antigo e o novo e a coexistência de horizontalidades e verticalidades fez com que se resgatasse algumas estratégias analíticas para compreensão destas cidades médias de papéis regionais como será abordado adiante.

4.6 – A cidade, a região e a responsabilidade territorial: reforçando os papéis regionais das cidades médias

Até aqui foi possível apreender que a cidade não é um elemento isolado e apresenta uma vida de relações com outros espaços que justificam as suas funções específicas nas áreas onde estão situadas. Dematteis e Sforzi (1999 *apud* SCHOR *et al*, 2016) elencam duas formas de relações entre cidades, sendo as primeiras as relações de rede que implicam em interações influenciadas pouco pelas distâncias físicas, refletindo a divisão internacional do trabalho e o grau de globalização destes sistemas urbanos. Enquanto o segundo estrato de relações é baseado em relações territoriais em que as distâncias e os legados históricos, culturais e sociais apresentam influência significativa na forma como as cidades interagem. Os autores, no entanto, colocam que estes grupos não se anulam e sim interagem em seus respectivos escopos.

Para Ponte Nova, Viçosa e Ubá o que se observa é a sobressalência das estruturas e relações territoriais, considerando que grande parte do entorno das cidades apresenta relações de dependência pretéritas com estes centros, dado o histórico de emancipações municipais. Porém, a presença de agentes mais complexos, principalmente, do setor terciário nas cidades as complexificam e as colocam em redes nacionais de consumo. Este fato soma-se à caracterização destas cidades enquanto cidades médias de papéis regionais, como visto no primeiro capítulo, o que só torna possível a posição intermediária que elas assumem na rede urbana quando analisadas em conjunto aos seus respectivos espaços interurbanos. Da mesma forma, a presença destes estabelecimentos mais complexos também acentua as relações entre cidade e região, visto que as novas práticas de consumo são difundidas como novas possibilidades e signos do urbano para os habitantes de toda a hinterlândia. A própria instalação de algumas redes varejistas reflete o papel regional destas cidades, considerando que para a sua instalação o alcance espacial e o nicho de mercado são levados em consideração.

Com o intuito de apreender a multiescalaridade dos atores e fenômenos que pairam a urbanização contemporânea, não separando e rompendo verticalidades e horizontalidades, Batella (2013) avança a noção de limiares enquanto estratégia analítica para compreensão de cidades médias que se localizam entre as permanências e rupturas. A ideia de resgatar a condição de limiar de Ponte Nova, Viçosa e Ubá é também coerente quando alinhada à proposta de análise comparativa que esta dissertação apresenta, visto que como bem coloca Batella (2013, p. 51), “trata-se de uma proposta sutil de deslocamento da análise do que está mais

próximo para o que está mais distante; do que é mais geral para o particular; do que seria homogeneizador para as diferenças”.

Batella (2013, p. 53) aponta que o limiar não deve ser compreendido enquanto limite ou outros sinônimos que apontem para a separação, justamente por se comportar como lugar e tempo intermediários e indeterminados, podendo apresentar extensão variável. Nesse sentido, a condição de limiar que as cidades desempenham articula o tempo e o espaço e atribui movimento às análises.

Utilizando de Benjamin (2006 *apud* BATELLA, 2013), o autor coloca que o limiar é uma zona em que mudança, transição e fluxo estão contidas em sua própria etimologia. De acordo com Batella (2013, p. 54), “o limiar se difere da fronteira por não se limitar a separar territórios, mas por permitir a transição entre duas condições diferentes e/ou muitas das vezes opostas”. Nesta direção, então, o que se observa nas três cidades analisadas é a coexistência de diferentes vetores e agentes que ora obedecem às lógicas mais complexas do capital e ora respondem por relações marcadas por cooperação e solidariedades locais e microrregionais.

O limiar revela a própria complexidade da urbanização ao captar escalas distintas e apreender os seus híbridos e mutações. Para as cidades médias, em especial, Batella (2013, p. 55) sintetiza:

As cidades médias brasileiras têm, de forma bastante heterogênea, se transformado muito rapidamente no contexto da urbanização das últimas décadas. Isso reforça a importância de se apropriar do debate acerca dos limiares como recurso analítico para esta realidade, ainda que a velocidade dificulte uma reflexão que contemple seus limiares pela rapidez dessas transformações (...)

Debruçando-se sobre Teófilo Otoni, cidade mineira localizada no Vale do Mucuri, Batella (2013) aciona, ainda, os limiares inferiores para categorizá-la, sendo estes considerados particularidades daqueles espaços que se localizam entre as pequenas e médias cidades. Contudo, vale salientar que por se tratar de uma condição ela não é superada, isto é, não se deve compreender de maneira linear e evolutiva as cidades, ora sendo pequenas, ora sendo médias e, posteriormente, maiores.

Para os limiares inferiores, em especial, no que diz respeito à articulação de escalas, Batella (2013, p. 213) coloca que há predomínio das relações e interações horizontais em detrimento as verticais, o que resgata o estudo sobre as cidades médias e suas funções regionais. Assim como Teófilo Otoni, Ponte Nova, Viçosa e Ubá desempenham papel de liderança regional e por estarem em áreas estagnadas economicamente, o entorno destas cidades não

incrementa e nem dinamiza a economia regional, reforçando a centralidade de cada um destes núcleos. Por fim, e outra característica de cidades localizadas em condição de limiar inferior, é a sobressalência das permanências no processo de produção do espaço urbano, como já foi visto para as três cidades analisadas, não configurando “o processo de reestruturação da cidade, pois não se identifica a difusão de inovações espaciais, a atuação de agentes econômicos que representam grandes capitais, a transformação das formas e conteúdos urbanos” (BATELLA, 2013, p. 213).

No que diz respeito às lideranças regionais exercidas por estas cidades, em muito, elas se aproximam das cidades de responsabilidade territorial delineadas por Bitoun (2009), como visto no capítulo 02. É válido colocar que este autor propôs esta tipologia de cidades para aquelas que se localizam em áreas deprimidas socioeconomicamente, como os pontos luminosos do sertão nordestino, enquanto a região onde Ponte Nova, Viçosa e Ubá estão situadas se trata mais de uma região estagnada socioeconomicamente. Todavia, resgata-se e assimila-se esta condição também para estas cidades por elas responderem por todas as demandas sociais, econômicas e políticas de suas respectivas hinterlândias, sendo, grandemente, o único recurso urbano disponível para tais realidades.

Ainda no estudo de 2009, Bitoun classifica os municípios brasileiros das diferentes faixas demográficas, sendo que dentre a faixa dos municípios de 20 a 100 mil habitantes, faixa esta que é interessante ao trabalho, o pesquisador localiza nove tipologias, sendo que as três cidades aqui analisadas podem ser compreendidas como: “Centros Urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social” (BITOUN, 2009, p. 43). O histórico agrícola que as regiões de Ponte Nova, Viçosa e Ubá testemunharam, seja a partir da economia cafeeira, seja com outras culturas, dotaram as cidades menores de certos recursos em outrora, porém, a estagnação econômica que veio a partir do declínio da economia primária as colocaram em situação delicada socioeconomicamente, aumentando as assimetrias regionais existentes entre elas e seus respectivos polos.

O debate sobre as cidades médias de responsabilidade territorial foi também incorporado por estudiosos sobre a rede urbana amazônica brasileira (BITOUN, 2009, p. 32) cuja qual também é composta por um sem número de cidades menos complexas que dependem fortemente de alguns polos regionais, sendo que neste caso há ainda as peculiaridades da relação sociedade e natureza para esta área. Aqui, a ideia de responsabilidade territorial é acionada, porque “permite resgatar a importância do urbano em cidades que se julgadas pelos critérios correntes e em uma escala inadequada não se perceberia sua importância e desapareceriam do mapa (...)” (SCHOR *et al*, 2016, p. 19).

Mais uma vez, retoma-se como estratégia analítica a ideia de responsabilidade territorial para caracterização de Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto cidades médias, porque o que já foi descrito e problematizado para estas três cidades vai ao encontro da proposta de Schor (2013, p. 82):

As cidades de responsabilidade territorial exercem diversas funções urbanas e contém arranjos institucionais que são importantes não só para o município da qual são sede, mas para as cidades e municípios ao seu redor (...) A importância da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a região e a rede urbana. O desenvolvimento econômico dessas cidades tende a agregar e/ou desagregar valor na região dependendo de que conteúdo o desenvolvimento assume.

É nesta direção que se encontram as três cidades aqui analisadas. Os laços pretéritos de relação com o entorno, bem como a concentração de instituições de gestão pública e privada do território, colocam-nas em um cenário muito além dos lastros econômicos. Elas são responsáveis por organizar os fluxos da região, pois são dotadas de equipamentos básicos que suprem as demandas sociais de sua hinterlândia, por exemplo, o maior número de leitos de internação ou a presença de escritórios da previdência social; estruturas elementares que em uma região onde os serviços são distribuídos de maneira precária, incorporam a responsabilidade territorial enquanto um dos papéis destas cidades médias. Em síntese, tais cidades extrapolam a sua estruturação interna, pois apresentam serviços e instituições que as dotam de responsabilidade para os espaços menos complexos ao seu redor, levando-as a se tornarem importantes elos na rede.

Estratégias analíticas, tais como os limiares inferiores ou a retomada das cidades médias de responsabilidade territorial, somam na problematização de Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto cidades médias de papéis regionais, vez que ressaltam as relações territoriais e horizontais destas cidades com o entorno da mesma forma que as retomam não apenas enquanto nodais econômicos, mas também enquanto espaços prestadores de serviços de ordem pública, social e política, para os núcleos rurais e cidades menores a elas vinculadas.

As assimetrias regionais revelam a própria incipiência das relações entre estas cidades, como visto na configuração das sub-redes propostas pelo capítulo 03. São relações que, em geral, se pautam na subordinação e dependência das cidades pequenas para com cada uma das cidades médias que as capitaneiam, sendo os fluxos, destarte, de maneira grandemente hierárquica – do menor para o maior.

Os estudos hierárquicos devem ser ponderados, porém, face a complexidade das relações que coexistem na contemporaneidade. Como já foi visto, no que concerne às cidades

médias para além daquele estrato tratado nesta dissertação, existe o grupo que contém as cidades de fluxos supra-regionais onde as escalas de atuação são ampliadas em função das dinâmicas engendradas pela globalização (SPOSITO, 2010), em que a forte integração com a economia as levam a assumir mais relações pautadas nas discontinuidades territoriais.

Todavia, para o caso das cidades regionais localizadas, sobremaneira, em áreas estagnadas da economia, observa-se ainda a soberania das relações tipicamente hierárquicas e unilaterais, considerando que o baixo dinamismo das cidades pequenas não ocasiona sinergia entre os centros urbanos e tampouco a chegada de novos agentes que totalizem o processo de reestruturação urbana.

O debate proposto neste segmento do texto retoma as preocupações iniciais de tratar as cidades médias a partir de uma abordagem multiescalar, considerando que os elementos que compõem as suas estruturas vão além do domínio da cidade, respondendo pelas demandas de toda a sua região de influência. Neste caso, em específico, as regiões de influência estão circunscritas a cada uma das três cidades aqui analisadas, revelando a primazia destes centros e as suas funções regionais, tal como já foi apresentado.

No entanto, apesar destas similitudes que as equiparam enquanto cidades médias de papéis regionais, há também singularidades intrínsecas a cada contexto urbano-regional e esta abordagem comparativa será sintetizada no próximo e último segmento deste capítulo.

4.7 – O geral, o particular e o singular: retomando a análise comparativa

Como se colocou na apresentação dessa dissertação, o esforço em resgatar a tríade geral, particular e singular vai ao encontro de detectar os movimentos que partem do contexto global até as singularidades do local, não adentrando no debate sobre o método dialético.

Ao longo de toda a dissertação realizou-se o exercício de comparar Ponte Nova, Viçosa e Ubá: no primeiro capítulo a partir da descrição dos principais elementos da estruturação de cada uma das cidades e como elas se enquadram enquanto cidades médias nas classificações e tipologias já propostas pela literatura; no segundo capítulo a partir da conformação da região intermediária de Juiz de Fora e o papel de cada uma das cidades dentro deste quadro regional e; no terceiro capítulo o também papel destas cidades enquanto nós na rede capitaneada por Juiz de Fora, assim como polos de sub-redes urbanas. Agora, se sistematizará tudo o que foi discutido conforme as possibilidades apresentadas para a análise comparativa em Geografia Urbana levantando a tríade geral, particular e singular. Portanto, considerou-se aqui enquanto

elementos gerais as tendências da urbanização contemporânea, particular as características das cidades médias de papéis regionais e singular os vetores observados em cada cidade.

As cidades médias podem ser consideradas uma importante escala de análise da *urbanização contemporânea*, porque desde a reestruturação produtiva do capitalismo em que ascendeu um padrão mais flexível de acumulação, diversos espaços incorporaram novas estratégias e ajustes espaciais do capital, se redefinindo e ressignificando seus papéis no escopo da divisão territorial do trabalho. Nesta direção, os principais vetores que incidiram em grande parte dos espaços não metropolitanos foram os relacionados ao consumo, considerando que os setores terciário e financeiro, em muito, suplantaram o industrial e, agora, obedecem a uma lógica própria de espacialização. Oliveira Jr (2009, s/p) coloca que

A ampliação do mundo da mercadoria que se desenvolve no movimento contemporâneo do capital nos conteúdos da urbanização se concretiza arditosamente conjecturada no ideário de reafirmação do ato do consumo que se corrompe substancialmente enquanto resgate do prazer da compra.

Em função de seus vínculos regionais, as cidades médias impelem a chegada de novos agentes, principalmente, do setor terciário, como possibilidade de eles ampliarem os seus nichos de mercado. De acordo com Oliveira Jr (2009, s/p), os novos elementos que ampliam e “aperfeiçoam a reprodução capitalista do espaço não decorrem estritamente da ampliação do tecido urbano, e apresentam íntima relação com a centralidade e intermediação das cidades nas quais se inserem”. Então, apesar da localização destes empreendimentos estarem no tecido das cidades médias, os fluxos que eles engendram evocam também a escala interurbana e, no caso dos grandes grupos econômicos, a escala nacional, demonstrando que a urbanização contemporânea deve ser analisada a partir de uma perspectiva multiescalar.

Em Ponte Nova, Viçosa e Ubá nota-se a chegada destas novas redes varejistas encabeçadas por grandes grupos empresariais, relacionados, mormente, a difusão de novas práticas de consumo. Dentre as três cidades a que apresenta o menor número de franquias e lojas de redes é Ponte Nova, conotando a maior incipiência desta cidade frente às outras duas. Se aqui for considerado que esta cidade é também a de menor população pode-se inferir que ela não é tão atrativa assim em função de seu mercado ser também mais diminuto. Seguindo essa linha de análise quanti-qualitativa, entende-se também a maior participação das lojas deste segmento em Ubá, cidade de maior população e também componente de uma região imediata mais economicamente dinâmica em função do APL moveleiro que ali se encontra.

O mesmo padrão é observado para os condomínios fechados. Tirando a exceção viçosense de apresentar os condomínios e loteamentos fechados como parte da estruturação da cidade, a instalação dos condomínios fechados em Ubá responde por uma lógica geral em que estes empreendimentos são vendidos como uma possibilidade de qualidade de vida e segurança, fazendo com que as pessoas comprem mais que o habitar, mas também um símbolo da contemporaneidade. Neste caso, Ponte Nova não conta com loteamentos e condomínios fechados, demonstrando, mais uma vez, a predominância de formas mais arcaicas do que as analisadas nas outras duas cidades.

No entanto, ainda é possível ver marcas menos complexas nas cidades em um movimento onde o novo e o antigo coexistem e geram temporalidades distintas materializadas no tecido das cidades. Betarelli Júnior, Monte-Mór e Simões (2013) colocam que ao mesmo passo que se observa a inserção dos padrões gerais da globalização no tecido das cidades há também identidades locais que se confundem em um grande híbrido,

Isso porque as múltiplas interdependências socioeconômicas e espaciais existentes nos níveis locais estão articuladas e são sensíveis às forças reestruturadoras que possam haver, sejam elas locais ou distantes (STORPER, 1997). Dessa maneira, a organização dessas interdependências (sociais, econômicas e políticas) no espaço urbano é por natureza mutável (*caleidoscópica*) e não ocorre de forma linear, uma vez que, conforme Soja (2000), esses níveis operam em um mecanismo retroalimentador no espaço (*dialética socioespacial*) (BETARELLI JÚNIOR; MONTE-MÓR; SIMÕES, 2013, pp. 180-181, *grifos dos autores*).

Esse hibridismo é uma marca *particular* das cidades médias tipicamente regionais aqui analisadas, porque demonstram que o processo de reestruturação ainda não atingiu completude e, por conseguinte, os papéis de Ponte Nova, Viçosa e Ubá não foram redefinidos na divisão territorial regional do trabalho, mantendo-se fortemente vinculados em atender as demandas de sua região imediata, seja nos serviços públicos ou nas plataformas de consumo.

Outra tendência observada também para estas cidades foi o predomínio das relações tipicamente hierárquicas em detrimento às transversais. Isto se dá, em muito, face a localização destas cidades em áreas estagnadas socioeconomicamente onde o predomínio das pequenas cidades pouco pujantes faz com que elas não desenvolvam dinamismo suficiente para a região, engendrando fluxos em direção, principalmente, aos polos – em uma lógica do menor para o maior. Neste caso, tem-se relações de dependência e subordinação das cidades pequenas para com Ponte Nova, Viçosa e Ubá; relações estas observadas para as três cidades desde tempos

remotos, considerando que a conformação de seus respectivos espaços urbano-regionais se deu a partir de emancipações municipais que partiram destas três cidades.

Outrossim, se se olhar para as funções de Ponte Nova, Viçosa e Ubá no interior da rede urbana regional capitaneada por Juiz de Fora nota-se, do mesmo modo, a restrição de suas áreas de influência aos seus espaços imediatos, demonstrando que apesar de traçarem relações com espaços mais longínquos, as interações mais intensas se dão com as áreas menores circunscritas a elas, como analisado nos capítulos dois e três. A forte dependência destas cidades pequenas para com cada uma das três cidades justifica o resgate analítico da expressão responsabilidade territorial, considerando que todas elas, para além dos vetores econômicos, desenrolam competências também políticas, culturais e administrativas para a região. Ainda olhando para o interior da rede urbana regional, pode-se afirmar a posição intermediária destas cidades, considerando além das relações com as cidades pequenas e núcleos rurais, as interações de Ponte Nova, Viçosa e Ubá com cidades mais complexas que atendem demandas não presentes em cada uma delas.

A condição de limiar inferior também foi uma particularidade encontrada nestas cidades, tendo em vista que elas refletem a complexidade da urbanização contemporânea por não romperem com realidades distintas e sim aproximarem e enquadrarem verticalidades e horizontalidades dentro de um mesmo quadro.

Apesar dessas similitudes, cada uma das cidades apresenta *singularidades* no que tange os respectivos históricos urbano-regionais e também seus atuais papéis frente a região e a rede urbana.

Como visto, dentre as três cidades, Ponte Nova é a que menos se destaca frente aos vetores da urbanização contemporânea, com o menor número de redes varejistas e também pela ausência de loteamentos, condomínios fechados e outras simbologias que conotem um padrão global. Contudo, quando se resgata os elementos considerados como importantes para a gestão do território, Ponte Nova se destaca nos serviços públicos. O histórico de Ponte Nova na região intermediária de Juiz de Fora justifica este padrão, considerando que esta cidade em função da economia açucareira foi uma importante centralidade e, ainda hoje, tal centralidade se perpetua principalmente através deste viés administrativo.

Ponte Nova apresenta superintendências regionais que a levam a polarizar Viçosa, cidade de porte semelhante, sendo que esta cidade se destaca, principalmente, a partir dos serviços de saúde, tanto de ordem pública quanto privada (FIGURAS 41 e 42). Vale colocar

que a situação geográfica de Ponte Nova também coloca a cidade em contato com outras regiões do estado de Minas Gerais, levando-a a interagir até mesmo com Belo Horizonte.



FIGURA 41 e FIGURA 42 – Elementos públicos e privados de saúde em Ponte Nova.

FONTE – A autora, outubro de 2019.

Viçosa, por sua vez, também apresenta algumas consequências de sua situação geográfica, sobretudo, se se considerar a distribuição de serviços públicos. Como anteriormente apresentado, Viçosa está localizada entre as cidades de Ponte Nova e Ubá, cidades estas que detêm em seus territórios uma série de superintendências e elementos regionais de gestão do território que polarizam a cidade de Viçosa e coloca ela e toda a sua região imediata sob polarização de uma das duas.

Porém, em função do ensino superior a cidade ganhou notoriedade não apenas para o contexto estadual, como também nacional. Os serviços de educação superior em Viçosa geram fluxos de diversas ordens, no entanto, estes fluxos não foram suficientes para ocasionar a reestruturação na cidade. A educação superior ainda é um dos principais agentes para a estruturação desta cidade, como visto no caso dos condomínios fechados e também na maior verticalização próxima ao *campus* da UFV (FIGURA 43).



FIGURA 43 – Entrada principal da UFV e construções em altura ao fundo.
FONTE – MARTINS (2016).

Vale colocar que o ensino superior também influenciou a instalação de uma série de redes de franquias, por exemplo de *fasts foods*, para suprir as demandas dos usuários das faculdades e da universidade.

Além do ensino público, outras instituições privadas também somam ao conjunto da centralidade do ensino superior de Viçosa (FIGURA 44), fazendo com que esta cidade seja especializada neste segmento, mas não detenha de outros elementos que a confirmem maior complexidade e garantam um maior destaque na rede urbana. Portanto, há uma singularidade no que tange a centralidade de Viçosa: o ensino superior apresenta um alcance espacial muito maior do que os serviços, equipamentos e funções urbanas da cidade propriamente dita.



FIGURA 44– Faculdade privada em Viçosa.
FONTE – A autora, outubro de 2019.

Por fim, o principal diferencial de Ubá em relação às outras duas cidades é a presença do capital industrial que movimenta toda a região, sendo das três regiões aqui analisadas a que apresenta maior dinamismo. O APL moveleiro de Ubá se destaca no cenário nacional, porém, assim como foi visto para o caso de Viçosa, as relações mais íntimas desta cidade ainda ocorrem com as cidades de seu entorno, principalmente, as componentes do arranjo. O capital industrial, neste caso, engendra a presença de outros elementos, como diversas lojas e escritórios especializados em móveis na cidade de Ubá (FIGURA 45), movimentando inúmeras pessoas que demandam deste tipo de serviço.



FIGURA 45 – Lojas de móveis em Ubá.
FONTE – A autora, outubro de 2019.

Outros serviços também garantem a Ubá maior centralidade, assim como o ensino superior privado e a saúde, considerando que a cidade apresenta faculdades privadas que movimentam pessoas não apenas de sua região, principalmente, em função do curso de medicina. A saúde, por sua vez, também se destaca ao passo que a cidade é uma regional e concentra grande parte dos equipamentos públicos deste setor.

Enquanto Ponte Nova apresenta o setor de serviços públicos bem consolidado e Viçosa um setor terciário igualmente desenvolvido, Ubá destaca-se frente a estas duas cidades por ter tanto importantes elementos de gestão do território quanto o setor terciário mais desenvolvido das três cidades trabalhadas. Tanto no tamanho demográfico quanto nas funções urbanas Ubá é a cidade de mais destaque dentre as três pesquisadas, apresentando elementos que se aproximam mais da reestruturação nos moldes como é descrito pela bibliografia, como no caso dos condomínios fechados. Porém, por ser um fenômeno ainda recente na cidade não se pode afirmar que a cidade de fato se reestruturou.

A partir da análise comparativa foi possível apreender os movimentos que partem do geral ao singular, assim como a resposta das cidades a estes movimentos. Dada a realidade multiescalar que paira a urbanização contemporânea este exercício é importante por evocar tanto atores de ordens hegemônicas quanto fenômenos localizados - aqui relacionados à conformação urbano-regional de cada cidade.

A reestruturação das cidades, e seus elementos, enquanto principal eixo da análise comparativa permitiu captar as simetrias e assimetrias existentes entre estas cidades, isto é, as semelhanças e diferenças que permitiram demonstrar que nenhuma das cidades ainda passou pelo processo de reestruturação. O que se observa, para as três, é a chegada de novos agentes e novas formas urbanas que tendem a acentuar a importância das respectivas áreas centrais, participando ainda do processo de estruturação. Por fim, como não houve alterações significativas nos papéis das cidades e tampouco redefinições de seus conteúdos, Ponte Nova, Viçosa e Ubá continuam ocupando posição intermediária na rede urbana e atendendo as demandas, principalmente, de seus espaços imediatos, sendo consolidadas como cidades médias de papéis regionais.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo maior a análise dos papéis de Ponte Nova, Viçosa e Ubá na região e nas redes onde estão alocadas. Para tanto, recorreu, mormente, ao debate interescolar como estruturador da problemática. Vale colocar que a opção por separar os capítulos em escalas específicas, a saber, da cidade, da região e da rede, se deu para fins didáticos e de melhor explanação dos dados e informações levantadas, no entanto, tem-se ciência que os processos se articulam e se sobrepõem.

Sendo assim, o estudo das cidades médias é inerente à articulação de escalas, considerando que estes núcleos urbanos não se esgotam em si e a própria categorização enquanto cidades médias parte de suas respectivas situações geográficas que envolvem, por sua vez, todo o contexto urbano-regional das cidades.

No caso de Ponte Nova, Viçosa e Ubá, olhar para a conformação da região onde encontram-se inseridas justifica os seus papéis de cidades médias regionais, considerando o quadro de estagnação econômica e demográfica que caracteriza a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora na atualidade e ocasiona a dependência das cidades menores para com esses núcleos urbanos mais complexos.

O primeiro capítulo, além de retomar a estruturação das cidades e o entendimento delas enquanto cidades médias, corroborou a ideia que Ponte Nova, Viçosa e Ubá se destacam frente aos seus contextos imediatos face a concentração de atividades econômicas nesses polos. Para tanto, foi realizada uma descrição e contabilização de atividades econômicas e de serviços nas cidades pequenas e médias de cada região imediata a fim de demonstrar a fragilidade e incipiência dos núcleos menores tributários a cada uma das três cidades analisadas. A densidade dos equipamentos distribuídos pelas cidades responde pela importância de um núcleo perante uma região, assim como diferencia os papéis das cidades dentro da divisão regional do trabalho.

A despeito disso, Ponte Nova, Viçosa e Ubá não apresentam grandes equipamentos ou serviços tão complexos que as coloquem em relações diretas com espaços mais longínquos ou no circuito superior do capital global, fazendo com que as três cidades ainda precisem recorrer a centros mais complexos para que seus habitantes – e de todas as suas respectivas hinterlândias – tenham acesso a atividades específicas. Nesta direção, é confirmado o papel de intermediação destas cidades em um movimento de fluxos hierárquicos no qual os habitantes das cidades menores recorrem a cidades médias e, os habitantes destas busquem centros maiores.

Portanto, é destacado o papel regional dessas cidades que pode ser caracterizado pela contiguidade, pelos fluxos hierárquicos e pelos deslocamentos territoriais que partem, sobremaneira, do menor para o maior. Isto posto, a compreensão de Ponte Nova, Viçosa e Ubá enquanto cidades médias só é possível a partir da análise de seus respectivos espaços interurbanos.

Contudo, dentre as três regiões imediatas é possível averiguar particularidades, sobremaneira, quando se constata um maior dinamismo na região imediata de Ubá em função do APL moveleiro que movimentava algumas cidades, por consequência, a melhor distribuição dos serviços e equipamentos nas cidades dessa região quando comparada às outras duas analisadas.

A análise dos serviços em cada uma das cidades indicou que Viçosa apresenta participação mais tímida no que diz respeito aos elementos de gestão do território, sendo a sua centralidade condicionada, principalmente, pela Educação Superior. Nos estudos sobre rede urbana, esta cidade aparece subordinada tanto a Ponte Nova quanto a Ubá, demonstrando a sua incipiência. Este fato, por sua vez, pode estar atrelado a posição geográfica viçosense que se localiza entre as outras duas cidades aqui analisadas. Ponte Nova e Ubá, então, destacam-se na concentração de serviços públicos quando comparadas à Viçosa enquanto esta última cidade apresenta centralidade cambiante, isto é, de grande alcance quando o setor de ensino superior é isolado e muito frágil quando analisados os elementos e equipamentos de serviços públicos localizados na cidade.

Para além das atividades dispostas em cada uma das regiões imediatas, é importante olhar para a conformação da Região Geográfica Intermediária para o entendimento do papel de Ponte Nova, Viçosa e Ubá frente a este contexto maior. No segundo capítulo então, para além do entendimento da estruturação desta região, foram retomados os fluxos de cada cidade analisada para apreensão de seus respectivos espaços interurbanos. Isto é, descritos os elementos fixos de cada cidade das regiões imediatas no primeiro capítulo, o segundo capítulo preocupou-se em analisar os fluxos condicionados por estes equipamentos.

Como já colocado, a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora é formada por cerca de 70% de cidades pequenas com menos de 10.000 habitantes e pouco pujantes economicamente o que as leva a traçarem relações de dependência e subordinação para com cidades maiores. As cidades de maior impacto para essa região são as cidades polo de regiões imediatas, como nos casos de Ponte Nova, Viçosa e Ubá. Por sua vez, a conformação dessas

regiões imediatas apresenta semelhança quando averiguado que as cidades pequenas se desmembraram, em grande parte, das cidades polo, demonstrando ser pretérito os laços de dependência. As novas cidades surgiram em contextos frágeis e dependem, diretamente, de repasses do Governo, assim como não desenvolveram atividades mais complexas, dependendo de outros centros. Além desses lastros econômicos, Ponte Nova, Viçosa e Ubá se consolidam enquanto centros políticos e econômicos para as suas respectivas hinterlândias.

Quando observados os fluxos, eles também, em sua maioria, são coincidentes às regiões imediatas. Discriminando-os, observa-se que os fluxos que chegam às cidades médias são oriundos, principalmente, das cidades pequenas; enquanto os que saem das três cidades destinam-se a cidades de porte semelhante ou maior, confirmando, mais uma vez, a função intermediária desenrolada por Ponte Nova, Viçosa e Ubá. Alguns casos isolados podem ser observados de fluxos de origens mais distantes, como no caso das pessoas que vão até Viçosa para estudar, confirmando assim, a proeminência na educação para a estruturação da centralidade nessa cidade.

Assim como os equipamentos são melhor distribuídos na região imediata de Ubá, os fluxos nesta região também são mais equilibrados, havendo sinergia entre as cidades pertencentes ao APL moveleiro. O capital engendrado pela indústria moveleira, assim como de outras fontes como das indústrias alimentícias, dotam as cidades pequenas dessa região de alguns dispositivos mais complexos, porém, ainda assim Ubá se perpetua como a principal centralidade da área continuando a crescer, inclusive, em detrimento às cidades menores de sua hinterlândia.

No que diz respeito aos centros maiores procurados pelos habitantes das três cidades, tem-se relações mais próximas com Juiz de Fora, capital regional, assim como com Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. As relações com essas duas cidades dependem, em muito, da variável distância. Por exemplo, Ponte Nova tem relações mais diretas com Belo Horizonte por ser mais próxima da capital mineira, assim como por integrar o quadro de influência direta da capital. Ubá, por sua vez, pela maior proximidade a Juiz de Fora, assim como por também estar no quadro de influência dessa cidade, tem o maior volume de fluxos destinado a ela. Ponte Nova está mais distante de Juiz de Fora e desenrola relações não apenas com Belo Horizonte, como também com cidades de mesmo porte localizadas em outras regiões. Viçosa por estar subordinada a Ponte Nova nos estudos de influência das cidades, também integra o quadro de Belo Horizonte ao invés do de Juiz de Fora, conforme já elucidado ao longo da dissertação. Retomando, esses dados sobre influência foram extraídos dos estudos de REGIC

(IBGE, 2008) e foram relativizados considerando o hiato temporal existente entre a última publicação e os dias atuais.

Dentro da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora nota-se que as três cidades são importantes pontos no que tange a organização dos fluxos que delas partem, integrando o quadro de principais cidades da região, sendo que cada qual apresenta particularidades neste conjunto de fluxos. Ponte Nova, Viçosa e Ubá, então, podem ser consideradas importantes nós da rede urbana regional capitaneada por Juiz de Fora.

A análise das três cidades enquanto centralidades na rede urbana regional vai ao encontro da incipiência dessa rede no que tange as relações entre as cidades pequenas, isto é, a pouca sinergia existente entre elas em função da estagnação socioeconômica da região. A forma da rede urbana regional, neste caso, é ainda primaz, a qual Juiz de Fora enquanto capital regional organiza os fluxos e emparelha os núcleos menores, sendo que dentre estes núcleos existem pontos importantes, como o caso de Ponte Nova, Viçosa e Ubá. A depender da distância, alguns núcleos dependem mais ou menos da capital regional, como visto quando se compara os fluxos entre Ponte Nova e Juiz de Fora e Ubá e Juiz de Fora: os primeiros são menores do que os segundos em função da maior distância entre Ponte Nova e Juiz de Fora.

No terceiro capítulo, considerando os fluxos que Ponte Nova, Viçosa e Ubá organizam cada qual em suas regiões imediatas foi possível inferir a conformação de uma rede urbana, ainda frágil, em escala local. As sub-redes, como foram chamadas nesta dissertação, são um recorte analítico para privilegiar a escala do menor, porém, que se mantém em constante articulação as demais redes geográficas. A fragilidade dessas sub-redes se dá devido ao papel restrito da principal centralidade que atende apenas a sua região contígua e imediata dependendo, ainda, de centros urbanos mais imponentes.

A descrição do capital fixo e dos equipamentos e serviços públicos e privados para as três cidades demonstra que elas se apresentam como áreas preferenciais para circulação do capital onde ele pode se manifestar e atingir cidades menores da hinterlândia de cada uma delas, sobremaneira, a partir do consumo. Ademais, Ponte Nova, Viçosa e Ubá também são importantes centros políticos em que a conformação de suas respectivas regiões imediatas e, por conseguinte, de suas sub-redes vai ao encontro do desmembramento municipal que partiu de cada uma destas cidades.

No capítulo 02 foram mostrados fluxos das cidades com centros mais distantes, todavia, o que se constata é que ainda a prevalência são os contatos e deslocamentos territoriais entre as

idades de cada uma das três regiões imediatas, sendo plausível, portanto, a configuração de sub-redes. A ideia das sub-redes também salienta os papéis das cidades pequenas e médias na divisão regional do trabalho que, neste caso, são cristalizados desde tempos pretéritos, considerando as relações de dependência e subordinação das cidades pequenas para com os seus respectivos polos, assim como a função regional de cada uma das cidades médias analisadas.

Apesar das particularidades existentes entre Ponte Nova, Viçosa e Ubá no que diz respeito aos seus papéis regionais, cada uma destas cidades – assim como os seus espaços interurbanos – apresentam singularidades e, a partir disso, foi possível resgatar a análise comparativa enquanto possibilidade metodológica para este trabalho, conforme verificado no capítulo 04.

As cidades médias podem ser consideradas enquanto importantes formas do processo de urbanização contemporânea, porque desde a virada para a acumulação flexível na segunda metade do século XX, diversos espaços assumiram ajustes do capital e receberam atividades e serviços antes restritos às aglomerações metropolitanas. Nesta direção, os principais vetores relacionados ao capital global mais complexo são os de consumo, podendo ser observado nestas cidades redes de lojas e de serviços que envolvem capitais de inúmeras naturezas. No caso desse trabalho, Ponte Nova, Viçosa e Ubá em muito se globalizam a partir do setor terciário, sendo que a chegada de novos agentes ainda não foi o suficiente para a reestruturação destas cidades, reafirmando os seus papéis regionais ao passo que as relações verticais não suplantaram as relações horizontais.

A condição de limiar foi acionada, neste trabalho, enquanto estratégia analítica para a caracterização das cidades médias de papéis regionais, sendo que uma marca dessa condição é o hibridismo entre as permanências e rupturas e entre as horizontalidades e verticalidades, sendo essa uma marca particular a este grupo de cidades. Ainda, em função do contexto socioespacial estagnado, Ponte Nova, Viçosa e Ubá desenrolam responsabilidade territorial para seu entorno, demonstrando que os lastros vão além da economia. Também em função deste contexto, há o predomínio das relações hierárquicas em detrimento às transversais, em que os deslocamentos se dão, sobremaneira, do menor para o maior e os fluxos são, predominantemente, de natureza próxima.

Apesar dessas similitudes, foi possível traçar singularidades para cada uma das cidades aqui analisadas, assim como sobre os seus papéis no interior da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e de suas respectivas regiões imediatas.

Ponte Nova destaca-se mais em função dos serviços públicos e de gestão do território do que dos vetores da urbanização contemporânea que aqui foram elencados, tais como novos espaços de consumo e de habitar. A centralidade desta cidade vai muito em função do histórico da conformação da região onde está, sendo um importante núcleo da economia açucareira em outrora em que as funções centrais e equipamentos urbanos continuam em destaque até hoje. Nesta direção, Ponte Nova conta com uma série de Superintendências Regionais o que a leva a polarizar Viçosa e toda a sua região imediata.

Viçosa, por sua vez, apesar de polarizada e subordinada dentro da hierarquia urbana a Ponte Nova e outras cidades de porte semelhante, também é uma importante centralidade para a região, sobremaneira, se considerado o ensino superior que conota relevo a esta cidade não apenas na escala regional, como também na nacional. O alcance espacial das instituições de ensino superior de Viçosa então é muito maior do que os equipamentos públicos e demais serviços urbanos presentes na cidade.

O principal diferencial de Ubá frente as outras duas cidades é a presença do capital industrial relacionado a economia moveleira que movimenta não apenas esta cidade, como algumas cidades pequenas que compõem o APL. O capital industrial engendra a presença de outros elementos, como escritórios e serviços especializados a este setor. Além disso, Ubá destaca-se tanto no setor de gestão privada do território quanto na gestão pública, apresentando, assim como Ponte Nova, inúmeras Superintendências Regionais, além de apresentar o setor terciário mais desenvolvido dentre as três cidades analisadas. Ainda, em Ubá é possível observar mais vetores da urbanização contemporânea, como o caso dos condomínios fechados que estão se difundindo pela cidade, porém, como se trata de um fenômeno muito recente, não é possível afirmar que a cidade de fato se reestruturou.

O esforço desta dissertação em resgatar as análises comparativas foi ao encontro de detectar os movimentos que partem do geral ao singular em uma lógica que integra escalas geográficas diversas. A reestruturação das cidades enquanto eixo que estruturou essa análise comparativa demonstrou as simetrias e assimetrias existentes entre estas cidades em uma dinâmica que não se completou, ou seja, Ponte Nova, Viçosa e Ubá não se reestruturaram, apesar de apresentarem novos vetores e atores em seus tecidos urbanos que condicionam

mudanças para todas as suas respectivas regiões. A não reestruturação indica que os papéis destas cidades na divisão do trabalho seguem cristalizados e alimentados pelos fluxos regionais, destacando a posição intermediária que as três cidades ocupam na rede urbana.

Este estudo não esgota os estudos sobre as cidades e regiões imediatas aqui analisadas, mas é importante por somar as pesquisas que se debruçam sobre a urbanização desta área, considerando a escassez da bibliografia existente. Além disso, soma também ao conjunto das pesquisas que se debruçam sobre o Brasil não metropolitano e abre frente para inúmeros trabalhos futuros, considerando que o processo de urbanização é dinâmico e está sempre a imprimir novas formas e funções nas cidades.

Referências Bibliográficas

ACKERMAN, E. Investigación regional: conceptos y técnicas. In: RANDALE, P. H. (Org) **Teoría de la Geografía**. Primera parte. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Estudios Geográficos. Pp. 221-236, 1976.

ALBINO, A. A. **Uma abordagem evolucionária do APL moveleiro de Ubá: competitividade e políticas públicas estratificadas**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009, 176p.

ALENCAR, A. **Fatos e Vultos de Viçosa**. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1959. 129p.

AMORIM FILHO, O. B. Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. In: Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte, 1976. **Anais...**Belo Horizonte: Encontro Nacional de Geógrafos, IGC/UFMG, pp. 6-15.

_____. Cidades Médias e organização do espaço no Brasil. **Revista de Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v.2, n.1, jun. 1984, pp. 5-34.

_____. A evolução dos Estudos sobre Cidades Médias em Minas Gerais. In: SATHLER, D; AMORIM FILHO, O.B.; VARAJÃO, G.F.D.C (org). **Cidades Médias: Bases Teóricas e estudos aplicados à Diamantina**. Belo Horizonte-MG: Editora Fino Traço, 2015, 239 p.

AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F. Ciudades Intermedias y Tecnópolis potenciales em Minas Gerais – Brasil. **Tiempo y Espacio**. Chillán, v. 8, n. 9-10, pp. 23-32, 2001.

AMORIM FILHO, O. B; BUENO, M. E.T.; ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano de Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, v. 2, n. 23, pp. 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento Urbano e Regional. In: ANDRADE, T.A.; SERRA, R.V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. pp. 1-34.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **RA'EGA**. Curitiba, v. 13, pp. 7-18, 2007.

ANDRADE, I. L. **Aplicação do modelo de zoneamento morfológico-funcional para o estudo do espaço intraurbano de cidades médias: análise da cidade de Viçosa-MG**. 75p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Viçosa (MG), 2015.

ARAUJO, M. M. S.; MOURA, R.; DIAS, P. C. Cidades médias: uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H.; FURTADO, B. A. (org) **Dinâmica Urbano – Regional: rede urbana e suas interfaces**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2010, pp. 53-69.

ARRUDA, M. A.; AMORIM FILHO, O. B. Os sistemas urbanos. In: BDMG. **Minas Gerais no século XXI**. Belo Horizonte: Banco de desenvolvimento de Minas Gerais, Rona Editora, 2002.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ponte Nova, MG**. Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ponte-nova_mg.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Zona da Mata: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para seu desenvolvimento**. Belo Horizonte, 2000.

BASTIDE, R. **Usos e sentidos do termo “estrutura”**. Editora Herder: São Paulo, 1971.

BARBOSA, W.A. Ponte Nova. **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**; Belo Horizonte, Ed. SATERB LTDA, 1971, pp. 378- 380.

BARROS, S. F. S. **Centro e Centralidade em Cidades Médias: o caso do bairro Palmeiras em Ponte Nova-MG**. Monografia (Bacharelado em Geografia) Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017, 89p.

_____. Da formação da região às redes urbanas regionais polarizadas por cidades médias mineiras: os espaços interurbanos de Viçosa-MG e Teófilo Otoni-MG. XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador. **Anais...**, 2017.

_____. Cidade média e região: Análise a partir da Região Intermediária de Juiz de Fora. XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Anais...** Natal/RN, 2019, pp. 01- 19.

BATELLA, W.B. **Os limiares das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG**. Tese (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente – SP: FCT/UNESP, 228 p, 2013.

BATELLA, W. B; BARROS, S. F. S.; MARIA, A. C. S. Cidade e comércio: as galerias em Viçosa-MG. **ACTA Geográfica**. V. 12, N. 29, 2018, pp. 94-107.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia. (Orgs.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais**. Recife: FASE, 2009. p. 17- 44.

BLASENHEIM, P. Uma história regional: a Zona da Mata mineira. V Seminário de Estudos Mineiros. UFMG/PROEP, Belo Horizonte, 1982.

BLOCH, M. Pour histoire comarée das sociétés européennes. In: BLOCH, M. **Mélanges Historiques**. Paris, Serge Fleury e Editions de l'EHESS, Tome 1.

BRAIDA, F. **Passagens em rede**: A dinâmica das galerias comerciais e dos calçadões nos centros de Juiz de Fora e de Buenos Aires. FUNALFA: Ed. UFJF, Juiz de Fora, 2011, 208p.

BRANDÃO, C.A. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, 240p.

BRANDÃO, P.B. Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. **GeoTextos**. Vol 8, n. 1, 2012, pp. 167-185.

BRANT, A. **Ponte Nova: 1770 a 1920**: 150 anos de história. Viçosa. Folha de Viçosa. 1993.

_____. **Lavoura e Riqueza, voto e poder**: uma contribuição para o estudo da história política da Zona da Mata Mineira. Ponte Nova. Sociedade Pró-Memória de Ponte Nova. 1996.

BRASIL.I PND. **I Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974**. Distrito Federal, 1971.

_____. **II PND. II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979**. Distrito Federal, 1974.

_____. **Projeto do III Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND (1979-1981)**. Brasília, DF: Senado, 1980.

BREMAEKER, F. E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v. 40, n. 206, jan./mar. 1993, p. 88-99.

BRENNER, N. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. **Environment and Planning D: Society and Space**, 1998, v. 16, pp. 459-481.

CAMAGNI, R. **Economia Urbana**. Barcelona: Antoni Bosch. 2005.

CAMPOS, F. R.; ESTANISLAU, P. A polarização e as Desigualdades Regionais no Brasil. **Revista Capital Científico**. V.7, N.1, 2009, pp. 35-45.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e terra, 1983.

CASTRO, P. G.; SILVA, E. H.; CHAVES, C. V. Características das interações entre a Universidade Federal de Viçosa e empresas no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**. V. 11, N. 1, pp. 98-112, 2011.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CERVO, A.; BERVIAN, P.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966, Parte B.

CODEMGE. Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais. **Voe Minas Gerais**. Disponível em <http://www.codemge.com.br/atuacao/voeminasgerais>. 2019.

COILLIER, D. El método comparativo: dos décadas de câmbios. In: SARTORI, G.; MOLINO, L. (Orgs) **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 51-77.

COMPARAR. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/comparar/>. Acesso 04-2019.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Cidades Médias: espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 23-34.

_____. Inovações Espaciais – Algumas reflexões. **Cidades**. V.7, 2010, pp. 151-162.

_____. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**. V. 9, N. 16, pp. 200-218, 2012.

CROCCO, M.; RUIZ, R. M.; CAVALCANTE, A. Redes e Polarização Urbana e Financeira: Uma exploração Inicial para o Brasil. In: UFMG, CEDEPLAR. **Texto para Discussão 328**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2008.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: Castro, I. E.; Costa Gomes, P.C.; Corrêa, R. L. (orgs) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 141-162.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, n. 33, 2006, pp. 59-77.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, 3 (1), pp. 35-64, 1993.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M .B. Impacto regional da privatização da infra-estrutura no Brasil. In: REZENDE, F., BRUGINSKI, T. (Org). **Infra-estrutura: perspectivas de reorganização: casos estaduais**. Brasília: IPEA, 1997.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia: noções básicas em pesquisa científica**. São Paulo: Saraiva, 2017.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Programa Estadual de Cidades Intermediárias**. Belo Horizonte, 1981.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais 2016**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/891-serie-estatistica-a-informacoes-n-17-produto-interno-bruto-dos-municipios-de-minas-gerais-2016site/file>.

ELIAS, D. Construindo a noção de região produtiva do agronegócio. In: OLIVEIRA, H.C.M; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org) **Cidade média e região**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, pp. 19-56.

FERREIRA, S. C. **Rede urbana, cidade de porte médio e cidade média: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: 2010.

GEORGE, P. **Dictionnaire de La Geographie**. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

_____. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANINI, R. R.; MATOS, R. E. S. Geohistória econômica da Zona da Mata Mineira. XI Seminário Sobre a Economia Mineira. In: **Anais...Diamantina**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004.

GIROLETTI, D. **A industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

GONZALEZ, R. S. O método comparativo e a Ciência Política. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. V.2, n.1, pp. 01-12, jan-jun, 2008.

GUIMARÃES, R. B. Saúde Urbana: velho tema, novas questões. **Terra Livre**. São Paulo, n. 17, pp. 155-170, 2001.

GUIMARÃES, R. B.; PICKENHAYN, J. A.; LIMA, S. C. **Geografia e saúde sem fronteiras**. Uberlândia: Assis Editora, 2014, 160p.

HAESBAERT, R. Regiões transfronteiriças e redes brasileiras no Mercosul. In: VIII Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** Santiago/Chile, 2001, pp. 277-285.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A. 1961, 317p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf>.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Redes e Fluxos do Território Gestão do Território 2014**. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv86286.pdf>.

_____. **CEMPRE**. Cadastro Central de Empresas 2017. Rio de Janeiro. 2017.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: 2017.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. (Coleção Pesquisa, 2v), Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: UNICAMP/IE/NESUR; IPEA; IBGE, 1999.

_____. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. (Coleção Pesquisa, 3v), Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE Campinas: UNICAMP-IE/NESUR; IPEA; IBGE, 2000.

LIMA, J. H. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LOZANO, L. P. G; SPOSITO, E. S. Cidades médias e distribuição espacial do comércio de eletrodomésticos no Brasil. In: BELLET, C; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. (Orgs). **Urbanización, Producción y Consumo en Ciudades Medias/ Intermedias**. Universidade Estadual Paulista – Universitat de Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida. 2015. Pp. 79-106.

MAMIGONIAN, A. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A. A. (Org) **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo**. 1996. São Paulo: Hucitec, Disponível em <http://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2016/04/A-geografia-e-%E2%80%9CA-forma%C3%A7%C3%A3o-social-como-teoria-e-como-m%C3%A9todo%E2%80%9D.pdf>.

MARASCHIN, C. **Alterações provocadas pelo Shopping Center em aspectos da estrutura urbana – Iguatemi, Porto Alegre, RS**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). PROPUR/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 1993, 180p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo, 2007.

MARINHO, R. C. **Trajetória e perspectivas econômicas de Muriaé-MG: o papel dos atores locais na articulação do desenvolvimento econômico**. Dissertação (Mestrado em Administração). Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense, 2016, 123p.

MELLO, F. A. O. **Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais**. 2002. 103p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Ciência Florestal – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG.

MIRANDA, S. **Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 1990.

MORAES, A. C. R. **A gênese da Geografia Moderna.** São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. A diferença e a Geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia. **GEOgraphia.** Niterói, v.1, n.1, pp. 41-58, 1999.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MOTTA, D.M.; AJARA, C. Configuração da Rede Urbana do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 100, p.5-23, jan./jun.2001.

MOTTA, D.M.; MATA, D. Crescimento das cidades médias. **Regional e Urbano,** 01, 2008, pp. 33-38.

NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. A estagnação sócio-econômica da Zona da Mata de Minas Gerais: uma abordagem geohistórica. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina **Anais...** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, pp. 9342-9367.

_____. A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. **RA'EGA.** Curitiba, n. 12, pp. 21-34, 2006.

OLIVEIRA JR, G. A cidade média enquanto escala de análise dos conteúdos da urbanização contemporânea. In: XVII Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...**Montevideu, 2009, v.1.

OLIVEIRA, R. G.; SOUZA, A. I. S. O perfil das demandas judiciais por direito à saúde pública do município de Leopoldina/MG. **Revista de Saúde Pública do SUS.** V. 2, N. 2, pp. 35-45, 2014.

ORTIGOZA, S. A. G. **As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Geografia). IGCE/UNESP: Rio Claro, 1996.

_____. **Geografia e consumo: Dinâmicas sociais e a produção do espaço urbano.** Tese (Livre Docência). IGCE/UNESP: Rio Claro, 2009.

PARR, J.B., BUDD; L. Financial services and the urban system: an exploration. **Urban studies** v. 37, n.3, p.593-610. 2000.

PAULA, R. Z. A. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Vol 1, N. 1, Jul/Dez, 2006, pp. 66-80.

PEDROSA, M .X. Zona silenciosa da historiografia mineira – A Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, N.9, pp. 189-230, 1962.

PEREIRA, F. M.; LEMOS, M. B. Cidades Médias Brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. V. 33, N.1, pp. 127-165, 2003.

_____. Cidades médias: uma visão nacional e regional. XI Seminário sobre economia mineira. **Anais...**Diamantina, 2004.

PEREIRA, A. M. Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas. 347p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PIRES, A. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. **Café, finanças e banco**: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930). Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 425p, 2004.

QUEIROZ, B. L. **Diferenciais de salários nas microrregiões mineiras**. Belo Horizonte, 2001, 191p. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

QUEIROZ, B. L.; BRAGA, T. M. Hierarquia Urbana em um contexto de desconcentração econômica e fragmentação do território: questionamentos a partir do caso da rede de cidades mineiras. Porto Alegre. Encontro Nacional da ANPUR, 8, **Anais...**, 1999.

RAPINI, M. S. Spots of interaction: na investigation on the relationship between firms and universities in Minas Gerais. In: ALBUQUERQUE, E. M.; RIGHUI, H. M.; CRUZ, W. M. S. (Org). **Texto para discussão, 286**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 47p.

REALE, G. **História da Filosofia: O Positivismo**. São Paulo: Paulus, 1981.

RECLUS, E. **Da ação humana na Geografia Física / Geografia Comparada no espaço e no tempo**. São Paulo: Imaginário, 2010.

ROCHEFORT, M. **Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998, 174p.

RODRIGUES, L.G. **A agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata mineira**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012, 180p.

SANFELIU, C. B.; TORNÉ, J. M. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermédias. **Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol VIII, N. 165, 2004.

SANTOS, M. **A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade**. Salvador: Livraria Progresso. 1959.

_____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. In: SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Espaço e Sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul**. Florianópolis: UFSC. Ano III, N. 5, 1988, pp. 85-100.

_____. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A natureza do espaço**. Tempo e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2014 (1985), 120p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SARTORI, G. Comparación y método comparativo. In: Sartori, G; MOLINO, L. (Orgs). **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza, pp. 29-50, 1994.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, pp. 49-87, 1998.

SCHOR, T. As cidades invisíveis da Amazônia brasileira. **Mercator**. V.12, N. 28, pp. 67-84, 2013.

SCHOR, T; OLIVEIRA, J. A.; MORAES, A. O; SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. V.9, N.1, pp. 09-35, 2016.

SEE/MG. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **Superintendências Regionais de Ensino**. Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2011/Junho/descricao-superintendencias-regionais-de-ensino.pdf>. Acesso 06-2019.

SILVA, H. L. **A gestão do território pelo grupo Sadia no município de Concórdia – Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991, 275p.

SILVA, M. L. **EXPANSÃO DA CIDADE DE VIÇOSA (MG): a dinâmica centro-periferia**. 2014. 149p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES.

SILVA, W. R. **Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana Londrina e Maringá**. Tese (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente, SP. FCT/UNESP, 280p, 2006.

SINGER, P. **Curso de Introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A (Org). **O espaço da diferença**. São Paulo: PAPIRUS, 2000.

SOARES, J. M. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009, 249p.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, E. S.; **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2004, 220p. Disponível em SciELO Books <http://books.scielo.org>.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação da cidade. In: MELO, J. G. (org). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: GAsPERR/UNESP, 1996, p. 111-126.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001a, pp. 609-643.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intraurbana. In: - SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s/n], 2001b, pp. 235-253.

_____. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades. Tese (Livre Docência) Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 508 p, 2004.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. In: SPOSITO, E.; SPOSITO, M.E.B; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006a, v. 1, p. 175-196.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, v. 3, n. 5, 2006b, pp. 143-157.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E .B. (Org) **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 233-253.

_____. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras.** Belém: FASE/ICSA/UFPa, 2009a, 57p.

_____. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: SANFELIU, C. B.; SPOSITO, M. E. B. (Org). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado.** 1 ed. Lleída: Ediciones de la Universitat de Lleída, 2009b, pp. 41-69.

_____. Redes Urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia.** Rio Claro, v. 35, n. 1, pp. 51-62, 2010.

_____. Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. In: FIRKOWSKI, O. *et al.* (Org) **Estudios urbanos comparados: oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina.** 1 ed. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016, pp. 25-60.

_____. Concentração e Centralização. In: SPOSITO, E. S (Org.) **Glossário de Geografia Humana e Econômica.** São Paulo: Editora UNESP, 2017, pp. 65-71.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. Grandes grupos econômicos, consumo e redefinição de centralidade. In: BELLET, C; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. (Orgs). **Urbanización, Producción y Consumo en Ciudades Medias/ Intermedias.** Universidade Estadual Paulista – Universitat de Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida. 2015. Pp. 107-132.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R.; MAIA, D. S.; GOMES, E. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 35-67.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origens e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TARGA, L. R. P. Comentários sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE.** Porto Alegre, 12(1), pp. 265-271, 1991.

TEIXEIRA, P. H. S.; BARBOSA, H. S. L.; PEREIRA, G. Expansão da malha urbana de Ubá: uma relação com o desenvolvimento e transformação econômica. XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. João Pessoa. **Anais...**pp. 4188-4193. 2015.

TOLOSA, H. Política nacional de desenvolvimento urbano: uma visão econômica. **Pesquisa e Planejamento Econômico,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jun.1972.

VALVERDE, O. O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. 20 (1), pp. 3-82, jan/mar, Rio de Janeiro, 1958.

VIEIRA, L. O.; TIRADENTES, L. A indústria moveleira no espaço urbano de Ubá/MG: interações geográficas. **Sobre Tudo**. v.8, n.2, 2017, pp. 71-94.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAR, J. P. **Vapor e Movimento: A estrada de ferro Leopoldina e a (trans)formação da paisagem no município de Ponte Nova – MG**. Monografia (Bacharelado em Geografia) Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010, 55p.

WILTGEN, R. S. Notas sobre polarização e desigualdades regionais. **Ensaio FEE**. V. 12, N. 2, pp. 532-539, 1991.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto-SP**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista: Presidente Prudente, 2003, 238p.

_____. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. XI, N. 245, 2007.